



AMANDA BARBOSA XAVIER COTRIM

**OS DISCURSOS *SOBRE* CUBA:
IMPrensa, VOZES E MEMÓRIA**

**(Da atualização do modelo econômico à retomada das
relações diplomáticas com os EUA: 2011/2015)**

Campinas,
2016



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

**OS DISCURSOS *SOBRE* CUBA:
IMPrensa, VOZES E MEMÓRIA
(Da atualização do modelo econômico à retomada das
relações diplomáticas com os EUA: 2011/2015)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora:

Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas.

Este exemplar corresponde à versão final da

Dissertação defendida pela aluna Amanda Barbosa Xavier Cotrim

e orientada pela Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas.

Campinas,

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Lilian Demori Barbosa - CRB 8/8052

C826d	Cotrim, Amanda Barbosa Xavier, 1987- Os discursos sobre Cuba : imprensa, vozes e memória (da atualização do modelo econômico à retomada das relações diplomáticas com os EUA: 2011/2015) / Amanda Barbosa Xavier Cotrim. – Campinas, SP : [s.n.], 2016. Orientador: Maria das Graças Conde Caldas. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Linguagem. 2. Jornalismo. 3. Comunicação. 4. Cuba. 5. Análise de Discurso. I. Caldas, Maria das Graças Conde. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The discourses on Cuba : press, voices and memory (from the updating of the economic model to the resumption of diplomatic relations with the United States: 2011/2015)

Palavras-chave em inglês:

Language

Journalism

Communication

Cuba

Discourse Analysis

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Maria das Graças Conde Caldas [Orientador]

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Margarethe Born Steinberguer-Elias

Data de defesa: 28-03-2016

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

BANCA EXAMINADORA:

Maria das Graças Conde Caldas

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Margarethe Born Steinberger-Elias

Cristiane Pereira Dias

Igor Fuser

IEL/UNICAMP
2016

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

*À minha Mãe! Ao meu Pai! A todos que
produzem outros sentidos para o mundo.*

Agradecimentos

Agradeço ao Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e em especial ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, um espaço que produziu sentidos sobre o que significa estudar, estimulando a autoria, acima de tudo.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Carlos Vogt, com quem realizei minha entrevista de ingresso no mestrado. Agradeço por ter acreditado neste trabalho e por ter se posicionado a favor dele, desde o início.

Sou muito grata à minha Orientadora Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas, que se tornou amiga. Uma pessoa forte, exigente, inteligente, comprometida e que significa tão bem a palavra orientar. Falou e silenciou quando foi preciso.

Agradeço à banca de qualificação e de defesa deste trabalho, que contribuiu grandemente com o que será lido aqui: À Professora Dra. Eni Orlandi, exemplo de pesquisadora, com quem eu descobri a Análise de Discurso, e ao Professor Dr. Igor Fuser, que me inspira em seu conhecimento sobre a América Latina e sobre o Jornalismo. Agradeço grandemente aos professores suplentes: Profa. Dra. Cristiane Dias e a Profa. Dra. Margareth Bors.

Não posso deixar de agradecer à minha família, que esteve ao meu lado, respeitando os meus momentos de reclusão, de irritabilidade, confiando em mim. À minha mãe, razão da minha existência, meu amor maior! Ao meu pai, referência intelectual e estímulo (in)consciente, que me orgulha por ser quem é. Agradeço às minhas irmãs Renata e Andreia, ao meu irmão Junior e aos meus sobrinhos Lucas e Mateus.

Agradeço ao meu companheiro Rodolfo Formigari. Você foi, sem dúvida, fundamental para essa trajetória, me ajudando a não me perder, lendo meus capítulos com um olhar cuidadoso, entendendo minha “ânsia” pelo conhecimento, meus medos e minhas doenças. Sim, porque foram muitos torcicolos, dores de garganta, inflamação na coluna, crises de ansiedade. E você sempre esteve por perto, com muito amor, e nunca sequer acenou um abandono. Este trabalho também é seu! Muito obrigada!

Agradeço muito aos meus amigos, que, em vários momentos, foram minhas válvulas de escape. Eles me proporcionaram conversas inspiradoras, mesmo sem saberem. Sou grata especialmente ao núcleo dos “Revolucionários”, como o grupo é

carinhosamente conhecido, nas figuras de Ana Carolina Borges, Clécia Gomes, Leticia Souza, Mauro Vitae, Ricardo Soldera, Rodolfo Formigari e Vinicius Gonzaga. Um viva para vocês.

Agradeço aos amigos que fiz no Mestrado, tanto na Linguística quanto no Labjor, em especial a Claudia Lemos: você foi incrível! Minha gratidão. E a Cris Zanella: sua forma de enxergar a Análise de Discurso me inspira. Agradeço à Bruna Moreno, presente quando foi necessário, à Michele Portela, à Juliana Sangion, que de professora da graduação tornou-se amiga, e ao Prof. Dr. Lauro Baldini, o exemplo de docente que um dia eu quero ser. Aproveito para agradecer a todos os professores com quem tive aula, tanto na Linguística quanto no Labjor: Sirio Possenti, Lauro Baldini, Rafael Evangelista, Graça Caldas, Susana Oliveira e Edson Pfutzenreuter este do Instituto de Artes).

Muito obrigada aos funcionários do IEL e do Labjor, exemplo de seres humanos prestativos e educados: Cláudio Pereira Platero, Marivane Simões e Alessandra Carnauskas. Obrigada!

Preciso muito agradecer ao Professor Samuel Rocha, diretor da RTV- Unicamp, que me emprestou sua senha para que eu tivesse acesso ao conteúdo do jornal *The New York Times*. Sem sua ajuda, seria mais difícil pesquisar.

Agradeço à PUC-Campinas, em especial ao meu chefe Alcino Junior, que me liberou para realizar as disciplinas do Mestrado e para frequentar eventos acadêmicos, quando possível. Com certeza, sem essa flexibilidade, eu não teria conseguido.

Ao “núcleo” Cubano: este trabalho também é de vocês. Não existem palavras. E existem muitas. Agradeço imensamente à Isabel Soarez e ao Luis Fernandes: cubanos, fidelistas e comunistas, que defendem sua Revolução como nunca havia visto. Muito obrigada à Profa. Dra. Maria Auxiliadora, da Universidade de Brasília, que conheci em Havana e contribuiu para meu desenvolvimento intelectual. Agradeço aos jornalistas cubanos Cosette Celecia, Alexei Padilla, Maylin Guerrero e Abel Somohano Fernández. Agradeço ao brasileiro Herman Hofman, Igor Godoy e à cubana Luiza, que conheci em Havana. Todo foram muito importantes para o processo da pesquisa. Agradeço a todos os entrevistados deste trabalho: Ariel, Mabel, Roberto, Luis, Francis, José e Raul. Gracias!

Agradeço muito à Consul de Cuba, em São Paulo, Ivette Marinez.

Um agradecimento ímpar à Professora Maria Leite, que foi a primeira a me apresentar Cuba, possibilitando outros sentidos sobre esse País. Meu muito obrigada.

Meus agradecimentos à sociedade, que contribui para que muitos como eu possam estudar numa universidade pública.

Agradeço, por fim, aos que confiaram neste trabalho. Espero que ele possibilite a guerrilha do pensamento!

Obrigada!

Resumo

Cuba, desde que realizou sua Revolução, em 1959, é alvo de críticas e controvérsias por parte da mídia brasileira e internacional. Em 2011, o País oficializou a *atualização* do seu modelo econômico durante o VI Congresso do Partido Comunista Cubano. Nesse contexto, a dissertação busca analisar, na perspectiva da Análise de Discurso materialista, como os jornais *The New York Times* (EUA), *El País* (Espanha), *Granma* (Cuba) e *O Estado de S. Paulo* (Brasil) constroem saberes sobre Cuba, tendo como referência a *atualização* do modelo econômico na Ilha, em três momentos específicos: a II CELAC (Cúpula de Estados Latino-americanos e Caribenhos), em janeiro de 2014; o reatamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, em dezembro de 2014; e a primeira reunião diplomática entre Cuba e EUA, que aconteceu em Havana nos dias 21 e 22 de janeiro de 2015. Para complementar a análise, o trabalho também examina os discursos de um grupo de cubanos que mora na Ilha para saber como eles se significam em relação a Cuba. O objetivo é identificar o funcionamento discursivo dos jornais selecionados e dos cubanos entrevistados, refletindo sobre a tensão da linguagem como materialidade do embate histórico-político entre os cubanos e os jornais, e assim refletir sobre o modo como esses lugares discursivos produzem sentidos para a Ilha. O trabalho considerou que os sentidos sobre Cuba não “moram” no enunciado, mas no lugar de onde a Ilha é significada, seja pelos jornais, seja pelos cubanos, resultado de um longo e complexo processo de significação. Na correlação de forças entre esses lugares do dizer, algumas imagens sobre Cuba dominam o imaginário social dos jornais, produzindo efeito na própria luta pelos sentidos. Com base no material coletado e examinado, a pesquisa concluiu, entre outras coisas, que a imagem de uma Cuba ditatorial, comunista e que não respeita os direitos humanos e a liberdade foi construída desde o processo da Revolução Cubana, ainda no final da década de 1950, pelos jornais, que se pautaram a partir do discurso político dos EUA. Consideramos que há, ainda hoje, uma submissão da imprensa (analisada) a uma agenda da Casa Branca e que o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA pode significar uma *recolonização discursiva* dos sentidos sobre Cuba a partir da Formação Discursiva do governo americano, que os jornais internacionais analisados tomam como evidência. Por outro lado, tomamos o jornal o *Granma* como contraponto discursivo e descobrimos que, para ele, o sentido de Cuba se perpetua na *Revolução*, o que mostra que o lugar de fala do sujeito (a Formação Discursiva) é que determina as relações de força no discurso. Assim como o *Granma*, os cubanos entrevistados se filiam a Formação Discursiva patriota, de soberania nacional, que defende a Revolução Cubana, mas não nega que a *atualização* do modelo econômico melhorará seu socialismo. Com o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, os jornais analisados materializam uma disputa de imagem sobre uma Cuba mais comercial, supostamente mais contemporânea, que se choca e disputa lugar com a imagem de uma Cuba menos mercadológica, mais “comunista”. Identificamos que o jornalista que “fala” sobre Cuba participa, ativamente, desse processo de significação. Antes de o profissional de imprensa ir até a Ilha, Cuba já chegou como imaginário para esse jornalista.

Palavras-chave: Comunicação, Jornalismo, Linguagem, Cuba, Discurso, *The New York Times*, *El País*, *Granma* e *O Estado de S. Paulo*.

Abstract

Cuba, since it carried out its revolution in 1959, is the target of criticism and controversy from the Brazilian and international media. In 2011, the country officially updating its economic model during the Sixth Congress of the Cuban Communist Party. In this context, the search dissertation analyzed from the perspective of materialistic Discourse Analysis, as the newspapers *The New York Times* (USA), *El País* (Spain), *Granma* (Cuba) and *O Estado de S. Paulo* (Brazil) build knowledge about Cuba, with reference to the updating of the economic model on the Island, in three specific moments: II CELAC (Summit of Latin American States and Caribbean) in January 2014; the resumption of diplomatic relations with the United States in December 2014; and the first diplomatic meeting between Cuba and the United States, held in Havana on 21 and 22 January 2015. In addition to the analysis, the study also examines the discourses of a group of Cubans who live on the island to find out how they mean towards Cuba. The goal is to identify the discursive operation of selected newspapers and interviewed Cuban reflecting on the language tension as materiality of the historical and political confrontation among Cubans and newspapers, and so reflect on how these discursive places produce directions to the Island. The study found that the directions on Cuba not "live" in the statement, but in the place where the island is meant, whether the newspapers, either by the Cubans, the result of a long and complex process of signification. The correlation of forces between these places of say, some images on Cuba dominate the social imaginary of newspapers, producing effect in their own struggle for directions. Based on the collected and examined material, the survey found, among other things, that the image of a dictatorial Cuba, communist and that does not respect human rights and freedom was built from the process of the Cuban Revolution, even in the late in 1950, the newspapers, which were guided from the US political discourse. We believe that there is, today, a submission Press (analyzed) to a White House agenda and the resumption of diplomatic relations between Cuba and the US can mean a discursive recolonization of the senses on Cuba from the Discursive Formation of the US government, that international newspapers analyzed taking as evidence. On the other hand, take the newspaper *Granma* as discursive counterpoint and found that, for him, the way Cuba is perpetuated in the Revolution, which shows that instead of speaking of the subject (the Discourse Formation) that determines the power relations in speech. As the *Granma*, the Cuban respondents are affiliated to a Discourse Training patriot, national sovereignty, defending the Cuban Revolution, but does not deny that the updating of the economic model will improve your socialism. With the resumption of diplomatic relations between Cuba and the US, the newspaper analyzed materialize an image of dispute on a more commercial Cuba, supposedly more contemporary, that clashes and place match with the image of a Cuba less marketing, more "communist". We found that the journalist who "speaks" about Cuba participates actively in this process of signification. Before the press professional go to the island, Cuba has come as imaginary to this journalist.

Keywords: Communication, Journalism, Language, Cuba, Discourses, *The New York Times*, *El País*, *Granma* and *O Estado de S. Paulo*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os discursos sobre Cuba/Montagem Amanda Cotrim	29
Figura 2 - Manifestação na Av. Paulista (SP) pede intervenção militar, no Brasil	47
Figura 3 - Logo do jornal <i>The New York Times</i>	65
Figura 4- Reportagem <i>The New York Times</i> /II CELAC.....	68
Figura 5 - Logo do jornal <i>El País</i>	78
Figura 6 - Reportagem <i>El País</i> /II CELAC	79
Figura 7 - Logo do <i>O Estado de S. Paulo</i>	86
Figura 8- Reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /II CELAC.....	88
Figura 9 - Logo do jornal <i>Granma</i>	96
Figura 10 - <i>O Granma</i> /II CELAC	98
Figura 11 - Obama e Raúl Castro no velório de Mandela	104
Figura 12 - Reportagem <i>The New York Times</i> /Relações EUA e Cuba.....	109
Figura 13 - Reportagem <i>El País</i> /Relações EUA e Cuba	119
Figura 14 - Reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /Relações EUA e Cuba.....	128
Figura 15 - Retranca <i>O Estado de S. Paulo</i> /Relações EUA e Cuba.....	137
Figura 16 - Transcrição e tradução de reportagem <i>Granma</i> /Relações EUA e Cuba....	143
Figura 17 - Reportagem <i>El País</i> /Visita EUA a Cuba	160
Figura 18 - Reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /Visita EUA a Cuba	168
Figura 19 - Reportagem <i>Granma</i> /Visita EUA a Cuba	175

LISTA DE REPORTAGENS

Íntegra de reportagem 1 - Transcrição e tradução de reportagem <i>The New York Times</i> /II CELAC	69
Íntegra de reportagem 2 - Transcrição e tradução de reportagem <i>El País</i> /II CELAC....	82
Íntegra de reportagem 3 - Transcrição de reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /II CELAC	89
Íntegra de reportagem 4 - Transcrição e tradução de reportagem <i>Granma</i> /II CELAC..	99
Íntegra de reportagem 5- Transcrição e tradução de reportagem <i>The New York Times</i> /Relações EUA e Cuba.....	112
Íntegra de reportagem 6 - Transcrição e tradução de reportagem <i>El País</i> /Relações EUA e Cuba.....	121
Íntegra de reportagem 7 - Transcrição de reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /Relações EUA e Cuba.....	130
Íntegra de reportagem 8 - Transcrição de reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /Relações EUA e Cuba.....	136
Íntegra de reportagem 9 - Transcrição e tradução de reportagem <i>Granma</i> /Relações EUA e Cuba.....	145
Íntegra de reportagem 10 - Transcrição e tradução de reportagem <i>The New York Times</i> /Visita EUA a Cuba.....	152
Íntegra de reportagem 11 - Transcrição e tradução de reportagem <i>El País</i> /Visita EUA a Cuba.....	162
Íntegra de reportagem 12 - Transcrição de reportagem <i>O Estado de S. Paulo</i> /Visita EUA a Cuba.....	170
Íntegra de reportagem 13 - Transcrição e tradução de reportagem <i>Granma</i> /Visita EUA a Cuba.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – II CELAC: mapeamento das notícias	64
Tabela 2 - Reatamento das relações entre Cuba e EUA: mapeamento das notícias.....	106
Tabela 3 - Primeira visita dos EUA a Cuba: mapeamento das notícias	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gêneros publicados no <i>The New York Times</i> /II CELAC	67
Gráfico 2 - Gêneros publicados no <i>El País</i> / II CELAC	80
Gráfico 3 – Gêneros publicados no <i>O Estado de S. Paulo</i> /II CELAC	87
Gráfico 4 – Gêneros publicados no <i>Granma</i> /II CELAC	97
Gráfico 5 - <i>The New York Times</i> /Relações EUA e Cuba	108
Gráfico 6 - <i>El País</i> /Relações EUA e Cuba	118
Gráfico 7 - <i>O Estado de S. Paulo</i> /Relações EUA e Cuba	127
Gráfico 8 - <i>Granma</i> /Relações EUA e Cuba	142
Gráfico 9 - Jornal <i>The New York Times</i> /Visita EUA a Cuba	150
Gráfico 10 - Jornal <i>El País</i> /Visita EUA a Cuba	159
Gráfico 11 - Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> /Visita EUA a Cuba	167
Gráfico 12 - Jornal <i>Granma</i> /Visita EUA a Cuba	174

LISTA DE SIGLAS

AD: Análise de Discurso

CP: Condição(ões) de Produção

FD: Formação(ões) Discursiva(s)

MD: Memória Discursiva

Sumário

Percurso Discursivo: Uma Introdução	19
a) Eu e este trabalho	19
b) Os discursos sobre Cuba: recorte temático.....	20
c) Objetivos	21
d) Recortes do material analisado	21
e) Percurso Metodológico	22
f) <i>Corpus</i> específico	23
g) Cubanos entrevistados	24
h) Perguntas da Pesquisa	24
i) Por que falar sobre Cuba pela AD?.....	25
j) Justificando a pesquisa e o método de análise	27
k) Estrutura da Dissertação	28
Capítulo I: A memória lembra o que (não) foi dito <i>sobre</i> Cuba	30
1.1 A linguagem constituindo sentidos	30
1.2 O lugar de onde Cuba “é falada”	31
1.3 Memória (discursiva)	33
1.4 Efeito de pré-construído	35
1.5 Discurso histórico	36
1.6 Acontecimento Discursivo	42
1. 7 O silêncio da ditadura brasileira.....	45
Capítulo II: O discurso do Jornalismo	51
2.1 O Discurso <i>sobre</i>	51
2.2 Materialidade Discursiva.....	52
2.3 Rotinas jornalísticas	53
2.4 A Pauta.....	53
2.5 A situação e o sujeito.....	55
2.6 Ideologia	56
2.7 A ideologia da objetividade	60
Capítulo III: Cuba pelos jornais	63
3.1 Como o discurso é construído?	63
3.2 II CELAC.....	63

3.2.1 <i>The New York Times</i> : Comunismo e (falta) de liberdade	64
3.2.2 <i>El País</i> : Repetição e Regularização dos Sentidos	78
3.2.3 <i>O Estado de S. Paulo</i> : A ideologia no discurso	86
3.2.4 <i>Granma</i> : A objetividade ao contrário	96
3.3 O dia que significou 53 anos	104
3.3.1 <i>The New York Times</i> e o novo Mercado.	107
3.3.2 <i>El País</i> : Havana recebe o <i>degelo</i> com alegria e ceticismo	118
3.3.3 <i>O Estado de S. Paulo</i> : O lugar dos EUA no imaginário do jornal	127
3.3.4 <i>Granma</i> e a disputa pelos sentidos.	141
3.4 Primeira visita pós retomada das relações	149
3.4.1 <i>The New York Times</i> e a Internet em Cuba	150
3.4.2 <i>El País</i> e a máxima do “permanecem ditos”	158
3.4.3 <i>O Estado de S. Paulo</i> e a queda de braços	166
3.4.4 <i>Granma</i> : O diferente enquanto identidade e não exclusão	173
Capítulo IV: Como os cubanos se dizem	185
4.1 Os discursos dos cubanos	185
4.2 O lugar da pesquisa	186
4.3 Os sentidos de Havana	186
4.4 A fala do Sujeito político	189
4.5 O isolamento e seus sentidos	193
4.6 O bloqueio não é fácil	197
4.7 Cuba e as relações diplomáticas com os EUA	200
4.8 Discurso: um percurso histórico	203
4.9 Um discurso <i>de</i> defesa; <i>em</i> defesa	205
4.10 Nós, primeira pessoa do plural	208
Considerações finais	213
5.1 Diferenças discursivas	220
5.2 Bloqueio x Embargo	221
5.3 Evidências	224
5.4 O que pode o Jornalismo?	226
REFERÊNCIAS	229
Artigos e/ou matérias de jornal	233

Artigo e/ou matéria de revista, boletim, etc.	235
Bibliografia consultada	236
Dissertações e teses	237
Documentos	237
Palestras	238

Percurso Discursivo: Uma Introdução

a) Eu e este trabalho

A partir da escolha pela Análise de Discurso (AD) de vertente materialista, coloquei como meta analisar a produção e a circulação dos discursos *sobre* Cuba nos jornais *The New York Times*, *El País*, *O Granma* e *O Estado de S. Paulo*. Para complementar o trabalho investigativo, analisei os discursos (e seus efeitos de sentidos) de um grupo de cubanos que mora na Ilha e que foram entrevistados durante a pesquisa de campo. Percebi que olhar para os discursos dos jornais e dos cubanos *sobre* Cuba era um problema de pesquisa para mim.

A teoria da Análise de Discurso (AD) — materialista — é considerada, para este trabalho, o ponto de partida. Michel Pêcheux (1997) nos chama atenção para a possibilidade de conceber o discurso como materialidade significante inoculada de historicidade. Por meio da AD, o meu maior desafio foi evitar uma análise contaminada por juízo de valor, sem negar, no entanto, que todo discurso é ideológico, mas defendendo que a utilização dessa metodologia propicia compreender os *ditos* e os *não ditos sobre* Cuba e como ambos reverberam no que Cuba é, discursivamente, para os jornais e para os cubanos entrevistados.

Lauro Baldini (1999) ressalta que o analista de discurso assume, por um lado, a responsabilidade da interpretação e, por outro, “se apoia no real da língua que constitui a materialidade de todo discurso para atingir momentos de descrição” (s/p). Para Baldini, a interpretação pelo qual o analista assume a responsabilidade não é qualquer uma. Regula-se pela teoria em que ele se sustenta. Ao escolher uma teoria e um método, e não outro, já estou me posicionando.

Orlandi (s/d) observa que não há uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo, levando-nos a considerar que a relação é complexa e que há “mediações que a sustentam de tal modo que os sentidos não são os mesmos para sujeitos diferentes (...). Não há relação direta entre palavra e a coisa, o que é a construção discursiva do referente” (p. 295, s/d).

b) Os discursos sobre Cuba: recorte temático

Em abril de 2011, o governo cubano anunciou, no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, *a atualização*¹ de seu modelo econômico, regularizando, entre outros aspectos, práticas comerciais que se estendiam desde o final da década de 1990, e que necessitavam de regularização e de ampliação. Esse processo contou com a participação de *oito milhões, 913 mil, 838 pessoas*, em um país com um pouco mais de 11 milhões de habitantes. A população cubana participou da construção desse projeto por meio de discussões em organizações de bairro e em organizações sociais, e de debates na Assembleia do Poder Popular (Parlamento) de Cuba, entre novembro de 2010 e fevereiro de 2011.

Esses debates fomentaram a construção do *Projeto de Lineamentos*, o qual reúne todas as atualizações que o governo cubano se comprometeu a adotar, entre elas: a exoneração de funcionários do setor público que realizavam serviços no mercado informal (taxistas, marceneiros e guias-turísticos, por exemplo); venda e compra de veículos e de imóveis; a autogestão de pequenas empresas, como restaurantes e pousadas familiares, salões de beleza e barbearias; investimentos estrangeiros; cooperativas na cidade; lei de migração; teto de duas eleições consecutivas para o cargo de presidente etc. O VI Congresso do Partido Comunista Cubano que ocorreu em abril de 2011, portanto, veio oficializar essas mudanças no modelo econômico.

Podemos dizer que a Ilha vive uma retomada econômica após a crise do período especial (1990), e como não possui excedentes de capital, Cuba se volta para os aportes internacionais. No início dos anos 2000, o maior parceiro comercial da Ilha foi a Venezuela e a China. Em 2010, também houve aproximação econômica com o Brasil, por meio do financiamento do Porto Mariel.

A partir da atualização do modelo econômico, três momentos levaram o País a ser destaque nos principais jornais do mundo: a *II Cúpula dos Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC)*, em janeiro de 2014; o *restabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba*, em dezembro de 2014 e a *primeira visita de um representante do*

¹ O VI Congresso aconteceu em 11 de abril de 2011. *Atualização* é o termo que consta no relatório do VI Congresso do Partido Comunista Cubano. Mais detalhes: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/1160711p.html>

governo americano a Cuba, após o reatamento das relações diplomáticas, que ocorreu em janeiro de 2015. Esses momentos constituem o corpus específico desta pesquisa.

c) Objetivos

Este trabalho representa um esforço em analisar quais são os discursos produzidos pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *The New York Times*, *El país* e *O Granma* sobre Cuba e seus efeitos de sentido. A intenção é entender de que forma esses discursos significam Cuba. Também analiso os discursos dos cubanos que vivem na Ilha, com o objetivo de dar lugar às tensões, materializadas pela linguagem, que nascem de embates entre os sentidos que Cuba tem para os cubanos e para a imprensa, levando em consideração as Condições de Produção: o enunciado, o sujeito e a situação (histórica e de contexto).

d) Recortes do material analisado

Analiso os discursos *sobre Cuba* nas reportagens dos jornais *The New York Times*, *El País*, *O Granma* e *O Estado de S. Paulo* e também nas falas dos cubanos que moram na Ilha, os quais estive em contato nos anos de 2012, 2014 e 2015.

O primeiro momento escolhido para ser analisado é a II CELAC (Cúpula dos Estados Latino Americanos e Caribenhos), que aconteceu nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014, em Havana, com a participação de 33 países, com exceção dos EUA. A II CELAC surgiu no contexto do VI Congresso do Partido Comunista Cubano, se colocando como alternativa à OEA (Organização dos Estados Americanos), a qual visa estabelecer um bloco diplomático latino-americano e caribenho. A primeira edição da CELAC aconteceu em 2011, na Venezuela. Durante a II CELAC, Cuba inaugurou a primeira parte do Porto de Mariel, construído com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e com empresas brasileiras envolvidas no projeto de engenharia.

O segundo momento analisado é o restabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba, após 53 anos de embargo, anunciado em 17 de dezembro de 2014. O fato, que teve a intermediação do Papa Francisco, também aconteceu no contexto do VI

Congresso do Partido Comunista (2011), marcando uma nova fase diplomática para Cuba.

No terceiro momento, examino a primeira reunião diplomática entre Cuba e EUA em mais de meio século, que aconteceu em Havana nos dias 21 e 22 de janeiro de 2015.

e) **Percurso Metodológico**

A trajetória metodológica que percorro nesta escrita-pesquisa está amparada, inicialmente, em um mapeamento geral de natureza quantitativa (YIN, 2011), que registra em tabelas os *gêneros* mapeados nos jornais previamente determinados para a pesquisa. Nessa etapa do trabalho, a preocupação foi traçar uma visão geral de conteúdo, identificando a *quantidade de matérias* do período, *quais jornais* noticiaram mais os eventos e os *gêneros jornalísticos* mais frequentes. De acordo com o número de matérias, foi realizado um novo recorte para aprofundar a análise, dessa vez sob uma perspectiva *discursiva*, uma vez que

um corpus é constituído por um conjunto de discursos concretos e de objetos discursivos, estando essas superfícies dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 182).

A escolha do *corpus* se deu em função da necessidade de estabelecer um material que representasse a mídia² internacional. Optamos por jornais que tivessem relevância em seus contextos de atuação, contemplando o Brasil, local onde essa pesquisa é realizada; Cuba, objeto de análise dessa pesquisa; EUA, país fundamental para os três eventos selecionados para análise; e um jornal da Europa (Espanha), em razão de sua importância político-econômica mundial. Os jornais³ foram selecionados de acordo com a importância representativa para o Jornalismo e seus respectivos locais: *The New York Times* (o jornal online mais visitado dos EUA), *El País* (um dos jornais mais importante da Europa), *Granma* (o principal jornal de Cuba) e *O Estado de S. Paulo* (o jornal mais antigo em atividade no Brasil, e um dos maiores em circulação; a escolha desse jornal

² Usarei o termo “mídia” em diversos momentos, mas como sinônimo de “imprensa” e “jornalismo”.

também se deu porque *O Estado de S. Paulo* foi um dos raros periódicos brasileiros a enviar correspondentes para cobrir a II CELAC, em janeiro de 2014, em Havana).

Além disso, realizei entrevistas com cubanos que moram em Cuba e que atuam nas áreas de política, cultura, comunicação e os novos proprietários de pequenos empreendimentos. Para a análise, contemplamos os seguintes temas: Revolução Cubana, atualização do modelo econômico e restabelecimento das relações diplomáticas com os EUA. Vale ressaltar que esse recorte não impediu que outros documentos/discursos fossem examinados, a exemplo de documentos do Departamento do Estado Americano e de outros jornais, de períodos diversos.

f) *Corpus* específico

Cada recorte temporal⁴ é constituído por um *corpus* particular. Ao todo, o *corpus* central deste trabalho é constituído por 12 reportagens publicadas em quatro jornais, nos três momentos especificados. Os dados noticiosos publicados por jornais internacionais foram coletados a partir da versão online dos veículos.

Para a análise discursiva, selecionei a primeira reportagem publicada em cada um dos jornais analisados, a partir do último dia de cada evento. Optei pelo gênero *reportagem* porque este diz respeito a matérias com maior profundidade e problematização, cuja narrativa envolve um número maior de fontes e de personagens, sem se restringir a um dado ou informação factual, e sendo um espaço para posicionamentos e controvérsias. É na reportagem que o trabalho do jornalista/repórter aparece (BRUM, 2011).

Sobre a coleta de dados no jornal *O Estado de S. Paulo*, ressalto que a busca foi ampliada para além da “semana cheia” (de segunda a domingo) da II CELAC e da primeira visita de um representante dos EUA a Cuba após a retomada das relações, em função dos resultados encontrados. Isto porque só foi possível encontrar uma única reportagem, após o evento, publicadas no dia 8 de fevereiro de 2014 e no dia 26 de janeiro de 2015, respectivamente. Além disso, é importante esclarecer que, no dia 18 de dezembro de 2014 (um dia após a retomada das relações diplomáticas dos EUA e Cuba),

⁴ Cf. seção 1-f.

duas reportagens foram publicadas no *El País*, o que me obrigou a estabelecer como critério de escolha o local de realização da reportagem. Por isso, selecionei aquela que foi realizada em Cuba, ou seja, a reportagem *in loco*. Com a seleção desse recorte temático e de *corpus* em mãos, analisei as posições discursivas dos jornais *The New York Times*, *El País*, *Granma* e *O Estado de S. Paulo*, sobre Cuba e seus efeitos de sentido.

g) Cubanos entrevistados

Para complementar as análises, selecionei trechos de entrevistas com cubanos que mora na Ilha, nos anos de 2012, 2014 e 2015. Algumas dessas entrevistas foram realizadas exclusivamente para este trabalho, em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, em Cuba, durante a pesquisa de campo. Utilizei, também, outras entrevistas promovidas por mim e publicadas no site da Revista *Caros Amigos*, em meu trabalho como correspondente internacional (COTRIM, 2012).

Priorizei as entrevistas com cubanos que, de alguma forma, eram representativos dos seus segmentos: jornalistas, professores, pequenos empresários, escritores e políticos do Partido Comunista Cubano. A maioria das entrevistas aconteceu com o gravador ligado, com exceção das realizadas com os novos donos de pousada em Cuba, encaminhadas de maneira informal, já que o objetivo era identificar se haveria diferença entre os dizeres “espontâneos” e os “formais”. Essas indicações estão na nota de rodapé do capítulo IV: “Como os cubanos se dizem”. A partir desse material em mãos, foi possível refletir sobre a tensão da linguagem como materialidade do embate histórico-político entre os cubanos que moram na Ilha e os jornais analisados.

h) Perguntas da Pesquisa

Esta investigação foi conduzida por alguns questionamentos: (1) Quais são os discursos sobre Cuba na mídia? (2) Existe uma regularidade nos discursos desses jornais? Se existir, ela explica o discurso midiático *sobre* Cuba? (3) Os discursos sobre Cuba, além de se repetirem nos enunciados, se repetem no efeito-leitor? (4) Existem diferenças entre os discursos desses jornais e o discurso dos cubanos que foram entrevistados em Cuba? (5) A partir do *corpus* em mãos, quais os modos de dizer do

imaginário da mídia que produzem efeitos de sentidos e uma representação *sobre* Cuba?

Não examinei exaustivamente todas as práticas de discursos existentes, mas procurei estabelecer um recorte teórico sobre *discurso, ideologia, condições de produção e memória*.

i) **Por que falar sobre Cuba pela AD?**

Investigar os discursos *sobre* Cuba e refletir sobre seus efeitos de sentido, a partir da AD materialista, se deu, em um primeiro momento, devido ao meu incômodo em notar uma dada repetição de enunciados da chamada grande imprensa quando o tema é Cuba. Depois de estudar Cinema na Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba, em 2012, e me confrontar com discursos que trazem outros efeitos de sentido sobre aquele País, decidi estudar, então, a partir de um método científico, quais eram os discursos da mídia sobre Cuba.

Escolhi a AD da vertente materialista porque, como afirma Possenti (s/d), trata-se de uma teoria da leitura que rompe com a Análise de Conteúdo⁵ tanto “pela crítica da leitura baseada em categorias temáticas quanto pela diferente abordagem do sentido: em lugar de seu tratamento como informação, a Análise de Discurso introduz a noção de efeito de sentido entre interlocutores” (POSSENTI, s/d, p. 358).

Cada texto é parte de uma cadeia (arquivo), decorre não de poder ser tomado como um texto, como uma unidade coerente de sentido, mas como uma superfície discursiva, uma manifestação de um processo discursivo específico. Como forma de linearidade de um discurso e como efeito de interdiscurso na medida em que o que se retoma não é apenas o que deve ter sido dito antes, no mesmo texto, mas o que por ter sido dito em outros textos pertencentes ao mesmo arquivo (à memória da mesma formação discursiva) (POSSENTI, s/d, p. 364).

Segundo Orlandi (1999), a AD começa por um recorte que consiste na identificação de fragmentos de *corpus* dotados de sentido. Ao se pretender analisar os

⁵A Análise de Conteúdo é uma metodologia baseada em categorias temáticas, como aponta Possenti: “para tais categorias, definidas pelo pesquisador, são propostas ‘correspondências’ nos textos (palavras, expressões), suposta garantia de leitura” (POSSENTI, s/d, p. 358).

discursos *sobre* Cuba, o *corpus* para este trabalho se constitui nas reportagens de jornais e de entrevistas de cubanos, das quais selecionamos os fragmentos políticos que se referem aos sentidos que esses discursos produzem. Essa seleção de *corpus* se deu a partir do plano temático, conforme exposto no início desta Introdução, sobre o qual afirma-se:

O trajeto temático diz respeito aos discursos que sejam representativos. A representatividade está relacionada à homogeneidade de ocorrência no espaço e no tempo e também à ideologia que dá suporte (GONDIM e FISCHER, 2009, p. 13).

A AD é uma posição que assumi diante de meu objeto: o discurso, que se apresenta como uma teoria crítica da linguagem. Orlandi (1995) afirma que analisar é compreender a ordem do discurso, não sendo uma ordem no sentido de organização ou de ordenamento, mas a forma material com que funciona a língua e que permite a apreensão dos sentidos. O trabalho do Analista do Discurso é realizar a análise levando em consideração as condições de produção sociais, históricas e ideológicas, indo além do texto/enunciado⁶ para ter acesso ao seu sentido (outros), uma vez que a língua não é estática.

Somos seres históricos, simbólicos e sociais. A AD materialista, sabendo disso, considera o sujeito e o sentido. Mais importante do que o enunciado é o processo da enunciação. Tão importante quanto investigar *o que* os jornais falam sobre Cuba ou se a Ilha é ou não representada na mídia é interrogar *como* os jornais o fazem e por que fazem dessa maneira e não de outra. Refletir sobre como os discursos produzem sentido implica realizar um deslocamento analítico, discutir epistemologia, analisar os efeitos de sentidos dessa representação, desestabilizando uma representação natural, absoluta e evidente. Implica aplicar deslocamentos teóricos sobre o modo como os jornais produzem discursos e perpetuam imagens.

Para este trabalho, tentei atravessar a interpretação para chegar à compreensão do discurso (ORLANDI, 2008), porque interpretar é continuar preso às evidências já construídas, imaginárias. Com a compreensão, no entanto, podemos conhecer *os processos* de produção de um discurso, a historicidade concreta, materializada na

⁶ Chamamos de *enunciado* a dimensão material do texto: as palavras, frases, ou o todo de um discurso que está relacionado com o seu contexto.

linguagem. Ao interpretarmos, em nossa posição-sujeito, determinados pela ideologia, “nos reconhecemos nos sentidos que interpretamos. Mas para compreender é preciso teorizar. É preciso não se reconhecer, mas fazer o esforço de conhecer (...). É aceitar que a linguagem é social e história” (ORLANDI, 2006, p. 3).

j) **Justificando a pesquisa e o método de análise**

Após o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, a imagem de Cuba foi construída pela historiografia, pelo ensino, pelo cinema, pelas novelas, pela imprensa, pelas redes sociais e pela publicidade. Os jornais que analisamos tiveram atuação relevante acerca da memória (aquilo que se sabe, que se constitui) sobre Cuba. Nesse sentido, não podemos perder de vista que o que se sabe (o que se interpreta) sempre é regido por condições de produção do discurso⁷ e que essas condições de produção *aparecem* como universais e eternas (ORLANDI, 1994). É a ideologia que produz o efeito de evidência, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais”. Interpretar uma coisa e não outra pode parecer, inconscientemente, algo “natural”.

Neste trabalho, a proposta é compreender os processos de significação materializados na produção da linguagem jornalística sobre Cuba, ou seja, o embate entre os enunciados e o movimento histórico de produção de sentidos. Acreditamos que questionar “a experiência cotidiana e os diversos ‘mitos’ é condição de acesso ao pensamento científico” (POSSENTI, p. 356). Ressaltamos que esta dissertação, formulada a partir da *praxis*, não está encarregada, como aponta Chauí (2004), de “conscientizar” os indivíduos, de criar a consciência verdadeira para opô-la a uma hipotética consciência falsa. Este estudo teórico e analítico não está preocupado em tomar o lugar da prática, algo como fazer a realidade depender das ideias (2004). Ao contrário, acredito que a relação teoria e prática é simultânea.

Para tanto, as referências desta escrita-pesquisa incluem obras referenciais e estudos acadêmicos das áreas da Linguística, Filosofia, Jornalismo, História e Sociologia.

⁷ O conceito de condições de produção será mais bem discutido no Capítulo I desta dissertação.

k) Estrutura da Dissertação

No Capítulo I, “Quando a memória lembra o que (não) foi dito sobre Cuba”, apresentamos uma introdução do recorte de pesquisa, abordando a noção de linguagem, formação discursiva, interdiscurso (memória discursiva), pré-construído, e discurso histórico.

No Capítulo II, “O discurso do Jornalismo”, estreitamos a discussão sobre o discurso do Jornalismo ocidental e o posicionamento discursivo dos jornais analisados, examinando as condições de produção para o discurso do Jornalismo e propomos uma reflexão sobre ideologia.

No Capítulo III, “Cuba pelos jornais”, nos debruçamos sobre a análise dos jornais.

No Capítulo IV, “Como os cubanos se dizem”, analisamos os discursos dos cubanos residentes na Ilha, na tentativa de compreender os sentidos e suas representações *sobre* o País, na perspectiva de quem olha de dentro.

Finalmente, faço minhas reflexões sobre a pesquisa nas Considerações Finais.

O ESTADO DE S. PAULO

EUA e Cuba decidem reatar relações diplomáticas depois de 53 anos

Barack e Raúl Castro discutiram sobre reatar relações entre os países desde 1961. Representando as aberturas para o Congresso americano, o senador Tom Coburn disse que o Papa poderia ser um agente de mudança para a normalização das relações.



Obama e Castro discutiram sobre reatar relações entre os países desde 1961. Representando as aberturas para o Congresso americano, o senador Tom Coburn disse que o Papa poderia ser um agente de mudança para a normalização das relações.

Os dois líderes se reuniram em uma reunião de imprensa conjunta em Havana, Cuba, para anunciar a decisão de reatar as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba. Obama disse que a decisão é um passo importante para a normalização das relações e que ele espera que o Congresso americano aprove a medida.

Obama e Castro discutiram sobre reatar relações entre os países desde 1961. Representando as aberturas para o Congresso americano, o senador Tom Coburn disse que o Papa poderia ser um agente de mudança para a normalização das relações.

EL PAÍS

EL PERIÓDICO GLOBAL

www.elpais.com

21 días para cambiar de vida. Hoy, gratis con EL PAÍS, la revista del bienestar.

EE UU y Cuba abren relaciones

Amos países contarán con embajadas. Obama cree que el embargo ha fracasado. El Papa medió en los contactos. Un canje de presos eliminó el último obstáculo.

El traslado de Raúl Castro, presidente de Cuba, a la Casa Blanca, y Barack Obama, presidente de Estados Unidos, se celebró en la Casa Blanca, durante su estancia en Washington. El Papa medió en los contactos entre los dos líderes.

El Tribunal de Cuentas y el juez investigan la gestión de Tomás Gómez

Suspectos sobre el gran proceso del líder socialista de Madrid.

La guerrilla colombiana de las FARC desliza un año el fuego unilateral indefinido



• **Granma.** Páginas do jornal oficial cubano trazem o discurso do president Raúl Castro sobre a nova fase com os EUA.

• **The New York Times.** O Americano destaca que EUA abrirão embaixada em Havana pela primeira vez em mais de 50 anos.

Granma

ÓRGANO OFICIAL DEL COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

¡Volvieron!

Como prometió Fidel, en junio del 2001, cuando dijo: ¡Volverán!, arribaron a nuestra Patria, Gerardo, Ramón y Antonio.

Declaración del Vaticano, sobre la decisión de los Gobiernos de Cuba y Estados Unidos.

Amplia repercusión nacional e internacional.

Debemos aprender el arte de convivir, de forma civilizada, con nuestras diferencias.

En aquellos aspectos en los cuales no coincidimos, abordaremos esas diferencias directamente.

The New York Times

U.S. WILL RESTORE FULL RELATIONS WITH CUBA, ERASING A LAST TRACE OF COLD WAR HOSTILITY

As Havana Celebrates Historic Shift, Economic and Political Hopes Rise

Journey in a World of Pops and Spies Overcame Years of Diplomatic Discord

Figura 1: Os discursos sobre Cuba/Montagem Amanda Cotrim

Capítulo I: A memória lembra o que (não) foi dito *sobre* Cuba

1.1 A linguagem constituindo sentidos

“A destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem”. É dessa forma que a analista de discurso Eni Orlandi (2012) apresenta outra noção de linguagem, a qual se realiza pelo que se sabe, mas também pelo que não se sabe, o que não impede a linguagem de funcionar. É nesse mecanismo que ela, a linguagem, aparece como *evidência* transparente para os sujeitos, na qual as palavras “nascem” com um significado original, intrínseco.

A Análise de Discursos (doravante AD) rompe com a ideia de que o sentido das palavras seja da ordem da língua, para dizer que os sentidos são da ordem da história, defendendo duas questões: de um lado, o sentido nunca é um, ele sempre pode ser outro, mas nunca será qualquer um⁸; de outro, a AD considera o sujeito e a situação em que os sentidos foram produzidos.

A linguagem funciona como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social. Nesse aspecto, ela é uma prática histórica e política. Para fazer sentido, a língua, sujeita a falhas (divisão), “se inscreve na história, produzindo discursividade” (ORLANDI, s/p, p. 296).

Quais são os sentidos que supostamente fazem mais sentidos que outros? Para entender isso, é preciso compreender duas questões centrais: o lugar de onde se fala sobre Cuba, ou seja, as Formações Discursivas (FD), que materializam as formações ideológicas, e as Condições de Produção (CP) em que os discursos foram produzidos, ou seja, as situações históricas, ideológicas, políticas e cotidianas.

As CP são tensões que nascem de embates que nada têm a ver com a pretensa neutralidade ou objetividade jornalística, “mas com as relações de força que presidem um imaginário social” (ORLANDI, 2008, p.40). Essas relações de força também estão

⁸ Os sentidos podem ser outros porque vivemos em uma sociedade de classes (MARX, 2013), em que há divisão social, conflito, contradição e *disputa* de sentido.

presentes na imprensa, porque todo discurso produz (efeitos de) sentido, sendo um reconhecimento ideológico, um efeito de filiações (PÊCHEUX, 1997).

1.2 O lugar de onde Cuba “é falada”

Quem contribui com a noção de Formação Discursiva (FD) é o filósofo francês Michel Pêcheux, o qual readapta as noções de *ideologia* e *luta de classes* para explicar a posição do sujeito e seu lugar de fala no discurso. Formação Discursiva, segundo ele, é

aquilo, que numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) (PÊCHEUX, 1995, p.160).

O dizível e o não dizível são mediados pelas FD (as posições dos dizeres sociais), em determinada conjuntura. Isto é, são elas que vão determinar o que pode e o que não pode ser dito por um médico, por um jornalista, por um jornal, por um religioso, por um sindicalista. Ao dizer, o sujeito se filia a uma FD e não a outra.

As FD têm suas regularidades, normas, trabalham silêncios e “deixam de lado saberes que poderiam ameaçar sua coerência e unidade, saberes que poderiam ser linearizados, formulados, mas não o são” (FONSECA, 2010, s/p). Elas pressionam as Condições de Produção de determinado discurso. Isto quer dizer que, na prática do discurso, na situação cotidiana, existem tensões entre o que dizer e o que não dizer, “tensões que determinam e comprometem tanto a capacidade enunciativa para dizer algo (o que se pode dizer, no nível do consciente/pré-consciente) como para dizê-lo de modo a se atualizar um saber (o que se deve dizer, no nível do inconsciente)” (FONSECA, 2010, s/p).

A FD do Jornalismo⁹ tem seus protocolos que guiam os jornalistas sobre o modo como eles devem interpretar os acontecimentos, os documentos, o que dizem as fontes; normas estabelecidas no interior da prática discursiva daquele grupo. Dessa maneira, a produção da reportagem (gênero que vamos analisar) dependerá de alguns fatores importantes para a compreensão e análise do discurso jornalístico, entre eles a linha

⁹ O Jornalismo tem muitas FD's. Quando falamos em FD do Jornalismo, neste caso, nos referimos à cultura jornalística, à um jeito de fazer que é comum em todos os países capitalistas: o discurso da objetividade, os valores de notícias, os critérios jornalísticos que se aprendem na escola e se mantêm nas práticas profissionais, a notícia enquanto mercadoria, etc.

editorial do veículo, a pauta e, mais profundamente, as formações ideológicas. Portanto, os limites da produção do conhecimento produzidos pelo Jornalismo mudarão de acordo com tais condições. Abordaremos isso no Capítulo II.

Pode-se dizer que os jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo*, analisados nesta escrita-pesquisa, pertencem à mesma FD: uma imprensa ocidental, empresa privada, oriunda de país capitalista, constituída pelas mesmas regras e normas, segundo as quais o texto deve ser *preciso* e o jornalista, *objetivo*. Apesar de os periódicos serem de países diferentes, todos pertencem a *lugares* em comum, que mantêm uma espécie de moral jornalística, do seu *habitus* e *ethos* profissional. Isto é, apesar das características de cada país, existe algo maior que incide sobre a formação da imprensa desses lugares: uma moral-discursiva jornalística que coloca os jornais em uma posição-sujeito de porta-vozes da realidade, mantidos sob o guarda-chuva de uma FD que produz o Jornalismo como o lugar em que se pratica a democracia do dizer.

Por outro lado, o jornal cubano *Granma* não pertence a essa mesma FD. Trata-se de um jornal estatal, do Partido Comunista Cubano, proveniente de um país socialista e que realizou uma Revolução. Em Cuba, o Estado é máximo e a imprensa não é privada. O discurso da objetividade ganha outros sentidos, uma vez que o jornal assume a posição de *parcialidade*. O *Granma* assume uma posição-sujeito relacionada ao Comitê Central do Partido Comunista, o que mobiliza a ideia de que o Jornalismo não é só *uma* coisa, ao contrário, ele pode ser *outras*. O *Granma* mostra que o Jornalismo também está em disputa em um mundo em que os sentidos se transformam no movimento histórico.

Pensando que as FD são uma condição de produção do discurso, o que define o cubano não é discurso *de* Cuba, mas sim o *sobre* Cuba. O cubano não fala, “ele é falado” pelo jornal (ORLANDI, 2008, p. 49). Portanto, há um silêncio sobre ele que significa pelo que o jornal não diz. Esse não dito (uma prática do silêncio) produz (efeitos de) sentido no imaginário, refletindo sobre o papel que as notícias *sobre* Cuba exercem no Jornalismo.

A FD do Jornalismo, como qualquer outra, não é unitária, mas heterogênea, pois o discurso do Jornalismo dialoga com outros que falam no jornal (político, econômico, jurídico, moral etc).

Os jornais analisados são como um palanque do dizer, que atestam os sujeitos em suas posições e na luta pelos sentidos sobre os acontecimentos discursivos. O que se pode dizer *sobre* Cuba? O que se pode dizer *sobre* Cuba nos jornais *The New York Times*, *El País*, *O Estado de S. Paulo* e *Granma*? Esse “jogo” do que pode e do que não pode ser dito, do que é dito e do que não é dito, remete o texto (a reportagem) à sua exterioridade, ou seja, estabelece a relação do texto com a memória do dizer, ou a memória (discursiva).

Inserido no conjunto de formações imaginárias específico de uma formação social em um dado período histórico, o sujeito, ao enunciar, se projeta imaginariamente na forma-sujeito da formação discursiva que o domina. 'incorporando', desse modo, 'sua realidade', e os seus 'sentidos' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas — aceitas — experimentadas (MARIANI, 1996, p. 36).

O sujeito (discursivo) sempre se inscreverá em uma (e não em outra) Formação Discursiva. Isso ocorre para que suas palavras tenham sentido. Quando o sujeito “muda de formação discursiva, as palavras mudam de sentido” (ORLANDI, 2007, p. 76).

1.3 Memória (discursiva)

Para compreender o funcionamento discursivo dos jornais e dos cubanos em seus dizeres *sobre* Cuba, é importante mobilizar a noção de memória, não em seu sentido psicológico, como lembrança, mas como uma memória do que é dito, subsidiada por práticas do dizer, uma espécie de estruturação da materialidade discursiva. Em outras palavras, “a memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos” (PÊCHEUX, 1999, P. 52) (os pré-construídos). Ou seja, para que algo faça sentido no presente, é porque ele fez sentido no passado, daí a relevância sobre a noção de memória.

A memória discursiva e o interdiscurso, em princípio, são a mesma coisa, mas durante o estudo encontramos algumas diferenças. O interdiscurso não é propriamente palpável empiricamente (não é representável), pois são discursos que circulam entre nós, constituindo um discurso em relação a outros já existentes. O interdiscurso determina o nosso dizer no presente, estabelecendo sentidos como *evidentes*. Eles são “evidentes”, porque, quando se diz algo, “alguma coisa fala antes em outro lugar”, como formulou Pêcheux (1977).

Já a memória discursiva se insere por meio de marcas detectáveis, desenvolvendo elos de formulação, repetição e esquecimento em relação a outras formulações “detectáveis”, mas não presentes explicitamente nas produções do dizer. A memória discursiva vem estabelecer o implícito, ou seja, o já lá, “trabalhando sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado” (ACHARD, 1999, p. 13), mas também trabalha o esquecimento: aquilo que não foi agenciado pelo dizer (ORLANDI, 2007).

Quando os jornais e os cubanos falam *sobre* Cuba, suas palavras fazem sentido na constituição do que já foi dito antes (e o que foi apagado antes) sobre a Ilha, possibilitando o seu dizer no presente (ORLANDI, 1999, p. 64).

Todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

A Memória Discursiva (MD) se relaciona com a FD, que se filia a esse interdiscurso e o perpetua. Por isso, os sentidos *sobre* Cuba não residem no enunciado, mas na FD, o lugar que fala sobre Cuba (ORLANDI, 2008). São esses lugares do dizer que refletem as contradições que subsistem à luta de classes. Quando o jornal *Granma* produz para Cuba os sentidos de *revolução e resistência* e os jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo* produzem os sentidos de *comunista, autoritarismo e ditadura*, podemos vislumbrar algumas denominações em disputa. E mais: podemos identificar duas FD distintas, que produzem sentidos diferentes sobre o mesmo lugar.

Os acontecimentos fragmentados como notícias constituirão a memória (discursiva) da imprensa sobre Cuba, um dizer que afirma uma prática de linguagem. Esta não se isenta de uma posição discursiva, pois o discurso é a materialidade dessa formação ideológica, que se configura por uma memória do que já foi dito, que significa no presente e faz sentido no imaginário dos jornais *sobre* Cuba. Esse “fazer sentido” se sustenta por uma questão dialética: a repetição de um enunciado (e o silêncio de outros) e a regularização do seu sentido (ACHARD, 1999).

A memória também se produz pelo que não foi dito, pelo que foi esquecido, pelo que foi apagado, pelo que foi silenciado. Neste caso, o silêncio não é implícito, mas

esquecimento, conforme elaborou Orlandi (2007): “O silêncio não está apenas ‘entre’ palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência” (*idem, ibidem*, p. 69).

Um exemplo dessa forma de silencio é a denominação “nova república”, no Brasil, atribuída ao regime que seguiu a ditadura militar. Ao nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos tido antes era uma ditadura (*idem, ibidem*, p. 74).

O sujeito que *diz* é afetado pela memória do que *já foi dito* e pelos discursos que circulam. Não é incomum alguém falar um discurso relativo à outra ordem social. Os sentidos migram de uma FD à outra, uma vez que nenhuma palavra é estática e unitária.

As FD dos jornais que estamos analisando não são homogêneas; ao contrário, elas funcionam como um espaço de contradição, de divisão (PÊCHEUX, 2000). Isso quer dizer que uma FD é uma unidade que pode ser dividida e que, embora tenha suas regras e suas regularidades, habita diferentes vozes que se cruzam, dialogam e se opõem. Faz parte do processo haver um espaço para a divergência, para a diferença, pois uma FD é “constitutivamente frequentada por seu outro” (PÊCHEUX, 1995, p.57). Ou seja, não é incomum existirem vozes em conflito, em tensão, seja dentro de uma redação de jornal ou em Cuba. É justamente “porque há o outro nas sociedades e na história que pode haver ligação, identificação ou transferências. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias” (PÊCHEUX, 1990, p. 7).

1.4 Efeito de pré-construído

A memória é produzida em um processo histórico, que não é cronológico, mas político. Portanto, é conflituoso, contraditório e disputado. No mundo da linguagem, os sentidos *sobre* Cuba também estão em disputa. Na correlação de força, alguns sentidos são mais dominantes do que outros, o que não significa que o sentido predominante anule os outros. “Muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico” (MARIANI, 1996, p. 35). O sujeito/jornalista, empírico, padece dessa condição “jornalística”, porque, ao dizer, ele também esquece; enquanto sujeito de linguagem, ele não sabe de onde vem o que ele diz. O sujeito/jornalista quer se

sustentar em uma posição de autor, de sujeito de si, mas é “traído” por um discurso que o antecede e o atravessa.

Pêcheux (1995) define que as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores, manifestando-se através da antecipação, das relações de força e de sentido. As percepções *sobre* Cuba pelos jornalistas são produzidas a partir de outras percepções que as antecederam (MAIA, 2014, p. 16). Os dizeres sobre Cuba aparecem para o leitor como uma novidade/notícia, quando são dizeres que se apoiam em uma enunciação histórica (MAIA, 2014). A antecipação é a imagem que os jornalistas fazem de Cuba, as quais fazem sentido pela memória (a confirmação do dizer).

No entanto, é importante refletir sobre o fato de que nem todos os pré-construídos estão disponíveis. Os que se sobressaem são os “aceitáveis” dentro de determinada FD. O pré-construído, ao mesmo tempo que provém do interdiscurso, se realiza na FD. Talvez o mais relevante seja pensar qual FD domina o imaginário sobre Cuba? No cenário da luta de classes, quais memórias fazem mais sentidos do que outras?

1.5 Discurso histórico

Os saberes de um determinado tempo e lugar são “produzidos a partir de outros que os antecederam e que serão por eles substituídos. Qualquer entendimento novo sobre algo, sempre parte do entendimento anterior — eis aí a noção de devir histórico” (MAIA, 2014, p. 16). Para a AD, ocorre um jogo de imagens que os jornalistas, os jornais e os cubanos fazem sobre a Ilha e do lugar que a imprensa, esses profissionais e esses cubanos ocupam na formação social. Esse jogo se alia ao já-dito (memória) *sobre* a Ilha.

Para compreender os sentidos sobre Cuba nos jornais dos anos 2014 e 2015 que integram esta pesquisa, faz-se necessário investigar o processo discursivo histórico dos jornais que “falaram” sobre a Ilha. A partir do breve resgate histórico político que se segue, tentamos compreender o funcionamento discursivo dos jornais na constituição dos sentidos sobre a Ilha.

Cuba era um local estratégico para a política comercial da região do Caribe, sendo palco, no final do século XIX, de duas tentativas de independência. A primeira ficou

conhecida como a Guerra dos 10 anos (1865-1875); já a segunda ocorreu em 1895 e teve como líder José Martí, que morreu em combate.

Desde o segundo processo de independência cubana (1895-1898), a imprensa brasileira produziu informações sobre o que ocorria em Cuba, por meio do jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁰. O jornal foi o primeiro a veicular uma opinião, no dia 27 de abril de 1895, se colocando *a favor* do movimento cubano que pedia a independência e se alinhando ao discurso americano da época, que tinha interesse na independência de Cuba (SAIANI, 2013).

Em 1898, os EUA também entraram na guerra de independência cubana contra a Espanha, “com o álibi de defender o hemisfério” (AYERBE, 2004, p.41). A Ilha deixou de ser colônia da Espanha e se tornou uma *neocolônia*¹¹ dos Estados Unidos (MÁO, 2007).

Quando a Ilha tornou-se uma *neocolônia*, essa nova política gerou alguns efeitos e algumas práticas, entre os quais destaca-se o fato de que os EUA passaram a ter legitimidade para interferir na ilha politicamente, economicamente e militarmente (GALEANO, 2000), dando aval para que os latifundiários cubanos aceitassem a assinatura do *Tratado de Reciprocidade*¹², em 1903. Esse Tratado possibilitou a exportação de 92%, em média, do açúcar para os EUA, entre 1896-1900, beneficiando os donos do açúcar e gerando um álibi para que eles aceitassem a *Emenda Platt*¹³.

10 *O Estado de S. Paulo* é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez *A Província de S. Paulo* — seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, recebeu sua atual designação.

¹¹ O termo neocolônia foi empregado pelo pesquisador Máo Júnior (2007), para identificar essa nova fase de Cuba.

¹² Florestan Fernandes (2007) afirma que com o *Tratado*, Cuba passou a exportar açúcar e tabaco para os EUA com mais vantagens em relação a outros fornecedores. Em troca, os americanos tinham exclusividade de mercado na Ilha. Isso se mostrou um acentuado empecilho para o desenvolvimento econômico independente de Cuba.

¹³ Criada durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), aprovada pelo Senado dos EUA em 2 de março de 1901 e pela Convenção Constituinte de Cuba em 12 de junho daquele ano, a *Emenda Platt* determinou a instalação de uma base militar na Ilha (**na bacia de Guantánamo**). A emenda constitucional também dava poderes para os EUA decidirem e intervirem politicamente no país (AYERBE, 2004). [grifos nossos]

Para Mão (2007), a exclusividade dos EUA nos mercados cubanos bloqueou a expansão comercial da Ilha e fez com que a economia cubana se tornasse totalmente dependente desse país. “Foram os fatores internos que propiciaram suporte material, ideológico e político estável ao novo centro imperial” (*idem, ibidem*, p.72). O autor afirma que, dialeticamente, a frustração da independência (que de fato não veio) gerou um efeito contrário, sendo um estímulo para o processo revolucionário que aconteceu em 1959.

Na fala do Major do Corpo de Fuzilamento Naval dos Estados Unidos, Smedley D. Butler, encontramos um discurso que marca a relação dos EUA com as (ex) colônias da América Espanhola e, em especial, com Cuba:

Assim, por exemplo, em 1914 **ajudei** a fazer com que o México se tornasse uma presa fácil para os **interesses petrolíferos norte-americanos**. O Haiti e Cuba fossem lugares **decentes** para a cobrança de juros por parte da National City Bank... Em 1909-1912 ajudei a **purificar** a Nicarágua para a casa bancária internacional Brown Brothers. Em 1916, **leveí a luz** à República Dominicana” (GALEANO, 2000, p.121, grifos nossos).

Galeano (2000) relata que, nas primeiras décadas do século XX, as ruas da capital cubana protagonizaram anos de instabilidade social e crise econômica¹⁴. O País teve duas ditaduras, a de Machado, na década de 1930, e a de Fugencio Batista, na década de 1950. Em 1958, havia mais prostitutas registradas do que operários mineiros, além de meio milhão de crianças sem escola e um milhão de analfabetos (CARMO, 2006); e, até 1959, não se construíram fábricas, mas castelos de açúcar¹⁵ (GALEANO, 2000).

A tentativa de colocar fim à ditadura de Fugencio Batista se deu em 1953, quando estudantes, funcionários públicos, professores, artesãos, trabalhadores do setor de açúcar e o recém bacharel em direito Fidel Castro, que chegou a se vincular ao Partido do Povo Cubano do professor universitário Eduardo Chibás, e seu irmão Raúl Castro (do Partido

¹⁴ Isso se deve à queda dos preços do açúcar, que, em 1920, despencaram de 23 para 3 centavos de libras. Em 1924, os EUA intervêm em Cuba, novamente, e impõem a candidatura e a eleição do general Geraldo Machado, ditador e grande articulador da repressão contra movimentos sociais e grevistas na Ilha. A instabilidade política do governo passou a ser um problema para os EUA. Em 12 de agosto de 1933, Geraldo Machado renuncia. No dia seguinte, a ementa Platt volta com toda a força em Cuba e tem início o governo provisório, com Carlos Manuel de Cépedes (MÃO, 2007).

¹⁵O açúcar era considerado o ouro da época; dizer que os castelos eram de açúcar significa dizer que eram mansões onde viviam os donos do açúcar cubano.

Socialista Popular — o partido comunista cubano da época), se prepararam para uma ação armada.

O alvo era o quartel de Moncada¹⁶, na Província de Santiago de Cuba (lado oriente da Ilha, oposto às fronteiras dos EUA), segunda maior instalação militar. A ação não deu certo. Fidel foi preso e julgado no dia 16 de outubro de 1953, quando foi condenado a 15 anos de prisão. Mas, devido à pressão popular, acabou anistiado (MÁO 2007).

No dia 7 de julho de 1955, os “barbudos” que tentaram assaltar Moncada foram para o México. Lá conheceram o médico argentino Ernesto ‘Che’ Guevara de La Serna, que tinha acabado de voltar da Guatemala, após sua segunda viagem pela América Latina. No México, o grupo decidiu organizar a retirada estratégica de Fugencio Batista, que se daria pela luta armada. A estratégia defendida por Fidel era uma ação direta, que proporcionasse uma insurreição popular, diferente do que o Partido Socialista Popular propunha, que era a luta das massas, o que significaria uma unidade política em oposição à ditadura de Batista¹⁷ (SZULC, 1986). Em 1957, cerca de 80 guerrilheiros, entre homens e mulheres, embarcaram do México no iate Granma¹⁸, com destino a Sierra Maestra, no lado oriente da Ilha.

No arquivo do Jornal *The New York Times*, é possível encontrar várias notícias sobre o processo de guerrilha em Cuba entre 1957 e 1959¹⁹. Nesse período, o *The New York Times* produziu, discursivamente, Fidel Castro como o “líder rebelde”, gerando certo efeito psicológico para o processo histórico. Abaixo seguem alguns enunciados, com

¹⁶O dia escolhido foi 26 de julho de 1953, carnaval no país. Mas um elemento surpresa desestabilizou a ação: Fidel foi surpreendido pelo governo de Batista e ordenou a retirada em direção às montanhas (Sierra Maestra). O local tem uma geografia peculiar, para acessá-lo é preciso muitas horas por terra e muitas horas a pé, até o pico das montanhas (LORENZATO, 2009). O movimento ficou conhecido como “Assalto ao quartel de Moncada” e o grupo como “Movimento 26 julho”.

¹⁷ No final do ano de 1956, Raúl, Fidel, Camilo Cienfuegos, Che e mais 78 pessoas, entre homens e mulheres, embarcaram para Cuba no *Iate Granma*. Os guerrilheiros se refugiaram em Sierra Maestra (lado oriente da Ilha) e passaram a ter a simpatia da população local, de maioria camponesa, ao ponto de terem alojamento, comida e informações privilegiadas sobre o exército de Batista, que só entraria em Sierra se tivesse grande efetivo, em razão da topografia do lugar (SZULC, 1986).

¹⁸ O nome Granma foi posteriormente escolhido para o Jornal do Partido Comunista Cubano, que nasceu em outubro de 1965, da junção dos jornais Hoy e Revolucion (MISKULIN, 2003).

¹⁹ O jornal americano em 1952 já noticiava o insucesso do assalto ao quartel de Moncada, primeira tentativa de enfrentar a ditadura de Fugencio Batista.

destaques nossos, produzidos pelo *The New York Times* durante os dois anos de guerrilha (1957-1959), encontradas no acervo do jornal.

- 20 de maio de 1957: “ENTREVISTA de **CASTRO** é relatada em CUBA”;
- HAVANA, 20 de maio: “**Fidel Castro, líder rebelde**, está na Sierra Maestra com um grupo armado apesar das declarações do governo em sentido contrário”;
- 9 de junho de 1957: “**Forças Rebeldes de Castro** ganhando Cuba”;
- SANTIAGO DE CUBA, 8 de junho: “**Fidel Castro, o líder rebelde** jovem, luta contra as forças do Governo, que prometeu liquidá-lo dentro de uma semana”;
- 5 de abril 1958: “**CUBA NO PRAZO DE CASTRO** ‘Guerra total’ continua aos **Inimigos do Governo** — Ameaça de greve geral”;
- HAVANA, sábado, 5 abril: “Apreensão montada em toda Cuba hoje como o prazo chegou para o início do **grande ataque ameaçado por rebeldes de Fidel Castro contra o Governo do presidente** Fulgencio Batista”.

A guerrilha cubana aconteceu como exigência histórica na relação do País com suas contradições sociais, com a ditadura de Fugencio Batista e com a submissão aos EUA, mas seu processo foi, discursivamente, produzido como sendo de responsabilidade de um sujeito: Fidel Castro. Talvez por isso faça sentido até hoje ouvirmos “a ilha de Fidel”. Noticiar que a Revolução Cubana, enquanto processo histórico, político e coletivo, foi mérito ou culpa de um único sujeito, silenciou os (outros) sentidos sobre a Revolução.

Contudo, também podemos considerar que a produção discursiva e os efeitos simbólicos sobre Fidel Castro não foram construídos apenas pelos jornais da chamada grande imprensa. Até hoje Fidel é significado como sinônimo da Revolução Cubana. Para a memória da esquerda, há uma sobreposição de sentidos entre essas duas palavras, o que nos faz considerar que o sentido não se constitui apenas pelo modo como é produzido, mas por seu efeito, uma vez que o sentido está entre, na relação. Fidel faz parte da MD de várias FD, mas que terá sentidos distintos.

A partir do trabalho organizado no livro *A Revolução Cubana: 50 anos de imprensa e história no Brasil*, por Claudia Wasserman (2009), encontramos um estudo sobre o modo como os jornais *brasileiros* noticiaram Cuba nos anos que antecederam à Revolução Cubana de 1959.

Os jornais, em sua maioria, alimentados pelas agências de notícias americanas²⁰, viam no início com “bons olhos” a guerrilha em Sierra Maestra, saudando Fidel Castro e seus companheiros como *heróis e revolucionários*:

Cabe destacar que, no momento em que os guerrilheiros desceram de Sierra Maestra, não estava definido o caráter socialista da revolução. Além disso, o próprio partido comunista de Cuba, o Partido Socialista Popular (PSP), não apoiava Fidel Castro. Entre outros motivos, pelo fato do PSP defender as vias institucionais para a tomada do poder (MARTINS *in* WASSERMAN, 2009, p. 31).

A responsabilidade de Fidel Castro pela Revolução Cubana também foi um discurso produzido pelos jornais brasileiros, fato que, no dia 3 de janeiro de 1959, o jornal *Diário de Notícias* (do grupo Diários Associados) trouxe como manchete: “O **exemplo cubano**”. Nela, destacou “o êxito da luta revolucionária, exaltando o perfil de Fidel Castro e especulando como se daria a reorganização do governo cubano” (MARTINS, *in* 2009, p. 34). No dia 24 de janeiro de 1959, a Revista *O Cruzeiro* produzia a seguinte manchete: “**Fidel Castro e seu irmão: dois bravos soldados**”. O Jornal *O Globo* veiculou que “**Fidel Castro, o herói da Revolução Cubana, indicou ontem que o regime provisório não manterá relações diplomáticas com a União Soviética nem com as demais nações comunistas**” (*O Globo* de 08/01/1959)²¹. Para o jornal *Última Hora*, “**Embora com todos os lampejos esquerdistas que lembrariam mais Marat que propriamente Lenine — fazendo-se as distâncias devidas do sangue hispano-americano que fez nascer um Zapata — Fidel Castro nada tem de comunista**”²² (*Última Hora* de 03/01/1959)²³

Os dizeres dos jornais sobre Cuba também são um discurso histórico, uma vez que se produzem a partir de determinadas condições e porque “criam tradição, passado,

²⁰ Associated Press International (API) e United Press International (UPI).

²¹ Trecho retirado de MARTINS *in* WASSERMAN, 2009.

²² Trecho retirado de MARTINS *in* WASSERMAN, 2009

²³ Todos os grifos são nossos MARTINS *in* WASSERMAN, 2009

influenciando novos acontecimentos. Atuam sobre a linguagem e operam no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real” (ORLANDI, 2008, p. 42).

Nos três primeiros anos (1959-1962) da Revolução Cubana, cerca de 250 mil cubanos de classe alta deixaram o país (AYERBE, 2004). Em 1961, os Estados Unidos cortaram a cota de açúcar cubano e a ilha passou a contar com a União Soviética como parceira econômica (FREITAS, 2000). No mesmo ano teve início um dos fatos considerados mais importantes, após o triunfo da Revolução, para Cuba do Século XX: a luta na Praia Giron²⁴. “A partir de então, a imprensa passou a questionar a orientação das políticas (interna e externa) cubanas e posicionar-se, nitidamente, ao lado do bloco capitalista, do qual Cuba afastava-se lentamente” (MARTINS *in* WASSERMAN, 2009, p. 39). Como “os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações” (FERNANDES, 2007, p.20), acompanham histórias que integram a vida humana, não foi diferente na produção discursiva da imprensa sobre Cuba, uma vez que o discurso não se limita à língua(gem) propriamente dita, mas se materializa por meio dela.

1.6 Acontecimento Discursivo

Logo após o triunfo da Revolução Cubana, há uma transformação discursiva dos jornais e das agências de notícias em relação à Ilha. Essa mudança ocorreu porque houve um *acontecimento discursivo*, isto é, uma mudança no processo de significação. O acontecimento discursivo, como disse Pêcheux, é o encontro entre a atualidade e a memória, que “rompe” com uma série de repetição (que se dá pela palavra e na palavra, por práticas). Os guerrilheiros e Fidel Castro, até então enunciados como heróis, passaram a vilões quando Cuba começou a se “esquerdizar” (WASSERMAN, 2009), mostrando que os sentidos sobre algo não são estáveis.

²⁴O evento é também conhecido como a Bacia dos Porcos e aconteceu em abril de 1961. O governo revolucionário acusou os cubanos que viviam nos EUA de provocarem uma invasão à Ilha para retirar o governo provisório, com o apoio da Agência de Inteligência Americana. A estratégia era invadir Cuba por 72h, mas a ação não se concretizou devido à reação da população e do exército revolucionário. Mais informações podem ser obtidas em: PORTAL GRABOIS. Disponível em: <http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=5454>. Acesso em nov. 2015.

A transformação discursiva dos jornais se relaciona ao próprio movimento histórico-político do período. Com o triunfo da Revolução Cubana (1959), o governo revolucionário, logo nos primeiros anos, nacionalizou todas as empresas privadas, realizou uma campanha voluntária de alfabetização, julgou os crimes de guerra (sobre os quais a imprensa se posicionou, afirmando serem os paredões), promoveu a reforma agrária e disse que os EUA não iam mais intervir no País (MÁO, 2007). Essas ações do novo governo revolucionário romperam com uma norma social, econômica e política em Cuba. Além disso, dizer “não” para os EUA também lembrou a independência cubana, que não tinha vindo no final do século XIX. Tudo isso produziu efeito:

Fidel Castro entrou em Havana como libertador do povo de um regime corrupto, sujo e canalha. E por isso contou com o entusiasmo delirante do povo e com a simpatia do mundo (...) ao invés de libertador, passou a ditador (...) e anunciou uma série de reformas, “em benefício do povo” (...) Iniciou, para a surpresa de todos, uma revolução de caráter nitidamente esquerdista, com o apoio dos comunistas²⁵ (MARTINS in WASSERMAN, 2009, p. 38).

O medo dos jornais não era de uma Cuba *guerrilheira*, mas de uma Cuba *comunista*. No meio da Guerra Fria, Cuba surgia como uma ameaça para os demais países da América Latina. Era a ameaça do comunismo. O comunismo foi significado como um mal à humanidade pelos jornais e pela indústria cultural. Cuba, até por sua proximidade geográfica, tornou-se o alvo da maior potência política do mundo, como é possível identificar no documento do Departamento de Relações Exteriores dos EUA, em 1969:

O único meio previsível de **alienar o apoio interno** é através de desencanto e descontentamento com base na **insatisfação econômica e na promoção de dificuldades**. Se isso for aceito ou (a situação) não puder ser combatida com sucesso, segue-se que todas as medidas possíveis devem ser tomadas o mais rapidamente para **enfraquecer a vida econômica de Cuba**. Se essa política for adotada, deverá ser o resultado de uma decisão positiva que irá suscitar uma linha de ação que, como a mais hábil e **discreta** possível, faça com que as maiores incursões em **negar dinheiro e suprimentos** para Cuba, para diminuir os salários reais e nominais, para **promover a fome, o desespero e a**

²⁵ Artigo da revista *O Cruzeiro*, publicado no dia 12 de setembro de 1959. Ver mais em Wasserman (2009).

derrubada do governo²⁶ (U.S.DEPARTMENT OF STATE, documento 499, grifos e tradução nossos)

Quando os jornais e as agências de notícias denominam Cuba “comunista”, ressaltando que o comunismo foi significado como um dano à humanidade e abandonando o sentido *heroico* produzido antes do desdobramento da Revolução Cubana, há um esquecimento que constituiu a linguagem jornalística, porque falar é esquecer. “Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados” (ORLANDI, 1999, p. 61-62). Esse esquecimento produziu uma noção de realidade, ou seja, a impressão de que o que é dito só pode ser aquilo que é dito.

Cuba teve sua primeira constituição, pós Revolução, em 1961²⁷. No dia 11 de março do mesmo ano, o relatório da CIA (Agência de Inteligência Americana) apresentava o objetivo dos EUA em relação a essa “nova” Cuba:

Há aproximadamente um ano, a agência foi orientada a colocar em ação a organização de uma **ampla oposição ao regime de Castro**; uma grande **campanha de propaganda**; **o apoio para atividades de resistências pacíficas e violentas**; e o desenvolvimento de forças aéreas e terrestres paramilitares treinadas, compostas por voluntários cubanos. Conclusões: o regime de Castro não cairá por si, o enfraquecimento gradual da oposição interna cubana deve ser esperado. Se usadas com eficiência, as forças paramilitares têm grande chance de **depor Castro, ou causar uma prejudicial guerra civil**, sem a necessidade dos EUA se comprometerem com a ação manifesta contra Cuba (AYERBE, 2004, p.48, grifos nossos).

O relatório da CIA foi elaborado pela maior potência militar e política na era capitalista. Fidel Castro foi nomeado como o responsável pela Revolução em Cuba e, portanto, tornou-se o alvo político e discursivo dos EUA e, conseqüentemente, dos jornais

²⁶O discurso data de 6 de abril de 1960, um ano antes das primeiras sanções econômicas dos EUA a Cuba.

²⁷ Em 1961, o governo do americano John Kennedy aplicou sanções econômicas totais a Cuba. No dia 22 de outubro de 1962, os EUA realizam um bloqueio naval, o que incluiu barcos comerciais, com apoio da OEA (Organização dos Estados Americanos). No mesmo ano ocorreu a crise dos mísseis. A América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, foi cenário do avanço do militarismo com as ditaduras civil-militar no Peru, Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, República Dominicana, Bolívia, Haiti e Honduras.

que apoiaram os estadunidenses em relação à Ilha. Como o discurso histórico é constituído politicamente, podemos questionar: até que ponto os dizeres sobre Cuba pelos jornais não foram movidos pelos dizeres dos EUA?

Ainda em 1962, após as primeiras sanções econômicas a Cuba, houve a chamada crise dos mísseis, um acontecimento importante para a compreensão dos discursos sobre a Ilha, o qual envolveu os EUA e a União Soviética, no auge da Guerra Fria²⁸. A década de 1960 também foi marcada pela Guerra do Vietnã e pela morte de Guevara, na Bolívia. Em 1976, houve a explosão de um avião cubano, com 73 pessoas a bordo, a qual, segundo o governo de Cuba, teve como responsável o cubano, naturalizado venezuelano, morador dos EUA e ex-agente da CIA Posada Carriles. Ele foi julgado em Caracas no mesmo ano e condenado. Mas, em 1985, fugiu da prisão (SILVA, 2014). Atualmente, Carriles mora nos EUA²⁹.

1. 7 O silêncio da ditadura brasileira

No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina³⁰, a ditadura civil militar (1964-1985) é peça chave para a compreensão dos discursos dos jornais sobre Cuba, pois a ditadura organizou *uma* memória sobre a Ilha. A ditadura civil militar não se mostrou apenas um regime “militar”, mas político, cultural, econômico, social, discursivo. Com a censura, ou seja, o silêncio *imposto* (ORLANDI, 2007), quase

²⁸ No ano anterior, os EUA instalaram mísseis nucleares na Turquia, o que desagradou os soviéticos, pois eles entenderam a atitude como uma ameaça a sua soberania. A existência de uma base nuclear em tal região causava preocupação aos soviéticos pela possibilidade de um ataque através de uma posição muito privilegiada. Em resposta, uma base nuclear foi instalada em Cuba pela URSS. Depois de alguns dias de tensão, as duas potências (EUA e URSS) assinaram um acordo: os EUA retiraram a base na Turquia e a URSS retirou a base em Cuba.

²⁹ Em junho de 2015, a imprensa cubana divulgou um documento do Estado Americano que confessa que Carriles é o provável autor do ato terrorista contra o avião cubano, em 1976. Mais informações podem ser obtidas em: CUBA DEBATE. Documento desclasificado señala a Posada Carriles como probable autor de acto terrorista contra avión cubano. Cuba, 4 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/06/04/documento-desclasificado-senala-a-posada-carriles-como-autor-de-acto-terrorista-contra-avion-cubano/#.Vq64GLIrLIV>>. Acesso em nov. 2015.

³⁰ Nos anos de 1920 e 1930, países como o Brasil, Cuba, Nicarágua, Venezuela, República Dominicana, Peru e Haiti experimentaram variações do regime de ditadura. De acordo com Balestra (2015), “o tipo característico de regime ditatorial das últimas décadas do século XX foi o governo militar baseado na chamada Doutrina de Segurança Nacional (DNS), que se concentrou ao sul da região” (p. 36). Depois, houve ditaduras no Brasil e na Bolívia em 1964, Argentina (1966 e 1976 e depois 1976/1983), Chile (1973) e Uruguai (1973).

nenhuma informação sobre Cuba chegava pelos jornais. Nesse período, o perigo era o inimigo interno: o comunismo. E onde “morava” o comunismo, o perigo vermelho? Em Cuba. Desse modo, a Ilha foi apagada dos dizeres dos jornais.

O silêncio produzido pela ditadura civil militar brasileira impediu o sujeito, pela censura, de falar sobre Cuba, criando, assim, uma espécie de enfraquecimento de sentidos (ORLANDI, 2007) sobre que significava a Revolução Cubana. Nesse período, poucos escritores brasileiros, com exceção de Emi Sader, Florestan Fernandes e Fernando Morais, escreveram sobre Cuba durante o regime militar (WASSERMAN, 2009). “A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 76).

A censura produziu efeitos sobre o que se falou e sobre o que não se falou a respeito de Cuba nos jornais. E o que não se fala, não circula. Nesse sentido, a censura teve e ainda tem materialidade linguística e histórica. Ela intervém na formação e no movimento dos sentidos sobre alguma coisa. Isto é, a censura não diz apenas o que pode ser dito, mas trabalha em um determinado movimento de uma determinada identidade (ORLANDI, 2007). “Falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ORLANDI, 1999, p. 59).

Não procuramos “dados” sobre a censura: procuramos analisar a censura enquanto “fato” de linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio. Consideramos a censura em sua materialidade linguística e histórica, ou seja, discursiva (ORLANDI, 2007, p. 75).

A censura é uma estratégia política, e o silêncio produzido pelos jornais brasileiros, como vê Orlandi (2007), se dá no ato de impedir o interlocutor de sustentar outros sentidos. “Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 102). Cuba, que, no contexto da Guerra Fria, tornou-se o *não lugar* para a ideologia capitalista, precisava ser deslegitimada, e o discurso foi crucial para isso.

O silêncio e a censura produzidos pela ditadura civil-militar brasileira, portanto, são “fatos” discursivos, agenciados pelos jornais da chamada grande imprensa, que, na correlação de forças, não puderam dizer por que foram proibidos. “Proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 76).



Figura 2 - Manifestação na Av. Paulista (SP) pede intervenção militar, no Brasil³¹

Quando a ditadura civil-militar brasileira terminou, em 1985, e o Brasil retomou relações diplomáticas com Cuba em 1986, esse silêncio (da censura) produziu efeitos na imprensa, que não esteve imune ao período político autoritário. Os sentidos sobre Cuba continuaram “por aí”, migrando. No dia 2 de janeiro de 1989, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, trouxe a seguinte manchete: “**Revolução Cubana** completa 30 anos **no poder**” (WASSERMAN, 2009, p. 91, grifos nossos). Com a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração do bloco socialista do leste da Europa, em 1991, se produziu e fez circular o discurso que profetizava a “emergência de uma ‘nova ordem mundial’, unipolar no terreno estratégico-militar, hegemônica pelos EUA, [que] se contrapunha a uma nova realidade no subcontinente latino-americano” (WASSERMAN, 2009, p. 87). Outra manchete, agora do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 8 de abril de 1990, afirmava

³¹ NASSIF, Luis. Foto do dia 19 de março de 1964 - Manifestantes pedem a intervenção militar. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/usuario/erly-ricci>>. Acesso em Acesso dia 10 jan. 2015.

claramente: “Que o **comunismo em Cuba** vai acabar, não há dúvidas” (WASSERMAN, 2009, p. 59, grifo nosso).

Os jornais especulavam se, com a desintegração da URSS, Cuba também abandonaria o “comunismo”. A manchete da *Folha de S. Paulo*, de maio de 1991, é esta: “**Fidel defende ditadura** no seu 30º aniversário” (WASSERMAN, 2009, p. 69, grifo nosso).

Em 1992, os EUA aprovaram a Lei Torricelli³², proposta pelo Partido Democrata do Estado de Nova Jersey, Roberto Torricelli. O presidente da época era Bush pai. A lei é extraterritorial, ou seja, aplicada além das fronteiras dos EUA; é como se uma lei brasileira pudesse ser aplicada na Argentina. A lei proíbe que barcos que atraquem em portos cubanos realizem negócios com os EUA, além de autorizar o presidente estadunidense a aplicar sanções a governos que prestem assistência a Cuba. O governo do país argumenta que a lei só poderá ser revogada se Cuba adotar eleições livres e democráticas. “Meu objetivo é executar a **destruição em Cuba...** Minha tarefa é **rebaixar Fidel Castro**”, disse o autor da lei (TORRICELLI *apud* PÉREZ Jr., 2002, p. 247, grifos nossos). Esse enunciado, que relaciona, pela memória, Cuba a Fidel, se propagou. O sentido é que, quando Fidel não existir mais, o sistema socialista em Cuba desaparecerá. Esse discurso é mais eficaz, porque elimina a ideia de que a Revolução existe pela conjuntura e adesão popular, mas pela perversidade de uma mente.

Em editorial, no dia 17 de outubro de 1995, o jornal gaúcho *Zero Hora* ressaltava: “o fim do **embargo** a Cuba é psicologicamente importante também para o seu povo, privado de produtos básicos desde que **a própria história cortou o cordão umbilical que nutria a ilha pelo interesse soviético.** A abertura econômica **sem dúvida** seria uma alavanca para que os **ares da democracia voltem** e façam os cubanos respirar bem melhor” (WASSERMAN, 2009, p. 103, grifos nossos). O mesmo jornal, no dia 17 de janeiro de 1998, publicou as seguintes palavras:

³²A lei proíbe, entre outros pontos, que embarcações aportem nos EUA, se tocarem portos cubanos nos 180 dias anteriores; que filiais de empresas norte-americanas, sediadas em outros países, tenham relações comerciais com Cuba; que empresas de terceiros países exportem para os EUA produtos que contenham algum componente cubano, etc.

Milhares de **exilados cubanos** em Miami estão atentos à visita do papa João Paulo II à ilha, que começa quarta-feira. As rádios anticastristas estão recebendo centenas de telefonemas. Os ouvintes **expressam seu desejo** de que a visita do Papa possa causar uma reviravolta que **tire o presidente Fidel Castro do poder**. Entre 800 mil e 1 milhão de cubanos e descendentes vivem em Miami (WASSERMAN, 2009, p. 110, grifos nossos).

Na década de 1990, o turismo passou a representar uma possibilidade para o País levantar divisas (CESAR, 2005). Em 1994, Cuba foi expulsa da Primeira Cúpula das Américas, que ocorreu em Miami³³. Um ano depois, a imprensa brasileira passou a especular o que seria de Cuba sem a União Soviética; a *Folha de S. Paulo* lançou um editorial com o título “**Capitalismo em Cuba**”, se referindo à primeira visita de Fidel Castro ao governo da China (WASSERMAN, 2009). Em 1996, Clinton adotou a lei Helms-Burton, que é ao mesmo tempo extraterritorial e retroativa, isto é, se aplica sobre fatos ocorridos antes da adoção da legislação. Depois da Lei Helms-Burton, Cuba criou a Lei 88³⁴ de Proteção da Independência Nacional e da Economia de Cuba.

Desde 1996, Cuba figurava a lista dos EUA de países que praticam o terrorismo, presente no documento *Patterns of Global Terrorism*, publicado anualmente³⁵. Após o 11 de setembro de 2001, os EUA mantiveram Cuba na lista, mas como um país que *apoia* o terrorismo internacional, junto com a Líbia, o Iraque, a Coreia do Norte, o Irã e a Síria.

³³ Com a retomada das relações diplomáticas com os EUA, em 17 de dezembro de 2014, Cuba participou pela primeira vez da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2015.

³⁴ A Lei 88 prevê prisão de sete a quinze anos a quem fornecer informações aos EUA que possam ser utilizadas em um reforço do bloqueio ou como meio de desestabilizar Cuba; três a oito anos de prisão a quem buscar informação classificada que possa ser utilizada com o propósito de enfraquecer o Estado cubano; o artigo 6 coloca sanções de três a oito anos a quem introduzir, difundir ou reproduzir material de caráter subversivo; o Artigo 7º estabelece até cinco anos de prisão aos responsáveis por meios de comunicação que apoiem a política dos EUA para Cuba; no artigo 8, prescreve-se uma prisão de até cinco anos para atos que perturbem a ordem pública em apoio às medidas econômicas norte-americanas; o Artigo 9 propõe prisão de até nove anos a quem cometer qualquer ato que prejudique ou impeça relações econômicas da República de Cuba; o 10º Artigo prevê pena de cinco anos a quem incitar alguém a cometer algum ato proibido na Lei 88; por fim, o Artigo 11 estabelece pena de até três a oito anos a quem distribuir ou se envolver com dinheiro distribuído pelo governo norte-americano com a finalidade de desestabilizar Cuba. Em todas as penas previstas o sistema judiciário cubano pode substituir a detenção por multas (CUBA, 1999).

³⁵ U.S.D.S., 2001. Disponível em: <<http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2001/pdf/index.htm>>. Acesso em janeiro de 2015.

Depois da retomada das relações diplomáticas de Cuba e EUA, em 17 de dezembro de 2014, o Presidente dos EUA, Barack Obama, enviou um projeto ao Congresso para que Cuba deixasse a lista de países que apoiam o terrorismo. O Congresso tinha 45 dias para fazer alguma objeção ao texto do projeto ou até mesmo negá-lo. O prazo expirou no dia 29 de maio de 2015 e o Congresso americano não se manifestou, fato que colocou Cuba, automaticamente, fora da lista de países que apoiam o terrorismo no mundo. Esse foi o movimento mais objetivo sobre as mudanças entre os dois países depois da retomada das relações diplomáticas (CUBA DEBATE, 2015). Entretanto, a retirada do País das leis de sanções comerciais e financeiras dos EUA, proposto por Obama ao Parlamento³⁶ (e que conta com a adesão dos países europeus, menos de Israel), ainda não ocorreu. Isso porque a maioria do Partido Republicano não apoia a medida.

Podemos entender que há uma estabilização de sentidos produzidos por um efeito-leitor instalado na imprensa brasileira. Esse efeito não se dá apenas no leitor, mas no modo de leitura que está posto. Nesse aspecto, o jornalista não é o sujeito que “só escreve”, mas também é aquele que instala um efeito-leitor. Esse procedimento não é controlável e não necessariamente é consciente, embora existe. O leitor se projeta na escrita do jornalista, que o idealiza, mas também estabelece uma ordem de leitura. Podemos pensar que Cuba também participa dessa ordem de leitura, e que a grande imprensa, brasileira ou estrangeira, trabalha numa reafirmação sobre Cuba, numa posição política que está posta nessa FD.

Há uma espécie de pensamento formatado que pensa dialogar com outro pensamento formatado (do leitor) sobre Cuba. O leitor é uma figura subjetiva e complexa. Os jornais trabalham com uma ideia, ilusória, de produzir notícias para o seu público, esquecendo que, com a internet, o público não é um, mas outros.

Cuba é uma imagem que vem se decifrando nessa relação imprensa-leitor. Os jornais, enquanto nos mostram os acontecimentos, também nos “ensinam” a ler esses acontecimentos de um jeito diferente, ainda que, muitas vezes, seja sempre igual.

³⁶ Atualização em fevereiro de 2016.

Capítulo II: O discurso do Jornalismo

2.1 O Discurso *sobre*

Para compreender os discursos dos jornais *The New York Times*, *El País*, *Granma* e *O Estado de S. Paulo* e os discursos dos cubanos que moram na Ilha, ambos *sobre* Cuba, é preciso recuperar Orlandi (1990), segundo a qual o discurso *sobre* é um “discu

rso que faz falar discursos outros” (*apud* COSTA 2011, p. 9). Ainda de acordo com a autora, o discurso *sobre* é “uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos” (*idem, ibidem*, p.44), funcionando como intermediários, que se estabelecem entre o discurso *de* e o interlocutor.

É no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos ‘de’). Assim, o discurso sobre o samba, o discurso sobre o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos do samba, do cinema, etc. (...). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz (ORLANDI, 2008, p. 44).

Os jornais produzem discurso, que, por sua vez, produz sentido (ORLANDI, 1999). Esses discursos atravessam o sujeito/leitor, mesmo não sendo isso algo claro, uma vez que o sujeito na era da modernidade não separa exterioridade e interioridade.

A exterioridade é o que Foucault (2006) apresentou como outros discursos agindo em nós, e o que Pêcheux chamou de interdiscurso³⁷. Para Foucault, determinados tipos de saber geram práticas (discursivas), ocasionando processos da subjetivação que realizamos cotidianamente, produzindo o que somos nós (FOUCAULT, 2006).

A língua, portanto, não é um instrumento, pois aceitar esse pensamento significaria tomar a língua como algo exterior ao sujeito. “Tampouco a língua é expressão do pensamento, variante de uma concepção instrumental” (POSSENTI, s/d, p. 361). As ideias são efeitos da linguagem e não espelho delas (*idem, ibidem*).

Tomando a mídia como uma dessas instituições de saberes que geram práticas discursivas, a partir do que a imprensa diz é que nós vamos realizando o processo de

³⁷ Cf. Capítulo I desta dissertação.

subjetivação. Uma circunstância representativa disso pode ser vista quando algum programa na televisão *informa* que devemos ser saudáveis: esse discurso está sendo atravessado por outras FD, como a da medicina, e o resultado são pessoas procurando cada vez mais academias. Outro exemplo é quando a imprensa enuncia Cuba, repetidamente, como sendo “X” e isso vai produzindo no leitor a impressão de conhecer aquela realidade.

O Jornalismo, atravessado por outros discursos, entre eles o econômico, o moral, o jurídico, o comercial, diz, o tempo todo, o que podemos e não fazer. A mídia, nesse caso, media as nossas condutas morais e produz um discurso sobre o que nós somos.

2.2 Materialidade Discursiva

Os jornais impressos e online, material que estamos analisando, são linguagens, que se configuram pela (e na) manchete³⁸, linha fina³⁹, *lead*⁴⁰, olho⁴¹ e foto. Entendemos esses elementos como discursos, que produzem efeitos de sentido sobre os acontecimentos⁴² e desenvolvem uma memória *sobre* eles. As fontes (quem fala no jornal) e os documentos que sustentam as reportagens não são elementos complementares, ou materiais que o sujeito/jornalista “usa”, mas são discursos. Encará-los assim retira qualquer neutralidade desses lugares.

Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o quê ainda não há memória) ou o possível/previsível (aquilo que é semelhante), em uma organização de sentidos possíveis

³⁸ Título do texto jornalístico.

³⁹ Subtítulo do texto jornalístico.

⁴⁰ As principais informações no primeiro parágrafo.

⁴¹ Trechos do texto jornalístico em destaque na página do jornal.

⁴² O acontecimento é o encontro entre a atualidade e a memória; uma mudança. Ou seja, discursivamente, o acontecimento rompe uma série de repetições, é um deslocamento no processo de significação. Já o fato é aquilo que é enunciado a respeito do acontecimento, na tentativa de representá-lo. Em outras palavras, o fato pode ser aquilo que se tornou visível, a partir de determinadas condições. Ver mais em PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

para o acontecimento de uma memória e de desdobramentos futuros (MARIANI, 1996, p. 63).

Sejam os eventos imprevisíveis ou os possíveis, os jornais “filtram” aquilo *sobre* o que se fala, falando também eles, os jornais, que se significam na interseção de outras falas. O efeito de sentido dessa relação é a ligação evidente entre causa e efeito. Nessa ilusão, estão presos os jornalistas e os leitores.

2.3 Rotinas jornalísticas

O discurso jornalístico, objeto de estudo dessa dissertação, obedece a FD do Jornalismo, com suas regras, suas normas, suas formas, seu *ethos*⁴³, cujas rotinas e práticas relatamos a seguir. Um exemplo de uma dessas normas é a *pauta* jornalística, uma orientação que os repórteres recebem sobre o tipo de reportagem que devem produzir; nela, constam informações tais como com quem deverão falar, onde e como. Apesar de a pauta às vezes ser detalhada, funcionando como um guia, o repórter, teoricamente, tem autonomia para modificar a abordagem, mesmo que essa abordagem continue sendo algo que faça sentido para a FD do Jornalismo. Vale ressaltar, porém, que a pauta é um protocolo e que muitas vezes ela é inexistente, isto é, o jornalista recebe um *tema* e precisa ir atrás de sua pauta. É nesse momento que o jornalista expõe, pela linguagem, sua experiência, conhecimento e visão de mundo, a fim de cumprir a pauta, o que por si só demonstra a subjetividade inerente ao discurso jornalístico.

2.4 A Pauta

A pauta é uma das condições para a produção do discurso da imprensa e, em alguma medida, determinará o que será produzido pelo texto jornalístico.

Nos bastidores de uma redação de um jornal, a pauta é discutida nas chamadas reuniões de pauta, situação vivenciada pelos repórteres, pelo chefe de reportagem, pelos editores de cada editoria, ou seja, de cada caderno do jornal, como política, internacional, cultura, cidades, economia etc.

⁴³ Conjunto dos costumes e hábitos que formam o comportamento e cultura (valores, ideias ou crenças).

As reuniões de pauta são da ordem de assuntos previsíveis, que fazem parte do cotidiano das pessoas. Esses fatos que compõem a narrativa do jornal obedecem aos interesses do veículo e aos valores de notícias, a saber: universalidade, ineditismo, proximidade, relevância, atualidade, notabilidade, conflito, controvérsias, interesse público etc (PENA, 2010). Esses valores são subjetivos, ou seja, dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse, mas também respeitam critérios contextuais (PENA, 2010), isto é, as condições de produção da notícia, que funcionam como um guia para a reunião de pauta, estabelecendo o que deve e o que não deve ser destacado, omitido, abordado. Nesse sentido, as redações de jornais selecionam os fatos que interessam serem noticiados a partir de seus critérios (conscientes ou inconscientes). Os acontecimentos do dia, imprevisíveis, também integram a pauta do jornal.

Portanto, a redação de um jornal é um lugar simbólico de poder, em que diversas forças interagem. Ali se estabelecem relações hierárquicas que obedecem à produção da notícia em situações cotidianas que desafiam o sujeito sobre aquilo que pode e o que não pode ser dito. É importante destacar que, não por acaso, o *modus operandi* do Jornalismo, o *ethos* profissional e os valores de notícias aparecem no conteúdo das primeiras páginas dos jornais, com escolhas semelhantes dos temas que merecem figurar nas capas, a partir de critérios estabelecidos por cada veículo. Não são poucas as vezes, porém, exatamente pelos critérios dos valores de notícias, que diferentes jornais escolhem as mesmas notícias para chamadas de capa/primeira página e ou até mesmo das manchetes.

Muitos são os sujeitos envolvidos direta e indiretamente na produção da notícia. Por isso, a produção ganha um caráter industrial, diário. Além do chefe de reportagem, editor e repórter, existem outros sujeitos, como é o caso da equipe do departamento comercial e do diretor do jornal, que obedece ao dono do periódico. Interesses diversos que se contradizem, se confrontam e se ressignificam na produção da informação (discurso) jornalística(o).

Na correlação de forças, que não é explícita, interrogamos se o repórter não seria o sujeito mais “assujeitado”, mesmo sendo ele a pessoa que estará responsável por reportar os fatos. Ou seja, o repórter é aquele que está sujeito à estrutura de poder dentro de um jornal, mas acredita ser dono do seu dizer, por estar empiricamente “onde as coisas

acontecem”. Em última instância, vale a pena lembrar que a decisão sobre a publicação é sempre do editor e do dono do jornal.

Antes da elaboração material da pauta, há uma ideia sobre o que poderia ser abordado por ela. Ainda que o jornalista/repórter diga que tem autonomia para mudá-la, isso vai depender de algumas questões. Uma delas diz respeito ao questionamento em torno da sua previsibilidade; se ela faz parte dos assuntos previsíveis e possíveis, dificilmente será modificada. Caso a pauta seja da ordem do inesperado, pode ser que o repórter tenha alguma autonomia para mudá-la, mas não necessariamente terá. Tudo depende da posição que ele ocupa no veículo, das relações de poder e de sua credibilidade, aspectos que se desenvolvem ao longo do tempo.

Muitas vezes, a pauta deixa de ser o lugar do possível para se tornar o lugar do provável, isto é, os jornais têm uma ideia determinada sobre algum tema e a pauta só irá legitimar o que foi pensado antes. Nesse sentido, os dizeres das fontes, que são entendidas aqui como discursos, são dizeres que os jornais entendem que merecem serem “repercutidos”.

A pauta, que se desdobrará em reportagem, editoriais, artigos, colunas etc. é o lugar em que se manifesta a violência simbólica do não dito. Aquilo que não é dito é o silêncio que divide o que se sabe daquilo que não se sabe “no jogo de poder que sustenta efeitos de sentido: o silenciamento que a acompanha” (ORLANDI, 2008, p. 24). Não estamos aqui dizendo que a pauta deveria ser x ou y; estamos tentando refletir a respeito do que ela é, e não como poderia ou deveria ser, considerando que o Jornalismo, como “ideal nobre”, estaria a serviço do interesse público e não de grupos ou pessoas.

2.5 A situação e o sujeito

Os acontecimentos, fragmentados enquanto notícias, fazem sentido quando são conectados à MD, ao “já lá” dos assuntos em pauta. “O discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário e na cristalização da memória do passado e na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1996, p.64).

Os jornais lidam com o famoso *deadline*, ou seja, o prazo para fechar uma matéria, porque toda produção tem dia e horário para ser entregue; os *deadlines*, cada vez mais

curtos, são uma das condições de produção dos discursos sobre Cuba. Além dessa condição, jornais como *O Estado de S. Paulo*, *El País* e *The New York Times* se significam por um sentido mais profundo: o sentido de mercadoria em que as notícias são produzidas e consumidas. No capitalismo e no sistema industrial de produção da notícia, a informação importa para ser vendida. O jornal, portanto, não se significa como o lugar da reflexão, mas como o lugar do consumo da notícia, que apresenta para o leitor “o mundo real”⁴⁴.

Ao chegar à redação com as informações referentes à pauta, o repórter precisa escrever o texto. Depois desse processo, o editor é o sujeito que vai “enxugar” o material, tirar os “excessos”, “melhorar a narrativa”. É o editor quem dará o título da matéria, a chamada, a manchete⁴⁵, a partir dos critérios de cada jornal. Não é incomum a manchete fazer referência a uma coisa e o texto do repórter a outra. São discursos que se confrontam, se somam e (se) confundem.

A cultura do veículo, o que pode e o que não pode ser dito, o departamento comercial, os embates entre as posições que os sujeitos ocupam em uma redação, o imaginário, a memória e a ideologia são as condições de produção da notícia que disciplinam o dizer jornalístico. Não é possível, portanto, pensar a imprensa como um lugar ideal, neutro, equilibrado. Contudo, ainda assim, com todas essas vozes (que destoam ou não) presentes, o Jornalismo consegue uma *uniformidade* para que as máquinas nunca parem de funcionar, para que a produção se realize todos os dias. Essa *uniformidade* é o caráter que seleciona o que será dito, a forma que será dito e por quem será dito. Essa *uniformidade* também pode ser chamada de linha editorial, ou ideologia.

2.6 Ideologia

Nesta escrita-pesquisa, abordamos, sem a pretensão de fechar a questão, a noção de ideologia, sob uma perspectiva discursiva, para compreender o Jornalismo

⁴⁴ Não por acaso, enquanto repórter de jornal, presenciei inúmeras matérias nas quais os jornalistas conduziam as fontes para dizerem o que a pauta pedia que eles dissessem, assim como presenciei a invenção de fontes. No caso do jornal impresso e online, quem vai dizer que a “Maria do Rosário” não falou o que está no jornal?

⁴⁵ No caso de Cuba, as notícias pertencem às editorias Internacional ou Mundo, pensando nos jornais do Brasil, EUA e Espanha, ou à editoria Cuba, pensando no jornal cubano *Granma*.

(linguagem) como prática ideológica. Quando um discurso produz efeitos de sentido para certas direções e não para outras, há uma relação direta entre a “evidência subjetiva e a evidência do sentido, colocando o discurso no lugar particular em que se articulam a linguagem e a ideologia” (ORLANDI, 2008, p. 32). Para Michel Pêcheux (1969), a teoria do discurso não pode substituir uma teoria da ideológica, mas pode intervir nessa teoria.

Em Althusser (1985), o processo de interpelação ideológica a que os sujeitos são submetidos é fundamental à constituição de sua teoria da ideologia. O sujeito, ao mesmo tempo que é “assujeitado”, é — discursivamente — autônomo e, por isso, pensa que é sujeito de si. Para Althusser, a ideologia não é uma “falsa consciência”, que mascara a vida real, mas uma existência histórica. Pêcheux se dedica a estudar que essa existência histórica e ideológica se dá pela linguagem, ou seja, é pela linguagem que a ideologia se materializa. A AD não aborda a ideologia como um conteúdo, mas como prática, um funcionamento discursivo.

Para nós, é pertinente destacar que a noção de ideologia althusseriana não é a mesma que aceita a ideologia como sendo uma representação deformadora da realidade, como se a ideologia fosse algo exterior, que se coloca entre o sujeito e a “realidade”, o que criaria uma visão “errada” ou “deturpada” de mundo. A ideologia é um traço identitário comum aos diferentes sujeitos⁴⁶, que, por estarem interpelados, imaginam que as condições sociais nas quais vivem lhes foram dadas de forma espontânea. As evidências são sempre primeiras, e são elas que farão com que uma palavra designe uma coisa, ou que tenha um significado intrínseco e transparente. Esse processo de evidência é um efeito, e a ideologia, nesse sentido, sempre determinará o discurso (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

A ideologia é aqui compreendida “como a direção no processo de significação, direção essa que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas é político” (ORLANDI, 2008, p. 43). As evidências são produtos naturalizados pela relação da história com o poder. Podemos dizer que a ideologia é uma *prática* do sentido em uma direção, sentido este cristalizado como natural. “É o

⁴⁶ A ilusão do homem livre é jurídica (o mito jurídico). Para saber mais: KASHIURA (2014).

preenchimento, a saturação e completude que produz o efeito de evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o ‘já-lá’ da memória” (ORLANDI, 2008, p. 43).

Segundo Eni Orlandi, a interpretação sempre é regida por condições de produção específicas, no entanto elas aparecem como evidentes e óbvias. “É a ideologia que produz o efeito da evidência, se sustentado sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais” (ORLANDI, 1994, p. 57). Na antecipação sobre Cuba, os jornais projetam uma representação imaginária do receptor, e a partir dela estabelece seu discurso. Para Pêcheux, conceber a linguagem como uma ação comunicativa entre sujeitos livres é ilusão. O filósofo defende

que, em uma formação social como a capitalista, os sujeitos que participam do processo de interação linguística são, na realidade, assujeitados como sujeitos ideológicos, de tal modo que cada um enuncia a partir do lugar que ocupa no seio da contradição de classes do modo de produção, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade. Assim, todo ato de enunciação é ideológico, no sentido de que é condicionado por valores que se orientam conforme a posição de classe dos enunciadores (COSTA, 2000).

O jornalista se projeta na posição-sujeito de linguagem referente à sua FD, e produz seu discurso sobre a Ilha apoiado no que já foi dito antes e nas determinações históricas. O jornalista, enquanto sujeito histórico, não está imune a esse processo de interação entre história, língua e ideologia; ele é efeito do pré-construído e, ao mesmo tempo, também participa do processo de produção e circulação de sentidos.

Com base em Althusser, se pensarmos no modo de produção capitalista, a ideologia é uma prática que tem uma existência material, articulando-se com a economia, em última instância. Ou seja, a ideologia não é o reflexo da base econômica, mas se relaciona com tal. “A ideologia é uma das condições não econômicas de reprodução das relações de produção existentes” (ALTHUSSER, 1985, p.165). “É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora” (ORLANDI, 1999, p. 54).

A ideologia “não se esconde”, mas se constitui no processo discursivo. “No espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formação intervêm a ideologia e os efeitos imaginários” (ORLANDI, 1999, p. 54).

Na AD, quando a gente fala da ideologia, é importante mostrar que nossas relações com essas condições existência são constituídas por certo imaginário. A nossa relação não é com a coisa em si, mas com a imagem que temos com a coisa (ORLANDI, 2014).

Como estamos examinando os discursos sobre Cuba, com amparo na AD, a linguagem nos interessa como a materialidade da ideologia. A linguagem jornalística, por sua vez, é uma intervenção no mundo, “um agenciamento que constrói fatos, fatos que compõem a realidade de uma prática” (MAIA, 2014, p. 39). Quando a FD do Jornalismo naturaliza algo, esse ato é um efeito de sentido constituído por um processo histórico “que estabiliza ‘verdades’ inquestionáveis” (MAIA, 2014, p. 41).

Diferente da ideologia que naturaliza um sentido como evidente, a AD busca ver o sentido como possível — aquilo que não foi preenchido, realizando uma abordagem crítica da ideologia (HEBERT, 1968)⁴⁷.

O enunciador do discurso (podemos pensar no jornal e no jornalista) não é apenas um sujeito que fala a partir da sua experiência empírica, mas um sujeito discursivo, marcado historicamente (FERNANDES, 2008). Então, podemos dizer que, se a língua é o que há em comum entre as classes, isto é, se elas falam a mesma língua, as classes não falam o mesmo discurso, porque se filiam a diferentes formações discursivas e ideológicas.

O jornalista, de modo geral, acredita ser dono de seu próprio dizer, não reconhecendo o atravessamento de outros discursos, ignorando o fato de que não há uma maneira de alguém falar absolutamente livre, pois, sempre que se fala algo, deixa-se de dizer alguma coisa (FOUCAULT, 1999). O que acontece, muitas vezes, é que a ideologia nos faz crer que nossos discursos são livres e isentos, como se fôssemos uma folha em branco. Os sujeitos (sociais) são ativos na história, mas não são livres e constituintes no sentido filosófico desses termos.

Por fim, é muito importante ressaltar que este trabalho não pretende ser o oposto da ideologia, como se de um lado estivesse a verdade e do outro, o erro. Esta pesquisa recusa esse olhar positivista sobre o mundo. Ao refletir sobre a ideologia, não significa

⁴⁷ Hebert foi o pseudônimo do filósofo Michel Pêcheux.

que ela desapareça no interior do trabalho científico; trata-se, na verdade, de uma luta constante.

2.7 A ideologia da objetividade

Para este trabalho, a objetividade é uma construção e uma *prática* discursiva, que prolifera a noção de *autonomia*, capaz de decidir sobre a imparcialidade do jornalista. O sujeito, por sua vez, assume o discurso da objetividade como se ele, jornalista, assumisse uma posição independente e comprometida com a notícia. Esse é o efeito da subjetividade, que, segundo Orlandi (1999), “leva ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito” (ORLANDI, 1999, s/p). Ou seja, o efeito de sentido da objetividade é a ideia do comprometimento do jornalista com a informação, ignorando o seu atravessamento ideológico (discursivo).

Esse discurso sobre a objetividade jornalística produz alguns sentidos. Um deles gira em torno da ideia de que, a partir de um modo de fazer, é possível produzir uma informação mais pura, limpa de qualquer interesse que não seja o jornalístico, com a intenção de informar a sociedade. Outro sentido incorpora a ideia de que, ao ser *objetivo*, o jornalista assume a posição mais isenta possível, e seu trabalho não põe em dúvida a *informação*. Autores como Genro Filho (1987) pensaram na *objetividade* a partir de um viés prático, ou seja, aquilo que condizia com a prática de trabalho do jornalista. A objetividade, segundo o autor, quer dizer, quase sempre, a submissão do jornalista às fontes oficiais, oficiosas ou institucionais⁴⁸. Esse processo gera um sentido fundamental ao Jornalismo: o de que ele reporta a *verdade dos fatos*. Ao declarar o compromisso com essa verdade, o Jornalismo produz a ilusão de que está transmitindo o mundo tal como ele o é (CHARAUDEAU, 2006).

O sentido atribuído à objetividade é o de que, ao se reportar a fontes oficiais ou institucionais, o jornalista está se reportando a discursos hierarquizados em uma dada

⁴⁸ As fontes oficiais são mantidas pelo Estado, por instituições ligadas ao Estado ou por empresas e organizações. O Jornalismo tem como prática de profissão considerar essas fontes as mais confiáveis. Um exemplo de fonte oficial é o Presidente do Banco Central Brasileiro. As fontes oficiosas, segundo Lage (2011), são reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo. Exemplo: agente administrativo da Companhia de Energia Elétrica do Estado que denuncia algum esquema de corrupção. As fontes oficiosas, no entanto, não falam em nome das instituições, como falam também as fontes institucionais.

relação de poder (FOUCAULT, 1999). Esses discursos, regidos por interesses (outros), dão legitimidade à *notícia*, silenciando outros saberes.

Cabe mencionar que o termo “objetividade” é uma qualidade imanente ao “objeto”, “uma essência que evidencia e dá significação para a ‘realidade objetiva do mundo exterior’” (MAIA, 2014, p. 48). Para a AD, não existe um significado intrínseco ao objeto, mas (efeitos de) sentidos produzidos pela formação discursiva.

Nesse sentido, o significado atribuído a Cuba, cristalizado, é um efeito de sentido do Jornalismo. O que existe em relação a Cuba é uma produção de sentido pelos jornais, perpetuando algumas representações em detrimento de outras. Mais uma vez: é a ideologia que provoca o efeito da evidência, como se fosse natural unir uma palavra a um sujeito ou objeto.

A objetividade é um discurso e, como tal, é ideológico. “Sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares” (GENRO FILHO, 1987, p. 66-67). Quando o Jornalismo produz o efeito de realidade, impõe uma visão de classe à suposta essência do real. A objetividade aparece como uma espécie de “ideologia profissional”, que se sustenta na condição de produção para a reportagem ou a notícia factual, com valores e critérios construídos discursivamente (TRAQUINA, 2011).

A objetividade que pede o jornalismo ocidental (Europa e América) é constituída por uma prática, enquanto ação social, que envolve sujeitos constituídos por linguagem. Nesse sentido, o sujeito/jornalista, quando realiza uma reportagem, está sendo atravessado não só pelos dizeres das fontes, mas pelo seu próprio dizer entrelaçado pelo já dito: o interdiscurso (ou a MD). Quando alguém fala, envolve, também, os modos de dizer e os limites desse dizer. O sujeito/jornalista se filia, na prática da reportagem, às condições de produção de um discurso que envolve relações entre o sujeito e a estrutura da mídia, assumindo o discurso de que o jornalismo *informa* a sociedade e de que, não fosse a imprensa, a sociedade estaria mal informada e conheceria menos o mundo.

Um outro sentido atribuído ao discurso da objetividade é aquele que revela a verdade/realidade sobre o outro e sobre o mundo. Não por acaso se ouve nas faculdades de jornalismo e da boca de jornalistas que o Jornalismo tem compromisso com a *verdade*

dos fatos. Praticar uma escrita objetiva é seguir uma prática discursiva e ideológica de Jornalismo.

O discurso segundo o qual o jornalista deve perseguir a objetividade, além de mobilizar a ideia de que a objetividade depende do jornalista, coloca a objetividade em oposição à subjetividade. “A subjetividade não surge para negar a objetividade, mas sim para conhecer sua inevitabilidade” (PENA, 2010, p.50).

Há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais. Para diminuir isso, criou-se uma metodologia de trabalho (PENA, 2010, p. 50).

O efeito de sentido, quando se atribui a objetividade ao jornalista, é o de que esse sujeito/jornalista é absoluto, independente, capaz de observar a realidade imediata e relatar os fatos com objetividade. O discurso jornalístico está dizendo que a objetividade mora no trabalho do jornalista, o que coloca no sujeito/jornalista a incumbência de interpretar a vida do outro. Novamente, vemos o efeito do idealismo que coloca a origem e a causa do sujeito (ALTHUSSER, 1978).

O jornalista vai a campo com a ideia de que reportará a *verdade sobre* Cuba. No entanto, o fato jornalístico não é exterior ao discurso, mas parte que o constitui. Todo fato já chega como interpretação pela linguagem jornalística e faz sentido pela MD, isto é, por tudo que se falou sobre Cuba, sustentado pelo imaginário.

O discurso da objetividade jornalística é uma prática histórica, assim como “o ato de naturalizar algo é um efeito de sentido de um processo histórico que estabiliza ‘verdades’ inquestionáveis” (BARTHES 1989 *apud* MAIA, 2014, p. 41). A naturalização dos sentidos *sobre* Cuba é um efeito histórico.

Capítulo III: Cuba pelos jornais

3.1 Como o discurso é construído?

Neste estudo, Cuba aparece como um lugar de críticas e controvérsias, potente para uma discussão acerca do discurso *sobre*. No material levantado para este trabalho, se faz necessário entender o funcionamento discursivo da Imprensa sobre Cuba e os efeitos de sentidos que circulam nos jornais, sempre tendo em vista o real da língua (o que está no texto) e o real da história (o interdiscurso).

A sequência do *corpus* apresentado a partir de agora se deu pela relevância de cada veículo em uma conjuntura global. O *Granma* será sempre o último a ser analisado, porque queremos mostrar a diferença entre ele e os demais, uma vez que o jornal cubano, como já apontamos no capítulo I, pertence a uma FD diferente dos outros. O *The New York Times* abre as análises, pois se trata do jornal de maior impacto mundial, seguido do *El País* e do *O Estado de S. Paulo*. Relembremos ainda que as análises centram-se nos recortes dos eventos também selecionados e precedidos pelo mapeamento geral⁴⁹: (a) II Celac, (b) o restabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba e (c) a primeira visita de um representante americano a Cuba, depois da retomada das relações.

3.2 II CELAC

Após sediar a II Cúpula de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014, Cuba esteve presente em **82 matérias** entre os jornais *The New York Times*, *El País*, *O Granma* e *O Estado de S. Paulo*, na semana do evento (ver tabela 1).

Analisar os discursos da mídia sobre Cuba não é apenas um trabalho de linguagem, como também é um trabalho político, uma possibilidade de descrição e interpretação, que deve explicitar, a partir de um instrumento científico, como o político age na língua/linguagem (jornais e jornalistas).

É interessante notar, na coleta do material, que, excluindo o jornal cubano *Granma*, com 34 unidades de notícias (UN), o jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*

⁴⁹A seleção das reportagens tem a ver com o período analisado e não com a temática dos eventos que fazem parte do recorte.

contou com o maior volume (21), seguido de *El País* (17) e *The New York Times* (10). A maioria das matérias produzida foram notas curtas (notícias), o que nos garantiu um total de 58 textos, sendo que o jornal brasileiro também teve o maior volume (16). Quanto ao gênero reportagem, foram registradas 12, no total. O jornal *El País* teve o maior número (5). Já no que diz respeito ao gênero editorial, apenas o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou seu ponto de vista sobre o tema, com o texto *Dilma em Cuba*, publicado no dia 29 de janeiro de 2014.

Matérias Publicadas entre 24/01/2014 e 30/01/2014				
	The New York Times	El País	O Estado de São Paulo	Granma
Notícias	7	10	16	22
Reportagens	3	5	3	1
Artigos	0	2	1	6
Notas	0	0	0	1
Releases	0	0	0	3
Entrevista	0	0	0	1
Editorial	0	0	1	0
Charge	0	0	0	0
Infográfico	0	0	0	0
Total	10	17	21	34

Tabela 1 – II CELAC: mapeamento das notícias

Fonte: COTRIM, Amanda (2015)

3.2.1 *The New York Times*: Comunismo e (falta) de liberdade

A noção de objetividade no Jornalismo, como dissemos no Capítulo II, foi construída discursivamente após a II Revolução Industrial, com os jornais nos EUA, que se tornaram símbolos históricos da objetividade (MEYER, 2007). Entre esses jornais está o *The New York Times*, que um dia foi só papel e hoje existe também na internet. Trata-se do jornal online número um do país em termos de visitação, e um dos mais acessados

de toda a rede de jornais em suporte digital, pela internet, “com mais de 19 milhões de leitores” (VIANA E LIMA, 2011, s/p). O *The New York Times* é uma forma de jornalismo dominante, de referência para veículos de muitos países.



Figura 3 - Logo do jornal *The New York Times*

O *The New York Times* se posiciona como um jornal apartidário, “um veículo independente de filiações partidárias, mesmo com um passado de apoio a candidatos Republicanos e, posteriormente aos Democratas, nos EUA” (VIANA E LIMA, 2011, s/p). Quando o jornal americano se coloca como independente de partidos políticos, está atribuindo a si a legitimidade para falar sobre política sem que isso lhe seja questionado, podendo falar sobre *a* ou *b*. O jornal não considera, no entanto, que até mesmo se colocar como “neutro” ou “apartidário” também é um posicionamento. O efeito de sentido é que o *The New York Times* é um jornal isento, comprometido e independente.

Segundo seu slogan —*Todas as informações que importam serem noticiadas estão no The New York Times*—, o jornal estabelece a coesão e a objetividade entre o que acontece no mundo e o que o jornal reporta, como se a realidade que fosse importante tivesse tamanho suficiente para caber no jornal.

Para o jornalista e pesquisador Genro Filho (1987), é a procura dos jornais às fontes oficiais que garante a pretensa objetividade ao trabalho do jornalista. Tal afirmação lembra que, em 2004, o *ombudsman*⁵⁰ do *The New York Times* ressaltou o excessivo uso de fontes/especialistas pelo jornal, em uma tentativa de dar legitimidade e objetividade à reportagem. Na ocasião, os jornalistas do veículo americano asseguraram que seus especialistas eram confiáveis e honestos. Tal afirmação correspondeu à ideia de que o repórter que realizou a reportagem foi quem confiou no especialista, e não o público que leu a notícia, mostrando que, no imaginário, a credibilidade é do jornalista e do jornal, e

⁵⁰ Função dada a alguém que fala sobre o jornal estando do lado de fora dele, geralmente atribuída a algum acadêmico/crítico de mídia.

não da fonte/especialista. “Percebemos que as ‘fontes não falam por si’ e que os ‘documentos’ não são neutros, então, como ainda supor uma referência direta a uma realidade que estaria lá, num além do textual?” (MAIA, 2014, p. 35). Isso quer dizer que, em uma reportagem, falam diversas vozes: o jornal, os jornalistas, as fontes e os documentos.

Pensando sobre os sentidos da objetividade jornalística, o que Maia (2014) questionou nos provoca a pensar que a *institucionalização* dá ao especialista o “discurso competente”, na expressão de Marilene Chauí (2007, p. 19), uma vez que não é qualquer pessoa que transmitirá versões dos acontecimentos a qualquer audiência, em qualquer posição/situação. Os jornalistas e suas fontes são as pessoas “autorizadas” socialmente (discursivamente) para atuarem diante dessa mediação. E são esses jornais que irão dizer o que é Cuba no campo das representações.

Durante a realização do II CELAC, o *The New York Times* publicou 10 matérias no período selecionado para esta pesquisa, conforme a tabela 2 abaixo. Todas as matérias se concentraram na “repercussão” da II CELAC, que ocorreu entre os dias 28 e 29 de janeiro de 2014, em Havana. Para a análise discursiva, escolhemos a primeira reportagem publicada a partir do último dia do evento.



Gráfico 1 - Gêneros publicados no *The New York Times*/CELAC II

No dia 30 de janeiro de 2014, um dia após a II CELAC, o jornal americano *The New York Times* publicou sua primeira reportagem, assinada pela Agência de Notícias *Reuters*, com colaboração dos repórteres Adrian Croft, Daniel Trotta, Matt Spetalnick e David Adams, Edição de Mark Heinrich, Mohammad Zargham e Ken Wills.

A matéria ouve o Vice Conselheiro da Segurança Nacional do Presidente Obama, o Chefe do Latin American (Instituto de Pesquisa) e uma fonte em off/oculta. Geralmente em matérias exclusivas, cujas informações são sigilosas, a fonte é preservada. Mas, no caso dessa reportagem, o sujeito oculto pode ter outro sentido, já que ele também funciona como uma espécie de subterfúgio para o jornal não comprovaras informações descritas, uma vez que dizer no jornal já seria a prova da existência de um suposto real. A reportagem narra a possibilidade de a União Europeia reatar relações diplomáticas e ampliar as relações comerciais com Cuba, algo descrito pelo jornal como um caso “inédito”. A seguir, a íntegra da reportagem (figura e transcrição) com os nossos grifos.

SECTIONS

HOME

SEARCH

The New York Times

SUBSCRIBE NOW

LOG IN

EUROPE

Exclusive: In Diplomatic Shift, Europe Seeks Improved Ties With Cuba

By REUTERS JAN. 30, 2014, 3:31 P.M. E.S.T.

BRUSSELS/MADRID — The European Union will agree next month to deepen relations with Cuba in its most significant overture to the communist nation since diplomatic sanctions were lifted in 2008, people close to the matter told Reuters.

Foreign ministers from the EU's 28 countries will give the go-ahead on February 10 to launch talks with Havana on a special cooperation accord to increase trade, investment and dialogue on human rights. The pact could be agreed upon by the end of 2015.

"Cuba wants capital, and the European Union wants influence," said one person involved in the talks who declined to be named because of the sensitivity of the issue. "This cooperation could serve as a prelude to much more."

Two other people with knowledge of the negotiations told Reuters that a consensus had been reached in Brussels to give momentum to the market-oriented reforms introduced under Cuban President Raul Castro and to position European companies for any transition to a more capitalist economy in the longer term.

The opening with Europe comes after Cuba this week won a diplomatic victory at a summit meeting of Latin American and Caribbean leaders in Havana.

At the summit, 33 countries from the region on Wednesday backed the right of their neighbors to choose their own political systems, a victory for Cuba as the only one-party state in the Western Hemisphere.

Taken together, the steps by the EU and Latin American nations highlight warming ties with Cuba - in sharp contrast to the United States, which has imposed an economic embargo on Cuba since 1962 after severing diplomatic ties the year before.

Washington has previously exerted pressure on Europe and Latin America to isolate the Cuban government, but it has not sought to block the EU's latest efforts, people close to the talks said.

While U.S.-Cuba relations have taken a more pragmatic tone recently, with officials from both sides pointing to improvements, the Americans have barely budged since easing Cuban travel restrictions in 2011.

The U.S. government says Cuba must improve human rights and release imprisoned U.S. contractor Alan Gross, who was sentenced to 15 years for attempting to establish an illegal communications network on the island.

"We'll continue to look at this balance as to how do we advance necessary changes that could improve the situation but at the same time continue to express our concerns on these human rights issues," Ben Rhodes, President Barack Obama's deputy national security adviser, told reporters on Wednesday.

The initial impact of EU-Cuba cooperation agreement will be limited, but the symbolism is huge for the EU, whose ties with Cuba had been strained since it imposed sanctions in 2003 in response to Havana's arrest of 75 dissidents.

Although the EU lifted those sanctions in 2008, the normalization of relations has been tortuous because of resistance from Poland and the Czech Republic due to their own communist past. People close to the talks say Poland and the Czech Republic now back a deal with Cuba.

The last time Cuba and the EU came close to negotiating an economic cooperation agreement was in 1996, but the Europeans called off talks in the wake of the shooting down of two small U.S. planes by Cuba off its shores, killing four Cuban exiles aboard.

As a result, the EU adopted its "common position" on Cuba in December 1996, placing human rights and democracy conditions on improved economic relations.

Havana rejects the common position as interference in its internal affairs.

TRANSITION

In a sign of impatience with the status quo, the Netherlands sent its foreign minister to Havana in January. This first such trip by the Dutch since the 1959 Cuban Revolution broke with EU policy of limiting high-level visits.

Spain, the former colonial power in Latin America and the Caribbean, has also been pushing for a change of approach since ailing, long-time Cuban leader Fidel Castro handed power to his younger brother Raul in 2008.

Some EU countries see the 1996 "common position" policy as outdated because 18 EU governments have bilateral agreements with Cuba outside the common position, making it hard for the bloc to speak with one voice.

Still, Spanish Foreign Minister Jose Manuel Garcia-Margallo has been adamant that the common position will remain for the time being while the European Commission, the EU executive, negotiates the cooperation pact.

"If Europe wants to have a presence when there's a transition in Cuba, the EU has to start working now. It's right to start dialogue now so that Europe isn't absent when a transition happens," said Carlos Malamud, head of Latin American research at the Real Instituto Elcano, a think tank in Madrid.

A cooperation pact, which the EU has used as a tool in the past to strengthen relations with Central America and Asia, is not likely to increase trade greatly because Cuba sells very little to Europe.

Besides cigars and rum, Cuba's exports are not of huge interest to the EU, but Brussels believes developing business ties is the best way to press for change in Cuba.

The European Union is Cuba's biggest foreign investor and Cuba's second biggest trading partner after Venezuela, and a third of the tourists to the island every year come from the EU.

Cuba has opened a Chinese-style special economic zone and is preparing a new foreign investment law. It is seeking foreign investment at its port facilities in Mariel Bay to take advantage of the expansion of the Panama Canal.

(Additional reporting by Adrian Croft, Daniel Trotta, Matt Spetalnick and David Adams; Editing by Mark Heinrich, Mohammad Zargham and Ken Wills)

NEXT IN EUROPE

For Faithful, Social Justice Goals Demand Action on Environment

Figura 4 - Reportagem *The New York Times*/II CELAC

Fonte: Reprodução do jornal *The New York Times*, 30/1/2014, Editoria Internacional

**EXCLUSIVO: EM CAMPANHA DIPLOMÁTICA, EUROPA BUSCA
AUMENTAR RELAÇÕES COM CUBA**

A **União Europeia** vai **aprofundar** as relações com Cuba, em sua **abertura** mais significativa para a **nação comunista** desde as sanções diplomáticas realizadas em 2008, disseram à Reuters pessoas próximas ao assunto.

Ministros estrangeiros de 28 países da **UE** darão o seu aval em 10 de fevereiro para lançar conversações com Havana sobre um acordo de cooperação especial para aumentar o **comércio**, o investimento e o **diálogo sobre direitos humanos**. O pacto poderia ser acordado no final de 2015. "Cuba quer capital, e a União Europeia quer influência", disse uma pessoa envolvida nas negociações que não quis ser identificada devido à sensibilidade da questão. "Esta cooperação poderia servir como um **prelúdio** para **muito mais**."

Duas outras pessoas com conhecimento das negociações disseram à Reuters que um consenso foi alcançado em Bruxelas para dar impulso às **reformas** orientadas para o **mercado** introduzidas no **governo do presidente cubano, Raúl Castro**, e para posicionar as **empresas europeias** para qualquer **transição** para uma **economia mais capitalista** no longo prazo.

A **abertura** com a Europa vem depois de Cuba obter nesta semana uma vitória diplomática em uma reunião de cúpula de líderes da América Latina e do Caribe em Havana. Na CELAC, 33 países da região apoiaram o direito de seus vizinhos escolherem seus próprios sistemas políticos, **uma vitória para Cuba como o único estado de partido único no Hemisfério Ocidental**.

Turistas dirigem na avenida beira-mar de Havana 'El Malecon' um Chevrolet Bel-Air 1957, carro conversível feito nos EUA. 21 de maio de 2013. Tomados em conjunto, os passos da UE e países latino-americanos são calorosos momentos de laços com Cuba — em nítido contraste com os Estados Unidos, que impôs um embargo econômico contra Cuba desde 1962, depois de romper várias relações diplomáticas no ano anterior.

Washington já havia exercido pressão sobre a Europa e América Latina para **isolar o governo cubano**, mas não tentou bloquear os mais recentes esforços da UE, disseram as pessoas próximas desse assunto.

Enquanto as relações EUA-Cuba tomaram um tom mais pragmático recentemente, com funcionários de ambos os lados apontando para melhorias, os americanos mal se moveram desde a flexibilização das restrições de viagens em Cuba em 2011.

O governo dos EUA diz que Cuba deve **melhorar os direitos humanos** e libertar um empreiteiro norte-americano preso, Alan Gross, que foi condenado a 15 anos por tentativa de estabelecer uma rede de comunicações ilegais na ilha.

"Nós continuaremos a olhar para este equilíbrio de como podemos avançar em **mudanças necessárias** que poderiam **melhorar a situação**, mas, ao mesmo tempo, continuaremos a expressar as nossas preocupações sobre estas questões de **direitos humanos**", disse Ben Rhodes, conselheiro de segurança nacional adjunto do presidente **Barack Obama**, que falou a jornalistas na quarta-feira.

O impacto inicial do acordo de cooperação das relações UE-Cuba será limitado, mas o simbolismo é enorme para a UE, cujos laços com Cuba tinham sido tensos desde que impuseram sanções em 2003 em resposta à prisão de **75 dissidentes** em Havana.

Embora a UE tenha levantado sanções em 2008, a normalização das relações tem sido tortuosa por causa da resistência de Polônia e República Checa, devido ao **passado comunista**. Pessoas próximas às conversações disseram que a Polônia e a República Checa agora voltaram a um **acordo com Cuba**.

A última vez que Cuba e a UE chegaram perto de negociar um acordo de cooperação econômica foi em 1996, mas os europeus cancelaram negociações na sequência do **abate** de dois pequenos aviões norte-americanos **por Cuba** fora de suas costas, **matando quatro exilados cubanos** a bordo. Como resultado, a UE adotou sua "posição comum" sobre Cuba em dezembro de 1996, colocando os **direitos humanos** e as **condições da democracia** acima de melhores relações econômicas. Havana rejeita a posição comum como uma interferência nos seus assuntos internos.

TRANSIÇÃO

Em um sinal de impaciência com o *status quo*, os Países Baixos enviaram o seu ministro das Relações Exteriores para Havana em janeiro. Esta primeira viagem pelos holandeses desde a Revolução Cubana de 1959 que rompeu com a política da UE de limitar visitas de alto nível.

Espanha, a antiga potência colonial na América Latina e no Caribe, também tem pressionado por uma mudança de abordagem, uma vez doente, há muito tempo o **líder cubano Fidel Castro entregou o poder a seu irmão mais novo, Raúl**, em 2008.

Alguns países da UE veem a política de "posição comum" de 1996 como ultrapassada, porque 18 governos da UE têm acordos bilaterais com Cuba fora da posição comum, tornando-se difícil para o bloco falar a uma só voz.

Ainda assim, o chanceler espanhol, José Manuel Garcia-Margallo tem sido inflexível que a posição comum permanecerá, por enquanto, enquanto a Comissão Europeia, o braço executivo da UE, negocia o pacto de cooperação.

"Se a Europa quer estar presente quando há uma **transição** em Cuba, a UE tem de começar a trabalhar agora. É certo que, para começar o diálogo agora, a Europa não pode estar ausente quando a **transição** acontece", disse Carlos Malamud, chefe do Instituto Real Elcano de pesquisa da América Latina, uma força-tarefa em Madrid.

Um pacto de cooperação, que a UE tem utilizado como uma ferramenta no passado para reforçar as relações com a América Central e Ásia, não é suscetível de aumentar muito o comércio, porque Cuba vende muito pouco para a Europa.

Além de charutos e rum, as exportações de Cuba não são de grande interesse para a UE, mas Bruxelas acredita que desenvolver **laços de negócios é a melhor maneira de pressionar por mudanças em Cuba**.

A União Europeia foi o maior investidor estrangeiro de Cuba e segundo maior parceiro comercial de Cuba, depois da Venezuela, e um terço dos turistas que vão à ilha a cada ano provêm da UE.

Cuba abriu uma zona econômica especial ao estilo chinês e está a preparar uma nova lei de investimento estrangeiro. Ela está à procura de investimento estrangeiro em suas instalações portuárias na Baía de Mariel para aproveitar a expansão do Canal do Panamá.

Íntegra de reportagem 1 - Transcrição e tradução de reportagem The New York Times/II CELAC

Fonte: THE NEW YORK TIMES, Exclusive: In Diplomatic Shift, Europe Seeks Improved Ties With Cuba. Disponível em: <http://www.nytimes.com/reuters/2014/01/30/world/europe/30reuters-eu-cuba.html?_r=1>. Acesso em jan. 2014.

Vale ressaltar que a forma empírica da ideologia no texto mostra uma questão que é semântica: a “coincidência” do significante (aquilo que significa) com o significado (o que dá sentido). O processo discursivo da reportagem publicada no *The New York Times* orienta a produção de sentidos para Cuba por meio de designações como *nação comunista*, lembrando o *passado comunista* de *Polônia* e da *República Tcheca*. O *comunista* do enunciado funciona para diferenciar Cuba *do* mundo, produzindo uma identidade específica para a Ilha. Quando a mídia se refere a Cuba como *nação comunista*, é possível encontrar alguns significados que produzem determinadas representações, dado que a palavra só faz sentido se estiver inscrita na história (interdiscurso).

Se pensarmos que o discurso *sobre* o comunismo é um discurso histórico, e que os seus sentidos estiveram em disputa desde as primeiras revoluções sociais, de cunho de esquerda, no início do século XX⁵¹ (SOUZA, 1998), podemos compreender os efeitos de sentido no texto do *The New York Times* quando este identifica o comunismo a uma memória do passado, lembrando a *Polônia* e a *República Tcheca*. No texto, o modo como o repórter elaborou o seu discurso pressupõe que Cuba sofreu sanções diplomáticas pela União Européia em 2008 por ser comunista. É o significante e o significado trabalhando: “**abertura** mais significativa para a **nação comunista** desde sanções diplomáticas realizadas em 2008”.

Abordar a memória discursiva sobre o comunismo na FD do Jornalismo Mundial não é o intuito deste trabalho. Mas, se pensarmos que há um interdiscurso que significa o comunismo em sua relação com o autoritarismo e a pobreza, podemos compreender porque o *slogan* “seis milhões de pobres passam fome na URSS” (SOUZA, 1998) foi produzido e circulou.

O *comunismo* foi propagado para o mundo como um sistema que massificou a fome. Os jornais da grande imprensa se filiaram a esse interdiscurso. A relação de sentido entre o comunismo e a pobreza não se deu naturalmente, mas pelas práticas discursivas, ou seja, um jeito de dizer que dominou os sentidos sobre o comunismo e produziu sentidos negativos. Ao cristalizar o significado do comunismo, os jornais produziram o efeito da evidência.

⁵¹ Tivemos, no século XX, a Revolução Russa (1917), o surgimento da União Soviética, a Guerra Fria (início dos anos 1950) e a Revolução Cubana (1959).

Um discurso não é fechado em si: ele se estabelece na relação, num jogo que prevê negociações e reelaborações. O ato de escrever sobre o comunismo deixou marcas materiais que foram interpretadas pelo “outro”, também chamado de leitor. A MD que significa o comunismo foi produzida antes, por isso não é necessário para o jornal dizer, hoje, o que é o comunismo. O *The New York Times* aposta no significado “já lá”.

O leitor do jornal americano submete-se a procedimentos de escolhas e a uma organização que já fora controlada discursivamente. Não se trata de um leitor passivo de todo modo, o jornalista, quando escreve, instala um efeito-leitor, que é a projeção desse “outro”.

A *nação comunista* é o mote da reportagem, que, silenciosamente, associa o comunismo de Cuba à falta de comércio (o jornal fala sobre o acordo de cooperação para aumentar o comércio na Ilha) e a ausência de direitos humanos. Mas, no texto, é possível identificar que a preocupação da União Europeia vai além desses dois temas, sendo um **“prelúdio para muito mais”**.

Esse “muito mais” é o silêncio, pois se deixou de dizer o quê, produzindo infinitas possibilidades. Esse *não dito* também está significando na narrativa do jornal, porque projeta Cuba para uma mudança no seu sistema político, econômico e no seu modo de produção. O “muito mais” é o poder do capitalismo que se materializa na linguagem, como se não fosse necessário dizer, porque há um pré-construído sobre seus benefícios. Como o jornal não diz, os leitores são os responsáveis por fecharem esses sentidos que ficaram soltos, mas que a reportagem, de alguma forma, conseguiu deixar em abertos em determinadas condições. Ela faz isso quando diz antes sobre a falta de comércio na Ilha e sobre a falta de direitos humanos. A ideia de falta preenche o sentido do “muito mais”. Há muitas faltas em Cuba, portanto, há muito mais a ser preenchido.

Quando o jornal edita o texto e coloca a palavra “transição” como intertexto, ele determina para Cuba uma condição que o país não teria como deter, da qual não teria como escapar. Enquanto o jornal diz “transição”, o Partido Comunista Cubano diz “atualização”. Na reportagem, “transição” se liga ao enunciado “mudanças”. Não por acaso, o Capitalismo, modo de produção dominante, não tolera outros modos de produção que sejam contrários ou que possam ser questionados. O capitalismo não tolera nenhuma

forma alternativa. Então, o interesse da União Europeia em Cuba reside na esperança de a Ilha se capitalizar, tornar-se outra.

Para Orlandi (1994), o discurso supõe um sistema de significante, mas “supõe também a relação desse sistema com a exterioridade, já que sem história não há sentido” (p. 53). O sentido sobre o comunismo é deslocado a cada FD. Na reportagem, o discurso que identifica Cuba como comunista relaciona o comunismo como sendo o contrário da democracia. O jornal não diz o que é a democracia, porque ele se vale do pré-construído, dos sentidos institucionalizados e admitidos como naturais. A democracia é produzida como evidência.

O discurso que relaciona Cuba ao comunismo e o comunismo ao que o mundo deve evitar é também um discurso institucional e político do governo dos EUA, como é possível encontrar nos documentos do Arquivo Central do Departamento de Estado Americano, elaborado em 1962, que afirmam que

o Declínio e **Queda do Castro**. Considerações importantes respeitando a vida do atual Governo de Cuba (...) Fidel Castro e outros membros do Governo cubano defendem a influência **comunista**. influência **comunista** está permeando o Governo e o corpo político a um ritmo incrivelmente rápido (U.S.DEPARTMENT OF STATE, 1960, grifos meus).

O *comunismo*, como aquele que é o oposto aos valores democráticos liberais, foi propagado por uma superpotência política, econômica e bélica mundial (EUA), cuja produção e circulação dos sentidos foram realizadas pelo que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado (1985). Esse discurso circulou pelo mundo e foi intensificado no contexto da Guerra Fria, na década de 1950, quando o globo ficou dividido entre a URSS e os EUA. Como a ideologia que domina é a da classe social que detém os meios de produção, o discurso também é dominante, na medida em que essa classe é quem tem os meios de produção para circulação desses discursos e de seus sentidos. Até que ponto o discurso do governo americano não *norteou* os sentidos atribuídos a Cuba pelos jornais?

Após o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, a ilha passou por processos políticos importantes, como a reforma agrária, os julgamentos de crimes de guerra, a

nacionalização de propriedades privada, e a não submissão ao governo americano, que até então tinha legitimidade para interferir politicamente na Ilha. É nesse cenário que os EUA carimbaram Cuba como **comunista** (BANDEIRA, 1998). Como o discurso não está dissociado das questões políticas, ser a favor ou contra o comunismo na segunda metade do século XX evidenciava as posições políticas, inclusive, dos jornais.

Contudo, ao mesmo tempo que os Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985) produziram excesso de informação sobre o comunismo, também produziram *silêncio*. Porque, ao enunciar que o comunismo era um dano ao mundo, se produziu *a falta de outros* sentidos sobre o comunismo. Esse silêncio e esse excesso aparecem na reportagem de *The New York Times*, porque “com ou sem palavras, esse silêncio rege os processos de significação” (ORLANDI, 2007, p. 61).

A memória também se produz pelo que não foi dito, pelo que foi esquecido, pelo que foi apagado, pelo que foi silenciado. Nesse caso, o silêncio não é implícito, mas esquecimento, conforme elaborou Orlandi (2007). “O silêncio não está apenas ‘entre’ palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência” (*idem, ibidem*, p. 69). Os discursos históricos fixam um sentido sobre os demais, daí é possível compreender esse esquecimento sobre comunismo que também se deu pelo excesso de outras palavras.

O jornal *The New York Times*, ao identificar Cuba como *nação comunista*, também se significa em suas posições políticas e ideológicas enquanto posições que se organizam em formações que “mantém entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (MAINGUENEAU, 1998, p.68). Podemos dizer que o jornal realiza “alianças” com outros discursos, sendo o principal deles o discurso que afirma que as reformas em Cuba são a *transição* necessária para o capitalismo. Essa representação que o jornal faz do momento político e econômico da Ilha é importante, porque será essa representação que vai trabalhar com o imaginário e vai, em alguma medida, disputar os espaços políticos, ideológicos e discursivos.

É claro que a palavra *comunismo* não é estática e, certamente, para as pessoas de “esquerda” ou de “direita”, seu significado pode ser outro, pois, como escreveu Pêcheux:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Mas estamos refletindo sobre o sentido da palavra produzida no jornal *The New York Times*, porque são os lugares de fala — as FD — que possibilitam compreender o modo como se constitui determinado dizer que entende tanto o sujeito como a situação. “Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar daqueles que a empregam” (FERNANDES, 2007, p.21).

Se pensarmos que o jornal em questão é o número um dos EUA e que, por ser um jornal estadunidense, ele reflete as relações imaginárias geradas pelo conflito permanente entre EUA e Cuba (desde o final do século XIX), é compreensível que esse jornal “aceite” o texto da agência Reuters, que, por sua vez, está carregado de marcas discursivas de alguém que fala a partir de um posicionamento contrário ao comunismo.

Na reportagem, Cuba está associada ao comunismo e o comunismo está relacionado à *falta*. Quando a matéria afirma que haverá “um acordo de cooperação especial para **aumentar** o comercio, o investimento e **o diálogo sobre os direitos humanos**”, o efeito gerado é que o comunismo, sentido já atribuído a Cuba, não garante direitos à pessoa humana. Os efeitos desse discurso acionam uma **memória** que esteve “sempre lá” sobre o comunismo, mas não percebemos, pois “esquecemos quando e como os sentidos se constituíram em nós e eles aparecem como estando sempre lá” (ORLANDI, 2010, p 11).

A produção de práticas discursivas, através de formações imaginárias, “evocam respeitosa e os espíritos do passado, tomando-lhe de empréstimo os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada” (MARX, 1975, p. 17). Esse “tomar de empréstimo” se dá pelo interdiscurso. Quando o jornal diz que o comunismo

mata, “**matando quatro exilados cubanos** a bordo”, ele, silenciosamente, diz que o seu oposto capitalista é a possibilidade de vida em Cuba.

O perigo do comunismo, propagado pelos EUA no passado, e o possível reatamento das relações entre Cuba e a União Europeia se constituem face ao texto, que parece ser “só” um relato dos “fatos”. Na reportagem, o comunismo é a impossibilidade para uma Cuba mais comercial, mais “aberta”. Nesse jogo de sentido, Cuba é produzida como o lugar de partido único, que não permite a livre concorrência política.

“Uma **vitória** para Cuba como o **único** estado de partido **único no Hemisfério Ocidental**”. Nesse trecho, percebe-se como a língua “traí” o sujeito, que se pretende colocar como “neutro”, porém mais aparece quando tenta se esconder. Ter um *único* partido no enunciado está ligado a um partido eleitoral; não ter “concorrentes” seria o mesmo que governar sozinho, não permitir oponentes, não jogar o jogo da democracia (uma construção discursiva) ocidental. Os enunciados não têm um sentido em si, mas os sentidos que as FD produzem, isto é, as formações ideológicas, aquilo que significa em uma conjuntura, em uma situação e em uma posição sujeito. Ter um *único* partido está posto como oposição ao restante do Hemisfério Ocidental. O *único* na reportagem ganha o sentido do diferente, do particular, da exceção. “Através das retomadas e das paráfrases, produz-se na memória um jogo de força simbólico que constitui uma questão social” (ACHARD, 1999, p.8). É a palavra pescando o que não é palavra:

Quando essa não-palavra — a entrelinha — morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a (LISPECTOR, 1973, p.23).

A reportagem ressalta que “desenvolver **laços de negócios é a melhor maneira de pressionar por mudanças em Cuba**”. O texto toma como evidência que o sistema cubano mudará se Cuba se tornar “mais comercial”. As mudanças no texto se com as mudanças políticas, com uma abertura econômica, que possibilitaria uma mudança de governo, uma vez que, em seguida, o texto diz que “Washington já havia exercido pressão sobre a Europa e América Latina para **isolar o governo cubano**”.

Há sentidos em disputa que apontam para uma Cuba contemporânea, “menos comunista” em relação às reformas que o mercado pode proporcionar por meio dos enunciados “Europa”: “um acordo de cooperação especial”, “reformas orientadas para o mercado”, “transição para uma econômica capitalista”, “laços de negócios é a melhor maneira de pressionar por mudanças em Cuba”, “A União Europeia foi o maior investidor estrangeiro de Cuba e o segundo maior parceiro comercial de Cuba”. O comércio é o que significa Cuba como menos comunista, opondo-a, de forma silenciosa, a uma imagem da Cuba do passado, supostamente não comercial e não mercadológica.

A reportagem publicada no *The New York Times* enfraquece os sentidos sobre o comunismo quando mobiliza uma tensão entre o comunismo/passado e mudanças/futuro. Desde que o bloco socialista do Leste da Europa se desintegrou em 1991, o governo cubano passou a trabalhar em três frentes simultâneas: 1) capitais privados são atraídos para o investimento em Cuba, mas tendo o Estado como sócio no empreendimento (economia mista), 2) o turismo e 3) a entrada de dólar no País (FREITAS, 2000, p. 13). Como não existe mais a URSS, o enunciado tenciona o sentido do passado comunista (que seriam os resquícios dos países do bloco socialista) com a ideia de mudança, futuro, progresso, investimento. O discurso é o de que o comunismo é antagônico ao futuro, algo como um comunismo anacrônico, ultrapassado, fadado a não dar certo. É possível realizar essa leitura a partir da MD, como aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (os pré-construídos).

[...] modo de expressão implícita que permitem deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito [...]. Ora, tem-se frequentemente necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de dizê-las de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade (ORLANDI, 2007, p. 65).

Segundo Pêcheux (*apud* Orlandi, 2014), todo enunciado pode deslocar-se, fazendo com que o sentido possa ser outro, na reportagem o *isolamento* é posto como tática para que Cuba abandone o seu atual sistema político-econômico-social. O enunciado *isolamento* aparece como a exclusão, o não dito. Neste caso, o não existir não é o de não estar *no* mundo, mas é o de não ser importante *para* o mundo.

O discurso que diz que Cuba foi *isolada* trabalha com a ideia de que ela foi punida por estar fora da ordem social, política e econômica vigente, a capitalista. A punição se estabeleceu de forma histórica e linguística, porque o silêncio presente se constituiu no fato de que para dizer *x* não se disse *y*, como já nos explicou Orlandi (2007). Estabelecer a exclusão de sentidos (outros) sobre Cuba é a forma material de esquecer.

A FD da imprensa analisada é condição necessária para a (des)construção dessa memória histórica sobre Cuba. Ser punida, discursivamente, é a violência que se manifesta pelo não dizer, pela exclusão do que não foi dito (FOUCAULT, 1999). E o que não foi dito não está no jornal. O que está fora, não se conhece. O silêncio nesse caso — que existe pelo não dito — também significa (ORLANDI, 2007).

3.2.2 *El País*: Repetição e Regularização dos Sentidos



Figura 5 - Logo do jornal *El País*

Sob o slogan *O Jornal Global*, o espanhol *El País* nasceu em 1976 e atualmente é impresso e online. Em novembro de 2013, lançou sua versão em português e desde então conta com uma redação no Brasil, em São Paulo, onde produz publicações próprias e traduções da versão original.

Na era da globalização, um jornal que se propõe global é um jornal que está em acordo com uma das características da notícia: ser universal. A ideia de global coloca o jornal como um porta-voz do mundo, e não mais de uma parte dele. O efeito de sentido produzido é que o que acontece no mundo está no *El País*, como se o que não foi publicado no *El País* não acontecesse no mundo. A *não presença* de algumas notícias também gera efeito de sentido: o efeito do silêncio (ORLANDI, 2007), que também constitui a linguagem jornalística.

No mapeamento do jornal *El País*, a primeira reportagem, a partir do último dia da II CELAC, foi publicada no dia 30 de janeiro de 2014, assinada por Bernardo Marin, com o título “CELAC termina sem questionar direitos humanos em Cuba”. Na reportagem, o jornalista destaca o balanço final do evento, com o posicionamento da Comissão Cubana de Direitos Humanos (CCDH) e do Ministro da Costa Rica, Enrique Castillo, que se reuniu com o grupo da CCDH. O jornal publicou ao todo 17 matérias, entre reportagens, notícias e artigos, conforme a tabela 3:

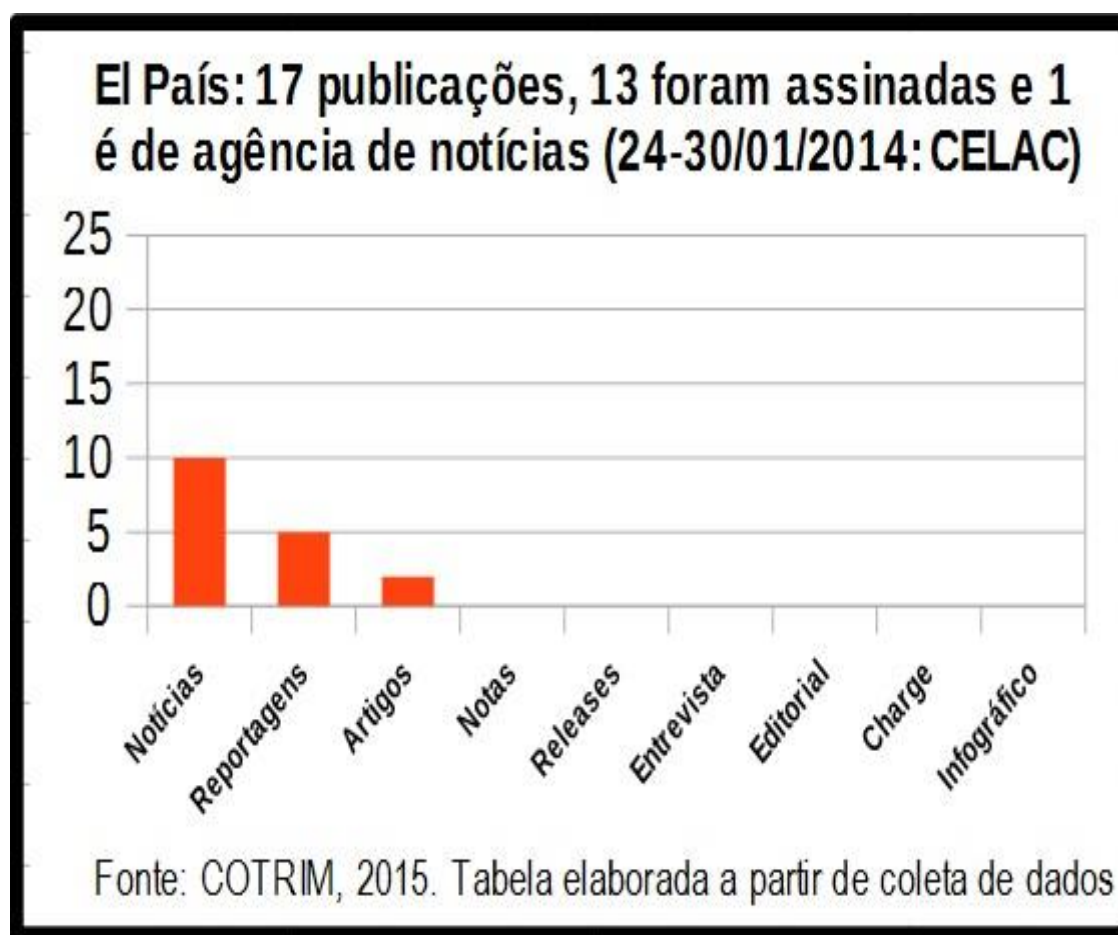


Gráfico 2 - Gêneros publicados no *El País*/ II CELAC

A seguir, a reportagem na íntegra, transcrita, com grifos.

CELAC TERMINA SEM QUESTIONAR OS DIREITOS HUMANOS EM CUBA
A União Europeia formaliza a disposição em **rever** as relações com **a ilha**

A cúpula da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) terminou nesta quarta-feira, em Havana, com um enorme sucesso diplomático para Cuba. Os chefes de Estado e governo divulgaram uma declaração final na qual se propõem a lutar contra os grandes flagelos do continente, a pobreza, a fome e a desigualdade; condenaram o embargo dos Estados Unidos e apoiaram o processo de paz na Colômbia. O documento inclui uma referência ao falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez, promotor da CELAC em 2011, a quem foi qualificado como "humanista incansável". Os representantes também fizeram uma proclamação pública que definiu a América Latina e o Caribe como uma "zona de paz" e se comprometeram a eliminar o uso da força na região e promover o desarmamento nuclear.

Cuba, excluída da Cúpula das Américas, conseguiu obter apoio de 29 dos 33 líderes reunidos. O presidente de El Salvador, Mauricio Funes, justificou sua ausência por motivos de saúde. Ricardo Martinelli, representante do Panamá, rejeitou o convite irritado com a apreensão no ano passado de um navio norte-coreano com armas para a Ilha.

O governo de Raul Castro não recebeu críticas diretas de qualquer dos participantes da cúpula sobre a questão dos **direitos humanos na ilha**, como aconteceu, por exemplo, em 1999, quando as reprovações do presidente do México, Ernesto Zedillo para a situação das **liberdades** na ilha acabaram congelando a relação especial entre seu país e Cuba. A referência mais explícita ao tema foi feita pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que pediu na terça-feira o cumprimento dos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos.

Os **dissidentes** esperavam ser ouvidos, **mas** nenhum dos participantes até agora os escutaram. **Apenas** uma delegação chefiada pelo embaixador e chefe da política externa da Costa Rica reuniu-se quarta-feira com Elizardo Sanchez, chefe da Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação (CCDHRN). A reunião durou cerca de 25 minutos e foi descrita como "muito proveitosa" pelos **opositores**. **Dissidentes** pediram aos representantes da Costa Rica, "defensor dos **direitos humanos** no continente" uma maior participação na edição de **liberdades políticas**. Nos dias que antecederam o evento, a CCDHRN denunciou coação, detenções arbitrárias e prisões domiciliares para impedir a realização de uma cúpula paralela.

Questionado sobre a reunião com a **dissidência**, o ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, Enrique Castillo, disse que seu país "não se recusa a ouvir as posições que querem expor. E, neste caso se trata disso, de ouvir, não de intervir, nem de fazer qualquer interferência".

Coincidindo com o encerramento da cúpula, houve outro sucesso diplomático para Cuba. Os países da União Europeia (UE) chegaram a um consenso para abrir negociações sobre um acordo bilateral com Havana para construir um novo quadro de relações. Se as negociações forem concluídas com êxito, este quadro poderia substituir a "posição comum", o instrumento idealizado em 1996 pelo Governo da Espanha, liderado por José María Aznar, e que proíbe o diálogo com a ilha, enquanto não progredir o assunto sobre a **questão das liberdades**.

A cúpula também tem sido palco de um interessante jogo de tomada de posições para tirar proveito dos **novos ventos que sopram em Havana**. Em um momento de **fraqueza** da Venezuela, até agora parceiro sênior de Cuba, países como o Brasil ou México se abriram pelas incipientes reformas econômicas. Na segunda-feira, Dilma Rousseff, abriu as obras do mega-porto de Mariel, construído pela empresa brasileira Odebrecht, a um custo de 1.092 milhões de dólares. O presidente mexicano Enrique Peña Nieto começou ontem uma visita oficial de quatro horas para restaurar a relação privilegiada que manteve os dois países durante os primeiros 40 anos de governo de Fidel Castro. Em um gesto significativo, México, em novembro passado, perdoou 70% da dívida para com Cuba.

As intervenções dos participantes foram amistosas até que houve um confronto entre o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, e o presidente da República Dominicana, Danilo Medina. Medina passou quase todo o tempo da sua intervenção com uma raivosa defesa das acusações de Gonsalves sobre a negação da cidadania de milhares de dominicanos de origem haitiana, o que viola os direitos humanos.

Houve gestos de relaxamento. Os presidentes do Chile, Sebastián Piñera, e Peru, Ollanta Humala, apareceram juntos e se comprometeram a acelerar o trabalho para implementar a recente decisão de Haia que estabelece a disputa sobre a fronteira marítima entre os dois países.

Íntegra de reportagem 2 - Transcrição e tradução de reportagem El País/II CELAC

Fonte: EL PAÍS. CELAC termina sem questionar direitos humanos em Cuba. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2014/01/30/actualidad/1391036983_018365.html>. Acesso em jan. 2014.

A palavra *dissidente* significa um grupo minoritário de pessoas que diverge sobre um governo autoritário. Ser dissidente, conceitualmente, é estar fora do país do qual se diverge politicamente. Mas, no caso da reportagem de *El País*, o sentido atribuído ao termo é a um grupo político que diverge do atual governo cubano, mas que mora na Ilha. Os sentidos, como já dissemos, não são unitários e, na reportagem do jornal espanhol, seus significados são deslocados. A nosso ver, isso não acontece à toa, mas em razão da FD e da formação ideológica.

Quando o jornal associa Cuba à ausência de liberdade política, lembramos que ser contra a liberdade política tem várias faces na história, como o fascismo, o nazismo, as ditaduras militares, governos autoritários etc. Esse efeito produzido no leitor determina, no campo da representação, Cuba como esse lugar autoritário, onde não há liberdade política. Não é pouco dizer que em um dado país não há liberdade política, uma vez que esse enunciado reverbera muitas memórias e heranças discursivas. Por isso, entendemos que é tão importante compreender como os discursos são construídos.

Se na conjuntura política estamos atentos aos fundamentalismos do neocapitalismo, das políticas de mercado, da mundialização etc., na conjuntura teórica estamos atentos aos funcionalismos, aos modelos da semiologia e do cognitivo que hoje disputam o lugar da psicanálise, da linguística e do marxismo, enquanto metáforas para se compreender e fazer compreender a análise do discurso (ORLANDI, 2011, s/p)

Quando o jornal *El País* opta⁵² por classificar as pessoas que não concordam com a Revolução ou com o governo cubano como *dissidentes*, ele está atribuindo a Cuba o *status* de país autoritário, porque uma palavra se liga a outra: os *dissidentes* buscam *liberdade*, segundo o jornal. Mesmo o leitor não sabendo propriamente o que quer dizer a palavra *dissidente*, seu significado é deslocado pela reportagem quando ela associa, como se fossem sinônimos⁵³, a *dissidência* e a *oposição* que luta por liberdade. O *El País*, ao dizer que os *dissidentes* não foram considerados na CELAC, tenciona o enunciado e seu sentido, uma vez que a CELAC aconteceu em Havana, capital do País supostamente autoritário.

Ou seja, no campo da representação, é “compreensivo” — porque foi naturalizado — que os *dissidentes* não tenham sido ouvidos, já que o evento aconteceu em Cuba. A ideia de que o governo cubano seria avesso à democracia está significando quando o jornal afirma que os “**dissidentes** pediram **liberdades políticas**”.

Possenti (s/d) recupera Pêcheux (1969) e expõe um esquema que ajuda a identificar como a ideologia opera no discurso.

- (1) X e Y nunca são substituíveis um pelo outro;
- (2) X e Y são substituíveis às vezes, mas não sempre;
- (3) X e Y sempre são substituíveis um pelo outro.

⁵² A opção não é uma ação consciente e voluntária, na maioria das vezes. No que tange ao discurso, a opção é determinada por práticas discursivas históricas, como já dissemos no Capítulo I.

⁵³ O Jornalismo, munido de suas teorias, estabelece os sinônimos como algo evidente. Entretanto, a escolha de cada palavra gera significado diferente, como explica Marcuschi (2007). Essa compreensão da linguagem na Imprensa tem sua “origem” nos processos de significação teórica do Jornalismo, que, em sua maioria, pensa que “usa” as palavras, tomando-as como um instrumento. Essa visão sobre a linguagem autoriza o uso de sinônimos e apaga a criticidade sobre a forma como a palavra está no texto. Para AD, os sinônimos são um efeito de sentido para a produção do Jornalismo. Usar sinônimos é um procedimento de linguagem muito comum, uma forma de organizar o texto. No entanto, não se trata “apenas” de texto: é a ideologia que comparece, inevitavelmente.

Isto é, o *El País* rejeita determinado discurso por outro. Ao dizer alguma coisa, o jornal deixa de dizer outra(s). Ao dizer dissidente, ele deixa de dizer oposição.

A partir disso, é importante refletir por que a imprensa utiliza o termo *dissidente* e não outro. Ao denominar o grupo que não concorda com o governo cubano como *dissidente*, o *El País* se posiciona discursivamente e, portanto, ideologicamente.

A palavra *dissidente* é proferida como se fosse uma simples designação indiscutível de uma coisa, como apontou Pêcheux (1988, p. 160). Se os *dissidentes* são os que vivem fora do país de origem, e os dissidentes trazidos pelo jornal moram em Cuba, há aí uma contradição. Essa contradição é esperada na AD, uma vez que as palavras não são estáticas e seus sentidos mudam de acordo com a posição de quem fala e nas circunstâncias (POSSENTI, s/d).

O sentido nunca é o de uma só palavra, mas de uma família de palavras, o que mostra o caráter histórico dos sentidos (POSSENTI, s/d, p. 372). Mas seria possível uma enunciação neutra? “Os dicionários podem dar a definição que lhes aprouver, podem ser até heterogêneos e contemplar diversas definições. Mas, num jornal, *radical* é sempre o outro” (POSSENTI, 2014, s/p). O *El País* também parece ter seu próprio dicionário, palavras que fazem sentido no interior de sua prática discursiva e foram estabelecidas como *evidência*.

O efeito-leitor produzido pela palavra “dissidente” projeta, em alguma medida, um leitor pouco crítico, que absorve essa terminologia como se ela fosse transparente. Qualquer palavra pode significar tudo, mas também não significa..

O periódico espanhol produz um efeito de que ele só *informar*, apenas contar os fatos, descrevê-los, mas os conta de tal forma que existem *mocinhos* de um lado e *vilões* de outro. “Pode parecer apenas uma guerra de palavras, e, às vezes, é mesmo. Mas isso não significa que seja uma guerra menos importante. Quem diz que se trata apenas de questão semântica não tem ideia do que isso significa” (POSSENTI, 2014, s/p).

Essa tensão entre a palavra, o significado e a circulação de seu sentido pode ser fácil de ver, mas é difícil de reconhecer. A mídia, nesse aspecto, não se afirma como um simples meio de transmissão de discurso, mas um meio que “imprime certo aspecto a seus

conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 70). Ou seja, não é sustentável a ideia de *emissor-meio-receptor*, pois essa ideia esconde um aspecto fundamental para pensar o Jornalismo: não existe “transmissão” de informação, como se o discurso chegasse pronto ao veículo de mídia e restasse a ele apenas transmiti-lo. O Jornalismo não é um meio, pois, quando se afirma isso, produz-se uma espécie de neutralidade para esse lugar. O Jornalismo é uma condição para que a mensagem seja de um jeito e não de outro.

Tanto o *El País* quanto o *The New York Times* trazem em seus textos o discurso de que em Cuba não há liberdade, seja pela falta de *direitos humanos* e pela existência de um *partido único*, seja pela *dissidência*. Essa regularização de sentidos se apoia, segundo Achard (2007), sobre o reconhecimento do que é repetido. “Não há, com efeito, nenhum meio empírico de se assegurar de que esse perfil gráfico ou fônico corresponde efetivamente à repetição do mesmo significante” (ACHARD, 2007, p 16). Por isso, na AD é importante se admitir o jogo de força que há entre o simbólico, o político e o histórico.

Dissidência é uma palavra que pertence à FD do grupo de opositores à Revolução Cubana e não do Jornal *El País*, mas o periódico se apropria da palavra e de seu sentido e produz novos significados. Isso ocorre em razão do interdiscurso, que estabelece o “implícito” de que a palavra *dissidente* oferece.

A *dissidência*, como aparece na reportagem do *El País*, é efeito da *falta de liberdade política* e da *ausência de direitos humanos* em Cuba, diz o jornal. Esse sentido foi produzido tanto no *El País* quanto no *The New York Times*, uma relação dialética entre repetição de um enunciado e a regularização de seu sentido (ACHARD, 1983, p. 239). A repetição produz memória. Dizer sempre da mesma forma, sempre o mesmo discurso, caracteriza uma prática, que significará no imaginário.

Essa semelhança discursiva entre o jornal *El País* e o *The New York Times* identifica esses jornais em suas posições de fala e em suas posições ideológicas. O modo como eles significam Cuba os identifica por suas práticas discursivas. Não se trata de um dizer isolado, mas contínuo, que se realiza na FD da grande imprensa ocidental.

3.2.3 *O Estado de S. Paulo*: A ideologia no discurso



Figura 7 - Logo do *O Estado de S. Paulo*

Um dos jornais brasileiros mais antigos ainda em atividade é *O Estado de S. Paulo*, fundado em 1871. O “Estadão”, como se autodenomina, se posiciona como um jornal independente (O ESTADO DE S. PAULO, p.6) e como uma *empresa* de comunicação que defende a “democracia e a livre iniciativa” (*idem*, p. 5). O periódico também está no online e no impresso, mas, para esta escrita-pesquisa, será analisado em seu formato papel.

O jornalismo impresso da chamada grande imprensa brasileira tem no *O Estado de S. Paulo* uma de suas referências. O jornal conta com um manual de redação, que mostra que as técnicas do Jornalismo também estão na ordem das leis, das regras.

Nos últimos anos, *O Estado de S. Paulo* tem dado cobertura mais frequente a Cuba e foi um dos poucos jornais brasileiros a enviar correspondentes para a II CELAC. Na verdade, em nosso *corpus*, ele foi o segundo jornal que mais publicou durante o evento, com 21 matérias, sendo 16 notícias, três reportagens, um editorial e um artigo. Todas as matérias se concentraram na repercussão da II CELAC.

A primeira reportagem a partir do dia 29 de janeiro, último dia da II CELAC, foi publicada no dia 9 de fevereiro de 2014, na editoria Internacional, p. A11, produzida pela correspondente Vera Rosa, a mesma jornalista que acompanhou a II CELAC como correspondente do Jornal.

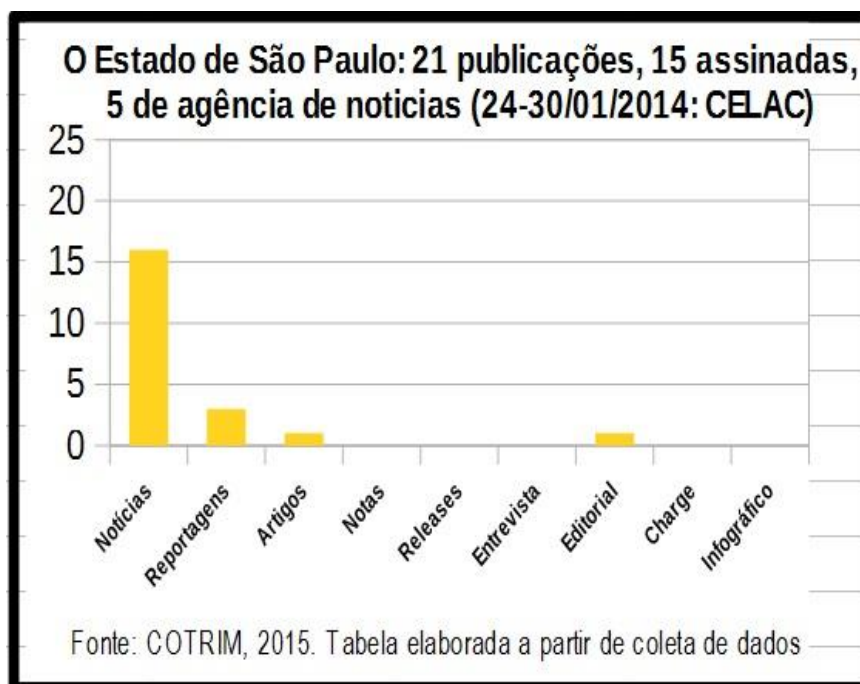


Gráfico 3 – Gêneros publicados no *O Estado de S. Paulo*/II CELAC

Era de se esperar uma reportagem especial do *O Estado de S. Paulo*, pois não é todo o dia que um periódico brasileiro envia correspondente a Cuba, sendo uma oportunidade de realizar matérias mais aprofundadas, analíticas, para além da reunião da Cúpula.

A reportagem que analisamos traz pequenos relatos de seis personagens (alguns sem identificação), que estariam insatisfeitos com a situação econômica em Cuba. Na matéria, o título destaca: “Câmbio duplo criou ‘castas da divisa’ entre os cubanos” (aspas do autor). A matéria tenta contar a história das duas moedas que circulam em Cuba⁵⁴ e os efeitos dessas na vida econômica de cubanos ouvidos pela reportagem. O texto afirma que a “**Ilha comunista agora põe em condições sociais diferentes os que têm e os que não têm moeda forte**”.

⁵⁴ Desde a década de 1990, circula em Cuba duas moedas, o CUC e o Peso Cubano (CESAR, 2005). Um CUC vale 24 pesos cubanos, algo em torno de 4 reais. Essa moeda foi criada devido à desvalorização do Peso Cubano, que chegou a 500 para 1 dólar. Todos os cubanos podem comprar e ter acesso em CUC ou em Peso Cubano. Quando o jornal diz que um médico ganha 15 dólares de salário, a matéria geralmente não explica, mas ela se refere aos 15 CUCs, que, em verdade, são 15 vezes 24 pesos nacionais.

Internacional

Outro sistema
Ucranianos lutam
pelo fim das
oligarquias. Pág. A15



Reportagem Especial*

Rumo à unificação monetária

CÂMBIO DUPLO CRIOU 'CASTAS' DA DIVISA' ENTRE OS CUBANOS

Ilha comunista agora põe em condições sociais diferentes os que têm e os que não têm moeda forte



Varadero
REPORTAGEM ESPECIAL DE JORGE

Quatro meses após o anúncio do processo de unificação das duas moedas que circulam em Cuba desde 1994, moradores de Havana ainda não sabem como será a transição nem o que ocorrerá com seu dinheiro, mas depositam esperanças no fim da desigualdade provocada por esse modelo. Nas ruas, cubanos dizem que a moeda única é a mais esperada das medidas divulgadas até agora pelo presidente de Cuba, Raúl Castro, e creem que, a partir daí, haverá descongelamento dos salários.

Num momento em que o irmão de Fidel Castro promove reformas econômicas na ilha, a convivência da população com duas divisas — o peso cubano (CUP) e o peso convertible (CUC) — agora cada vez mais se diferencia no regime comunista. Por ora, "castas" quase universais, que começa a surgir uma fenda para o mercado.

A disparidade existe porque a maior parte dos moradores ainda recebe salários e faz compras em peso cubano, mas a moeda forte é o CUC, com valor equivalente ao dólar (R\$ 2,90). Na intrínseca contabilidade da ilha, são necessários 24 pesos cubanos para obter 1 CUC.

Chamado pelos cubanos de "ce, u, ce", o CUC é o objeto do desejo dos trabalhadores, que fazem de tudo para conseguir a cobiçada moeda. Há quem leve o salário para a casa e comece a guardar para obter alguns trocados. Outros tentam aplicar pequenos golpes em turistas, vendendo uma moeda que chamam de "trilegua", com a falsificação de Che Guevara.

Quem não tem "ce, u, ce" em mãos passa por muitas dificuldades. Além disso, não pode usufruir de nenhuma das in-

frações anunciadas por Raúl, como, por exemplo, o direito de viajar e comprar imóveis. Falar no celular, a Ogi, CUC e internet, nem pensar.

"Tô recebendo em pesos cubanos, mas isso não vale nada aqui", disse um taxista que se identificou apenas como Jairo. "Todos temos de fazer bicos para ganhar 'ce, u, ce' e sobreviver."

Félix é a mulher, Solé, também um exemplo do cotidiano de dificuldades. Formado em Direito e desempregado, ele comprou um Lada quando os pedais, por valor correspondente a US\$ 8 mil, com a ajuda de uma irmã que vive na Europa. Hoje, ele atua como guia turístico e, nos fins de semana, atua como DJ em casas noturnas.

Ele compete com outros dois chamados Chevrolet 1993, como Zoc, que é mecânico e, nas horas vagas, assume o volante como chefe de turma, cobrando ao CUCs (R\$ 93,3) por um "recorrido" de dia inteiro em Havana. "O meu carro faz parte da história", orgulha-se Zoc. Apesar de ter um veículo "baleado", Félix atrai clientes em busca e recebe muitas gorjetas de estrangeiros, todas em CUC. Para complementar a renda, sua mulher vende roupas importadas, mas o governo cubano a licencia para essa atividade.

"As coisas já melhoraram, se formos comparar a situação de hoje com a dos anos 90, muito mais para nós. Mesmo assim, não há diabetes na economia. Com mais de 50 anos de influência dos EUA, a infraestrutura se fratura. O desafio, agora, é sair da crise sem se converter em sociedade de consumo, sem especular", resume Félix.

Na caderneta de abastecimento da família, as cotas de consumo de produtos básicos, como arroz, feijão e leite, são registradas em folhas amareladas, preenchidas à tinta. A compra desses itens, subsidiados pelo governo, é feita em pesos cubanos. Quando acaba a cota mensal, Félix e Solé têm de se virar. "A gente compra por fora", conta ela. Para tanto, é preciso desembolsar CUC.

Uma família, em Cuba, gasta de 60% a 70% de sua renda com alimentação, de acordo com levantamento feito pelo Programa Mundial de Alimentos da



Em busca da independência, María Isabel, no salão de cabeleireiro improvisado em casa, lavatório no quintal

ONU. Os dados também indicam que 80% dos alimentos consumidos no país são importados. Em Havana, o salário médio do trabalhador é de 300 pesos cubanos (US\$ 11 ou R\$ 32,7) por mês. Um índice recebe, no máximo, R\$ 3 CUP (US\$ 3) ou R\$ 93,3 convertíveis.

A professora de História María Isabel aposta nas reformas de Raúl. Depois de se aposentar, em julho, ela abriu a Peluquería Mary, dentro de casa, na periferia. O salão de cabeleireiro é no quintal, mas pendurados e unhas são feitos na sala de jantar, com vista para a cristaleira cheia de bibelôs.

"Avenida Brasil". Uma TV exibe as atrações de Carminha em Avenida Brasil, novela que anima a freguesia de María Isabel. "As pessoas aqui não têm muito dinheiro, mas se divertem", diz ela. Para a professora, tudo vai melhorar com a unificação da moeda, até mesmo o preço do xampu e da operadora "made in Brazil", usados nas clientes. "O produto brasileiro ainda mais o cabelo afro."

Perto dali, Alex comemora o aumento das vendas de material de construção no depósito onde trabalha. "Antes de outubro, a gente vendia 3 mil sacos de cimento por mês. Hoje são 7 mil", afirma. No depósito da

beira Buena Vista, na periferia de Havana, Alex diz que o governo tem oferecido crédito bancário para que moradores reformem suas casas. "Vendemos muito cimento, blocos de concreto, areia, janelas", diz ele, que defende a "situação de socialismo" promovida por Raúl. "Aqui não tem empacotamento barato", insiste.

Revelado, um funcionário

do depósito, que carregava cimento, interrompeu a conversa e mostrou as mãos calçadas. "Não é nada disso que falam na TV, não. Não trabalhamos muito e ganhamos pouco. O preço da roupa é muito alto. Quase não tenho dinheiro para comprar", afirmou o homem, que não quis dizer o nome. "Tenho muito medo."

Questionado se ainda acendi-

tava em dias melhores, ele abalou a cabeça e ficou em silêncio. Depois, respondeu baixinho: "Não tenho filhos, nem quarto. Vivo só. Mas vivo porque tenho esperança."

Mais informações sobre a vida dos cubanos no Brasil: Metrópole, págs. A8 e A9

NOVA YORK

DÓLAR A R\$ 2,19

SÓ NA CVC

A CVC oferece, além do melhor preço e parcelamento, a melhor estrutura na cidade, com equipe de guias brasileiros experientes, ônibus exclusivo CVC para passeios, guia de bolso com mapa da cidade, guia de compras exclusivo e atendimento 24 horas em português para lhe auxiliar no que for preciso.

Figura 8- Reportagem O Estado de S. Paulo/II CELAC

Fonte: Reprodução do jornal O Estado de S. Paulo, 9/2/2014, Editora Internacional

Reportagem na íntegra, com grifos:

CÂMBIO DUPLO CRIOU 'CASTAS DA DIVISA' ENTRE OS CUBANOS
Ilha comunista agora põe em condições sociais diferentes os que têm e os que não têm moeda forte

Quatro meses após o anúncio do processo de unificação das duas moedas que circulam em Cuba desde 1994, moradores de Havana ainda não sabem como será a transição nem o que ocorrerá com seu dinheiro, mas depositam esperanças no fim da desigualdade provocada por esse modelo. Nas ruas, cubanos dizem que a moeda única é a mais esperada das medidas divulgadas até agora pelo presidente de Cuba, Raúl Castro, e creem que, a partir daí, haverá o descongelamento dos salários.

Num momento em que **o irmão de Fidel Castro promove reformas econômicas** na ilha, a convivência da população com duas divisas — o peso cubano (CUP) e o peso conversível (CUC) — **acirra** cada vez mais **as diferenças no regime comunista**. Pior: cria "castas" nesse universo, que começa a abrir uma fresta para o mercado.

A disparidade existe porque a maior parte dos moradores ainda recebe salários e faz compras em peso cubano, mas a moeda forte é o CUC, com valor equivalente ao dólar (R\$ 2,38). Na intrincada contabilidade da ilha, são necessários 24 pesos cubanos para obter 1 CUC.

Chamado pelos cubanos de "ce, u, ce", o CUC é o objeto do desejo dos trabalhadores, que fazem de tudo para conseguir a cobiçada moeda. Há quem leve o violão para a rua e comece a cantarolar para obter alguns trocados. Outros tentam aplicar pequenos golpes em turistas, vendendo uma moeda que chamam de "reliquia", com a fisionomia de Che Guevara.

Quem não tem "ce, u, ce" em mãos passa por maus bocados. Além disso, não pode usufruir de nenhuma das mudanças anunciadas por Raúl, como, por exemplo, o direito de viajar e comprar imóveis. Falar no celular, a 0,35 CUC o minuto, nem pensar.

"Nós recebemos em pesos cubanos, mas isso não vale nada aqui", disse um taxista que se identificou apenas como Júlio. "Todos temos de fazer bicos para arrumar 'ce, u, ce' e sobreviver."

Félix e a mulher, Soley, também são exemplo do cotidiano de dificuldades. Formado em Direito e desempregado, ele comprou um Lada caindo aos pedaços, por valor correspondente a US\$ 8 mil, com a ajuda de uma irmã que vive na Europa. Hoje, ele atua como guia turístico e, nos fins de semana, atua como DJ em casas noturnas.

Ele compete com donos dos charmosos Chevrolet 1952, como Zoe, que é mecânico e, nas horas vagas, assume o volante como chofer de turista, cobrando 40 CUCs (R\$ 95,2) por um "recorrido" de dia inteiro em Havana. "O meu carro faz parte da história", orgulha-se Zoe. Apesar de ter um veículo "baleado", Felix atrai clientes em hotéis e recebe muitas gorjetas de estrangeiros, todas em CUC. Para complementar a renda, sua mulher vendia roupas importadas, mas o governo cassou a licença para essa atividade.

"As **coisas já melhoraram**, se formos comparar a situação de **hoje** com a dos **anos 90**, muito **duros** para nós. Mesmo assim, não há dinheiro na economia. Com mais de 50 anos de bloqueio dos EUA, a infraestrutura se fraturou. O desafio, agora, é sair da crise sem se converter em sociedade de consumo, sem especular", resume Félix.

Na caderneta de **abastecimento** da família, as **cotas de consumo de produtos básicos**, como arroz, feijão e leite, são registradas em **folhas amarradas**, preenchidas à tinta. A compra desses itens, subsidiados pelo governo, é feita em pesos

cubanos. Quando acaba a cota mensal, Félix e Soley têm de se virar. "Aí a gente compra por fora", conta ela. Para tanto, é preciso desembolsar CUC.

Uma família, em Cuba, gasta de 60% a 70% de sua renda com alimentação, de acordo com levantamento feito pelo Programa Mundial de Alimentos da ONU. Os dados também indicam que 80% dos alimentos consumidos no país são importados. Em Havana, o salário médio do trabalhador é de 360 pesos cubanos (US\$ 15 ou R\$ 35,7) por mês. Um médico recebe, no máximo, 840 CUP (US\$ 35 ou R\$ 83,3) mensais.

A professora de História María Isabel aposta nas reformas de Raúl. Depois de se aposentar, em julho, ela abriu a Peluquería Mary, dentro de casa, na periferia. O lavatório do salão de cabeleireiro fica no quintal, mas penteados e unhas são feitos na sala de jantar, com vista para a cristaleira cheia de bibelôs.

‘Avenida Brasil’. Uma TV exhibe as trapanças de Carminha em Avenida Brasil, novela que anima a freguesia de María Isabel. "As pessoas aqui não têm muito dinheiro, mas se divertem", diz ela. Para a professora, tudo vai melhorar com a unificação da moeda, até mesmo os preços do xampu e da queratina "made in Brazil", usados nas clientes. "O produto brasileiro alisa mais o cabelo afro."

Perto dali, Alex comemora o aumento das vendas de material de construção no depósito onde trabalha. "Antes de outubro, a gente vendia 2 mil sacos de cimento por mês. Hoje são 7 mil", afirma. No depósito do bairro Buena Vista, na periferia de Havana, Alex diz que o governo tem oferecido crédito bancário para que moradores reformem suas casas. "Vendemos mais cimento, blocos de concreto, areia, janelas", diz ele, que defende a "atualização do socialismo" promovida por Raúl. "Aqui não tem enriquecimento ilícito", insistiu.

Revoltado, um funcionário do depósito, que carregava cimento, interrompeu a conversa e mostrou as mãos calejadas. "Não é nada disso que falam na TV, não. Nós trabalhamos muito e ganhamos pouco. O preço da roupa é muito alto. Quase **não tenho dinheiro para comer**", afirmou o homem, que não quis dizer o nome. "**Tenho muito medo.**"

Questionado se **ainda** acreditava em dias melhores, ele abaixou a cabeça e ficou em silêncio. Depois, respondeu baixinho: "**Não tenho filhos**, nem quero. Vivo só. Mas vivo porque **tenho esperança.**"

Íntegra de reportagem 3 - Transcrição de reportagem *O Estado de S. Paulo*/II CELAC

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Câmbio duplo criou ‘castas da divisa’ entre os cubanos.

Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140209-43944-nac-11-int-a11-not>>.

Acesso em jan. 2014.

Historicamente o comunismo não existiu. Existiram experiências sociais com influências marxistas, como foi a Revolução Russa, em 1917. Conceitualmente, o comunismo, última fase do socialismo, admite a ausência de Estado no momento em que não será mais necessária sua existência (MARX, 2013). Em Cuba, como sabemos, há Estado. Logo, não é possível afirmar, entre outras razões, que o modo de produção em

Cuba seja comunista⁵⁵. Mas como já dissemos anteriormente, a palavra não é só palavra: ela também mobiliza sentidos e relações sociais historicamente construídas pelo discurso. O comunismo que aparece no discurso do jornal brasileiro é uma espécie de linha, a qual demarca a posição política, ideologia e de fala do sujeito.

Ilha comunista no enunciado de *O Estado de S. Paulo* marca no campo da linguagem uma divisão entre o mundo e a Ilha, algo como: “existem os comunistas e existimos nós”. Ao mesmo tempo que o jornal faz isso, ele diz que o comunismo não une, mas segrega *os que têm dos que não têm*. O jornal diz de modo silencioso que invés de promover a igualdade (discurso dos socialistas), a reportagem enfatiza que a *Ilha comunista* promove a diferença social, promove a desigualdade.

O efeito de sentido é de que Cuba possui um modelo político indesejável; elimina-se a possibilidade de identificação pelo discurso. Os efeitos produzidos nos leitores apontam que o Brasil é diferente de Cuba (melhor ou pior?), pois aqui não há castas. O leitor, esse sujeito sem identidade, constrói sentidos para o texto, colocando-o diante de um modelo que não deve ser seguido, ou que não deu certo. O receptor do discurso, nesse aspecto, é tão produtor do efeito de sentido de uma mensagem quanto o “autor” do texto (ORLANDI, 2006), por que ler o texto é saber o que ele diz, mas também o que ele não diz.

Esse leitor do *O Estado de S. Paulo* ocupa um espaço no imaginário do jornal, que instala efeitos-leitores pela repetição. Cuba significa para o leitor antes de a leitura se realizar.

O discurso não tem como função “construir a representação fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação” (VIGNAUX, 1979). Por isso, há uma tentativa de totalizar esse leitor/receptor, uma forma de assegurar a representação.

As condições de produção mostram uma assimetria entre o lugar que o sujeito ocupa e os poderes exercidos no jogo social, sendo um deles a produção jornalística. Quando o jornal diz que a *ilha comunista* criou *castas*, ele está dizendo que o comunismo

⁵⁵ Para este trabalho, não pretendemos analisar o discurso do/sobre o comunismo, porque isso necessitaria de um estudo profundo, o que não cabe nesta dissertação.

foi quem criou as castas. O comunismo, então, segrega, exclui. Esse efeito existe na tensão que constitui a relação entre os sujeitos jornalistas e os sujeitos leitores.

A relação entre o comunismo e a pobreza não é estranha aos sentidos já produzidos e construídos, historicamente. Em uma conjuntura (discursiva) de isolamento, rejeitar o que há em Cuba parece ser um sentido familiar, herdado, aceitável... estabelecido. É a língua(gem) se inscrevendo na história.

O que sabemos sobre o que é o comunismo, o socialismo, a América Latina e as revoluções de caráter de esquerda do século XX constitui, historicamente, o que somos hoje e como lidamos com determinados enunciados; como lidamos com Cuba. O lugar que ocupa *O Estado de S. Paulo* e o lugar que ocupa Cuba no imaginário desse jornal tensiona as relações de força e as relações de mundo da sociedade. Quais tensões, quais contradições, quais “notícias” o jornal mobiliza? Por quê? Para quê?

Por mais que *O Estado de S. Paulo* reverbere determinados saberes sobre Cuba — calcado no discurso de verdade —, para falar com legitimidade sobre a vida do outro, os modos de reproduzir esses saberes se dobraram frente à coerção própria das condições de produção, enquanto uma nova prática discursiva. Uma reportagem que exalte o que fez a Revolução, e não o que ela deixou de fazer, não faz parte da prática discursiva desse jornal. Essa é a coerção própria das condições de produção (ideológicas).

Como não existe uma palavra em si, mas uma família de palavras que vão gerando sentido, não é o objetivo desta análise examinar quantas vezes a palavra “comunista” apareceu na reportagem, mas é, sim, compreender quais os efeitos de sentidos são produzidos quando os jornais enunciam Cuba, e como esse quebra-cabeça de palavras é construído, criando representações sobre a Ilha.

Na reportagem, Raul Castro é designado como **irmão de Fidel**, um interdiscurso que se materializa numa Cuba pós-revolução. Raul aparece como um “braço direito” de Fidel. Dizer “Raul” não é o mesmo que dizer “Fidel”. Dizer “Raul” é o mesmo que dizer “Cuba”? Ou há um desvio? Para o jornal e para os leitores, Raul é estranho à narrativa construída, por isso ele precisa ser referenciado, e o referente é Fidel.

Enunciar Raul de uma forma e não de outra materializa o imaginário dos jornais sobre ele e sobre a própria Revolução Cubana, que se apoia, discursivamente, na figura de Fidel Castro. Pode parecer algo inofensivo e apenas um jogo de sinônimos, mas, no

fundo, trata-se do imaginário se materializando no discurso. São as imagens dos jornais sobre Raul e Fidel que se embatem e se confrontam nos dizeres do *O Estado de S. Paulo*. Por mais que o jornal busque uma escrita objetivada, as palavras escapam. Nesse sentido, o jornal brasileiro materializa a ideologia da FD que se filia, que representa Raul como irmão de Fidel, porque *esquece* quem é Raul. A reportagem, enquanto linguagem, se realiza pela memória e pelo esquecimento. Quem é Raul? É irmão de Fidel. Assim, Fidel Castro é lembrado para ser esquecido.

O enunciado “os que têm e os que não têm” colocam esses dois grupos em oposição linguística, mas colocam também em oposição social. A memória sobre o *comunismo* é acionada, o discurso “lembra” que o comunismo e a pobreza foram relacionados como iguais. “O implícito é o não dito que se define em relação ao dizer” (ORLANDI, 2002, p. 106). O sentido atribuído é o de que o *comunismo* não promove a igualdade, sendo ele o responsável pelas “castas” enunciadas na manchete da matéria. “Casta”, aliás, é um termo que pertence a uma FD da religião hinduísta⁵⁶, que admite as castas por serem essas a “vontade de Deus”. “Casta” é uma palavra que remete à ideia de carma, num jogo entre bem e mal, de que o jornal se apropria. Essa relação de sentido significa Cuba como o lugar do ‘mal’ — dotado de poder midiático — perante o mundo. “São poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência do mal para nos considerarmos sujeitos éticos” (CHAUI, 1999).

As palavras “comunismo” e “casta” se identificam num processo de *deslocamento* de sentidos (alterações), organizando e articulando os sentidos do “já dito” (PÊCHEUX, 1997), produzindo outro discurso, ainda que saibamos que o sujeito/jornalista que produz esse deslocamento de sentido não é a origem de tal deslocamento.

Para o Jornalismo, trata-se apenas de “metáfora”, mas para a AD há um deslizamento dos significados, uma vez que os sentidos nunca estão prontos, na suposta transparência da linguagem, mas submetidos às Formações Discursivas (ORLANDI, 2008).

O discurso que associa *Cuba* às *castas* afirma que há desigualdade no País. Cuba deixa de ser o lugar onde só há pobreza em relação ao mundo para ser o lugar da

⁵⁶ Não pretendemos discutir o sentido de *casta* para o hinduísmo. Estamos pensando os sentidos dessa palavra para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

desigualdade em relação a ela mesma. Há aí uma *mudança de significação* sobre Cuba: Se há castas em Cuba, é porque, para o jornal, há pessoas privilegiadas em detrimento de outras. Isto é “os que têm e os que não têm”.

O enunciado do cubano segundo o qual “*as coisas em Cuba já melhoraram*” se refere às ‘coisas’ econômicas, que, mais a frente, se ligam, pelo jornal, ao *abastecimento* e às *cotas de produtos básicos*. O *hoje* pontuado na reportagem indica o governo de Raul Castro. Nos anos 1990, o presidente era Fidel. A matéria não esclarece porque nos anos 90 era “muito duro”, e daí, se pensarmos que a memória discursiva é afetada pelo que foi dito antes, podemos supor três alternativas:

- 1) Antes era muito duro porque o governo era o de Fidel;
- 2) Antes era muito duro porque havia a União Soviética;
- 3) Antes era muito duro porque só agora Raul está realizando *reformas*.

Essas três hipóteses pertencem ao implícito. A reportagem silencia as causas e atenta-se às consequências, desse modo ela não fala sobre a desintegração do Bloco Socialista do Leste da Europa, que levou País caribenho a maior crise econômica desde a Revolução (CEZAR, 2005). E como era antes? Pior do que ter uma caderneta de abastecimento familiar?, deve-se perguntar o leitor. O discurso sobre o comunismo, que foi associado à fome, na URSS, relembra seu significado com Cuba, como se esse sentido do comunismo tivesse resistido na memória discursiva (Pêcheux, 1999, p. 56).

Quando a reportagem do *O Estado de S. Paulo* afirma que os cubanos têm *cotas* de consumo de produtos básicos, o sentido mobilizado é o da escassez, o da pobreza. Esse sentido é reforçado quando a reportagem diz que as cotas são registradas em *folhas amarrotadas*, preenchidas à tinta. Esses adjetivos servem como subterfúgio para o posicionamento discursivo do jornal. Quando o texto descreve o “amarrotar” das folhas, Cuba é significada como esse lugar do “precário”, sendo a Revolução Cubana um projeto sujo. A imagem de um lugar que é contraditório com o discurso da igualdade, de uma Formação Discursiva de esquerda, se coloca como o grande embate imagético. A contradição, o que escapa. A conta que não fecha. A representação sobre um outro modo de vida que não deu certo se mantém.

No texto, o cubano entrevistado *não tem dinheiro e tem medo*. Se tivesse dinheiro não teria medo? Se não tivesse medo teria dinheiro? O ter medo é o resultado do não ter dinheiro? Ele não tem dinheiro, tem medo e tem esperança. Quando a repórter pergunta ao personagem da matéria se ele ainda acredita em dias melhores, esse *ainda* mobiliza o sentido do tempo, que se liga à esperança, ao futuro, ou, como vimos no início da análise, às *reformas* de Raul. O texto diz “reforma” para significar “expectativas comerciais a Cuba”. É a necessidade dizer algumas coisas, como se não tivesse dito (ORLANDI, 2007, p. 67).

Para o jornal, o modelo cubano passa por *reformas* e não por atualização. Dizer “reforma” e não dizer “atualização” produz efeitos diferentes. Para a reportagem, “reforma” é uma mudança no modelo econômico: “*moradores de Havana ainda não sabem como será a transição nem o que ocorrerá com seu dinheiro*”. *Transição* se relaciona com *reformas*. Esse dizer da reportagem se sustenta porque há um “já dito”, que “só funciona quando as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime da ‘universalidade’. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história” (ORLANDI, 2007, p. 136).

O jornal faz crer que todos os cubanos querem o que a reportagem mostra, um efeito ideológico, que funciona por meio de uma prática. Vale pensar sobre o quanto a Imprensa cede espaço para a controvérsia e o quanto ela admite como verdade o imediatismo da “realidade” percebida pelo repórter que está em Cuba. Quando o jornal apaga outras vozes específicas, ele fortalece apenas alguns sentidos e delimita o acontecimento histórico (ORLANDI, 2007).

Aí se forma a necessária ilusão de que o que digo, eu digo a partir de mim mesma. Mecanismo imaginário que coloca na boca do sujeito as suas próprias palavras e que lhe dá o sabor de elas serem dele mesmo e não de outrem (ORLANDI, 2007, p. 136).

O tempo foi uma categoria trazida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que mexe com o imaginário sobre Cuba e a educação representacional do jornalista que encontra no visual as respostas para o mundo, funcionando como um método quase pedagógico, “como se fosse uma tentativa de demonstrar para os homens o modelo de sua cultura” (ADORNO, 2006, p 99-100) em oposição à cultura do outro. São as criações discursivas

sobre Cuba que aparecem para o sujeito antes da escrita, que, no caso de *O Estado de S. Paulo*, vai legitimar a memória “que esteve sempre lá” (PÊCHEUX, 1969).

3.2.4 *Granma*: A objetividade ao contrário



Figura 9 - Logo do jornal *Granma*

A imagem dos revolucionários que aparece na primeira página do periódico *Granma*, cujo nome foi em homenagem ao iate que levou os guerrilheiros do México até Cuba, em 1957, funciona como uma indicação. O *Granma* é o jornal estatal mais importante do País, órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista. Foi fundado em 3 de outubro de 1965 e nasceu da união de outros dois jornais: *Revolución* e o *Hoy* (MISKULIN, 2003). O periódico é diário e distribuído em todo o território nacional, além de versões estrangeiras editadas semanalmente em espanhol, português, inglês, francês, italiano e alemão. O *Granma* está na plataforma impressa e online; o impresso também é distribuído fora de Cuba, como em países da Europa e América Latina.

Quando *O Granma* se posiciona e diz que é um jornal da *Revolução*⁵⁷, não pressupõe atender “os dois lados”, ou alcançar uma pretensa objetividade, sendo, portanto, um jornal cujo posicionamento está, de cara, esclarecido, em Cuba e no mundo. Os enunciados *Revolução e Partido Comunista Cubano* identificam o periódico como um jornal que tem o comprometimento com o Partido e não necessariamente com os valores tradicionais de notícia atribuindo o valor notícia ao sentido *revolucionário*. Ou seja, sai no *Granma* o que é notícia para a *Revolução*, segundo os preceitos do Partido Comunista Cubano.

⁵⁷ GRANMA. Quem Somos. Disponível em: <<http://pt.granma.cu/quienes-somos>>. Acesso em jan. 2015.

As reportagens analisadas nesta dissertação não o são separadamente, mas sim como uma colcha feita de retalhos, em que um discurso costura o outro, tecendo sentidos. Contudo, em se tratando de o *Granma*, jornal estatal, oficial do Partido Comunista Cubano, a dificuldade é maior, pois não se trata de um jornal que pertence à mesma FD dos outros periódicos analisados. Este jornal, ao contrário dos demais, recusa o discurso da objetividade, da imparcialidade, da isenção e da neutralidade. Trata-se de um jornal que assume uma postura e faz questão de mostrar seu posicionamento político.

O *Granma*, não por acaso, foi o jornal que mais publicou notícias durante a II CELAC, com 34 registros. O gênero mais frequente foi a notícia, seguida de artigos, conforme tabela 4. A primeira reportagem ocorreu no dia 29 de janeiro de 2014, e abordou o significado de Cuba na II CELAC e a importância da Cúpula no contexto da América Latina. A reportagem foi escrita pelas jornalistas Dalia Delgado e Laura Paseiro, com o título: “CELAC está se movendo no caminho da unidade”. O texto traz as vozes do Presidente da Guatemala, Otto Pérez Molina, do Secretário Geral da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), Bernardo Álvarez e do Jornalista Francês, fundador do jornal *Le Monde* e um dos biógrafos de Fidel Castro, Ignacio Ramonet.

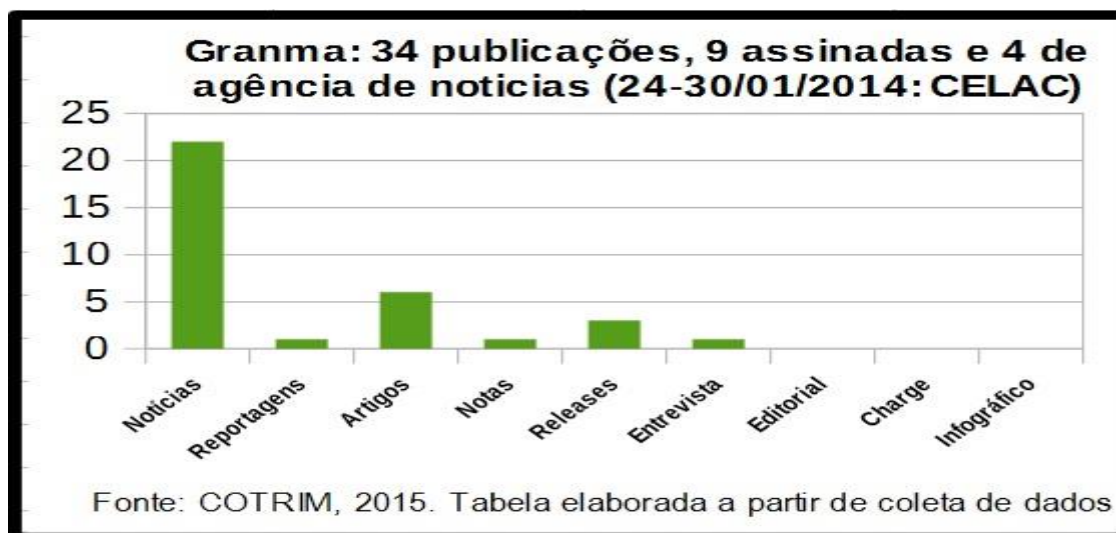


Gráfico 4 – Gêneros publicados no *Granma*/II CELAC



Figura 10 - O *Granma*/II CELAC

Fonte: Reprodução do jornal *Granma*, 29/1/2014, Editoria Cuba

A seguir, a reportagem na íntegra, com grifos:

CELAC **AVANÇA** NO CAMINHO DA **UNIDADE**

Após o primeiro dia da Segunda Cúpula dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), uma expectativa foi consumada: a região continua a avançar no caminho da **unidade**, com foco no respeito comum e a encontrar uma **unidade na diversidade**, como se referiu e o Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, General de Exército Raúl Castro.

As visões se aproximam e não estão limitadas a um único plano, apenas se projetam para vários aspectos do desenvolvimento social, econômico e cultural.

As declarações de vários presidentes e convidados reunidos coincidem em destacar o diálogo fraterno que tem caracterizado os espaços da Cúpula, desde a reunião de Coordenadores Nacionais até o encontro dos Chefes de Estado, que culminará hoje.

O presidente da Guatemala, Otto Perez Molina, disse que os chefes de Estado e de Governo reunidos em Havana discutem como unidade regional pode levar à solução de problemas comuns no continente.

A peça central, disse ele, é encontrar maneiras de combater a pobreza, lutar contra a fome, que é um esforço não só de cada estado, mas conjunto. “Estamos todos de acordo com isso e dispostos a fazer essa luta”, acrescentou.

Após a nomeação da Comunidade, ele disse a este jornal que tem grandes expectativas: "Eu acho que as questões colocadas sobre a mesa estão adequadas para os países da América Latina e do Caribe, além disso, não são apenas as propostas, mas também as resoluções que têm sido tomadas em consenso. Isso deve ser traduzido em ação para se tornar uma realidade que esta é uma região de paz, não proliferação de armas nucleares, uma região que promove o crescimento e o desenvolvimento da nossa economia".

Molina também disse que, em matéria econômica, foram revisados os esforços para que se reduzam as desigualdades e a pobreza.

O presidente disse que na agenda da cúpula está incluída a questão das drogas. O foco principal, sinalizou ele, é verificar que ações podemos tomar para "encontrar uma reforma da política mundial das drogas, que não siga — como temos dito — o proibicionismo que nos tem levado nos últimos 50 anos a uma guerra no continente latino-americano. Em países como o nosso, que são de passagem e de trânsito, temo tido um rastro de destruição e morte, inclusive de corrupção nas nossas instituições".

Sobre os **laços de amizade** entre Cuba e Guatemala, ele disse: "Eu acho que já existe uma excelente comunicação e relações entre Guatemala e Cuba na saúde, cultura, educação, e agora estamos mais interessados em reforçar a questão econômica entre os dois países, e América Central".

Por sua parte, o secretário-geral da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), Bernardo Alvarez, disse ao Granma que a CELAC é uma organização capaz de reunir diferentes países devido à sua meta: alcançar um espaço de diálogo e para o desenvolvimento.

O espírito da ALBA entende que existem várias "camadas" na integração, acrescentou. Isso explica a Unasul, por exemplo, e essa mesma organização. Os espaços são diferentes, mas todos na mesma ajuda. Eu acho que nós convivemos bem, porque somos integracionistas.

E disse: “Os nossos princípios são a solidariedade, a troca; realizar uma **luta** prioritária pela inclusão social, a **soberania**; e buscar uma **alternativa** ao **neoliberalismo** e aos **desastres** que ele produz”⁵⁸.

A ALBA é uma integração dos povos, por isso temos orgulhosamente chamado a ALBA de Tratado de comércio dos Povos.

A **relevância** da CELAC como mecanismo de **integração regional** também foi destacada pelo jornalista espanhol Ignacio Ramonet. A celebração da II Cúpula em Havana é uma **vitória diplomática** para Cuba, e uma **revanche histórica**, declarou. “Cuba continua a ser um país **bloqueado** pelos Estados Unidos, incluída na lista de países que patrocinam o terrorismo, e, obviamente, a realização desta reunião aqui é uma demonstração de que **nada disto faz sentido**”, disse o prestigiado intelectual.

Ramonet é otimista sobre o futuro do mecanismo de integração. “Até agora eu não vejo nenhuma razão para a CELAC não seguir o seu rumo, não há nenhuma questão que suficientemente para criar uma crise. Além disso, é uma organização muito flexível, sem rigidez para gerar uma crise, e não tem ocorrido isso até agora”, disse ele. “Eu creio efetivamente que esta organização está avançando de forma eficaz e as resoluções aprovadas aqui indicam bem que os projetos e ambições da CELAC são compartilhados pela maioria dos 33 estados que a compõem”, disse o acadêmico.

Íntegra de reportagem 4 - Transcrição e tradução de reportagem *Granma*/II CELAC

Fonte: GRANMA. CELAC avança no caminho da unidade. Disponível em:

<<http://www.granma.cu/mundo/2014-01-29/celac-avanza-en-la-senda-de-la-unidad>>. Acesso em jan. 2014.

Alguns enunciados não são muito comuns em reportagens por serem predominantemente “opinativos”, mas o *Granma* parece não se importar com essa “regra” e transita, sem muita preocupação, pelas palavras. A escolha das palavras não é aleatória, apesar de muitas vezes não ser consciente, e diz muito sobre a posição dos sujeitos no discurso.

Quando o jornal destaca a fala do Secretário Geral da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), Bernardo Álvarez, não é apenas a fonte que está falando, mas, sobretudo, o jornal, por meio de sua linha editorial e pela fala do jornalista. Ou seja, são discursos.

O sentido produzido pela reportagem é de que a ALBA, assim como a CELAC, tem, enquanto princípio fundador, a *luta*. Mas, quando se luta, se luta em favor de algo e, necessariamente, contra algo, pois só há poder quando há resistência (FOUCAULT, 1999). As palavras carregam “memórias”, e falar em luta evidencia a posição do jornal cubano e o significado de luta para ele, que, não esqueçamos, é o representante do Partido

⁵⁸ Fala do Secretário Geral da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), Bernardo Alvarez.

da Revolução Cubana. O *Granma*, inevitavelmente, também é reflexo dos mais de 50 anos de embargo/bloqueio econômico, financeiro, diplomático e midiático promovido pelos EUA, país símbolo do neoliberalismo.

O neoliberalismo, aliás, é mencionado na reportagem como responsável pelos desastres no mundo; a ligação entre EUA e neoliberalismo não é em vão. O texto se apresenta como linear, mas borbulha sentido. É preciso lembrar que a II CELAC aconteceu sem a presença dos EUA, que, junto com o Canadá, ficou de fora do evento. O sentido atribuído às palavras *luta* e *neoliberalismo*, sendo o segundo enunciado a causa de desastres, forma uma rede de memória, a partir de um pré-construído sobre a relação entre Cuba e EUA e no sentido que tem o bloqueio econômico para a Ilha.

O discurso que o *Granma* mobiliza uma identidade latino-americana, produzido pelo representante da ALBA, o primeiro grupo diplomático latino americano em se opor a ter relações diplomáticas com os EUA. Quando a reportagem afirma que a *luta* é pela “**inclusão social**” e “**pela soberania**”, mobiliza a ideia de conflito frente a um modelo de sociedade (neoliberal) que não representaria a CELAC. A palavra *solidariedade* indica o posicionamento, no campo das representações, da Cúpula dos Estados Latino Americanos e Caribenhos, colocando-a como o lugar do político. A soberania nos lembra de que esse dizer é uma reafirmação do lugar conquistado por Cuba nos últimos anos, que, mais do que a Revolução Cubana e as mudanças sociais internas, conquistou sua independência diante dos EUA. Isso é relevante, porque a América Latina é o lugar da colonização europeia e depois norte-americana; dizer “soberania” é recusar a posição do colonizado. Por outro lado, há sentidos muito vivos sobre o que seria o fortalecimento de uma identidade latina, se lembrarmos que Cuba é terra de José Martí, ícone do espírito latino-americano no século XIX; um pré-construído que vem junto no discurso de soberania. .

Esse sentido *de luta* e *de soberania* mobilizado pelo *Granma* não coloca Cuba nesse lugar do isolamento, como foi produzido pelo *El País* e pelo *The New York Times*. Ao contrário, Cuba aqui é representada como sendo o lugar da integração e unidade, benquista pelos vizinhos. Esse exemplo nos ajuda a pensar que os sentidos sobre Cuba vão depender dos lugares que falam sobre a Ilha. Isto é, não existe uma verdade absoluta, mas construções discursivas, que não são meramente “pontos de vistas”, mas tensões de linguagem no interior da luta de classes.

A reportagem (linguagem) produzida por sujeitos também se coloca diante dessa *luta* entre palavras, quando afirma que os EUA *bloqueiam* Cuba. “Escolher” o termo “**bloqueio**” não é aleatório, já que os sentidos estão em disputa. “Bloqueio” é uma palavra utilizada por cubanos e por simpatizantes de Cuba, pró-Revolução. Já “embargo” é usado pelo governo americano e por sujeitos que se filiam, ideologicamente, aos EUA. Por isso, o termo “bloqueio” não é em vão. Os efeitos de sentidos sobre o que é um bloqueio e sobre o que é um embargo econômico são distintos e é essa luta, materializada na linguagem, que aparece no discurso do *Granma*. O jornal faz questão de dizer que “**o bloqueio não faz sentido**”.

Para o *Granma*, o bloqueio⁵⁹ é a principal notícia, um tema que se fez presente durante a II CELAC, mas que os outros jornais não abordaram. O jornal do Partido Comunista Cubano está defendendo os seus sentidos, que são diferentes dos sentidos dos outros jornais, uma vez que, para o *Granma*, o assunto mais importante é o bloqueio econômico, que atenta contra os direitos dos cubanos.

O efeito-leitor também se realiza aqui, porque o discurso de unidade latino-americana e de soberania política e diplomática na CELAC está produzindo efeitos, principalmente na relação do jornal com os cubanos e mais ainda com os jornais latino-americanos que se filiam ao mesmo discurso, como no caso da *Telesur*. Para o jornalista do *Granma* isso importa e é preciso produzir uma mensagem sem ruído, eficaz nesse aspecto — ainda que saibamos que os sentidos escapam.

Os enunciados que o *Granma* traz são diferentes dos trazidos por outros jornais internacionais. As leituras também são diferentes, e é preciso compreender essas condições de produção na análise.

Os outros jornais não representaram a questão do bloqueio por algumas razões: 1) o bloqueio não é uma questão para esses jornais; 2) a questão ética que traz o tema do bloqueio se coloca na questão da interpretação, como disse Orlandi (s/d, p.299); 3) se pensarmos nessa última, a ética pode ser uma questão visível, mas também quase invisível. O bloqueio dos EUA a Cuba é uma questão “ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, s/d, p.300). O dizer do *Granma* produz

⁵⁹ Segundo dados do Governo Cubano, o bloqueio, instaurado desde 1961, contabiliza um trilhão de dólares de prejuízos a Cuba. Ver mais em <http://www.granma.cu/idiomas/portugues/cuba-p/10septiembre-bloqueo.html>

um saber que institui uma memória na manutenção de certos sentidos. Ele organiza uma memória sobre o bloqueio, sendo o único a dizer. Quase uma voz solitária na América Latina entre os grandes jornais.

O *Granma*, discursivamente, se coloca em um enfrentamento político e, conseqüentemente, linguístico, como quando o jornal, abertamente, assume os adjetivos e diz que “a **relevância** da CELAC como **integrador regional** foi destaque”. Em seguida, a fala do jornalista Ignacio Ramonet legitima o que foi enunciado pelo jornal, quando diz que “a celebração da II Cúpula foi uma **vitória diplomática** para Cuba”, e “uma **revanche histórica**”. O sentido de *revanche* se inscreve no contexto social que Cuba vive em relação aos EUA e na possibilidade de Cuba ser envolvida, mesmo estando em conflito com o governo estadunidense.

Desde o final da década de 1990, o País conquistou diálogo diplomático e econômico com parte dos países da América Latina, Europa e Ásia, e, pela primeira vez, sediou uma Cúpula que reuniu mais de 30 países⁶⁰ em que os EUA não foram protagonistas. A “**revanche histórica**” se entrelaça às palavras *luta* e *vitória* trazidas pelo jornal. *Luta, vitória e revanche* mobilizam o sentido de guerra, de confronto. É a memória se fazendo presente no discurso. O implícito é de que a vitória cubana é, antes de tudo, uma resposta aos EUA.

Na reportagem, o *Granma* está afirmando: a CELAC foi um sucesso, mostrou os danos do neoliberalismo e reafirmou que todo o país é soberano. A mensagem do jornal é a de que Cuba, mesmo não estando na ordem capitalista, conseguiu se posicionar e ser respeitada em um evento diplomático, uma vez que os enunciados não descrevem os fatos, mas constituem aquilo que é por ele representado (BERGER, 1998).

O aparecimento de algumas expressões, como “luta”, “soberania”, “bloqueio” e “vitória diplomática”, por exemplo, configuram um fazer jornalístico militante, principalmente se lembrarmos que o *Granma* pertence ao Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, que se assume enquanto instância política-ideológica.

⁶⁰ Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela, Haiti, Suriname, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Trinidad e Tobago, São Vicente e Granadinas.

A reportagem mobilizou um sentido simbólico para a II CELAC, formando uma identidade nacional a partir de uma estética de si (FOUCAULT, 1994). Enunciados que geram sentido de *luta*, de (sobre)vivência, de vitória, fazem parte de determinadas práticas discursivas, que constituem dada identidade, promovendo singularidades históricas a partir de uma rede de interdiscurso. A memória da luta está lá, na história da representação da Revolução Cubana, que se coloca numa posição de defesa (discursiva) frente ao neoliberalismo, ou frente aos EUA. O jornal *Granma* se posiciona como se também estivesse em luta. E de certa forma está: uma luta pelos sentidos atribuídos a Cuba.

3.3 O dia que significou 53 anos

Era 10 de dezembro de 2013, funeral de Nelson Mandela — mas a cena que circulou pelos jornais do mundo congelou-se na imagem de Raúl Castro e Barack Obama, de mãos dadas⁶¹. Mal se sabia que essa imagem já era um indício do que aconteceria no mesmo mês de dezembro, um ano depois.



Figura 11 - Obama e Raúl Castro no velório de Mandela

Fonte: PORTAL TERRA. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/africa/nelson-mandela/em-gesto-historico-obama-aperta-mao-de-raul-castro-no-funeral-de-mandela,e578451db0cd2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em abr. 2015

⁶¹ “O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, cumprimentou com um aperto de mão o *ditador* de Cuba, Raul Castro, antes de discursar na cerimônia religiosa em memória ao ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela” (FOLHA DE S. PAULO, 2013, grifo nosso).

No dia 17 de dezembro de 2014, a imprensa cubana anunciava que Raúl Castro faria um pronunciamento em rede nacional. A expectativa era de que os três cubanos que estavam presos nos Estados Unidos desde 1998, acusados de espionagem, seriam libertados. Em Cuba, eles são conhecidos como heróis. Nos EUA, eram enunciadados como terroristas⁶².

No Brasil, em razão do fuso horário, o pronunciamento do Presidente Cubano estava previsto para as 15h (horário de Brasília, o que corresponde às 12h em Cuba). Para a surpresa do mundo, Raúl Castro anunciava, simultaneamente a Barack Obama na TV americana, que, a partir daquele momento, os governos cubano e americano estavam reatando relações diplomáticas, após 53 anos. Era um dia histórico⁶³.

Os governos dos EUA e de Cuba estavam reatando as relações diplomáticas e, nesse contexto, a libertação dos três cubanos era uma amostra de que os governos estavam dispostos a dialogar. Em contrapartida, o governo cubano soltou Alan Gross, que trabalhava para a *Development Alternative, Inc* (DAI), contratado pela Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional (USAID), que responde ao Departamento de Estado norte-americano. Segundo o governo dos EUA, Gross estava em Havana para *ajudar* os membros da comunidade judaica cubana a se conectarem com outras comunidades judaicas do mundo. O governo cubano o prendeu em 2009 e o condenou a 15 anos de prisão sob a acusação de espionagem contra a integridade de Estado, a mando dos EUA.

Em abril de 2015, Gross entrou na justiça pedindo indenização ao governo americano, alegando que ele não o ajudou a enfrentar os riscos de se trabalhar em Cuba. A Corte, no entanto, recusou sua apelação. Gross prometeu processar o Estado americano por negligência.

⁶² Essa história rendeu um livro-reportagem sobre os cinco cubanos que se infiltraram em organizações anti-castristas, de um grupo de exilados na Flórida, para impedir que novos atentados acontecessem em Cuba desde os EUA, planejados para matar Fidel Castro. A organização foi descoberta pelo FBI em 1998. Dos 17 integrantes da Organização Cubana Vespa, um voltou para Cuba antes da organização “cair”, três fugiram quando o FBI os descobriu; cinco fizeram delação premiada e outros cinco foram presos; e são estes que se tornaram *los cinco* heróis cubanos. Gerardo foi condenado a duas prisões perpétuas e mais 15 anos, Ramon a uma prisão perpétua e mais 18 anos, Antonio a uma prisão perpétua e mais 10 anos, Fernando, a 19 anos e René, a 15 anos. Em 2009, suas penas foram ressentenciadas. Fernando e René foram soltos em fevereiro de 2014 e 2011, respectivamente (MORAIS, 2011).

⁶³O reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA foi intermediado pelo Papa Francisco.

No mesmo dia 17 de dezembro de 2014, no dia seguinte e por pelo menos 50 dias, os jornais do mundo inteiro “atualizavam” as notícias sobre as relações diplomáticas entre os EUA e Cuba, resgatando a história dos dois países e *o que aconteceria com a Ilha após a retomada das relações*. Tratava-se de um acontecimento evidentemente importante do ponto de vista global. Mas o que ecoou dos jornais no mundo inteiro foi uma pergunta-chave: Cuba estaria abandonando seu “regime comunista”?

O anúncio do reatamento das relações diplomáticas de Cuba e EUA foi um verdadeiro *boom* nos jornais do mundo. Conforme nosso mapeamento, durante a semana do anúncio (17 de dezembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014), foram mais de 160 publicações nos quatro jornais analisados, conforme conta na tabela abaixo.

Matérias Publicadas entre 17/12/2014 e 23/12/2014				
	The New York Times	El País	O Estado de São Paulo	Granma
Notícias	5	8	13	13
Reportagens	11	17	11	7
Artigos	12	23	18	4
Notas	2	1	3	4
Releases	0	0	0	1
Entrevista	0	0	2	0
Editorial	2	1	0	1
Charge	1	0	0	0
Infográfico	0	0	1	0
Total	33	50	48	30

Tabela 2 - Reatamento das relações entre Cuba e EUA: mapeamento das notícias

No Brasil, o polêmico Porto de Mariel, construído com financiamento do governo brasileiro e com a exportação de engenharia de empresas brasileiras, passou a ser elogiado por colunistas dos principais jornais do País. A rede *Globo* de televisão realizou uma série de reportagens especiais, mostrando o potencial do turismo em Cuba e a expectativa por *mudanças* no País que, para a Rede Globo, se integraria ao mundo capitalista. Os jornais

especulavam possíveis mudanças políticas, como noticiou a manchete do *The New York Times*, do dia 18 de dezembro de 2014, que iremos analisar na próxima seção.

3.3.1 *The New York Times* e o novo Mercado.

Ao todo, no período histórico em questão o jornal americano *The New York Times* publicou 33 matérias, que, de modo geral, repercutiram a decisão da retomada das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, com manifestações em Havana pela libertação dos, nas palavras do jornal, “espiões cubanos”, e manifestações em Miami por “exilados cubanos”, contrários à decisão de Raul e Obama. As matérias fizeram referência ao passado, lembrando a Guerra Fria e produziram Cuba e Coreia do Norte como iguais em suas representações, apontando que essa seria uma das razões pela qual os EUA romperam relações, e que essas nações foram punidas por serem “comunistas”.

Os artigos e reportagens também se concentraram no aspecto econômico, dizendo que não seria uma “tarefa difícil” reintegrar a economia dos dois países e imaginar que Fidel e Raúl desapareceriam da cena política. As matérias ouviram especialistas que diziam que iria demorar o retorno aos dias em que turistas americanos frequentavam os cassinos em Havana e exploravam as praias de Cuba, lembrando o tempo em que a Ilha era uma *neocolônia* dos EUA. As matérias também abordaram o fato dos EUA manterem relações comerciais com países que teriam um regime político ditatorial e citam o Egito; e abordaram que não há problema em fazer negócio com países “comunistas” desde que esses tenham uma economia de mercado, mencionando China e Vietnã.

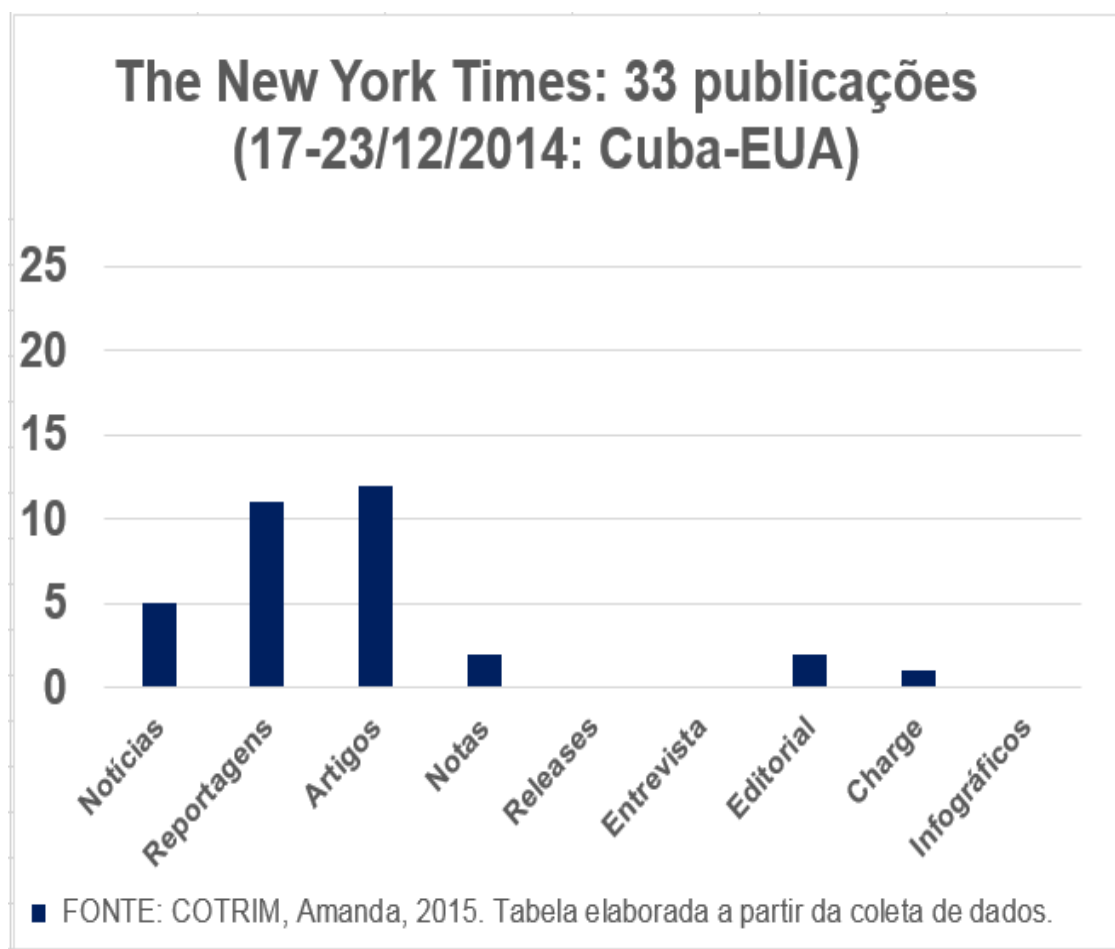


Gráfico 5 - *The New York Times*/Relações EUA e Cuba

BUSINESS DAY

U.S. Companies Clamor to Do Business in New Cuban Market

By JULIE CRESWELL DEC. 18, 2014

PepsiCo wants in. So do Caterpillar and Marriott International.

Within hours of President Obama's historic move to restore full diplomatic relations with Cuba, companies in the United States were already developing strategies to introduce their products and services to a market they have not been in for the better part of 50 years — if ever.

"Cuba is a potential market for John Deere products and services," Ken Golden, a spokesman for Deere & Company, a leading maker of farm and construction equipment based in Illinois, said by email.

But while there may be robust opportunities for some companies, especially those selling products or goods that could be viewed as enhancing Cuba's own domestic production or helping to develop its underused resources, other companies could get the cold shoulder.



Figura 12 - Reportagem *The New York Times*/Relações EUA e Cuba

Fonte: Reprodução do jornal *The New York Times*, 18/12/2014, Internacional

Reportagem na íntegra, com grifos:

**EMPRESAS NORTE-AMERICANAS CLAMAM PARA FAZEREM NEGÓCIOS
NO NOVO MERCADO CUBANO**

Poucas horas depois do movimento histórico **do presidente Obama** para restaurar relações diplomáticas plenas com Cuba, as empresas nos Estados Unidos já estavam desenvolvendo estratégias para **introduzir seus produtos e serviços** para um mercado **do qual não fizeram parte nos últimos 50 anos** — se alguma vez fizeram. "Cuba é um mercado potencial para os produtos e serviços da John Deere," disse por e-mail Ken dourado, porta-voz da Deere & Company, um fabricante líder de equipamentos agrícolas e de construção com sede em Illinois.

Mas, embora possa haver oportunidades robustas para algumas empresas, especialmente aqueles que vendem produtos ou mercadorias que poderiam ser vistas como um reforço da própria produção interna de Cuba ou ajudando a desenvolver os seus recursos subutilizados, outras empresas poderiam ficar de fora desse processo.

"Para uma empresa como a McDonalds, o governo cubano vai perguntar: 'Como é que chegam e vendem hambúrgueres do McDonalds e **isso pode ajudar a economia de Cuba?**", disse Kirby Jones, fundador do Alamar Associates, que tem aconselhado as empresas sobre como fazer negócios em Cuba desde 1974." **Ele só não vai ser como as outras regiões onde você se vê um McDonalds em cada esquina**".

Apesar da longa estagnação de Cuba e do isolamento da economia global, há **oportunidades comerciais** em potencial para os dois lados. Enquanto alguns americanos estão ansiosos com a oportunidade de obter **os famosos charutos cubanos com mais facilidade**, o país também tem uma **indústria de biotecnologia surpreendentemente robusta** que faz uma série de vacinas não disponíveis nos Estados Unidos. Outro ponto quente para a economia poderia ser de mineração, como Cuba tem uma das maiores jazidas de **níquel**⁶⁴ do mundo.

Enquanto as empresas dos Estados Unidos estão ansiosas para estabelecer um ponto de apoio no país, muitos esperam antigos empresários cubanos e líderes nas indústrias de rum ou de açúcar para tomar frente dessa demanda. "O povo cubano tem imenso orgulho de sua história, e aqueles da comunidade de expatriados e aqueles que continuaram a viver em Cuba tentará voltar ao cenário internacional da melhor maneira que puderem", disse Richard Harris, vice-presidente de operações e desenvolvimento de produtos para a empresa de viagens de luxo Abercrombie & Kent, que tem organizado viagens para a nação caribenha. "A Bacardi desvinculou-se de Cuba, mas eu tenho certeza que alguém deve estar pensando, 'Como podemos reestabelecer a marca com o seu legado?'."

O movimento do presidente Obama para abrir as relações entre Washington e Havana pela primeira vez em 54 anos foi amplamente visto como o sinal para o comércio continuar, mas, na verdade, os Estados Unidos já são o quarto maior exportador de Cuba, atrás da China, Espanha e do Brasil.

O Acordo de Sanções para Melhoria das Exportações de 2000 (Trade Sanctions Reform and Export Enhancement Act of 2000) permitiu a venda de produtos agrícolas não transformados e os materiais florestais pelos produtores norte-americanos

⁶⁴ O níquel cubano foi um dos primeiros produtos a serem sancionados pelos EUA, em 1961-62. Nenhum país poderia consumir produtos que tivessem níquel cubano, com ameaça de multas e sanções.

a Cuba, embora com restrições rígidas. Produtores precisavam para ser pagos em dinheiro com antecedência, e os pagamentos deviam ser canalizados por uma terceira parte através de um banco em outro país, normalmente um na Europa.

No ano passado, os Estados Unidos exportaram o equivalente a \$ 359.000.000 em mercadorias a Cuba, em comparação com mais de \$ 711.000.000 em 2008, de acordo com estatísticas do governo americano.

As Empresas americanas muitas vezes lutam para competir. A Tyson Foods e a Pilgrim's Pride fizeram um bom negócio vendendo frango congelado, mas as vendas de grãos da Cargill e da Archer Daniels Midland fizeram os derrubaram nitidamente nos últimos anos, porque os fornecedores em outros países, como o Brasil, ofereceram produtos mais baratos ou permitiram que seus bens fossem comprados no crédito.

"Este é um primeiro passo maravilhoso, mas nós gostaríamos de ver o embargo encerrado", disse Devry Boughner Vorwerk, vice-presidente de assuntos corporativos da Cargill.

O CONGRESSO PRECISA AGIR PARA ABANDONAR O EMBARGO INTEIRAMENTE

De acordo com as mudanças no setor bancário e de comércio, empresas norte-americanas como a Home Depot, Caterpillar e Deere podem esperar serem **recebidas de braços abertos pelo governo cubano**, como eles seriam vistos como no fornecimento de itens ou bens ou serviços que apoiam o sector nacional de Cuba.

Um ponto de interrogação muito maior paira sobre as empresas voltadas para a venda de bens de consumo — como os salgadinhos Frito-Lay ou iPads da Apple — porque a maioria dos cubanos tem rendimentos muito limitados. Analistas e consultores dizem que será quase impossível para as empresas americanas com modelos baseados em franquias, incluindo muitas das maiores do mundo da cadeia de restaurantes como McDonald's, Subway ou Dunkin' Donuts estabelecer pontos de venda.

Em vez disso, a maior oportunidade para muitas empresas focadas no consumidor pode vir das vendas para o crescente número de americanos que devem visitar Cuba se as restrições de viagens forem totalmente derrubadas. Se isso acontecer, o número anual de visitantes poderia saltar de três milhões para quatro milhões praticamente do dia para a noite, dizem analistas. Visitantes norte-americanos presumivelmente buscam por conforto e bem-estar e marcas bem conhecidas como Coca-Cola, Pepsi e Bud Light.

A hospitalidade americana e companhias hoteleiras, deixadas de fora por décadas, estão a avaliar rapidamente as oportunidades em Cuba, mas analistas alertam que eles, também, terão de enfrentar algumas altas barreiras.

Enquanto o governo cubano pode receber um marca de peso almejando estabelecer resorts luxuosos — algo para atrair grandes gastadores — as redes americanas provavelmente iriam seguir o seu caminho normal em oferecer apenas contratos de gestão com muitos outros hoteleiros. O governo em Havana prefere possuir os edifícios e terrenos para si. Esse é o arranjo da cadeia espanhola Meliá Hotels International construída em propriedades do governo, disseram dois consultores. Ainda assim, executivos de hotéis americanos indicaram que não estavam desapontados. "Vamos levar nossas sugestões do governo norte-americano, mas ansiosos para abrir hotéis em Cuba, como empresas de outros países o tenham feito," Arne M. Sorenson, presidente e executivo-chefe da Marriott International, disse por e-mail.

Aquele desejo de um retorno aos dias de noites cheias de rum sobre apostas em um ambiente de luxo pode ter de esperar algum tempo, no entanto. Mesmo na

melhor das circunstâncias, um **resort de luxo pode levar até uma década para planejar e construir. Cuba precisa urgentemente atualizar sua infraestrutura envelhecida** e treinar pessoas para fornecer serviços de alta qualidade para grandes gastadores, dizem consultores.

"O que você vai conseguir é uma marca mediana em experiência de duas ou três estrelas em um hotel remodelado em Havana que vai ser legal para alguém de Nova York ou Charlotte que quer experimentar e regressar aos dias de Hemingway", disse Rick Newton, sócio fundador da Resort Capital Partners, uma firma de consultoria de investimento imobiliário que se concentra em pequenas propriedades de alto padrão no Caribe.

"Mas, para uma verdadeira experiência de cinco estrelas que vai atrair clientes de cinco estrelas que querem comodidades de cinco estrelas, e servido por uma equipe de cinco estrelas", disse ele, "nós estamos pelo menos uma década distantes."

Íntegra de reportagem 5- Transcrição e tradução de reportagem *The New York Times*/Relações EUA e Cuba

Fonte: THE NEW YORK TIMES. US Companies clamor to do business in New Cuban Market.

Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/12/19/business/us-businesses-assess-cuba.html&assetType=nyt_now&assetType=nyt_now>. Acesso em dez. 2014

“Empresas norte-americanas clamam para fazerem negócios no **Novo** Mercado cubano” (grifo nosso). A reportagem é assinada por Julie Creswell, que abordou a expectativa dos empresários americanos em explorarem o mercado cubano, e a possível resistência por parte do governo de Cuba em ter um *McDonald's*.

Para poder refletir sobre o jogo discursivo da imprensa estadunidense, vamos ao encontro da análise de conjuntura política, como sugere Foucault (2006), obra na qual a mídia aparece como um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, decisões regulamentares, leis, enunciados, moral etc. Alguns enunciados aparecem, outros somem, outros nunca surgem (FOUCAULT, 1968). Quem tem acesso ao discurso da imprensa? Quem são os leitores do *The New York Times*?

O que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito na imprensa? O que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito na imprensa americana? O que pode e o que não pode ser dito no *The New York Times*? Essas são perguntas que podem parecer retóricas, mas são “grávidas” de sentido. O jornal americano pertence a uma dada FD, que obedece a regra desse campo discursivo, da sociedade e da sua própria época. Qual sentido tem para o jornal o reatamento das relações diplomáticas? Qual é o significado do fim do embargo para o jornal?

The New York Times fala sobre o fim do *embargo* a Cuba e sobre a possibilidade de novos produtos adentrarem a Ilha após 50 anos. Mas quando o jornal diz *x* e não *y* é fundamental considerar a relação do silêncio com as palavras, porque, ao “proibirem certas palavras, proíbem certos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 76). Na reportagem, o jornal não diz, mas o responsável para que produtos americanos não “entrem” em Cuba foi uma consequência da própria política de embargo, que restringiu qualquer empresa dos EUA a negociarem com Cuba (MORAIS, 2011). Sem dizer isso, o jornal estabelece uma narrativa que também ficou presa no tempo, que é a ideia de que Cuba se fechou para o mundo logo que realizou sua Revolução. Como se o mundo fosse os EUA. O jornal americano projeta para o seu país o sentido fundador da reaproximação diplomática.

A grande mídia silenciou alguns sentidos sobre a Revolução Cubana, e esse silêncio trabalha no imaginário do jornal *The New York Times*, que acredita que as melhorias em Cuba são da ordem do sistema econômico e político, como se a Revolução Cubana não tivesse dado certo. Por outro lado, o jornal reconhece que é preciso acabar com o embargo. No entanto, os sentidos sobre o embargo mobilizados pelo jornal são como se o embargo fosse uma troca, já que os dois países não teriam mais razões (na visão do *The New York Times*) para essa política. Nesse aspecto, o jornal não compreende o embargo econômico como o responsável pela falta de “produtos e serviços” na Ilha.

No mundo tal qual vivemos, o capitalista, as intervenções estrangeiras só se realizam se tiverem algo em troca. Quem fala na reportagem é um sujeito/empresário, que enuncia uma marca/ícone, capaz de ser reconhecida em qualquer lugar. Haver um McDonald’s em Cuba seria, no campo do simbólico, a representação de que as coisas *por lá* estão mudando: **“só não vai ser como as outras regiões onde você vê um McDonald’s em cada esquina”**. Quando o sujeito/empresário e o jornal dizem que não haverá McDonald’s em qualquer esquina, como acontece nas outras regiões do mundo, eles já estabelecem uma diferença de Cuba em relação ao mundo. Enquanto todos têm a oportunidade de ter um McDonald’s em cada esquina, em Cuba o processo deverá acontecer *aos poucos*.

A imagem de que na Ilha não há McDonald’s vai ao encontro de uma imagem de um país “parado no tempo”, sem o progresso das redes de *fastfood*. A reportagem afirma que o acesso a bens (*food?*) é uma oportunidade de o País sair do *isolamento*, porque, no

mundo inteiro, só Cuba não tem um McDonald's. A fala do jornal é sustentada pelo discurso liberal, que acredita que o mercado, tal como no modo de produção capitalista, é o responsável pela liberdade de escolha do indivíduo. Nesse caso, há uma disputa de sentidos sobre o que Cuba significa após a retomada das relações diplomáticas com os EUA: um sentido de uma Cuba moderna, mais capitalista, e um sentido de uma Cuba ainda parada no tempo, por não ter um McDonald's. São duas imagens que trabalham na escrita da reportagem.

O jornal estadunidense, também como uma empresa, se filia ao discurso do Estado mínimo, sentido atribuído ao mercado, que influencia e dinamiza a própria disputa política, e a qual o jornal *The New York Times* não questiona, mas naturaliza. E por que ele o faz? Segundo Orlandi (1994), o faz pela ideologia: “pela ideologia se naturaliza o que é produzido pela história” (p.56). E é essa naturalização em que as transparências são construídas “para serem interpretadas por determinações histórias que aparecem como evidências empíricas” (ORLANDI, 1994, p. 56). Não quer dizer que o Jornalismo tenha inventado o capitalismo, mas não é por isso que não jogue o jogo.

O modo como o *The New York Times* enquadra a realidade sobre Cuba não diz respeito apenas às escolhas subjetivas do sujeito, mas ao próprio sistema linguístico, enquanto prática discursiva, tomado por um jeito de fazer (FOUCAULT, 1999). O Jornalismo produz um discurso de verdade. E se ter um *McDonald's* é melhor para a economia de um país, nunca se dirá o contrário nos grandes jornais. A ideologia, como explicado no Capítulo II desta escrita-pesquisa, é a força material que rege uma interpretação em certa direção, homogeneizando os sentidos, “determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários” (ORLANDI, 1994, p. 56), tal como faz o jornal *The New York Times*. O periódico, pela ideologia, naturaliza o “progresso” do capitalismo como evidência inquestionável. E, como é inquestionável, precisa ser mundial.

O *Mcdonald's* funciona como um ícone hegemônico, possível de ser compreendido se analisarmos as relações de forças dos lugares sociais e políticos: Cuba e EUA. É a conexão entre relações sociais e relações de produção que diz o quão forte é determinado lugar. Nesse aspecto, os EUA funcionam como um país hegemônico. É o modo de produção capitalista, segundo Marx e Engels (2012), que destrói o isolamento das

nações. O isolamento, nesse caso, tem o sentido de autonomia, pois seu contrário faz com que a história seja

história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial (MARX & ENGELS, 2012, p. 40).

A “estagnação” e o “isolamento da economia”, enunciados produzidos pelo jornal para falar sobre Cuba, são do arquivo de uma FD empresarial/econômica. O jornal se filia a essa FD e destaca o que é mais importante sob o ponto de vista dessa FD. Quando o jornal faz esse movimento, ele, inevitavelmente, se alia ao pré-construído sobre a importância do mercado para o bem viver das pessoas. Esse discurso que estabiliza o sentido do mercado foi regularizado pela mídia (ACHARD, 1999). Esse é um dos momentos em que é possível ver a ideologia como fato linguístico.

A escrita jornalística pode até pretender ser objetiva, mas a enunciação não é. A palavra é constituída de memória, a qual escapa aos domínios do sujeito, funcionando como uma espécie de dialética da memória: de um lado os EUA, país ligado à ideia de progresso; do outro lado está Cuba, que, na luta simbólica dos sentidos, foi construída, discursivamente, como sendo o oposto dos EUA, o lugar do não progresso. Os *charutos*, as *vacinas* e o *níquel* são moedas de troca no discurso empresarial.

O sentido de que Cuba estaria em *atraso* em relação ao tempo do mundo é frequente nos jornais. É um atraso um país não ter um *McDonald's* em um mundo globalizado, sem fronteiras. É o tempo se fazendo presente no espaço. É o tempo do atraso. Quem não está na ordem econômica mundial está fora. O discurso que coloca Cuba em atraso e que diz que apenas o progresso, ou o capitalismo, poderá tirar o País do isolamento, não é novo, mas continua atual.

A impressão impagável de que o que se vê é real justamente por ser visto por todos é o que constitui o valor da comunidade que chamamos de audiência. E se todos veem, a garantia existencial de que não estamos só vale mais ainda (TIBURI, 2011, p. 32).

O discurso do *The New York Times* é do subdesenvolvimento, o qual divide o mundo entre o “atraso” e o “progresso”. Essa representação, produzida e reproduzida pela grande imprensa, contribuiu para que a mídia visse Cuba com os olhos do governo

norte-americano, sob uma perspectiva desenvolvimentista, neoliberal. Em outras palavras, a imprensa americana se filia a Formação Discursiva do capitalismo, pós Guerra Fria. O jornal diz dessa forma, porque é a Memória Discursiva que proporciona a sensação de segurança do dizer. O que foi dito no passado significa no presente. Às vezes essa ordem muda, mas às vezes não.

Desde que a independência cubana foi conquistada com o apoio dos EUA, no final do século XIX, a Ilha foi uma espécie ocupou um lugar do colonizado e dessa maneira teve seu território explorado, com prostituição, drogas, exploração da força de trabalho e dos recursos naturais da Ilha (FERNANDES, 2007). O jornal *The New York Times* lembra isso quando escreve que o desejo é que Cuba volte a ser um país como antes, *ainda que isso leve até uma década* para se concretizar e ainda que demore para que **“aquele desejo de um retorno aos dias de noites cheias de rum** sobre apostas em um ambiente de luxo **pode ter de esperar algum tempo”**. Novamente a ideia do tempo movimenta o discurso do jornal, aliando a memória do passado a uma disputa de sentidos pela memória do futuro.

“Aquele desejo de um retorno aos dias de noites cheias de rum” é significativo porque mostra que, para o jornal americano, e em alguma medida par o governo dos EUA, isso demonstra a imagem de colônia que ficou congelada no imaginário da sociedade estadunidense. O mais interessante, talvez, é notar que esse discurso não tem vergonha de aparecer em pleno século XXI. Ao contrário. Ele significa esse momento histórico como uma lembrança saudosa, que mais cedo ou mais tarde voltará a acontecer. Os sentidos do colonizador é o que estão direcionando as interpretações sobre o que acontecerá com Cuba.

Para o efeito-leitor, que talvez não saiba como era Cuba antes da Revolução Cubana, o sentido do *novo mercado* pode representar uma possibilidade para a Ilha mudar. A mudança aparece no discurso do jornal quando a reportagem afirma que Cuba precisa urgentemente “atualizar” sua infraestrutura “envelhecida”; o velho e o novo constituem as representações de Cuba e dos EUA, respectivamente. Para o jornal, só os laços de negócios entre ambos poderão pressionar por mudanças em Cuba, sendo essas mudanças o contrário do que foi envelhecido pelo tempo (tempo como sentido político e não cronológico).

Após o reatamento das relações diplomáticas com os EUA, os sentidos sobre Cuba estão em disputa e os benefícios do capitalismo são lembrados, da mesma forma quando a URSS deixou de existir. Naquela época, o que seria de Cuba também reverberou no imaginário, fazendo o governo dos EUA se posicionar internacionalmente, como quando W. Bush Filho criou a “Iniciativa para uma Cuba livre”, que integrou as atividades da Comissão de Assistência para uma Cuba livre. No relatório da Comissão apresentado por Bush, ele também demonstra que uma economia de *modernização* traria a *liberdade* a Cuba (AYERBE, 2010).

A reportagem do *The New York Times* mobiliza o sentido de liberdade atrelada à liberdade de mercado. É a ideia de que uma economia moderna (capitalista) é viável para colocar os países na rota certa.

As relações políticas dos EUA são uma condição para compreender o discurso da reportagem do *The New York Times*. Elas dão ferramentas para o entendimento de que a palavra, sem a história, “vira imagem pura” (ORLANDI, 1994, p. 57). Como Cuba e os EUA restabeleceram as relações diplomáticas, o discurso do jornal é o que aponta para um País que, aos poucos, pode abandonar seu sistema político-econômico.

Cuba tem seus problemas econômicos representados como sendo decorrência do seu “comunismo”. Nesse caso, há um discurso que funciona pela antecipação, ou seja, a ideia de que “eu faço de alguma coisa”. Esse discurso é sustentado pela imagem que o jornal e o jornalista fazem do lugar sobre o qual eles estão falando. A controvérsia é inexistente. Talvez dizer o contrário do que o jornal está dizendo esbarre nos limites dos ditos e não ditos. Para sustentar um discurso neoliberal, não é possível a controvérsia⁶⁵.

A partir do momento em que os EUA reatam as relações com Cuba, algo muda. Se antes a Ilha era significada como o *não lugar*, no sentido da negação; com o restabelecimento das relações ela passa a ser, discursivamente, uma possibilidade de lugar, um acontecimento discursivo, que não separa língua e contexto. É a memória agindo. Dizer que o mercado americano salvará Cuba e dará ao País um lugar no mundo evidencia a disputa de sentidos sobre a Ilha em seu novo contexto político.

⁶⁵ O discurso que produz o fracasso que constituiria a Revolução Cubana não costuma dar cifras.

O que Cuba significará, no plano do simbólico, tem relação com o que ela significará para os EUA no campo político. Se Cuba é um sucesso ou se é um fracasso, isso faz parte da luta discursiva estabelecida no mundo, que, mais do que uma guerra semântica, é uma guerra ideológica. São dois modelos completamente distintos de sociedade. Quais desses modelos aparecem com mais força nos jornais mundiais?

3.3.2 *El País*: Havana recebe o *degelo* com alegria e ceticismo

O retorno das relações diplomáticas mobilizou o Jornal *El País*, que ganhou desta pesquisa o *status* de jornal que mais publicou durante o período analisado, com 50 matérias, as quais repercutiram, além do factual, a hipótese de que, com a retomada das relações diplomáticas, o governo dos Castros sucumbiria. Os artigos jornalísticos opinaram se a *ditadura* acabaria em Cuba e que o País teria uma guinada a caminho da *liberdade* política. As reportagens especulavam em que a retomada das relações diplomáticas poderia beneficiar a arte, a cultura e o esporte em Cuba.

Os detalhes quantitativos da cobertura do jornal espanhol estão na próxima tabela, que destaca o artigo como gênero que angariou mais espaço no *El País*, seguido de reportagem e notícia.

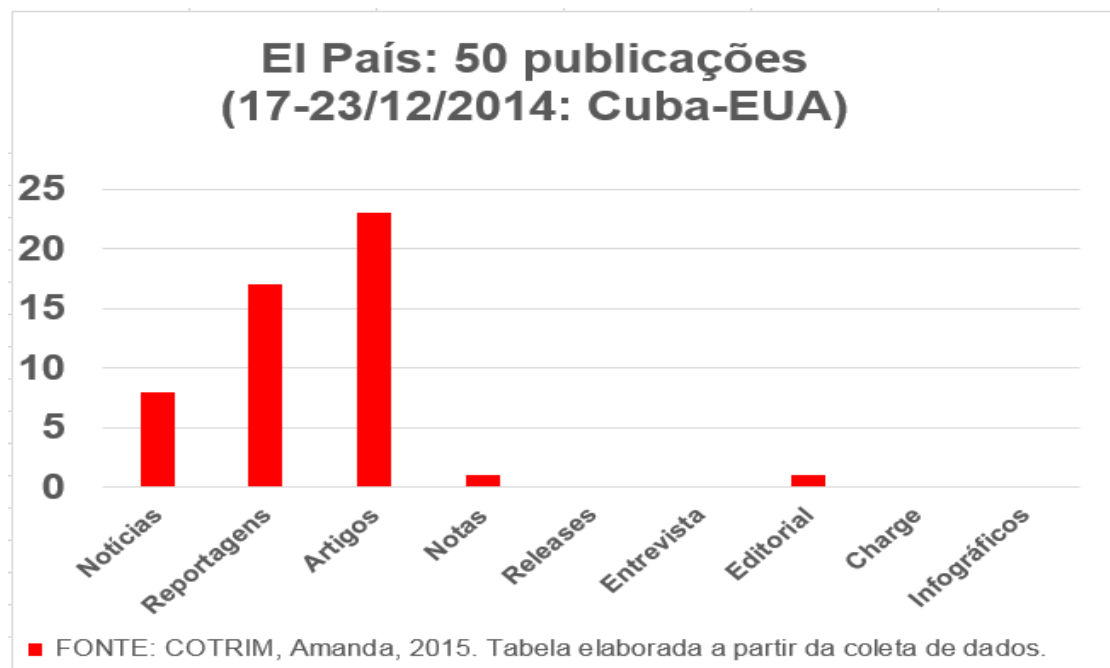


Gráfico 6 - *El País*/Relações EUA e Cuba

No dia 18 de dezembro de 2014, um dia após a retomada das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, o jornal *El País* publicou duas reportagens (as primeiras). Escolhemos a matéria realizada em Cuba, cujo título é “Havana recebe o degelo com alegría e ceticismo”.

ESPAÑA | AMÉRICA | BRASIL | CATALUÑA INICIA SESIÓN | REGÍSTRATE SUSCRÍBETE Q

EL PAÍS SECCIONES

INTERNACIONAL

EUROPA EE.UU. MÉXICO AMÉRICA LATINA ORIENTE PRÓXIMO ASIA ÁFRICA FOTOS OPINIÓN BLOGS | TITULARES »

AVANCE Consulta la primera página de EL PAÍS, Edición Nacional, del lunes 22 de junio »

LAS RELACIONES ENTRE ESTADOS UNIDOS Y CUBA »

La Habana recibe el deshielo con alegría y escepticismo

- Los cubanos celebran la excarcelación de sus presos más simbólicos y esperan expectantes mejoras con el acercamiento a EE.UU.
- Miami intenta digerir la nueva política estadounidense hacia Cuba
- In English: Cubans in Havana greet US deal with joy and skepticism

MAYE PRIMERA La Habana 18 DIC 2014 - 23:18 CET 430

Archivado en: Barack Obama Raúl Castro Relaciones bilaterales Presos políticos Diplomacia Cuba Represión política Caribe Estados Unidos Relaciones internacionales

Calle de la Habana / EFE / REUTERS-LIVE

EL PAÍS TV Más videos +

relaciones [diplomáticas] porque eso va a ser más adelantico, aunque yo lo dudo. Estados Unidos ha querido siempre apoderarse de este país. ¿Tener relaciones con Cuba? Eso está lejos todavía. No entiendo cómo van a tener relaciones ahora. Es que la política es tan extraña...”.

Los diarios y los noticieros hablan de la felicidad que flota en las calles

El taxista Lázaro nació el mismo día y el mismo año que Antonio Guerrero Rodríguez, uno de los “cinco héroes”: el 16 de octubre de 1963. Y ver por televisión el encuentro de Antonio con su familia, después de 16 años de prisión, le conmovió hasta el llanto. “En el video está triste, está fuerte. Él que es el que peor salió de la cárcel, entró joven y salió muy machacado. Esos años, ellos no los recuperan más nunca. La libertad no tiene precio”. Lo mínimo que espera Lázaro en su honor es que haya por lo menos una semana de marchas y celebraciones. “Ese es el gran acontecimiento”.

Se oyen al fondo la voz de una estudiante que dice a través de *Radio Rebelde* que los acontecimientos del miércoles ratificaron que el octogenario líder de la revolución cubana, Fidel Castro, siempre tuvo razón. “Se cumplió lo que dijo Fidel: ‘Volverán’ y ya volvieron.

Figura 13 - Reportagem *El País*/Relações EUA e Cuba

Fonte: Reprodução do jornal *El País*, 18/12/2014, editoria Internacional

A reportagem na íntegra, com os nossos grifos:

HAVANA RECEBE O **DEGELO** COM ALEGRIA E CETICISMO

Gerardo não vai acreditar enquanto ele não ver. No entanto, está a fazer esforços para deter a maior de suas seis filhas para **adiar o plano de emigrar para Miami**, agora que os governos dos Estados Unidos e Cuba concordaram em restabelecer as relações diplomáticas, rompidas por 53 anos. "Ela é uma especialista em prótese dentária e **ganharia muitíssimo de dinheiro lá**. Eu digo, 'Bem, veja, e pode não haver muito interesse, porque sim se flexibilizam as relações...', mas ela diz que não, vai fazer como quiser e o noivo já está fazendo os papéis por lá. **Se essa história embargo nunca tivesse acontecido, os cubanos ficariam aqui**. No máximo iriam uns tantos por não estarem de acordo com o **sistema aqui**. Mas muitos já se foram e a maioria por trabalho, por **questões econômicas**. Porque, **no mais, este país é o máximo.**"

Ninguém mais falou de outra coisa na quinta-feira pela manhã em Havana: de como a vida pode ser alterada agora que Washington e Havana têm dado trégua para os esforços de cada país em isolar seu povo e sua economia. A esperança tão fugaz tem se escondido atrás dos discursos simultâneos dos presidentes Raúl Castro e Barack Obama, divulgados ao meio dia de quarta-feira e abrindo a possibilidade de os Estados Unidos revogar, finalmente, as leis de **embargo** econômico e comercial com Cuba, em vigor desde 1960.

Jornais e noticiários falam da felicidade flutuando nas ruas. As pessoas estão felizes pelo regresso dos "cinco heróis" condenados nos Estados Unidos por espionagem em 2001, que voltaram a se reunir na ilha na quarta-feira, depois de Washington e Havana também acordarem em uma troca de prisioneiros.

"Mas isso é como um filme. A alegria não é só tanto por eles, mas porque há o comércio e o turismo. Porque os heróis estão felizes e agora com sua família e filhos", diz Gerardo — taxista, 49 anos, nascido na província de Granma, que viveu ao volante todas as crises, a cada mudança no discurso oficial em cada mudança no curso desse barco. Lázaro responde a ele na parada dos Cuba Táxi do bairro de Centro Havana, onde trabalha Gerardo; **uma frota de carros novos** amarelos modelo 2010, **que contrasta com o Lada desmantelado** e também amarelo conduzido por Lázaro, no qual ele **investiu as economias** que reservava para comemorar os 15 anos de sua terceira filha. "O povo está mais contente pela volta deles [los cinco] do que pelas relações [diplomáticas], porque isso é mais adiante, ainda que eu duvide. **Os Estados Unidos sempre quiseram tomar conta deste país**. Ter relações com Cuba? Isso está longe ainda. Não entendo como vão ter relações agora. **É que a política é tão estranha...**".

O motorista Lázaro nasceu no mesmo dia e no mesmo ano que Antonio Guerrero Rodríguez, um dos "cinco heróis": 16 de outubro de 1963. E assistir ao encontro televisionado de Antonio com sua família depois de 16 anos de prisão, o comoveu até ir às lágrimas. "No vídeo está triste, está forte. Ele saiu pior, pois foi consumido na prisão, ele entrou muito jovem e saiu esgotado. Esses anos eles não recuperam nunca mais. A liberdade não tem preço." O mínimo que espera Lázaro em

honra aos cinco é que haja pelo menos uma semana de marchas e comemorações. "Esse é o grande evento."

Ouve-se ao fundo a voz de uma estudante que diz através da Rádio Rebelde que os eventos de quarta-feira ratificaram o que sempre disse o **líder octogenário da revolução cubana, Fidel Castro** que tinha razão. "Se cumpriu o que disse Fidel: 'eles voltarão' e já voltaram. Estamos testemunhando dias históricos que vocês contarão para as novas gerações". Para Duany, um treinador de esportes atento à transmissão e aos turistas que passam pela rua Obispo, aos quais recomenda comer no "melhor restaurante" ou comprar "Charutos pelo melhor preço", em troca de uma comissão, já pouco importa quem está certo. "Nós jovens temos que fazer algo", diz ele, apertando o dedo indicador e o polegar, como quem faz contas. "Estamos felizes aqui porque será removido esse **bloqueio**. Vamos trabalhar para ver se podemos finalmente viver. Porque eu sou professor de beisebol, mas o salário é mínimo, você sabe."

Gerardo então volta ao **ataque**. Afirma que **Raúl Castro**, que assumiu o poder em 2006, **mudou bastante as velhas estruturas**, procurando uma saída para a crise econômica que os asfixia. "**O problema** é que não é só isso, é que **Fidel ainda vive** e parece que **não lhe deixa fazer a mudança que quer**. Dizem que está **doente**, que tem **câncer, mas continua lúcido**. Mas, bem, o sonho e o compromisso que Fidel tinha com esses prisioneiros e com o povo, de fazer com que fossem libertados, ele cumpriu. É o que dizia sempre: voltarão, por cima da cabeça de alguém. **E olha, conseguiu, os trouxe de volta**".

— Mas quem conseguiu foi Fidel ou Raúl?

Depois de um **breve silêncio**, responde: "Foram os dois". E, ao fundo, o **som continua**.

Íntegra de reportagem 6 - Transcrição e tradução de reportagem *El País*/Relações EUA e Cuba

Fonte: EL PAÍS, Havana recebe o degelo com alegria e ceticismo. Disponível em: <
http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/18/internacional/1418938932_059988.html>. Acesso em dez.
 2014.

Na manchete, Havana é produzida como sujeito passivo da oração. O texto realizado por Maye Primera trouxe pessoas "comuns", como o taxista Gerardo e o motorista Lazaro, para saber como a *população* recebeu a notícia sobre o reatamento das relações diplomáticas e a libertação dos três cubanos presos acusados de espionagem nos EUA. Realizar uma reportagem com "pessoas comuns" é uma condição para uma apuração ser de um jeito e não de outro, além de oferecer a matéria um "ar" mais "humanizado".

A reportagem do *El País* traz no título a expressão *degelo*. Para a nossa análise, interrogamos: ao dizer isto, o que o jornal está fazendo? Quando no título aparece a palavra *degelo*, o que o jornal mobiliza? Por que essa palavra e não outra?

É importante concentrar a análise inicial sobre o título da reportagem porque *degelo* foi uma expressão produzida logo após a morte de Stalin, em 1953, na União

Soviética. O *degelo* significou o processo político por que a União Soviética passou com a chamada “desestalinização”, ou seja, uma fase de mudanças. Dizia-se que, com o *degelo*, a URSS teria condições de ser um país com mais liberdade e direitos humanos. Essa associação de sentido com Cuba seria em vão? Pensamos que não, pois as palavras têm memória; é o interdiscurso trabalhando na Formação Discurso do *El País* (PÊCHEUX, 1997). Aquilo que fez sentido no passado faz sentido no presente.

O editor (aquele que produziu o título) toma a palavra *degelo* como evidência, mas trata-se de uma construção discursiva que vem constituir um imaginário (ORLANDI, 2008). Faz parte de o funcionamento discursivo relacionar Cuba à União Soviética, ao *passado comunista*. O *El País* acredita estar “usando” as palavras, quando, na verdade, as palavras são efeito do processo e da memória histórica. Na construção dessa memória, alguns discursos ganham autoridade “como lugares privilegiados, definidores. Eles ‘se criam’ como documentos da memória. Constroem-se e à sua tradição, como discursos da História (ORLANDI, 2008, p. 141).

Podemos dizer que o discurso histórico é o lugar da territorialização da identidade do homem na relação tempo-memória. Na construção da sua identidade, é no discurso histórico que o homem se constrói em sua dimensão memorável; aquilo que — resultando política e ideologicamente do confronto das relações de força e de sentido, e instituindo o que chamamos de “tradição” — se apresenta como aquilo que deve ser dito (e consequentemente também o que deve ser excluído, o que não deve ser dito), e, logo, “lembrado” (esquecido) a propósito do passado, no que diz respeito à constituição da sua memória (ORLANDI, 2008, p. 140).

Os jornais não fogem a isso, o que mostra que o discurso pode se dar em qualquer fase histórica. O sentido do *degelo* está no interdiscurso que produz uma relação de sentidos entre Cuba e URSS, ao passado comunista. Se a mudança na URSS se deu com a morte do Stalin, a mudança em Cuba se daria com a morte da Revolução? Com a morte de Fidel? Para o *El País*, parece que sim.

Também é possível identificar uma sutileza na fala do jornal, segundo o qual os EUA são os responsáveis pelo *degelo* em Cuba. O jornal “recupera” a palavra que significou na história da URSS e tenta produzir sentidos para a Ilha, justamente em um período de mudanças nas relações diplomáticas com os EUA. Mais uma vez, identificamos uma disputa pelos sentidos sobre o que seria Cuba: uma imagem de um

passado comunista em contraste com a imagem de uma Cuba contemporânea, mais “liberal”. O *degelo* não aparece de forma evidente para o leitor, que, talvez, nem recupere a palavra em seu arquivo. Contudo, o sentido está ali, significando no discurso de *El País*. O jornal fala sobre a questão econômica, que é uma dificuldade pela qual passa a população cubana, mas não diz “bloqueio”, que o governo cubano alega ser o grande responsável pelas questões econômicas em Cuba. Desse modo, notamos que a “versão” oficial do evento não é mencionada na reportagem, o que demonstra um posicionamento ideológico do *El País*. O jornal espanhol associou as questões econômicas de Cuba ao seu distanciamento dos Estados Unidos, e daí os sentidos podem ser muitos:

- a população cubana passa por dificuldades econômicas porque ficou isolada;
- a população cubana passa por dificuldades econômicas porque Cuba estava fechada;
- a população cubana passa por dificuldades econômicas porque Cuba estava distante do símbolo do consumo, os EUA.

Essas possibilidades estão interagindo com o leitor de *El País*. São os sentidos migrando, pois não foram “fechados” pela reportagem. E não foram porque esses são os equívocos da língua, como trabalhou Pêcheux (1975). Seria possível uma narrativa que abarcasse toda essa pluralidade de sentidos?

Na reportagem do *El País*, a questão econômica é um embate que vem com força no discurso do jornal. Por que migrar para Miami e não para outro lugar? Há uma questão política nessa relação que o jornal não diz e trata como evidente, nos fazendo pensar que Miami é só melhor que Havana. Ou mais ainda: porque Miami está nos EUA, esse lugar que retomou as relações diplomáticas com Cuba.

Quando a Revolução Cubana triunfa, há uma evasão de cubanos da classe média-alta e milionários (CESAR, 2005) que deixam o país e se estabilizaram na capital da Flórida, Miami. Ali vive a maior comunidade cubana fora de Cuba, com aproximadamente dois milhões de cubanos⁶⁶. Em Miami, os cubanos constituíram laços,

⁶⁶ Dados de 2015.

tornaram-se um pouco americanos. Os filhos desses cubanos e outros que migraram depois de 1959 são chamados de cubanos-americanos, pois, nos EUA, eles têm cidadania. Portanto, há uma questão histórica importante para compreendermos o porquê de Miami.

Em 1966, os EUA criaram a Lei de Ajuste Cubano (WANSSEMAN, 2009), que privilegia os cubanos que migram para os EUA, não de maneira legal, mas os que fogem de Cuba. Esses cubanos ganham o direito de solicitar a residência permanente no país, além da cidadania e de garantias como emprego e residência. Em todo o mundo, nenhuma outra população que tente entrar nos EUA tem esse privilégio, vide o que acontece na fronteira com o México: centenas de migrantes tentam, clandestinamente, ir para os EUA e muitas vezes permanecem de modo ilegal no país. Mas, com os cubanos que tentam sair de Cuba pelas vias ilegais, a situação é outra.⁶⁷

A condição histórica, o interdiscurso, é fundamental para entender o imaginário de *El País* sobre os cubanos entrevistados na reportagem. Ou seja, a imagem que o jornal constrói da imagem que os cubanos têm sobre os Estados Unidos, e mais ainda sobre Miami: o lugar da oportunidade, do possível.

A significância, no entanto, é um movimento contínuo determinado pela materialidade da língua e da história. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa (ORLANDI, 1994, p. 57).

Na reportagem, Gerardo é falado pelo jornal, que esvazia o sentido do politizado, mobilizando a ideia de que, se não fosse por uma questão econômica, os cubanos não tentariam ir para os EUA. A questão econômica é condição importante para a compreensão da migração no país. Mas não é só econômico, é tudo o que bloqueio produz (financeiro, cultural, político, diplomático, midiático). A palavra “bloqueio” aparece na fala de uma das fontes, mas seu sentido é ignorado pela narrativa que não explora o assunto na reportagem. Por isso, o bloqueio não é uma questão apenas técnica (quanto de

⁶⁷ Lembramos o caso do menino Elián González, com 6 anos, em 1999, que simbolizou uma disputa diplomática entre CUBA e os EUA. “O menino sobreviveu a um naufrágio de uma balsa de fugitivos que ia para os Estados Unidos. A mãe e o padrasto morreram no acidente, e ele foi encontrado em uma boia, no mar da Flórida. O governo norte-americano negou a saída do menino do país, reivindicada pelo pai, cubano” (WASSERMAN, 2009).

dinheiro deixou de entrar em Cuba), mas política (o efeito dele na vida das pessoas, historicamente).

O bloqueio é praticado pelos EUA, país em que a filha de Gerardo deseja estar, pois é lá onde ela ganhará *muitíssimo dinheiro*, sendo uma possibilidade de esperança. Dizer “embargo” ou dizer “bloqueio” identifica a posição discursiva de quem fala *sobre*. “Embargo”, como dissemos, pertence à FD dos EUA e “bloqueio” pertence à FD dos cubanos que são pró-revolução. “Embargo” ameniza o sentido do bloqueio. Repetimos: dizer que um país é bloqueado ou que é embargado significa de maneira diferente e produz no leitor sensações e percepções outras.

Apesar de a reportagem ter como mote a questão econômica, o jornal não diz o que é essa questão; o jornal não fala sobre o bloqueio. E não dizer é uma condição para que essa questão seja esquecida. É preciso lembrar para esquecer, mas é preciso lembrar de esquecer (ORLANDI, 2011).

Quando Gerardo diz “muitos já se foram e a maioria por trabalho, por **questões econômicas**. Porque, **no mais, este país é o máximo.**” Esse “no mais” quer dizer o quê? Por que não falar o que é este “mais”? Não dizer o quê também é silenciar. É uma economia de sentidos; sentidos que não são ditos. Os sentidos não são ditos, mas as palavras aparecem. Dizer “no mais” é reducionista, porque esse “mais” pode significar tudo, mas também pode significar nada. Não dizer o que é esse “mais” reduz Cuba, silenciosamente, às suas questões econômicas e a uma representação de um país que obriga sua população a migrar para Miami, mesmo havendo um cubano que diz “**no mais, este país é o máximo**”. Por que esse máximo não aparece nas reportagens dos jornais internacionais? Por que esse máximo não aparece na boca dos cubanos? O que acontece para que a imprensa fale de A e não fale de B? Por que alguns sentidos são evitados?

O silêncio produzido na frase “**no mais, este país é o máximo**” é a impossibilidade de se dizer que Cuba é um país onde os cubanos gostam de estar. Mas esse não dizer, ou seja, esse silêncio, é estruturante, está na ordem do discurso (FOUCAULT, 1999). É o real (linguístico) da significação. O silêncio como excesso de linguagem, isto é, como excesso de outras informações. Quanto mais falta, mais possibilidades de sentidos outros existem (ORLANDI, 2011).

O silêncio é a materialização da relação da língua com a ideologia. Ao dizer “no mais”, apagaram-se outros sentidos possíveis, mas talvez indesejáveis, em uma situação discursiva dada. Por isso, dizer e não dizer são inseparáveis.

A imagem de um país que começa a mudar aparece quando o jornal afirma que uma frota de “**carros novos**” contrasta com “o **Lada desmantelado**”. O imaginário do passado, representado pelo Lada, com o futuro, representado pelos carros novos, é o efeito que se compreende pelo interdiscurso. Mais uma vez, a ideia do tempo é mobilizada pelos jornais analisados, um confronto discursivo entre passado e futuro, bem e mal, melhor ou pior. O “melhor”, nesse caso, mora no futuro, no progresso. Não por acaso, para o *El País*, como analisado, o progresso mora em Miami.

Para Gerardo, segundo o jornal, “**a política é tão estranha. Os Estados Unidos sempre quiseram tomar conta deste país**”. Como vão ter relações, agora? Essa construção discursiva do jornal produz um lugar para Gerardo, ao enfraquecer o sentido do político da sua fala. Se a política é *tão estranha*, seria porque Gerardo não entende o seu funcionamento? A Revolução Cubana, além de ser o lugar da escassez material, é também o lugar da escassez do político, ou do que seria o sujeito politizado?

Quando o jornal diz que a crise econômica asfixia Cuba, o efeito de sentido é que a crise é consequência do sistema político e econômico vivido pela Ilha. O *El País*, ao dizer, silencia os problemas gerados pelo capitalismo, naturalizando a ordem mundial. Cuba é a projeção do que não deu certo, como se o capitalismo na América Latina, por oposição, tivesse dado certo. O jornal acredita que, se Cuba mudar, a economia melhorará. Mas por que ainda não melhorou? No texto, encontramos o motivo: “**Fidel ainda vive**”.

As palavras são fortes e marcam o embate político e ideológico entre o *El País*, Gerardo e o leitor. Apesar de [Fidel] estar doente, diz o jornal, ele ainda vive e continua lúcido. O texto não é exterior à história, mas se constitui por ela, por isso a reportagem materializa o imaginário sobre Fidel e sobre a Revolução Cubana. Esse é o interdiscurso que significa Fidel como o responsável pelo sistema político em Cuba. A associação que o jornal realiza entre a possível decadência de Fidel (está doente) com a decadência da Revolução estampa uma questão ideológica, ainda que o jornal se pretenda “objetivo”.

Quando o repórter pergunta quem conseguiu trazer *los cinco* de volta para Cuba, se seria Fidel ou Raúl, o jornal interpreta: “Depois de um **breve silêncio**, responde: ‘Foram os dois’. E, ao fundo, o **som continua**”. A imagem sobre o que seria o silêncio se opõe à imagem sobre o que seria o som. A primeira produz o sentido de hiato, de falta, de vazio. O som é o que vem preencher esse espaço. O silencio como falta se transforma. São as mudanças, diz o jornal. Tais mudanças são da ordem do político, como se o silencio fosse a censura, a ditadura, e o som fosse o poder dizer, a liberdade, a democracia. O jornal, nesse caso, produz um sentido para a democracia, que é, justamente, o oposto da ditadura. Mas qual sentido de democracia? O capitalismo engole o sentido sobre a ditadura, como se a ditadura fosse uma produção do comunismo ou do que seria ser de esquerda, silenciando os sentidos sobre as ditaduras capitalistas, a exemplo das ditaduras militares na América Latina.

3.3.3 O Estado de S. Paulo: O lugar dos EUA no imaginário do jornal

Na semana do reatamento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba, a imprensa brasileira produziu diversos materiais sobre o tema. O jornal *O Estado de S. Paulo*, particularmente, publicou 11 matérias no dia 17, data do reatamento das relações. Durante o período do mapeamento (17 a 23 de dezembro de 2014), o jornal publicou 48 matérias, sendo 18 artigos, 13 notícias e 11 reportagens, conforme a tabela seguinte.

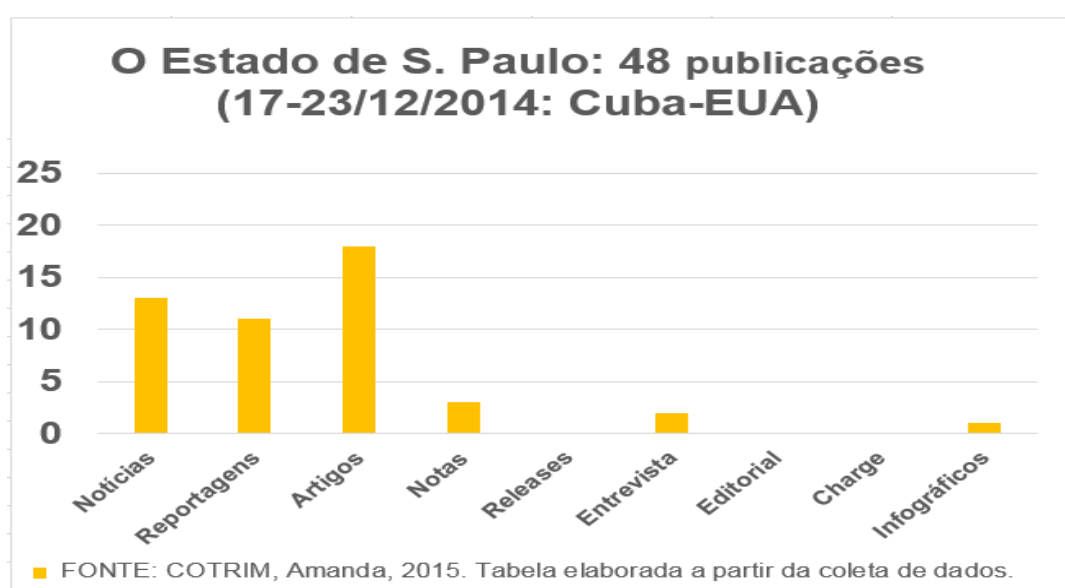
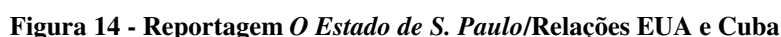


Gráfico 7 - O Estado de S. Paulo/Relações EUA e Cuba



⁶⁸ A retransmissão é uma matéria subordinada à principal matéria da página ou um complemento. Ela pode ser pensada já no momento de elaboração da pauta.

Segue a reportagem, na íntegra, com os nossos grifos.

EUA ESTIMAM PRAZO DE 6 MESES PARA **RETOMADA PLENA DE** RELAÇÕES COM CUBA

O **restabelecimento completo** das relações diplomáticas entre EUA e Cuba deve levar seis meses. **O prazo foi dado pelo representante do governo americano** enviado à ilha, o embaixador Jeffrey DeLaurentis, a 18 representantes da **dissidência cubana** em uma **reunião secreta em Havana** na quarta-feira à tarde, na sede da representação americana em Cuba

O encontro ocorreu duas horas depois de Barack Obama e Raúl Castro anunciarem a intenção de retomar os laços após 53 anos. A informação foi confirmada por três dos participantes da reunião. Ontem, a subsecretária americana para América Latina, Roberta Jacobson, afirmou que o primeiro encontro oficial deve ocorrer no fim de janeiro em Havana e **tratará de direitos humanos e imigração**. “Usaremos os diálogos migratórios como uma oportunidade para começar a falar de outras coisas que estão na agenda, dado o anúncio (de Obama)”, disse Roberta.

“Quando falamos de **como as pessoas são tratadas** quando retornam a Cuba depois que **tentam** deixar o país, isso **é uma questão de direitos humanos**.”⁶⁹

O Estado apurou que um dos efeitos imediatos do anúncio feito pelos presidentes foi uma divisão profunda na dissidência cubana. Em uma votação durante a reunião, 12 líderes se mostraram contrário à negociação conduzida em segredo com mediação do Vaticano, 4 foram favoráveis e 2 não quiseram opinar até saber os detalhes do plano.

“Entre os que criticaram, havia três níveis. Uns consideram o trato inadequado, outros, um erro. E outros acharam que foi uma traição. Eu me incluo nos últimos”, disse à reportagem Guillermo Fariñas, que já fez mais de 20 greves de fome- a mais longa delas durou 135 dias, em 2010, pela libertação de **75 presos políticos** detidos na chamada Primavera Negra, **onda de repressão** de 2003. Os últimos foram soltos em março de 2011.

Para Fariñas, morador de Santa Clara, no centro da ilha, Obama “traiu a oposição desarmada ao negociar com uma ditadura”. De acordo com ele, o presidente americano havia prometido em novembro de 2013 consultar os dissidentes caso houvesse negociação. “Do ponto de vista ético, Obama não agiu bem ao nos deixar fora do acordo”. Fariñas não considera que a libertação de 53 presos políticos, incluídos por Obama em sua lista de requisições, seja um sinal de **abertura política**.

Entre os 75 dissidentes da Primavera Negra pelos quais Fariña jejuou estava Hector Maseda, que lidera uma corrente moderada conhecida como Liberal. Ele acredita que a negociação **não trará benefícios à população** cubana do ponto de vista da **liberdade de expressão**, mas a relação entre os dois países vai melhorar. “Quem conhece a maneira de governar dos Castros sabe que soltam alguns e logo prendem outros. O governo não nos disse nem mesmo quem são esses 53 presos. Ficamos sabendo do número pelo embaixador americano”.

Há indícios de que todos sejam cubanos ou cubano-americanos. Alguns devem ir para os EUA quando forem soltos. Para Maseda, a **troca de três espões cubanos pelo americano Alan Gross** é apenas a parte mais concreta do acordo. “Não há comparação entre a **periculosidade dos espões cubanos e Alan Gross**, um

⁶⁹ Discurso direto de Roberta Jacobson, na reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

prestador de serviços. Essa troca simples não faz sentido. É uma negociação muito mais ampla, em que os dois lados terão vantagens ao abrir mão de algumas coisas agora”, disse Maseda à reportagem.

Um dos quatro votos favoráveis à negociação foi de Elizardo Sánchez, presidente da Comissão Cubana de Direitos Humanos e um dos mais antigos ativistas da ilha. “A dissidência é plural. Alguns realmente desaprovaram o acordo secreto. Mas isso não impede que atuemos em conjunto”, disse ao Estado.

Segundo ele, hoje, há 100 presos por razões políticas na ilha. “Se soltarem 53, ainda faltarão cerca de 50”, pondera.

A integrante das Damas de Blanco (grupo de mulheres ligadas a dissidentes presos em Cuba) Estrella Aramburu espera que um dos 53 cuja libertação foi acertada seja seu filho Harold Delgado Aramburu, condenado a prisão perpétua por **tentar escapar da ilha** em uma lancha em 2003, numa ação que terminou com a morte de policiais. Ele e o primo Maikel estão presos desde então em Havana, onde vive Estrella, de 56 anos. “Domingo (amanhã) vou à missa com as fotos dele. Ninguém me falou que estão entre os que serão soltos, mas muita gente me liga perguntando o mesmo. Isso aumenta a expectativa”.

Íntegra de reportagem 7 - Transcrição de reportagem *O Estado de S. Paulo*/Relações EUA e Cuba

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO. EUA estimam prazo de 6 meses para retomada plena de relações com Cuba. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-estimam-prazo-de-6-meses-para-retomada-plena-de-relacoes-com-cuba,1610215>>. Acesso em dez. 2014.

O cubano é significado pelo jornal. Isso quer dizer que ele não é *naturalmente* o que o jornal diz, mas se torna. Em outras palavras, são as imagens que os jornais fazem dos cubanos que os significarão e os identificarão. Muito provavelmente, essa não é a mesma forma com que os cubanos se identificam, o que mostra que tal processo é complexo.

Para compreender o lugar de onde Cuba e os cubanos são falados, é preciso pensar o modo como o jornal *O Estado de S. Paulo* está estruturado no Estado capitalista — esse sistema que produz a diferença e a hierarquia social. Cuba, assim como qualquer outro lugar, é hierarquizada nesse processo de significação. Na reportagem do jornal que estamos analisando, a Ilha é relacionada e hierarquizada em relação ao mundo capitalista: de um lado, cubanos que são contrários à Revolução Cubana e ao governo; de outro, um cubano que diz defender Fidel Castro. Na reportagem principal e na retransmissão três discursos são mobilizados: as noções de *democracia*, de *liberdade de expressão* e de *progresso*.

“EUA estimam prazo de 6 meses para retomada **plena** das relações com Cuba”.

Nessa frase, os EUA são o sujeito ativo da oração, aqueles que estimam o prazo. A hierarquização está colocada quando o jornal produz os EUA como o lugar do poder, daquele que decide, e, conseqüentemente, Cuba é relacionada ao lugar da submissão, da passividade. Isso porque, pelo título, produz-se o implícito, a condição do legível, como se o reatamento *pleno* das relações estivesse sob as rédeas de um único país, no caso, os EUA.

Quem estima um prazo para o reatamento pleno? Quem fica sujeito a esse prazo? O jornal, imediatamente, elegeu *a força* dessa relação. Pode não tê-lo feito intencionalmente, mas o fez pelo imaginário, pelo modo como os EUA são identificados pelo interdiscurso, que comporta uma dimensão inconsciente dos discursos que circulam e nos constituem, sem que tenhamos consciência deles.

Vale à pena pensar sobre os sentidos do enunciado “retomada **plena** de relações”. Como, em seis meses, se retoma plenamente uma relação que foi construída num processo histórico de mais de 50 anos? Ao afirmar que nesse prazo as relações estarão *plenamente* retomadas, a reportagem produz um distanciamento significativo sobre o sentido histórico do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

É evidente que não se reatam relações, de modo pleno, depois de tantos anos. Não é possível ser pleno, mas há algo importante ali que o jornal não diz: o bloqueio ou embargo. Não abordar essa questão que é fundamental para o reatamento das relações entre os dois países é silenciar algo que importa para o lado “mais fraco” da força. O silêncio está significando no que não está sendo dito. O jornal, determinado pela FD, que se filia a uma MD, não reconhece o bloqueio como um problema ético e político.

O jornal, como um pensamento pronto, aborda de forma sensacionalista temas complexos, mesmo sendo de grande relevância; privilegiando impressionar o leitor, porque a espetacularização tornou-se uma condição de produção do Jornalismo brasileiro e o pensamento crítico é substituído pelo imediatismo. Importante destacar que, para o exercício do pensamento crítico, é preciso muito mais do que a cobertura dos fatos, mas a necessária reflexão entre fatos, causas e conseqüências, o que exige uma ampla cultura, nem sempre presente na formação dos profissionais da mídia. Em *seis meses* pode haver certo avanço diplomático, mas dizer que haverá a retomada *plena* das relações soa cínico.

Nesse sentido, é possível imaginar que o jornal selecionou a fala do embaixador americano Jeffrey de Laurentis, o qual garantiu que o restabelecimento completo das relações se daria em seis meses.

O reatamento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba após 53 anos é um acontecimento complexo, que é simplificado pelo tratamento da reportagem, por meio de uma versão que atende a certa norma do texto (a do pensamento pronto), que, por sua vez, foi produzida para certa audiência (o leitor idealizado). O pensamento pronto é aquele no qual a complexidade desaparece e o mundo é produzido como uma dicotomia entre o bem e o mal.

A reportagem do jornal brasileiro mobiliza em seu discurso uma noção para a *democracia*, seja aquela que prevê os *direitos humanos*, seja a que prevê a *liberdade de expressão* e a *abertura política*. Essa noção é pensada a partir do lugar que o jornal ocupa na sociedade do sistema capitalista, aquele em que vivemos. Quando o jornal afirma que o reatamento das relações com os EUA possibilitará abertura política, o efeito de que em Cuba a política é fechada interage com o leitor.

A ideia de democracia no capitalismo é sustentada pelo discurso da igualdade jurídica, aquela que diz que todos os cidadãos são iguais e que, portanto, todos têm direitos iguais. Essa mesma democracia sustenta a ideia de igualdade política e de liberdade. Um modo de produção, como é o capitalismo, precisa produzir os bens materiais e espirituais necessários para manter o sistema, mas também precisa reproduzir “as condições necessárias da produção, que justamente não são criadas por ela” (BALIBAR *apud* ALTHUSSER, 1969, p. 177). É essa noção de liberdade e de direitos que aparecerá para o jornalista e para o leitor quando o jornal diz que a dissidência em Cuba luta por direitos humanos e por liberdade de expressão. Qual é o sentido de liberdade (de expressão) para o capitalismo?

A partir de uma perspectiva marxista, a liberdade no capitalismo está relacionada ao direito e sua posição na formação social, ou seja, é a base material das relações de equivalência entre valores, a troca formal de indivíduos livres e iguais, para poderem comprar e vender suas propriedades. A esfera da circulação de mercadoria é analisada por Marx (2013) como um paraíso para os direitos “inatos” do homem. A ideia de livre-arbítrio é sustentada pela ideologia jurídica. Quando o jornal mobiliza o discurso de

liberdade de expressão e de direitos, está ressaltando um sentido maior sobre esses enunciados, o de democracia, construído *antes* para poder fazer sentido no texto. É o efeito de pré-construído da democracia constituída no capitalismo. Esse sentido aparece como evidente, como se a democracia significasse a mesma coisa para qualquer grupo.

Ao dizer que em Cuba não há nem **direitos humanos** nem **liberdade de expressão**, sentido formulados pelo jornal para significar a democracia, é estabelecida uma relação de sentido com os EUA, o lugar que é enunciado na reportagem como aquele que vai dialogar sobre a questão de imigração e direitos humanos em Cuba; o lugar que promove a democracia. *O Estado de S. Paulo* produz o discurso do liberalismo americano, porque o jornal se filia a esse interdiscurso, a essa memória.

Quando o jornal mobiliza as palavras “liberdade” e “direito”, a MD é acionada, mas elas parecem ter nascido em nós, de forma que nos esquecemos de que há um pré-construído sobre os sentidos, que se movem pelo imaginário e se cristalizam pela ideologia. Os sentidos empregados pelo jornal são de que em Cuba não há liberdade e tampouco direitos.

Como já nos explicou Pêcheux (1993), todo processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, e é essa antecipação que estabelece a estratégia do discurso. A comparação, construída pela linguagem, é quase inevitável. Se o governo americano está em diálogo com Cuba e o assunto prioritário são os direitos humanos, está implícito que há direitos humanos nos EUA. O lugar dos EUA é reafirmado pelo jornal como o lugar do poder político, aquele que é exemplo de democracia, direitos humanos e liberdade de expressão.

Quando o jornal escolhe privilegiar a voz dos dissidentes, essa escolha (consciente ou inconsciente) é uma condição para a produção de determinados discursos e realidades, que, ao serem repetidos, regularizados pelas práticas discursivas, produz o efeito da evidência, como se fosse evidente as coisas serem de um jeito e não de outro.

A reportagem reafirma a posição dos EUA no imaginário do jornal, segundo o qual *o prazo foi dado* para o restabelecimento *completo* das relações. É o efeito de pré-construído trabalhando novamente: a imagem feita sobre algo vem estabelecer a relação de evidência com esse algo; é a coerência entre o que se acredita e o que se sabe (a

memória do dizer). Os EUA ocupam esse lugar social: a potência, por isso é “natural” (foi naturalizado) identificar o país como aquele que comandará o processo de reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Não é por acaso que, na reportagem, as vozes que falam na matéria são os cubanos contrários à Revolução Cubana e os representantes do governo dos EUA. Essas vozes não são conflitantes; ao contrário, se completam.

Há algo que acontece no processo discursivo do jornal brasileiro em que precisamos pensar. A reportagem afirma que quem tenta imigrar de Cuba é punido com prisão, e mobiliza um cenário de compaixão, pois, em seguida, quem fala na matéria são os “dissidentes” (palavra do jornal), ocupando, *evidentemente*, essa posição da compaixão no discurso. Cabe ressaltar que não estamos avaliando se os dissidentes são ou não vítimas; estamos analisando o modo como eles são enunciados e o que isso provoca.

Em nenhum momento uma voz controversa esteve presente na reportagem. Para um assunto como esse, de política internacional, o Ministério das Relações Exteriores poderia ter sido ouvido, mas não foi. Em nenhum trecho o repórter diz ter procurado o governo cubano para conceder sua versão sobre “os direitos humanos” em Cuba. A reportagem, intencionalmente ou não, produz uma polarização entre o mal e o bem. Os *dissidentes* ocupam o lado do bem e Cuba (seu governo e sua revolução), consequentemente, o lado do mal.

Nessa reportagem analisada, tanto o tema dos *direitos humanos* quanto o da *imigração* são tratados de forma unilateral, como se só houvesse um ponto de vista na história, que, por natureza, é polifônica. O jornal, ao silenciar os outros lados, abdica de uma condição discursiva do Jornalismo, segundo a qual a imprensa deve ouvir todos os lados de uma história. O efeito de verdade do Jornalismo silencia a ideia de que a verdade é sempre produzida em condições específicas (históricas e cotidianas).

Muitas vezes o Jornalismo tem na pauta a condição do seu dizer. Alguém pode pensar que a pauta do repórter era, especificamente, essa: mostrar como os cubanos contrários ao governo cubano reagiram com o reatamento das relações entre Cuba e os EUA. Pode ser, mas isso não deixa de ser uma condição para o seu discurso. A escolha dessa abordagem, e não de outra, estabelece a posição discursiva do jornal sobre esses dois temas.

Mesmo que os jornalistas pensem que usam as palavras, na verdade elas são efeitos das relações ideológicas que constituem os sujeitos em suas posições discursivas. Um exemplo, concreto, é o modo como o jornal *O Estado de S. Paulo* identifica a “troca de três espiões cubanos pelo americano Alan Gross”. Poderia ser a troca de três cubanos pelo espião americano? Não poderia, porque esse dizer não faz parte das práticas discursivas do jornal. Dizer de uma forma e não de outra mostra como, pela linguagem, podemos identificar a ideologia.

Na reportagem analisada, a imprensa vem produzir uma memória sobre o nosso saber acerca do que é o direito, do que é a liberdade de expressão, pois “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 1999, p. 25). “É preciso que conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (*idem, ibidem*).

Também cabe, neste espaço, atentarmos-nos à retranca, já mencionada. Logo abaixo da reportagem “EUA estimam prazo de 6 meses para retomada plena de relações com Cuba”, a retranca traz o enunciado “Futuro”. O título parece ofertar ao leitor uma posição contrária à dos dissidentes que foram contra o reatamento das relações entre os dois países: “Para jornaleiro, **mudança** começou”. Em seguida, no subtítulo, também chamado de linha-fina: “Aposentado defende **Fidel Castro e seu regime**”.

PARA JORNALEIRO, MUDANÇA COMEÇOU
Aposentado defende Fidel Castro e seu regime

No discurso em que anunciou **a decisão** de retomar com relações com Cuba, o presidente americano, **Barack Obama**, disse não imaginar que a vida do cubano mudaria da noite para o dia. Obama errou, pelo menos em relação a um deles. Rafael Campos, de 83 anos, nunca vendeu tão facilmente as edições do *Granma* na Rua Obispo, a mais pitoresca de Havana Vieja, o centro antigo da capital cubana.

Caminhando com dificuldade, Campos sorria com o lucro de 24 vezes sobre cada exemplar de **uma edição que nem mesmo era de ontem**. Ele ainda tinha alguns exemplares de quinta-feira, com a manchete “Volvieron” (Voltaram), em referência à libertação de três **espiões cubanos** detidos nos Estados Unidos e libertados em troca de **Alan Gross, preso por cinco anos em Cuba** por **ajudar** a instalar internet clandestina para membros da comunidade judaica. **Cuba o acusou** de espionagem.

Aposentado desde 1990, Campos ganha de pensão **US\$ 8 por mês**, o que não dá para cobrir os fastos com alimentação. Por isso compra cada exemplar do *Granma* a 1 peso cubano e o vende a 1 peso conversível (24 pesos cubanos ou US\$ 0,80). **Ainda assim**, é um **defensor de Fidel Castro** e de **seu regime**. “Nos anos 40, nos tempos de

Batista, havia comida em abundancia, mas eu não podia comprar. Passava fome. Com Fidel nunca passei fome”.

Cubanos que fazem bicos para complementar o salário oficial são regra, não exceção. No centro da capital cubana, são conhecidos como “jineteros”, especialistas em explorar turistas. A maneira mais corriqueira é servir de guia e cobrar dos turistas recém-chegados US\$ 40 dólares por um passeio de 2 horas, pedindo que paguem seu almoço, em média de US\$ 10, e ainda recebendo comissão do restaurante. Há os que vendem charutos falsificados ou desviados das fabricadas. Uma caixa de US\$ 250 sai por US\$ 60 nas mãos dos porteiros dos grandes hotéis. Quem não é funcionário de hotel, às vezes, se passa por um, apresentando-se na rua como “a arrumadeira do hotel” e indicando um obscuro festival que inevitavelmente está “no último dia”.

Íntegra de retranscrição 8 - Transcrição de retranscrição *O Estado de S. Paulo*/Relações EUA e Cuba

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO. PARA JORNALEIRO, MUDANÇA COMEÇOU. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-estimam-prazo-de-6-meses-para-retomada-plena-de-relacoes-com-cuba,1610215>>. Acesso em dez. 2014.

Futuro

RODRIGO CAVALHEIRO/ESTADÃO



Fidelidade. Aposentado lucra com venda de jornal oficial

PARA JORNALEIRO, MUDANÇA COMEÇOU

Aposentado defende Fidel Castro e seu regime

No discurso em que anunciou a decisão de retomar com relações com Cuba, o presidente americano, Barack Obama, disse não imaginar que a vida do cubano mudaria da noite para o dia. Obama errou, pelo menos em relação a um deles. Rafael Campos, de 83 anos, nunca vendeu tão facilmente as edições do *Granma* na Rua Obispo, a mais pitoresca de Havana Vieja, o centro antigo da capital cubana. Caminhando com dificuldade, Campos sorria com o lucro de 24 vezes sobre cada exemplar de uma edição que nem mesmo era de ontem. Ele ainda tinha alguns exemplares de quinta-feira, com a manchete “Volvieron!” (Voltaram), em referência à libertação de três espões cubanos detidos nos Estados Unidos e libertados em troca de Alan Gross, preso por cinco anos em Cuba por ajudar a instalar internet clandestina para membros da comunidade judaica. Cuba o acusou de espionagem.

Aposentado desde 1990, Campos ganha de pensão US\$ 8 por mês, o que não dá para cobrir os gastos com alimentação. Por isso compra cada exemplar do *Granma* a 1 peso cubano e o vende a 1 peso convertível (24 pesos cubanos ou US\$ 0,80). Ainda assim, é um defensor de Fidel Castro e de seu regime. “Nos anos 40, nos tempos de Batista, havia comida em abundância, mas eu não podia comprar. Passava fome. Com Fidel nunca passei fome.”

Cubanos que fazem bicos para complementar o salário oficial são a regra, não a exceção. No centro da capital cubana, são conhecidos os “jineteros”, especialistas em explorar os turistas. A maneira mais corriqueira é servir de guia e cobrar dos turistas recém-chegados US\$ 40 por um passeio de 2 horas, pedindo que paguem seu almoço, em média de US\$ 10, e ainda recebendo comissão do restaurante. Há os que vendem charutos falsificados ou desviados das fábricas. Uma caixa de US\$ 250 sai por US\$ 60 nas mãos dos porteiros dos grandes hotéis. Quem não é funcionário de hotel, às vezes, se passa por um, apresentando-se na rua como “a arrumadeira do hotel” e indicando um obscuro festival que inevitavelmente está “no último dia”. /R.C.

Figura 15 - Retranca O Estado de S. Paulo/Relações EUA e Cuba

Fonte: Reprodução do jornal O Estado de S. Paulo, 18/12/2014, editoria Internacional

Novamente, percebemos que, na retranca, o jornal deixa escapar, pelo imaginário, que quem decidiu sobre o reatamento das relações foi *Barack Obama*. Para o jornal é *evidente* que os EUA são os que decidem, produzindo para Cuba o lugar daquele que aceita.

Uma leitura mais rápida pode dar a ilusão de que a retranca aborda a posição de um cubano “comum”, a favor da Revolução Cubana. Mas, quando nos aproximamos do seu discurso, percebemos que ele reafirma uma posição do jornal: certa exclusão do sujeito político. Os jornais, até aqui, promovem um esvaziamento do sentido do político para os cubanos, como se na Ilha houvesse uma grande massa ora oprimida, ora iludida.

Qual efeito de sentido é mobilizado na linha fina “aposentado defende Fidel Castro e seu regime”? O que o jornal está fazendo quando diz isso? As leituras possíveis são:

- 1) O aposentado defende Fidel e não a Revolução Cubana;
- 2) O aposentado defende o regime, porque ele é de Fidel;
- 3) O aposentado defende o regime, porque antes defende Fidel;

Dizer que o aposentado defende Fidel Castro mobiliza uma ideia que foi trabalhada na reportagem imediatamente anterior, cujo tema era a da falta de liberdade. Poderia o aposentado, vivendo em um país ditatorial — para o jornal —, dizer diferente do que disse? Ele defende Fidel por medo? Por respeito? Por admiração? Por condicionamento? Se nos lembrarmos de que o discurso da reportagem que antecede a retranca diz que, em Cuba, não há liberdade, e que os que tentam exercer sua liberdade de expressão são presos, chegaremos à conclusão de que o aposentado defende Fidel por medo ou por condicionamento.

A palavra-chave da retranca é “Futuro”. Quem fala é um aposentado. Há um jogo de imagens sobre o que seria o futuro e o que seria o velho, o antigo. Se o reatamento das relações entre os EUA e Cuba é um acontecimento que provocará mudanças, o sentido mobilizado no enunciado “Futuro” é o de expectativa, que se contrapõe, se choca, com a imagem do aposentado (a imagem empírica da fotografia e a imagem que é produzida pelo texto).

No texto, o aposentado Rafael Campos não só é enunciado como um aposentado de 83 anos. O jornal tenta mostrar algo completamente insignificante do ponto de vista da relevância da notícia, dizendo que Rafael Campo *caminha com dificuldade*. Dizer isso é quase tão importante quanto dizer a cor de sua camisa. Mas o jornal diz. Assim, a

reportagem representa Campos como se ele fosse a própria imagem que o jornalista faz de Cuba: um governo que se “arrasta”. Seria exagero dizer que o jornal, não por acaso, posiciona Campos em contradição ao enunciado “Futuro”?

Cuba é produzida pelo *O Estado de S. Paulo* como um lugar ultrapassado: isso acontece quando o repórter o reafirma dizendo que o jornaleiro vendia a edição de um jornal “**que nem mesmo era de ontem**”. O sentido de *jornal*, nesse enunciado, é o de descartável. Como é possível um jornal que não é o do dia anterior ser vendido como se fosse? Na matéria, o jornal não está posto como um documento histórico ou um arquivo, mas como uma mercadoria, que tem dia para nascer, ser trocada e morrer. Também é possível mobilizar a noção de atraso, de um Jornalismo que não se atualiza.

Por outro lado, há outros sentidos que estão se movimentando no enunciando “**que nem era de ontem**”, o qual mostra como a notícia sobre a volta dos cubanos presos nos EUA era importante para Cuba. Apesar de o jornal *O Estado de S. Paulo* não dar ênfase para isso, os sentidos estão lá, quase invisíveis. Não por acaso venderam tantos jornais nos dias que se seguiram. Esse dizer “quem nem era de ontem” é uma reafirmação da força da Revolução na palavra de um cubano “comum”, porque a libertação dos cubanos presos nos EUA é o acontecimento simbólico e político que coloca a Revolução Cubana em primeiro plano, porque foi a promessa de Fidel. Nota-se que, quando há censuras sobre o modo como se diz, *os ditos e os não ditos*, os sentidos migram para outras palavras. É uma vitória para Cuba dizer que os três cubanos “voltaram”. Esse trecho nos diz alguma coisa a mais, nos diz sobre a Revolução Cubana, e a análise mostra isso.

Também cabe notarmos que a reportagem abordou como o principal jornal cubano (*Granma*) saudou em sua edição a libertação de três *espiões cubanos*. Para *O Estado de S. Paulo*, os cubanos presos são espiões, mas Alan Gross foi preso por *ajudar* a instalar internet clandestina no país. Por que o jornal trata uns como espiões e o outro como aquele que foi preso por tentar *ajudar* uma comunidade judaica a ter internet? A informação poderia ser invertida? Vejamos:

“Ele ainda tinha alguns exemplares de quinta-feira, com a manchete “Volvieron!” (Voltaram), em referência à **libertação dos três cubanos, Gerardo Hernandez, Ramón Laboñino e Antonio Guerrero, presos por ajudar o governo**

cubano a detectar como os EUA planejavam realizar atentados na ilha, em troca de um espião americano acusado de espionar Cuba”.

Esse exemplo invertido mostra que as palavras importam e são elas que vão nos dizer quem perde e quem ganha no campo do simbólico, do político. O jornal designa um grupo como *x* e outro como *y* como se isso fosse intrínseco, um sentido indiscutível ao grupo, e não uma construção discursiva. Se do lado cubano há espiões, do lado americano deveria haver, no mínimo, espião. Mas as leis que condenaram os cubanos nos EUA parecem ser mais legítimas que as leis que condenaram Alan Gross em Cuba. Em um jornal, o vilão é sempre o outro, e geralmente é aquele que já ocupa um lugar “mais fraco” no imaginário. Novamente, é a ideologia comparecendo, inevitavelmente, no texto.

Além de Cuba ser produzida como o lugar da *não liberdade*, dos *não direitos humanos*, do velho que se arrasta, do lugar que prende um americano por ajudar uma comunidade judaica a ter internet, ela é também o lugar da escassez, do precário: O *Estado de S. Paulo* afirma que o aposentado ganha “oito dólares por mês, o que não dá para cobrir os gastos com alimentação”. Como é possível viver com oito dólares por mês? O jornal, no processo do dizer, esquece. Se um peso conversível equivale a 24 pesos cubanos ou a 80 centavos de dólar, então o aposentado não ganha, propriamente, oito dólares, mas 192 pesos cubanos. O jornal escolhe dizer que o aposentado ganha em dólar, apesar de gastar em pesos cubanos, então essa conta nunca “fecha”. No mínimo, o jornal deveria dizer que o aposentado ganha 192 pesos cubanos e o que isso significa em relação a outros salários em Cuba. Comparar o peso cubano ao dólar americano revela certo modo cínico de significar Cuba. É o cinismo como prática ideológica, como elaborou Baldini (2011).

Depois de apresentar um cenário “rebaixado” sobre Cuba, o jornal diz que “ainda assim, [Campos] é um defensor de Fidel Castro e seu regime”. Esse “**ainda assim**” é uma locução conjuntiva adversativa, a qual legitima o que foi dito antes. Ou seja, mesmo ganhando pouco, mal tendo dinheiro para comer, arrastando-se, Campos é defensor de Fidel Castro. As condições de produção dão a ideia de fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do dizer no espaço da memória. É a MD que estabelece os implícitos, “que estão ausentes por sua presença, na leitura da sequência (...)”. P. Achard levanta a hipótese de que não encontraremos nunca, explicitamente, esse

discurso implícito, sob uma forma estável e sedimentada” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). E o autor continua:

Haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeito de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção de estereótipos). Mas sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Dessa maneira, ainda explica Pêcheux, haveria sempre um jogo de força na memória, que se chocaria com o acontecimento. A retomada das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA é um acontecimento, mas também se trata de uma relação que tem memória. Daí o choque.

Um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente como os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, ate absorve-lo e eventualmente dissolvê-lo (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

A fala dos cubanos nas reportagens dos jornais até então analisados no período histórico recortado (o reatamento das relações entre EUA e Cuba) é articulada pelo imaginário dos jornalistas, dos jornais e pelo imaginário que os jornalistas fazem sobre o leitor do jornal. Assim, deixa escapar, pelas palavras, a relação desses jornais e jornalistas com Cuba. Isso porque as palavras têm memória e, por isso, escorregam ao domínio do sujeito/jornalista; as palavras escapam.

3.3.4 *Granma* e a disputa pelos sentidos.

Na semana do reatamento das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba, o *Granma* produziu diversos materiais sobre o tema. No entanto, como o mapeamento para essa pesquisa foi realizado pela internet, não é possível precisar com exatidão a quantidade de publicações produzidas pelo jornal cubano. De qualquer forma, identificamos a publicação de 30 matérias durante os dias 17/12/2014 e 23/12/2014. Nessa pesquisa, chamou a atenção o fato de as publicações se referirem muito mais a

libertação dos três cubanos presos nos EUA do que ao reatamento das relações diplomáticas com os EUA.

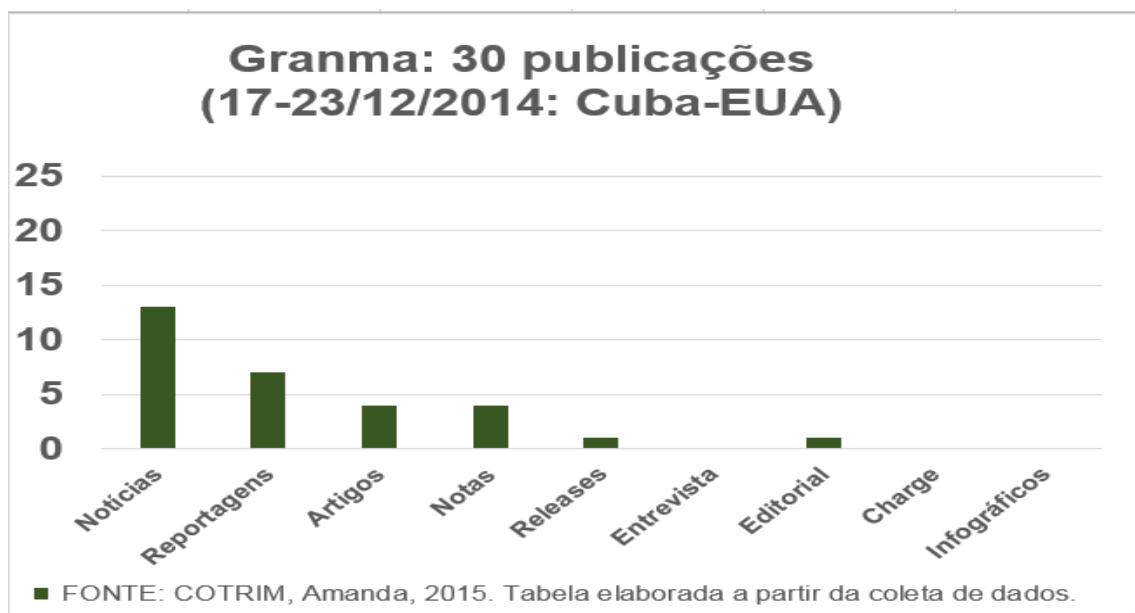


Gráfico 8 - Granma/Relações EUA e Cuba

Analizamos a seguir a primeira reportagem publicada pelo jornal cubano após o dia 17 de dezembro de 2014, com o título “Cuba sorri, os heróis estão em casa”, seguido da linha fina: “O sorriso e entusiasmo são permitidos porque Gerardo, Antonio e Ramón já estão no país”. A matéria, que segue, é assinada por Iramsy Peraza Forte e Linet Negrin Perera.

MULTIMEDIA | BLOGS | EDICIÓN IMPRESA | SITIO WEB DE AÑOS ANTERIORES ENGLISH FRANÇAIS DEUTSCH PORTUGUÊS ITALIANO

Granma LA HABANA, 17 DE FEBRERO DE 2016 ÚLTIMA ACTUALIZACIÓN 21:08:40

ÓRGANO OFICIAL DEL COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

PORTADA CUBA MUNDO DEPORTES CULTURA OPINIÓN CIENCIA SALUD

Buscar

Cuba sonríe, los Héroes están en casa

La sonrisa y el entusiasmo son permitidos porque Gerardo, Antonio y Ramón ya están en la Patria

Autor: Iramsy Peraza Forte | internet@granma.cu
Autor: Linae Perera Negrin | linep@granma.cu
18 de diciembre de 2014 04:12:24



Lázaro Cartaya Oliva, chofer de La Habana Vieja. Foto: Jorge Luis González

Desde que el General de Ejército Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, anunció que el Gobierno de los Estados Unidos liberó a los tres antiterroristas cubanos, Antonio Guerrero Rodríguez, Gerardo Hernández Nordelo y Ramón Labañino, una sensación de alegría inundó el corazón de los cubanos. Luego de 16 años nuestros Héroes están en la Patria.

En su intervención Raúl anunció también que Cuba y Estados Unidos acordaron restablecer relaciones diplomáticas. Granma salió a la calle a recoger las impresiones de nuestro pueblo que tanto ha esperado por una noticia como esta.

Este es un día histórico. Estaba frente al televisor y no me lo podía perder. Lo que Fidel dijo se cumplió, él como siempre mirando al futuro. Osmel Santana Torres, de Guantánamo.

Hoy todo ha sido bueno. Esto es lo más grande que nos ha pasado en muchos años, es la noticia del día. Fueron muchos años de lucha y por fin lo conseguimos. Siento tanta emoción porque nuestros Héroes estén de vuelta en la patria. Lidia Arango, jubilada.

Es un logro para los cubanos, porque el hecho de restablecer las relaciones diplomáticas con Estados Unidos traerá mejoras para nuestro pueblo. Aunque Obama no quita el bloqueo todavía, estas nuevas medidas sin duda son para bien. Rafael Guevara, abogado.

Esa era una noticia muy esperada. Estoy muy satisfecho con que se restablezcan las relaciones porque será muy beneficioso para Cuba, pues Estados Unidos fue nuestro mercado tradicional, el más cercano. Pero hay que seguir firmes con nuestros principios eso es algo que no se puede cambiar. Con los principios no se negocia. Omar Manuel Rivera, jubilado y trabajador por cuenta propia.

Siento mucha alegría de que regresen nuestros Héroes a casa. Para los jóvenes es muy importante el restablecimiento de las relaciones diplomáticas con Estados Unidos, ellos tienen mucho potencial del cual podríamos beneficiarnos. Por ejemplo yo soy músico y necesito instrumentos, cuerdas, accesorios, etcétera, además del acceso a Internet y a las nuevas tecnologías. También tenemos que abandonar las justificaciones por el bloqueo y pensar en cómo prosperar. Es hora de desbloquear las mentes. Margarita Gámez, músico.

Nuestro pueblo esperaba esto hace 16 años. Es una alegría increíble tener a nuestros compañeros de vuelta. Fidel fue el impulsor principal de esta obra y él siempre dijo que volverían. Ahora resta seguir trabajando y participar en todas las actividades para dar la bienvenida a nuestros Héroes. Capitán de la PNR, Juan Martínez Rivero.

La doctora Adis Martínez Álvarez afirma que es una alegría grande para Cuba la liberación de Gerardo, Ramón y Antonio. En el hospital donde trabajo, el Amejeras, todos nos pusimos muy contentos al recibir la noticia. Aun cuando quedan muchos aspectos por resolver en las relaciones entre ambos países, esto evidencia un mejoramiento, nos da otra perspectiva y evidencia que estamos ahora en medio de un ambiente diferente, comentó.

La liberación de los Héroes que aún estaban presos en Estados Unidos es un paso de avance en las relaciones entre Estados Unidos y nuestro país. Una situación que se fortalece con la declaración sobre el restablecimiento de las relaciones. Ambas noticias eran muy esperadas por el pueblo cubano, aseguró Lázaro Cartaya Oliva, chofer de La Habana Vieja.



Yunior Dévora Aragón (izquierda) y David Iván Rodríguez (derecha), pioneros de la Escuela Nacional de Ballet. Foto: Jorge Luis González



Adis Martínez Álvarez, doctora del hospital Hermanos Ameijeiras. Foto: Jorge Luis González



Lidia Arango, jubilada. Foto: Jorge Luis González

Nos sentimos muy contentos con la noticia. En nuestra escuela nos explicaron que los Héroes habían regresado a la Patria y lo que significaba este día para los cubanos, explicaron casi a coro Yunior Dévora Aragón y David Iván Rodríguez, pioneros de la Escuela Nacional de Ballet.

Es la noticia, el acontecimiento que esperábamos desde hace mucho tiempo: el regreso de los Héroes a casa. Es algo bien importante para nosotros, es por lo que hemos estado luchando. Las hostilidades entre Estados Unidos y Cuba deben cesar y comenzar a relacionarnos en base al respeto como Cuba lo ha planteado en innumerables ocasiones. Creo además que Obama fue valiente al tomar estas decisiones, algo que sus antecesores no hicieron, subrayó Elías Rodríguez, taxista del hotel Sevilla.

Figura 16 - Transcrição e tradução de reportagem *Granma*/Relações EUA e Cuba

Fonte: Reprodução do jornal *Granma*, 18/12/2014, Editoria Cuba

CUBA SORRI, OS **HERÓIS** ESTÃO EM CASA

O sorriso e entusiasmo são permitidos porque Gerardo, Antonio e Ramón já estão no país

Desde que o **General de Exército Raúl Castro Ruz**, presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, anunciou que o Governo dos Estados Unidos libertou três dos cinco **antiterroristas** cubanos, Antonio Guerrero, Gerardo Hernández e Ramón Labañino, uma sensação de alegria inundou o coração dos cubanos. Depois de 16 anos, **nossos heróis** estão no país.

Em sua intervenção, Raúl também anunciou que Cuba e os Estados Unidos acordaram em restabelecer as relações diplomáticas. O Granma saiu para as ruas para acolher as impressões **do nosso povo** que tanto esperara por notícias como esta.

“Este é um **dia histórico**. Estava assistindo TV e eu simplesmente não poderia perder. **O que Fidel disse** foi cumprido, ele **sempre olhando para o futuro**.” Osmel Santana Torres de Guantánamo.

“Hoje tudo tem sido bom. **Esta é a melhor coisa que já aconteceu em muitos anos**, é a notícia do dia. Foram muitos anos de luta e finalmente conseguimos. Eu sinto tanta emoção porque **nossos heróis estão de volta** à terra natal.” Lidia Arango, aposentada.

“**É uma conquista para os cubanos**, porque o fato de restabelecer as relações diplomáticas com os EUA **vai trazer melhorias para o nosso povo**. **Embora Obama ainda não tenha removido o bloqueio**, estas novas medidas são definitivamente para melhor.” Rafael Guevara, advogado.

“Esta era uma notícia há muito esperada. Estou muito satisfeito com o fato de que as relações foram restauradas, porque **será muito benéfico para Cuba**, dado que os Estados Unidos era nosso **mercado tradicional mais próximo**. **Mas devemos permanecer firmes aos nossos princípios**, isso é algo que não se pode alterar. **Os princípios não são negociáveis**.” Omar Manuel Rivera, aposentado e trabalhador por conta própria.

“Sinto muita alegria de que **nossos heróis voltem para casa**. Para os jovens, é muito importante o restabelecimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, eles têm um grande potencial de que poderíamos nos beneficiar. Por exemplo, eu sou música e necessito de instrumentos, cordas, acessórios etc., bem como acesso à Internet e das novas tecnologias. Também temos que abandonar as justificativas pelo bloqueio e pensar em como prosperar. É hora de abrir as mentes.” Margarita Gamez, música.

“**Nosso povo** espera por isso há quase 16 anos. É uma alegria incrível ter **os nossos companheiros** de volta. Fidel foi o principal condutor deste trabalho e ele sempre disse que eles regressariam. Resta agora continuar trabalhando e participar de todas as atividades para dar as boas-vindas aos **nossos heróis**.” Capitão da PNR, Juan Martínez Rivero.

A doutora Adis Martinez Alvarez diz que é **uma grande alegria para Cuba** a libertação de Gerardo, Ramón e Antonio. “No hospital onde eu trabalho, o Amejjeiras, todos nós ficamos muito felizes com a notícia. Embora existam **muitas questões a serem resolvidas nas relações entre os dois países**, isso mostra uma melhoria, **dá-nos uma outra perspectiva e prova** de que **estamos agora no meio de um ambiente diferente**”, disse ela.

“A liberação dos **heróis** que ainda estavam presos nos Estados Unidos é um passo adiante nas relações entre os Estados Unidos e **o nosso país**. Uma situação que

se fortalece pela declaração sobre a restauração das relações. Ambas as notícias eram esperadas pelo povo cubano”, disse Lazarus Cartaya Oliva, motorista de Havana Velha.

“**Estamos** muito felizes com a notícia. Em **nossa** escola, nos explicaram que **os heróis** haviam retornado ao país e o que este dia significava para os cubanos”, explicaram quase em coro Yuniór Devora Aragão e David Ivan Rodríguez, pioneiros da Escola Nacional de Ballet.

“**É a notícia, o acontecimento que esperávamos por um longo tempo:** o regresso dos **heróis** para casa. É algo muito importante para **nós, por isso temos lutado.** As **hostilidades** entre os Estados Unidos e Cuba devem cessar e começarmos a nos relacionar com base no **respeito** pelo qual temos prezado em inúmeras ocasiões. Creio ademais que **Obama foi corajoso** na tomada dessa decisão, algo que seus antecessores não fizeram”, disse Elías Rodríguez, taxista do Hotel Sevilla.

Íntegra de reportagem 9 - Transcrição e tradução de reportagem *Granma*/Relações EUA e Cuba

Fonte: GRANMA. Cuba sorri, os heróis estão em casa. Disponível em:

<<http://www.granma.cu/cuba/2014-12-18/cuba-sonrie-los-heroes-estan-en-casa>>. Acesso em dez. 2014.

A informação que foi notícia praticamente em todo o mundo se referia ao anúncio da retomada das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba. O *Granma*, no entanto, ofereceu outra dimensão sobre o mesmo acontecimento: a primeira reportagem, logo após o dia 17 de dezembro, foi sobre a libertação de Antonio Guerrero, Gerardo Hernández e Ramón Labañino, designados pelo jornal como “**antiterroristas**”. O que esses cubanos são em suas representações revelam os lugares de onde eles são enunciados, mostrando que o processo discursivo que orienta a produção de sentidos sobre eles se relaciona com a FD. Se para *O Estado de S. Paulo* eles são espões, para o *Granma* eles são *antiterroristas*.

Não se trata de uma simples denominação ou da escolha de sinônimos, é a ideologia se materializando na linguagem. Quando o jornal diz que Antônio, Gerado e Ramón são *antiterroristas*, suas escolhas remetem às práticas discursivas, que há 16 anos⁷⁰ comparecem nos dizeres de Cuba, seja em grafites ou em *outdoors* nas ruas da Ilha, seja no jornalismo que quase todos os dias lembrava a população que os *heróis* continuavam presos nos EUA. São os sentidos migrando: ora Antônio, Gerado e Ramón são designados como *antiterroristas*, ora como *heróis*.

⁷⁰ Tempo que os cubanos ficaram presos.

Esses enunciados têm relação com outros sentidos de acontecimentos anteriores, que dizem muito sobre o lugar do *Granma* na sociedade cubana e sobre sua posição no discurso sobre Cuba: os três cubanos que foram soltos haviam sido presos nos EUA e foram acusados de espionagem. O argumento do governo cubano é que eles se infiltraram em organizações anticastristas para saber como elas planejavam os atentados contra Cuba, buscando impedir que eles acontecessem. Daí o sentido do termo “antiterroristas” empregado pelo jornal. Esses cubanos, para o *Granma*, foram presos porque defenderam Cuba do governo americano e, não fossem eles, o País não poderia ter se defendido taticamente contra os atentados dos EUA⁷¹.

Enquanto nos EUA Antônio, Gerado e Ramón são enunciados como espiões, em Cuba eles são antiterroristas e heróis. Por onde passam os sentidos do terrorismo? Por onde passam os sentidos da resistência, que produz o heroísmo? Em Cuba, esses sentidos foram trabalhados socialmente, de modo que fosse possível identificar os cubanos em suas posições, significando o próprio sentido para a manutenção da Revolução Cubana, visto que os atentados surgiram como ameaça ao projeto social da Ilha, fincando politicamente o significado.

O terrorismo foi propagado pelo governo americano em uma iniciativa militar, logo após a destruição das torres gêmeas em Nova Iorque em setembro de 2001. O sentido sobre o terrorismo é designado para aquele que pratica o terror, que atenta contra a vida humana por interesses econômicos e políticos, ou seja, um modo de impor sua vontade pelo uso sistemático do terror, da violência. Esse sentido se popularizou, produzindo uma memória sobre o que seria o terrorismo.

Quando o *Granma* diz que os cubanos foram “antiterroristas”, o jornal desestabiliza o emprego do termo, gerando outros efeitos de sentidos, como um enfrentamento linguístico ao governo americano. O enunciado “antiterrorismo” se significa por meio da memória do jornal cubano sobre a relação historicamente marcada entre os dois países. Designar Antonio, Gerado e Ramón como *heróis* materializa a

⁷¹ O governo cubano acusa a CIA e, consequentemente, o governo americano de provocar atentados a hotéis, restaurantes e pontos turísticos, com bombas e invasão aérea no território cubano, com o objetivo de afastar os turistas que iam a Cuba, na década de 1990, época em que o País investiu no turismo para conseguir divisas.

posição do sujeito no discurso, uma ruptura sobre o sentido cristalizado do que é ser um terrorista, transferindo o sentido de terrorismo aos EUA.

Os cubanos que falam na reportagem selecionada para essa análise são sujeitos que se inscrevem em um determinado lugar discursivo: o de fontes. Esse é um lugar que carrega marcas sociais, ideológicas e históricas, além da ilusão de ser a fonte do sentido. Essa é uma ilusão porque o sentido, enquanto efeito, não nasce com a palavra, mas na relação em que uma determinada formulação está ligada a outras anteriores, isto é, à memória (ACHARD, 1999). Esses sujeitos que falam na reportagem são concebidos nesta análise como sujeitos heterogêneos, negando a ideia do “eu” como centralidade, como senhor de si, uma vez que o Outro passa a fazer parte da sua identidade.

É justamente porque há história e porque há o Outro que o sujeito/fonte se liga a uma teia de memória (PÊCHEUX, 1990) — que vai significando esses cubanos que foram soltos acusados de espionagem nos EUA —, formulando seus dizeres em um jornal, se relacionando com a imagem do *Granma* na sociedade cubana. Na disputa pelos sentidos sobre o terrorismo e sobre Antonio, Gerado e Ramón, vislumbramos que inevitavelmente os sujeitos se relacionam com os pré-construídos, daí a noção de historicidade da linguagem.

A produção de sentidos sobre o reatamento das relações diplomáticas com os EUA gira em torno, sobretudo, da libertação dos *heróis*. Mas há outros sentidos em disputa, como os sentidos sobre o bloqueio econômico, quando a reportagem “lembra” que os EUA eram o mercado tradicional mais próximo de Cuba antes da Revolução Cubana.

As relações imaginárias que os cubanos tecem com os EUA recordam que a retomada das relações não significa uma mudança no sistema político de Cuba, onde podemos identificar no enunciado “mas devemos permanecer firmes aos nossos princípios”. Esse dizer-e não outro - vem estabelecer uma memória sobre o que significa retomar as relações com os EUA, lembrando que a linguagem (como se lembra e como se fala) é uma construção histórica e social. A relação de conflito entre os dois países, que não começou porque Cuba realizou a Revolução — mas se intensificou nesse período — comparece na língua, produzindo um sentido de resistência política para o enunciado “mas devemos permanecer firmes aos nossos princípios”. Se, por causa da Revolução Cubana, o governo americano rompeu relações diplomáticas com a Ilha, é importante

para o *Granma* dizer que a retomada das relações não significa que Cuba estaria abandonando o seu sistema político-econômico-social.

A reportagem do jornal cubano é um dizer que reafirma outros dizeres. Um exemplo é aquele que, ao mesmo tempo, afirma que o restabelecimento das relações será “muito benéfico para Cuba” e também que Cuba não negociará seus princípios. Esse dizer mostra a disputa de sentidos sobre o reatamento das relações que existe no imaginário do próprio jornal.

Quando a fonte da reportagem diz que a Ilha não negociará seus princípios, o que a afetou? A relação econômica com os EUA? A relação com o bloqueio? São as palavras que recorrem a uma memória e ativam uma teia de significado, construindo novas ideias, materializando as ideologias. É no discurso sobre Cuba do *Granma* que as fontes se filiam umas às outras e projetam seus dizeres.

O processo discursivo da reportagem também orienta a produção de sentidos sobre Cuba através da repetição da primeira pessoa do plural, gerando um sentido de união: *nosso povo/ nossos heróis/ conquista para os cubanos/ melhorias para o nosso povo/ devemos permanecer firmes/ dá-nos outra perspectiva e prova/ estamos agora no meio de um ambiente diferente/ nosso país/ estamos muito felizes/ em nossa escola/ o acontecimento que esperávamos por um logo tempo/ por isso temos lutado/*.

A noção de povo, sobre o que seria o cubano, o que seria Cuba, é mobilizada pela primeira pessoa do plural. As fontes que falam na reportagem são aquelas pensam que o reatamento das relações diplomáticas e a libertação dos cubanos significam uma vitória para o povo cubano, em um sentido de amplitude, de preservação de uma certa identidade que designa os cubanos como coletivo, como nação. Essa noção fortalece um dizer que sustenta a própria Revolução Cubana, uma divisão ideológica sobre os sentidos do “nós”, contrariando a ideia de que o povo seria o lugar do pejorativo, do estereótipo. Esse lugar negativo não é agenciado pelo *Granma*; ao contrário, há uma projeção do político sobre o que seria a sociedade cubana, significando esse lugar que produz o povo como o responsável pelo sentido revolucionário do seu termo.

O Outro é uma espécie de tecido social que molda o modo que os sujeitos pensam e dizem. “Justamente por estar sujeito ao Outro é que o indivíduo se faz sujeito ante um

outro (...) entre o um e o outro, enlaçando-os, há as palavras: um laço simbólico” (MAIA, 2014, p. 46).

O “nós” que aparece no jornal cubano é significado como resistência frente à retomada das relações diplomáticas e a volta dos *heróis*. Dizer dessa forma e não de outra é uma condição para que o jornal exerça a sua luta pelos sentidos. Essa maneira de dizer também é uma possibilidade de as fontes falarem sobre si como se dissessem sobre os outros, num processo que se produz pela identificação, porque, desse modo, as palavras se configuram em uma prática social (MAIA, 2014, p. 44). As fontes que falam no *Granma* são sujeitos que ingressam em um coletivo do pensamento, ação e linguagem, porque é na linguagem que os sujeitos se constituem (MAIA, 2014).

O sentido sobre o fortalecimento da Revolução Cubana ou de sua defesa só foi agenciado pelo *Granma*. É um dizer possível, trabalhado socialmente (pelo discurso na cidade, pelos dizeres na imprensa, pela memória da Revolução), de modo que identifica Cuba como esse lugar do político, acima de tudo. O *Granma* é a possibilidade de outro dizer que surge nesta pesquisa, um dizer que está à margem perante os outros dos outros jornais, mas que está no centro em seu dizer na Ilha.

3.4 Primeira visita pós retomada das relações

O terceiro e último momento analisado nesta dissertação é a primeira visita de um representante dos EUA a Cuba, após o anúncio do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países. As reuniões diplomáticas aconteceram nos dias 21 e 22 de janeiro de 2015, em Havana, e tiveram como protagonistas Josefina Vidal, representante do Ministério das Relações Exteriores de Cuba, e a subsecretária do Departamento de Estado para América Latina, Roberta Jacobson. Conseguimos mapear pela internet 107 unidades de notícia, sendo que o jornal brasileiro novamente teve o maior volume (39), seguido do *Granma* (25), *The New York Times* (22) e *El País* (21). O jornal estadunidense publicou nove notícias, quatro artigos, seis reportagens, duas entrevistas e um editorial. Já o jornal espanhol realizou quatro reportagens, produziu oito artigos e nove notícias. O *Estado de S. Paulo* realizou 11 reportagens, sete notícias, duas entrevistas e 19 artigos, conforme a tabela seguinte.

Matérias mapeadas entre os dias 17/01/2015 A 23/01/2015				
	The New York Times	El País	O Estado de São Paulo	Granma
Notícias	9	9	7	15
Reportagens	6	4	11	6
Artigos	4	8	19	3
Notas	0	0	0	0
Releases	0	0	0	1
Entrevista	2	0	2	0
Editorial	1	0	0	0
Charge	0	0	0	0
Infográficos	0	0	0	0
Total	22	21	39	25

FONTE: COTRIM, Amanda, 2016. Tabela elaborada a partir da coleta de dados.

Tabela 3 - Primeira visita dos EUA a Cuba: mapeamento das notícias

3.4.1 *The New York Times* e a Internet em Cuba

Após o último dia de evento (22 de janeiro), a primeira reportagem do jornal de *The New York Times* foi publicada no dia 26 de janeiro de 2015 e é assinada pelo repórter Michel Weissentein. A matéria abordou a internet em Cuba.

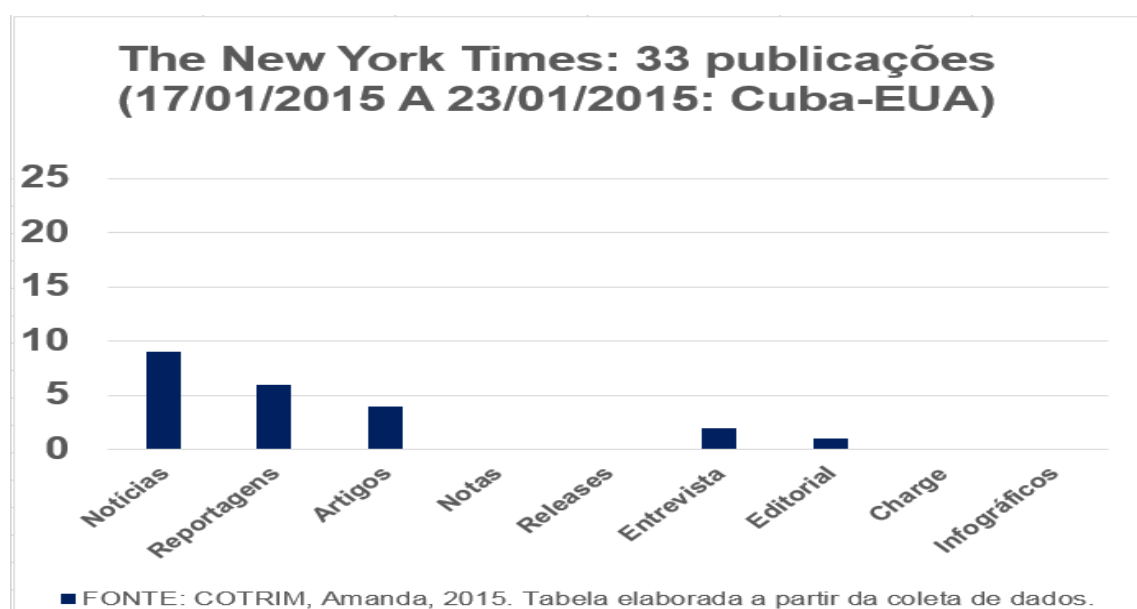


Gráfico 9 - Jornal *The New York Times*/Visita EUA a Cuba

A seguir, a reportagem com grifos⁷².

**JUVENTUDE CUBANA CONSTRÓI REDE SECRETA DE COMPUTADORES
APESAR DA PROIBIÇÃO DO “WI FI”**

Com a **internet cortada**, jovens cubanos têm **silenciosamente** conectado milhares de computadores em uma **rede oculta** que se estende por milhas ao longo de Havana, permitindo a eles conversar com amigos, jogar e baixar filmes de sucesso em uma minirréplica do **mundo on-line** que **a maioria não pode acessar**.

As **conexões de internet domésticas são proibidas** para todos, menos para poucos cubanos de quem o governo cobra quase um quarto de mês de salário por uma hora on-line em hotéis e centros de Internet. Como resultado, a maioria das pessoas na ilha vive **desconectada**, reclamando sobre a **falta de acesso à informação** e contato com amigos e família no exterior.

Uma pequena minoria tem **secretamente** desenvolvido uma solução parcial, reunindo fundos para criar uma **rede privada** de mais de 9.000 computadores com pequenas, baratas, mas **poderosas antenas Wi-Fi escondidas** e cabos Ethernet estendidos sobre ruas e telhados abrangendo toda a cidade. Desconectada da Internet real, a rede é limitada, regional e construída com equipamentos disponíveis comercialmente em todo o mundo, sem a ajuda de nenhum governo estrangeiro, dizem os organizadores.

Centenas estão on-line a qualquer momento fingindo ser monstros ou soldados norte-americanos em jogos online, como "World of Warcraft" ou "Call of Duty". Eles trocam piadas e fotos em salas de chat e organizam eventos do mundo real, como festas ou viagens para a praia.

"Nós realmente precisamos de Internet porque há muita informação on-line, mas pelo menos ela satisfaz um pouco porque você se sente como, 'eu estou conectado com um monte de gente, conversando com eles, compartilhando arquivos'", disse Rafael Antonio Broche Moreno, um engenheiro elétrico de 22 anos que ajudou a construir a rede conhecida como SNET, abreviação de StreetNet.

O status de **Cuba como um dos países menos conectados do mundo** é central para o novo **relacionamento que Washington está tentando forjar com Havana**. Como parte de uma nova política buscando o engajamento mais amplo, a administração Obama espera **incentivar amplas vendas de tecnologia dos EUA para a ilha** que vai aumentar o acesso à Internet e **ajudar a aumentar a independência dos cubanos** com o Estado e estabelecer as bases para a **reforma política**.

As autoridades cubanas dizem que o acesso à Internet é limitado em grande parte porque o **embargo comercial** dos EUA impediu que **a tecnologia avançada dos EUA** chegasse a Cuba e **empobreceu o governo** que precisava do dinheiro para comprar equipamentos de outras nações. Mas o governo diz que enquanto estiver aberto para a compra de equipamentos de telecomunicações dos EUA, ele não vê nenhuma possibilidade de mudar o seu sistema de negócios em troca de relações normais com os EUA.

⁷² A reportagem saiu do ar do site do *The New York Times*, o que nos impediu de trazer, junto à reportagem na íntegra, a sua reprodução on-line.

Observadores externos e muitos cubanos culpam a falta de Internet sobre o desejo do governo de **controlar a população** e utilizar desproporcionalmente altas taxas de celulares e de Internet como recursos financeiros para outras agências governamentais.

Cuba proíbe o uso de equipamentos Wi-Fi sem uma licença do Ministério das Comunicações, tornando SNET tecnicamente **ilegal**. Broche Moreno disse que acredita que a lei confere permissão às autoridades para permitir que redes como SNET operem. Ele descreveu uma espécie de **entendimento tácito com oficiais** que permite a SNET funcionar sem ser boicotada, desde que respeite o direito cubano — suas centenas de pontos que são informalmente monitorados pelos administradores voluntários que garantem que os usuários não compartilhem pornografia, discutam política ou liguem a SNET para conexões ilícitas com a Internet real.

"**Nós não somos anônimos** porque o país tem de saber que este tipo de rede existe. Eles têm que proteger o país e **eles sabem** que 9.000 usuários podem ser colocados para qualquer propósito", disse ele. "Nós não mexemos com ninguém. Tudo o que queremos fazer é jogar, compartilhar ideias saudáveis. **Nós não tentamos influenciar** o governo ou o que está acontecendo em Cuba. Nós **fazemos a coisa certa** e eles nos manterão assim."

Usuários que quebram as regras podem ser bloqueados na rede por seus pares, um pouco como um dia para as infrações menores como causar lentidão pelo compartilhamento de arquivos fora da prescrição, ou muito como o banimento por violações como a distribuição de pornografia. "Os usuários mostram muito respeito pela preservação da rede, porque é a única que eles têm", disse Broche Moreno. "Mas eu e os outros administradores estamos verificando assuntos para ter certeza que a rede faça o que a ela foi destinado."

O governo cubano não respondeu a um pedido de comentário sobre a rede.

Íntegra de reportagem 10 - Transcrição e tradução de reportagem *The New York Times*/Visita EUA a Cuba

Fonte: THE NEW YORK TIMES. Cuban youth builds computer secret network in spite of "wi fi" prohibition. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2015/01/26/world/americas/ap-cb-cuba-secret-network.html>>. Acesso em jan. 2015

O processo discursivo do jornal orienta a produção de sentidos para Cuba por meio de algumas expressões como: “rede secreta”, “proibição do ‘Wi Fi’”, “internet cortada”, “silenciosamente”, “secretamente”, “escondidas”, “controlar a população”, “Cuba proíbe”, “ilegal”. Essas designações são, aparentemente, evidentes e indiscutíveis, porque esse é o efeito de verdade do discurso jornalístico; mais ainda se este for um jornal americano, e mais ainda se este for o *The New York Times*.

Esses enunciados produzem um sentido maior para Cuba: o sentido de censura. Além desses há outros: “país menos conectado do mundo”, “vendas de tecnologia dos EUA para a ilha”, “ajudar a aumentar a independência dos cubanos”, “desconectada”,

“mundo on-line”, “falta de acesso à informação”. O efeito gerado é o de isolamento tecnológico.

A construção narrativa da reportagem representa Cuba como esse lugar da *censura e do isolamento tecnológico*. Essa construção, no entanto, não é de hoje, mas é histórica. Faz sentido uma Cuba de censura, porque essa Cuba vem sendo trabalhada pela imprensa. É a antecipação, o pré-construído e a ideologia comparecendo na linguagem, mesmo que o autor não tenha consciência disso. Ou seja, a ideologia não é um conteúdo, mas uma prática, um funcionamento discursivo. “É na linguagem que a ideologia é” (ORLANDI, 2008).

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o poder” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Esse poder não é abstrato, ele é concreto e se realiza na relação *imprensa- leitor ou imprensa-efeito de real-mundo*. Nesse aspecto, a escrita é o símbolo do poder e o jornal também o é, sendo o discurso sobre Cuba um poder a se exercer no campo concreto, da luta de classes, e no campo das representações, pois será o discurso jornalístico dominante que dirá o que Cuba é.

O *The New York Times* assume uma posição de autoria em seu dizer sobre a Ilha, sobre o mundo, sobre o Outro. Mas não se trata de um autor entendido como indivíduo falante, ou como a origem do dizer, “mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1999, p. 26). O discurso jornalístico é esse lugar que não relativiza os “fatos”, porque isso seria incoerente. O jornalismo, de modo geral, não admite o equívoco, como se os acontecimentos fossem logicamente estabilizados. Ele o faz dessa maneira porque, se o jornalismo não “fechar” os sentidos, o seu leitor fechará. Então, o jeito é tentar dar certa unicidade para a polifonia da linguagem jornalística, ainda que isso seja uma condição ilusória. É preciso parecer ser possível.

Pela sua estrutura e seu “compromisso” de ter que “revelar o mundo”, talvez seja difícil para a imprensa assumir que há instabilidade na vida, que o mundo não é revelável, mas percebido, de acordo com as circunstâncias e sua historicidade. Ou seja, é da “natureza” do Jornalismo a polêmica, a tensão, o conflito, mas são enunciados logicamente estabilizados no interior de sua prática discursiva.

Quando o *The New York Times* mobiliza o sentido de *censura* para representar Cuba, ele o faz pelo imaginário, que chegou antes do “fato” na escrita jornalística, em um processo que funciona pela contradição em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, fazendo com que “todas as evidências, inclusive aquela que faz com que uma palavra designe uma coisa, possua um significado” (ORLANDI, s/d, s/p) façam sentido. São as criações discursivas sobre Cuba que aparecem para o sujeito antes da escrita, legitimando a memória “que esteve sempre lá” (PÊCHEUX, 1995).

A narrativa do jornal produz um ambiente imagético sobre Cuba, quando ele designa algumas palavras (e não outras), dando à reportagem um *status* de matéria investigativa, como se estar ali, falando sobre a rede de *wifi* fosse tão perigoso quanto participar dela. O repórter apresenta uma introdução e “descreve” a notícia, dizendo que Cuba controla a população e proíbe o uso da internet.

Ao mesmo tempo que o jornal diz que a questão da internet em Cuba é uma política (de censura), ele também diz que a falta de acesso à informação na Ilha é da ordem da tecnologia, e com a retomada das relações diplomáticas a tecnologia dos EUA ajudaria a *aumentar a independência dos cubanos*.

Esse dizer se filia ao próprio discurso político do governo americano, que, no mesmo dia do anúncio sobre o reatamento das relações diplomáticas com Cuba, escreveu uma nota à imprensa, conforme lemos abaixo:

É claro que décadas de **isolamento** dos EUA em relação a Cuba não conseguiram alcançar o nosso objetivo permanente de promover a **emergência de uma Cuba democrática**, próspera e estável. Algumas vezes, a **política de longa data** dos Estados Unidos em relação a Cuba **isolou os Estados Unidos de parceiros regionais e internacionais**, constrangeu a nossa capacidade de influenciar os resultados em todo o Hemisfério Ocidental e prejudicou a utilização de toda a gama de ferramentas disponíveis para os Estados Unidos **promover mudanças positivas** em Cuba. Embora esta política tenha sido enraizada na **melhor das intenções**, ele teve pouco efeito — **hoje, como em 1961**, Cuba é governada pelos Castros e pelo Partido Comunista” (CASA BRANCA, 2014, tradução e grifos nossos).

Quando a Casa Branca diz que o objetivo é promover “uma Cuba democrática”, mostra que os EUA não entendem o governo cubano como um governo democrático. No trecho, nota-se que, ao invés de falar sobre o embargo, a Casa Branca se vale do enunciado

“política de longa data”. O governo estadunidense diz *x* para não dizer *y*. Ao realizar esse movimento de substituição, a Casa Branca estabiliza pela linguagem as tensões históricas e políticas. É um outro saber que o discurso político da maior potência econômica, bélica e política mundial constrói.

Para que um saber se constitua, é preciso que outros saberes sejam evitados, sendo o discurso da Casa Branca o lugar em que podemos “observar a relação da linguagem com a ideologia” (ORLANDI, 1994, p.53). A ideologia é capaz de transpor alguns dizeres por outros, numa “simulação (e não ocultação de conteúdo) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas” (*idem, ibidem*, p. 57). É o imaginário do governo americano, que acredita ser o responsável por levar a democracia para o mundo, se manifestando de forma evidente. A eficácia do imaginário se dá pela sua capacidade de “determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas” (SERCOVICH *apud* ORLANDI, 1994, p. 57). “Mas em seu funcionamento ideológico, as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir seus “conteúdos””. (*idem, ibidem*).

Dizer “política de longa data” e dizer “embargo” caminham os sentidos para direções próximas: um certo enfraquecimento discursivo sobre a política do bloqueio. Esse é o efeito do discurso: um elemento fundamental para compreendermos a história, não como cronologia, mas como filiação. “Não são datas que interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 1994, p. 58).

Ainda no mesmo discurso oficial, a Casa Branca afirma que

a exportação comercial de certos itens que irão contribuir para a **capacidade** de o povo cubano se comunicar com as pessoas nos Estados Unidos e no resto do mundo **será autorizada**. Isso incluirá a venda comercial de certos dispositivos de **comunicação** de consumo, software relacionados, aplicativos, hardware e serviços, e itens para a criação e atualização de sistemas relacionados às comunicações. (...) Provedores de telecomunicações serão autorizados a estabelecer os mecanismos necessários, incluindo infraestrutura, em Cuba para fornecer telecomunicações comerciais e **serviços de internet**, o que irá melhorar as telecomunicações entre os Estados Unidos e Cuba. (CASA BRANCA, 2014, tradução e grifos nossos).

Tanto a censura quanto a tecnologia revelam uma questão maior: a questão política. A Casa Branca expõe isso quando afirma que, por conta do restabelecimento das

relações diplomáticas, permitirá a tecnologia em Cuba, que possibilitará que “o povo cubano se comunique” com pessoas nos EUA.

Para o jornal, a falta de internet em Cuba tem relação intrínseca com o governo de Cuba, que não permite que os cubanos se conectem. Mas, embora a matéria tente reafirmar Cuba como o lugar onde a internet é proibida, há algumas contradições no texto que devemos ressaltar a seguir.

Em discurso indireta, a reportagem afirma que a rede de *wifi* é secreta, mas uma das fontes, identificada como Broche Moreno (apenas um nome, nada além), diz: “**Nós não somos anônimos (...) e eles [o governo] sabem** que 9.000 usuários podem ser colocados para qualquer propósito”. Se o governo cubano sabe da existência da rede, se os usuários não são anônimos, se o governo sabe que eles não tentam “influenciar o governo ou que está acontecendo em Cuba”, como pode a rede ser secreta? O que o discurso indireto (o do repórter) afirma não se sustenta pelo discurso direto, o da fonte. Isso, ao nosso ver, ocorre porque os sentidos não são estão acabados, resultado de uma possível transparência da língua, mas estão sempre em curso (PÊCHEUX, 1993). Os sentidos que Cuba têm para o jornal e para o jornalista se chocam com os sentidos que a Ilha tem para as fontes da reportagem, daí a aparente contradição, em que o dizer de *um* se embate com o dizer do *outro*. O jornalista, imerso na sua ideologia de trabalho, não percebe essa “contradição” e projeta uma representação imaginária do receptor, e a partir dela estabelece seu discurso. O que as fontes dizem na matéria deslegitima tudo o que o discurso indireto formulou.

Quando os jornalistas falam sobre Cuba, eles, presos às suas ilusões, acreditam que sua produção discursiva é isenta e objetiva; esse efeito é produzido pela ideologia. A memória é que relacionará Cuba à censura e a falta de tecnologia, acionando um interdiscurso que diz que em Cuba não há liberdade. Não ter liberdade é um problema político para o jornal, já que é o governo quem não permite internet doméstica na Ilha. As palavras criam e constroem verdades e a reportagem do *The New York* é a materialidade de que Cuba é um lugar *evidentemente* escasso. Não tem tecnologia, quicá liberdade.

Há muitos sentidos postos nas expressões “proibição”, “rede secreta”, “internet cortada”, “silenciosamente”, “desconectada”, “secretamente”, “escondidas”. São

enunciados “que funcionam em sua relação de paráfrase, relacionando-se em suas diferentes formulações” (ORLANDI, s/d, p. 68). Produzem diferentes formulações para o mesmo dizer, um dizer sedimentado, que reitera o anterior, e ao dizer “há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2001, p. 36). Censura é o que o texto está dizendo sobre Cuba quando se utiliza de certas designações e não de outras.

A falta de tecnologia e a censura se contrapõem a um mundo sem fronteiras e global, e se relacionam na reportagem do *The New York Times*. Esse mundo sem fronteiras não admite Cuba discursivamente, porque a Ilha para o jornal americano é o lugar da não liberdade. O mundo sem fronteira é o que sustenta a internet como uma grande fomentadora da igualdade, além de um terreno fértil de liberdade.

A tecnologia também é ideológica. Ela não é propriamente um produto, exterior ao sujeito, mas se constitui na relação *com* o sujeito. A tecnologia é ideológica porque há sujeitos. Desse modo, ela não funciona como um conteúdo nem um conjunto de ideias, exterior ao indivíduo, mas como uma prática de linguagem, um modo de fazer, um modo de pensar. Não é só o que se pensa, mas o modo como se pensa.

Uma das características mais marcantes do final deste 'breve século 19 XX' é a centralidade da mídia na vida humana, seja como fonte de entretenimento, informação ou instrumento de trabalho. A convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática, gestada pela “era digital”, colocou os mídia como elementos fundamentais da engrenagem da globalização econômica e cultural e como setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para onde estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais (LIMA, 1996, p.239).

O *The New York Times* diz que Cuba está isolada tecnologicamente quando utiliza as expressões: “mundo on-line”, “maioria não pode acessar”, “desconectada”, “falta de acesso à informação” e “Cuba como um dos países menos conectados do mundo”. A tecnologia não está deslocada da cena política, como mostra o trecho: “As autoridades cubanas dizem que o acesso à Internet é limitado em grande parte porque o **embargo comercial** dos EUA impediu que a **tecnologia avançada dos EUA** chegasse a Cuba e **empobreceu o governo** que precisava do dinheiro para comprar equipamentos de outras nações”.

O governo cubano alega que, por causa das leis do bloqueio, não pode se conectar a canais de fibra óptica internacionais que passam próximos a suas margens e que sempre que tenta adicionar um novo canal para internet; a contrapartida é obter uma licença apropriada do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O *The New York Times* não explicita isso, mas menciona que os EUA poderão *ajudar* os cubanos na questão da internet. *The New York Times*, como um jornal americano, reafirma as relações de poder e o lugar dos EUA no imaginário.

O “embargo” (para os americanos) é amenizado na reportagem, produzindo outros sentidos sobre ele, transformando-o em algo menor. Quando o *The New York Times* lembra o “embargo comercial”, também esquece, porque não diz o que é e em que medida ele afeta a internet em Cuba. Essa “imprecisão” jornalística, que se atenta às consequências mas ignora as causas, é uma condição para o discurso da imprensa sobre Cuba.

A reportagem se utiliza de alguns sujeitos ocultos para tecer sua narrativa, como é o caso do trecho em que o jornal diz que “**observadores externos e muitos cubanos** culpam a falta de Internet sobre o desejo do governo de **controlar a população**”. Mas quem são os observadores externos? Quem são os muitos cubanos? O que esses sujeitos ocultos afirmam é muito grave para o jornal não identificar a fonte. Mas nos parece que essa imprecisão — não a imprecisão enquanto condição de linguagem, mas enquanto prática (cínica) ideológica, que não precisa provar o que está sendo dito, porque está no *The New York Times* — já seria a prova do real.

3.4.2 *El País* e a máxima do “permanecem ditos”

A reportagem do *El País* selecionada para análise deste recorte histórico foi publicada no dia 23 de janeiro de 2015. Ela aborda a perspectiva dos cubanos (novos comerciantes) sobre o reatamento das relações diplomáticas entre EUA e Cuba e o balanço das reuniões entre Vidal e Jacobson. Ao total, *El País* publicou 21 matérias durante a semana do dia 17 ao dia 23 de janeiro de 2015, sendo nove notícias, oito artigos e quatro reportagens, conforme mostra a próxima tabela:

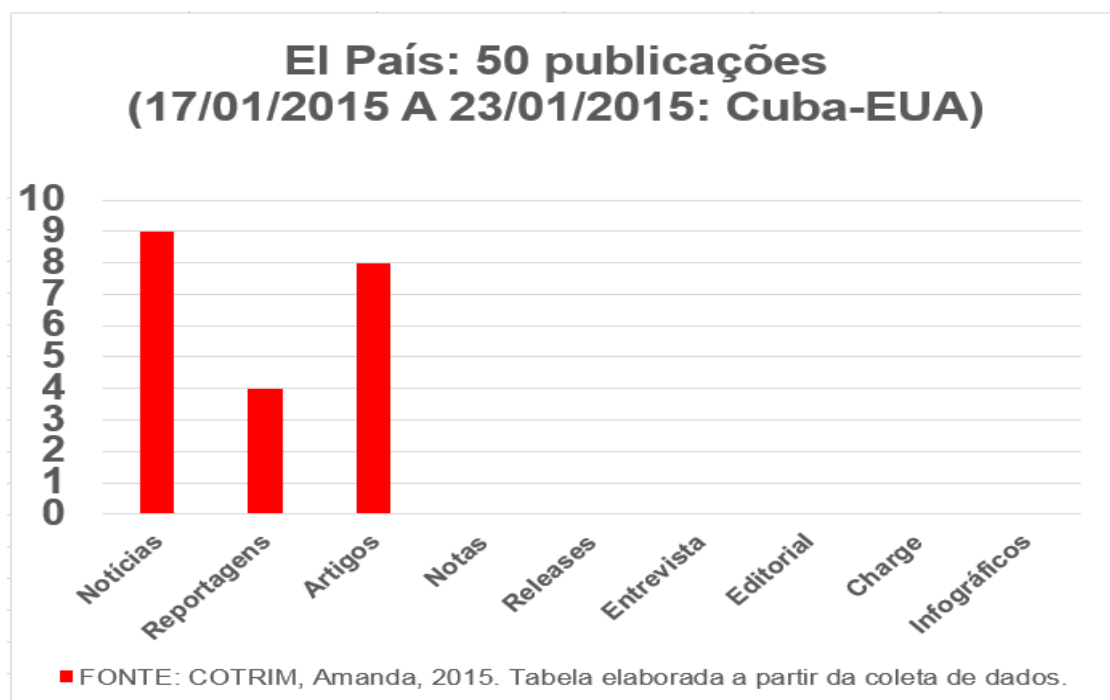


Gráfico 10 - Jornal *El País*/Visita EUA a Cuba

A seguir, a reprodução da reportagem selecionada e sua versão na íntegra, com nossos grifos.

Figura 17 - Reportagem *El País*/Visita EUA a Cuba

Fonte: Reprodução do jornal *El País*, 23/1/2015, Editoria Internacional

“PENSEI QUE NUNCA CHEGARIA A VÊ-LO”

Cuba participa com cautela e esperança o início das negociações que marcam o **degelo** com os Estados Unidos

Mercedes acredita, ou melhor, espera, que a filha de 21 dias embalada em seus braços não vai ter que crescer em **uma Cuba que ela tem conhecido**, e que na quinta-feira começou a negociar, a poucos quilômetros de sua casa no centro Havana, detalhes para mudar mais de meio século de **antagonismo político** com os EUA.

Enquanto o bebê dorme, instrui seu sobrinho para servir os clientes que vêm para pedir um café ou suco, que serve em pequenas xícaras ou copos de plástico lavados após cada uso. Esses são os pedidos de sua estrela "cafeteria", instalada na sala de estar de sua casa **em ruínas** no bairro de Vedado, em Havana.

Mercedes é uma das **novas proprietárias** que surgiram das reformas econômicas de Raul Castro nos últimos anos. EUA acreditam que eles [os negócios] serão os maiores beneficiários do relaxamento das restrições comerciais promulgada por Barack Obama como parte do processo de normalização das relações. A esperança declarada de Washington é que, com um maior **"empoderamento" dos cubanos** e menos **dependência do Estado**, a sociedade civil é a chave para o fortalecimento da **transição democrática**.

Mas, para Mercedes e seu sobrinho, a esperança para o diálogo bilateral iniciado esta semana é de caráter especialmente pragmática: eles esperam que servirá para "melhorar um pouco" a situação de cubanos que, como eles, têm que lutar para manter um negócio de família apenas, dizem, para "sobreviver".

Mas você se sente animado com o diálogo recém-lançado? Responde Mercedes. "Espero que eu possa **melhorar alguma coisa**, eu tenho **esperança, mas é preciso ver**".

A poucas quadras do seu negócio, Nemelia, 67 anos, vende "caixas" de plástico — a um peso cubano (menos de um centavo de dólar), em comparação com a parte da frente do "agromercado", local onde se vende também em moeda nacional os vegetais e a carne. Ele também afirma estar **esperançoso**. "Vamos ver, **o melhor é esperar**", diz este "convicto revolucionário" que, embora diga que "Obama merece todas as bênçãos" pelo passo dado para mudar as relações com a ilha, não quer o **"capitalismo" do poderoso** vizinho do norte.

Enquanto dirigia para o Palácio de Convenções, que abriga estas primeiras conversações bilaterais oficiais de alto nível, Tony, um motorista de táxi que, com seus 60 anos, disse que pensava que "não veria" mudança que agora começa a acontecer, também pede ela ocorra "não muito lentamente, mas não muito rápido". É necessário, explica, que os resultados "se mostrem pouco a pouco e não nos traga danos".

Seus desejos parecem estar satisfeitos no momento. Os dois lados sublinharam quinta-feira que o processo vai levar tempo e não vão acelerar o processo, especialmente porque ainda há "diferenças profundas" nas duas posições.

Este "vai ser um processo contínuo", disse, após a primeira rodada de reuniões, a chefe da delegação dos EUA, secretária de Estado adjunto para a América Latina, Roberta Jacobson. A outra parte, diretora para assuntos norte-americanos para o Ministério das Relações Exteriores de Cuba, Josefina Vidal, também salientou que "é um longo processo que vai exigir trabalho de ambos os lados para resolver questões importantes".

Nesta primeira reunião, realizada em um "descontraído e amigável, profissional e construtiva" atmosfera, de acordo com ambas as partes, se tratava de

resolver problemas técnicos — simbólico para dar o primeiro passo, embora não seja a última para a normalização das relações: a reabertura de embaixadas em Washington e Havana.

EUA chegaram à reunião com uma lista de exigências: desde que se eliminem as quotas de diplomatas e suas restrições — até agora não pode deixar a capital sem permissão específica — que se permita o envio do material diplomático sem limites e o acesso de cidadãos cubanos a sua sessão de interesse (ou a futura embaixada)

Havana também apresentou suas demandas concretas para Washington, a resolução urgente "a situação bancária" de sua Sessão, que leva quase um ano para encontrar um banco que aceita gerir as suas operações, incluindo a gestão de vistos.

Mas, mesmo este passo, que tem aprovação generalizada, não se atreveu a definir uma data, ressaltando as "**profundas diferenças**", nas palavras de Jacobson, que subsistem sobre vários temas. Especialmente no campo dos direitos humanos, o funcionário dos EUA reconheceu que alegou ter tomado esta questão durante as conversações, embora Vidal negou pouco depois.

Havana, por sua vez, considera que não pode concluir o processo de normalização das relações sem levantar o **embargo** sobre a ilha e remover Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, disse Vidal. Além disso, ela apressou-se a deixar claro que as negociações com os EUA não significam que permitem "uma ingerência nos assuntos internos ou uma ameaça para os elementos políticos, econômicos e culturais" do país.

Ninguém pode achar que, para melhorar as relações, Cuba renunciará aos seus **princípios** ou negociará aspectos de uma **política** que tem sido reconhecida como **fracassada**, nem a elementos do **bloqueio** por mudanças internas em nosso país", enfatizou Vidal.

As duas representantes diplomáticas compareceram perante a imprensa, em Havana, separadamente, e suas equipes tiveram o cuidado de que seus caminhos nunca se cruzassem fora da sala privada, onde as negociações aconteceram, talvez um sinal de que a estrada de acesso é ainda muito longo.

Íntegra de reportagem 11 - Transcrição e tradução de reportagem *El País*/Visita EUA a Cuba

**Fonte: EL PAÍS. Pensé que nunca llegaría a verlo. Disponível em: <
http://internacional.elpais.com/internacional/2015/01/22/actualidad/1421959247_118936.html>.**
 Acesso em jan. 2015

Discurso, como já dissemos, é efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 1994, p. 53), porque não existe discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1996). Esses efeitos de sentidos estão materializados no texto do *El País*.

A matéria em si aparenta ser apenas a “descrição” da percepção da repórter sobre o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, mas, mais do que isso, o texto registra a posição discursiva do jornal *El País* sobre o tema.

Nesse sentido, a reportagem, apesar de se apresentar com início, meio e fim, não é uma unidade fechada em si mesmo. Ao contrário, o texto materializa o simbólico, o

imaginário e o político, em sua relação com a historicidade. A reportagem de *El País* (a última do jornal analisada neste trabalho) é o lugar onde podemos observar as diversas vozes presentes no texto, com suas camadas discursivas, isto é:

há discursos que “dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indevidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer (FOUCAULT, 1999, p. 22).

O discurso que fala sobre o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, de certa forma, obedece à máxima “permanecem ditos”, porque o processo discursivo não se transforma da noite para o dia. Mesmo quando há um acontecimento histórico, há heranças discursivas que permitem que os sentidos estejam à deriva, sujeitos à história (interdiscurso) e à ideologia. Não estamos negando que as transformações políticas afetam os espaços discursivos, mas se trata de uma disputa, de qualquer forma.

O sentido de que a Revolução Cubana não é possível orbita a narrativa da reportagem do *El País*, gerando o efeito do fracasso simbólico para os mais de 50 anos do “antagonismo político” de Cuba. Esse é o lugar que a Ilha ocupa no imaginário do jornal espanhol. Esse efeito de sentido é ainda mais latente numa conjuntura de mudanças diplomáticas, na qual a esperança por uma Cuba supostamente melhor disputa lugar com uma Cuba supostamente pior. A ideia sobre o que é o melhor está alocada no discurso que aproxima Cuba de uma economia mais capitalista, e o reatamento das relações diplomáticas com os EUA produz esse jogo de imagens.

A relação entre os EUA e Cuba é significada pelo jornal por algumas designações-chave: “degelo” e “profundas diferenças”. A palavra *degelo* aciona um interdiscurso que “lembra” o maior ícone mundial do socialismo real, a URSS. Cuba ainda guarda a imagem de ser uma espécie de bastião, no meio do Caribe, que *ainda* (para os jornais) insiste em manter seu sistema político.

A imagem de uma Cuba que insiste em sua Revolução é produzida pelo *El País* quando o jornal destaca que os dois países têm “**profundas diferenças**”, e que, *mesmo* com o reatamento das relações, Cuba manterá os seus “**princípios**”. A ideia de que a Ilha é que terá que ceder para que “as coisas possam mudar” faz parte do imaginário dos

jornais, que, logo após o anúncio do reatamento das relações, naturalizaram a relação histórica entre os dois países. Naturalizar é um efeito de sentido (ideológico), em que o político age sobre a linguagem.

O embargo econômico também apareceu na reportagem. A palavra “bloqueio” também. Mas nota-se que “embargo” foi o termo utilizado pelo jornal e “bloqueio” foi o que a fonte da matéria disse. Esse é um exemplo, concreto, de que a língua “traí” o sujeito e é constituída de “falha”. Quando o jornal diz “embargo”, ou quando, pela linguagem, o relaciona como sendo sinônimo do bloqueio, há um silêncio significativo aí. Esse silêncio é que divide os sentidos os sujeitos em suas FD (ORLANDI, 2007).

Esse silêncio é diferente do silêncio fundador, sem o qual nada significaria, uma vez que dizer pressupõe o *não dizer*, em que a possibilidade de dizer alguma coisa surge justamente pelo silêncio de algo. O silêncio fundador é aquele que, quando se fala alguma coisa, se deixa de dizer outra. Se voltarmos ao que constitui o discurso, que é o dar sentido, nunca será possível dizer tudo, por isso escolher dizer *x* ou dizer *y* é um posicionamento ideológico. Mas o silêncio político produz um “recorte entre o que se diz o que não se diz” (ORLANDI, 2007, p. 73). Esse recorte é fundamental para identificar o posicionamento ideológico do jornal.

Assim como a linguagem, o silêncio é constitutivo e não é transparente. “O silêncio [é uma] condição de produção de sentido, o silêncio é ‘lugar’ que permite à linguagem significar (ORLANDI, 2007, p. 68). A noção de silêncio político traz duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local (ORLANDI, 2007, p. 73). A política do silêncio é quando, ao dizer alguma coisa, necessariamente outra se apaga. Mas não é qualquer outra, são os sentidos indesejáveis, evitáveis em uma determinada situação discursiva (ORLANDI, 2007, p. 73). As reportagens, de modo geral, e *El País*, de modo específico, citam o “embargo” (palavras do jornal), mas nunca dão cifras, transformando o fato concreto em uma fabulação. Há algo mais abstrato do que o sentido de “embargo” empregado pelos jornais?

O fato de a primeira reunião diplomática entre os dois países ter acontecido em Cuba é algo simbólico, mas o jornal não significa dessa maneira. Como foram os EUA que romperam relações em 1961, então faz sentido que sejam os EUA a irem a Cuba para o reatamento das relações. Mas falar sobre isso é produzir um sentido que os jornais

preferem evitar: a responsabilidade histórica dos EUA pela política internacional sobre Cuba. O jornal não diz porque os sentidos sobre a Ilha estão em disputa e os jornais internacionais participam dessa “arena” simbólica.

O reatamento das relações diplomáticas é a possibilidade para alguns dizeres, ou seja, são as condições de produção que garantem que alguns ditos apareçam: um deles de que Cuba, seria melhor. Até então, a Ilha era um *não lugar*, mas, com a proximidade dos EUA, os jornais passaram a considerar um lugar para Cuba.

O que me importa é mostrar que não há (...) um sujeito todo-poderoso que manipula os discursos, subverte, renova, mas que os sujeitos falantes fazem parte do campo discursivo- eles têm aí o seu lugar (e suas possibilidades de deslocamentos) (FOCAULT, 1968, p. 8).

O *El País* ocupa um lugar no discurso sobre Cuba, que produz para o capitalismo, silenciosamente, o sentido de democracia. Nesse aspecto, Cuba é significada como oposto a esse lugar, e, por isso, oposto à democracia. O jornal faz esse movimento por meio das relações imaginárias. Quando a reportagem critica Cuba e sua Revolução, ele deixa de olhar para o capitalismo, que fora naturalizado. Isso ocorre, por que como nos explicou Pêcheux:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX in GADET, 1993, p. 82).

O lugar de Cuba é designado por meio de expressões como “reformas”, “novos negócios”, “empoderamentos dos cubanos”, “dependência dos estados” e “transição democrática”. É preciso pensar esses enunciados a partir do lugar de onde eles são falados. Seriam os cubanos que esperam mudanças em Cuba ou seria o jornal que aguarda que os novos negócios empoderem os cubanos, retirem sua dependência do estado e possibilitem uma transição democrática? Escolher falar de um jeito e não de outro releva o funcionamento dos processos discursivos e a projeção imaginária realizada pelo jornal. A transição democrática, no texto, está relacionada à transição econômica e comercial. A democracia, no *El País*, ganha o sentido que o capitalismo emprega na palavra e que o jornal toma como evidência.

O enunciado “**transição democrática**” trabalha com o pré-construído, os implícitos que, no texto, vêm sustentar o que está sendo dito. Se o jornal espera que Cuba passe por uma transição democrática, o pressuposto é de que a Ilha é o lugar da *não democracia*, podendo ser relacionada à ditadura (o seu oposto). Esse enunciado “**transição democrática**” só é possível ser dito porque existe um imaginário que “briga” com a imagem de uma Cuba no caminho da democracia, contra uma imagem de uma Cuba autoritária, porque o discurso não é relacionado ao pensamento ou a intenção, “mas ao campo prático no qual se desenrola” (FOUCAULT, 1968, p. 11).

A reportagem aponta para um mesmo lugar: Cuba é uma ditadura, que, ao se aproximar dos EUA, se tornará mais democrática (menos ditatorial?). Quem faz isso não são as palavras em si, mas os sentidos delas no texto. Essa **transição** são as mudanças que o jornal seleciona quando dá espaço para os novos proprietários em Cuba. Os novos proprietários se filiam discursivamente pelos enunciados “melhorar alguma coisa”, “eu tenho esperança, mas é preciso ver”, “esperançoso”, “o melhor é esperar”. Eles identificam uma prática política, colocando em questão o modo de funcionamento da Formação Discursiva de *El País*.

A expectativa de mudanças em Cuba, produzida pelo texto jornalístico, é uma imagem que chegou antes da escrita da reportagem, pelo imaginário. Na antecipação imagética sobre uma Cuba mais “contemporânea” e uma Cuba “presa” ao passado, os jornais projetam uma representação da Ilha para estabelecerem seus dizeres no presente. O que se diz é determinado pelas condições históricas no interior de uma formação discursiva e social. A evidência para o jornal consiste no fato de que Cuba abandonará o seu sistema.

São as evidências que farão com que um lugar tenha um sentido intrínseco e transparente, como formulou Althusser (1985). Essa evidencia é possível a partir de algumas condições de produção, e uma dessas condições é a Memória Discursiva, que vai significar, pelas práticas discursivas, um lugar como evidente (ORLANDI, 2006).

3.4.3 O Estado de S. Paulo e a queda de braços

A primeira reportagem no jornal *O Estado de S. Paulo* após as reuniões diplomáticas entre Cuba e os EUA foi publicada no dia 23 de janeiro de 2015. Apesar de ser um balanço final sobre as reuniões, não houve, após o dia 22 de janeiro, nenhuma reportagem de mais “fôlego” por parte do jornal brasileiro. Coincidentemente (ou não), a editoria Internacional, nos dias que seguiram, foi tomada por assuntos que viam Venezuela e Argentina. A pesquisa identificou que não houve, por parte do jornal brasileiro, nenhuma pauta referente a algum aspecto da “realidade” em Cuba.

Ao todo, o jornal publicou 39 matérias no período do dia 17 ao dia 23 de janeiro de 2015, sendo 19 artigos, duas entrevistas, sete notícias e 11 reportagens, como se vê na tabela:

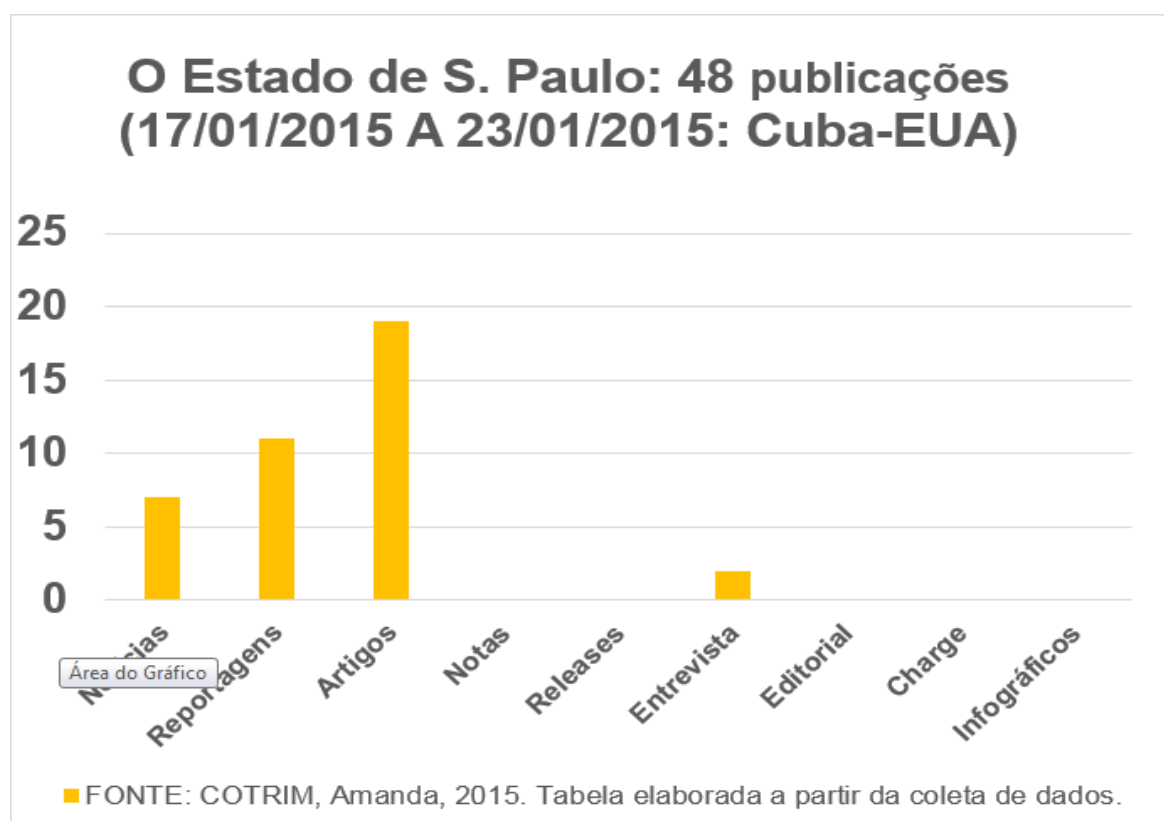


Gráfico 11 - Jornal *O Estado de S. Paulo*/Visita EUA a Cuba

Reunião entre EUA e Cuba tem pouco avanço

Sem resultados concretos, encontro de mais alto nível entre os países nos últimos 38 anos ocorre em Havana no contexto da retomada das relações

Cláudia Trevisan
CORRESPONDENTE | WASHINGTON

A primeira reunião de alto nível entre Estados Unidos e Cuba sobre o restabelecimento de relações diplomáticas foi realizada ontem e terminou sem resultados concretos e com uma queda de braço sobre limites da atuação dos futuros representantes americanos em Havana. Para o governo da ilha, as missões devem respeitar os diferentes sistemas "político, econômico e social" e não interferir em assuntos internos.

A crítica à situação dos direitos humanos é uma constante nos pronunciamentos de autoridades dos EUA em relação a Cuba e foi discutida no encontro, segundo a subsecretária do Departamento de Estado para a América Latina, Roberta Jacobson, a mais importante autoridade americana a pisar em Havana em 38 anos.

Segundo ela, a abertura de embaixadas é o aspecto mais sim-

ples do processo de retomada da relação entre os dois países, que romperam laços diplomáticos há 53 anos. Outros temas que Jacobson qualificou de "complexos" continuarão a ser discutidos, em um processo para tentar superar "50 anos de um relacionamento que não tinha a confiança como base".

Entre os temas espinhosos, está a demanda americana de indenização pelas expropriações de propriedades e empresas depois da Revolução Cubana, em 1959. O Departamento de Justiça reconhece 5,913 pedidos, em um valor atualizado de US\$ 7 bilhões. Do lado cubano, o fim do embargo econômico é "essencial" para a normalização das relações, segundo a repre-

sentante de Cuba nas negociações, Josefina Vidal, do Ministério das Relações Exteriores.

Haverá pelo menos mais uma reunião antes da decisão de prazos e condições para abertura de embaixadas. Josefina disse que uma das condições para o avanço das conversas é o restabelecimento dos serviços bancários para a seção de interesses de Cuba em Washington, suspensos há um ano em razão de sanções decorrentes da inclusão de Cuba na lista de países que apoiam o terrorismo.

A retirada da ilha dessa relação é um dos pontos do acordo que levou os presidentes Barack Obama e Raúl Castro a anunciar a retomada de relações, em 17 de dezembro.

Os EUA querem que os cubanos tenham livre acesso à sua futura missão em Havana e seus diplomatas não tenham restrições para viajar dentro de Cuba. Também exigem o livre envio de materiais e equipamentos para a embaixada e a inexistência de limites para o número de fun-



Aproximação. Subsecretária de Estado fala em Havana

cionários.

Os dois lados disseram que o funcionamento das missões estará sujeito à Convenção de Genebra e a tratados internacionais, mas nem sempre concordaram com a interpretação dos textos. Além disso, Jacobson observou que as regras "não res-

pondem" a todas as perguntas de uma relação "tão peculiar".

Em declarações transmitidas ao vivo pelo Ministério das Relações Exteriores de Cuba, Jacobson e Josefina ressaltaram as diferenças e divergências entre seus governos, mas ponderaram que elas não devem ser obs-

O QUE DEVE MUDAR

● Embaixadas

O restabelecimento das relações diplomáticas levará à reabertura da embaixada americana em Havana e a cubana, em Washington

● Viagens

EUA ampliarão a emissão de autorizações de viagens à ilha em 12 categorias permitidas no embargo. Americanos poderão voltar com até US\$ 400 em bens

● Terrorismo

EUA revisarão a decisão de incluir Cuba na lista de países que apoiam o terrorismo

● Remessas

Cartões de débito e crédito americanos poderão ser usados em Cuba. Valor para remessas de dinheiro à ilha sobe de US\$ 500 para US\$ 2 mil por trimestre

● Cúpula

Obama participará da Cúpula das Américas no Panamá, em abril, para a qual Cuba foi convidada pela primeira vez



estadao.com.br/le/clauidiatrevisan

Figura 18 - Reportagem O Estado de S. Paulo/Visita EUA a Cuba

Fonte: Reprodução do jornal O Estado de S. Paulo, 23/1/2015, Editoria Internacional

A seguir, a reportagem na íntegra.

REUNIÃO ENTRE EUA E CUBA TEM POUCO AVANÇO

Sem resultados concretos, **encontro de mais alto nível** entre os países nos últimos 38 anos ocorre em Havana no contexto da retomada das relações

A primeira reunião de alto nível entre Estados Unidos e Cuba sobre o restabelecimento de relações diplomáticas foi realizada ontem e terminou sem resultados concretos e com uma **queda de braço** sobre limites da atuação dos futuros representantes americanos em Havana. Para o **governo da ilha**, as missões devem **respeitar** os diferentes sistemas "político, econômico e social" e não interferir em assuntos internos.

A crítica à **situação dos direitos humanos** é uma constante nos pronunciamentos de **autoridades dos EUA** em relação a **Cuba** e foi discutida no encontro, segundo a subsecretária do Departamento de Estado para a América Latina, Roberta Jacobson, a mais importante **autoridade americana** a pisar em Havana em 38 anos.

Segundo ela, a abertura de embaixadas é o aspecto mais simples do processo de retomada da relação entre os dois países, que **romperam laços** diplomáticos há 53 anos. Outros temas que Jacobson qualificou de "complexos" continuarão a ser discutidos, em um processo para tentar superar "50 anos de um relacionamento que não tinha a confiança como base".

Entre os temas espinhosos, está a **demanda americana** de indenização pelas expropriações de propriedades e empresas depois da Revolução Cubana, em 1959. O Departamento de Justiça reconhece 5.913 pedidos, em um valor atualizado de **US\$ 7 bilhões**. **Do lado cubano**, o fim do **embargo econômico** é "essencial" para a normalização das relações, segundo a **representante de Cuba** nas negociações, Josefina Vidal, do Ministério das Relações Exteriores.

Haverá pelo menos mais uma reunião antes da decisão de prazos e condições para abertura de embaixadas. Josefina disse que uma das condições para o avanço das conversas é o restabelecimento dos serviços bancários para a seção de interesses de Cuba em Washington, suspensos há um ano em razão de sanções decorrentes da inclusão de Cuba na lista de países que apoiam o terrorismo.

A retirada da ilha dessa relação é um dos pontos do acordo que levou **os presidentes** Barack Obama e Raúl Castro a anunciar a retomada de relações, em 17 de dezembro.

Os EUA querem que os cubanos tenham **livre acesso** à sua futura missão em Havana e seus diplomatas não tenham restrições para viajar dentro de Cuba. Também exigem o **livre** envio de materiais e equipamentos para a embaixada e a inexistência de **limites** para o número de funcionários.

Os dois lados disseram que o funcionamento das missões estará sujeito à Convenção de Genebra e a tratados internacionais, mas nem sempre concordaram com a interpretação dos textos. Além disso, Jacobson observou que as regras "não respondem" a todas as perguntas de uma relação "tão peculiar".

Em declarações transmitidas ao vivo pelo Ministério das Relações Exteriores de Cuba, Jacobson e Josefina ressaltaram as **diferenças e divergências** entre seus **governos**, mas ponderaram que elas não devem ser obstáculo ao restabelecimento de relações diplomáticas.

A cubana defendeu uma relação "civilizada e pacífica". Jacobson afirmou que **Washington** manterá a **pressão** por **mudanças** na área de **direitos humanos** e deseja levar essas questões diretamente ao **governo cubano**.

Íntegra de reportagem 12 - Transcrição de reportagem *O Estado de S. Paulo*/Visita EUA a Cuba

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO. Reunião entre EUA e Cuba tem pouco avanço. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,negociacao-avanca-e-eua-podem-ter-embaixada-em-havana-antes-de-abril-imp-,1641614>>. Acesso em jan. 2014.

O sujeito que fala, segundo a AD, não é um sujeito livre para escolher (no sentido filosófico) o que dizer. Por isso, a análise não trabalha com a intencionalidade do sujeito jornalista, mas com o que seu texto mobiliza, em determinadas condições.

No primeiro parágrafo da reportagem, a reunião entre os dois países foi enunciada como “queda de braço”, logo depois, o jornal diz que os dois países “romperam laços” diplomáticos há 53 anos. “Queda de braço” é o termo designado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para representar a reunião diplomática entre Cuba e os EUA. Esse processo enunciativo se realiza pela Memória Discursiva, que, de acordo com Pêcheux, incide sobre a formulação como uma “espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p. 53). A formulação “queda de braços” é uma forma material que se constitui no encontro entre o simbólico, o político e o mundo.

O enunciado, para ter sentido, se inscreve em uma determinada formação discursiva, a partir de determinadas condições de produção: quem fala o quê e quem situação. “Queda de braço”, nesse caso, consiste num jogo imagético de forças entre os dois países, que se formula no imaginário do jornal de onde Cuba e EUA são falados. Não é a relação dos dois países em si que estamos analisando, mas a imagem que o jornal faz dessa relação (FOUCAUL, 1988).

O jornal brasileiro ocupa um lugar social e político tão importante na nossa sociedade que sua linguagem funciona como uma espécie de “desenho escolar”, o qual, pela repetição, estabelece sua pedagogia, se fazendo “reconhecer, de deixar aparecer sem equívoco nem hesitação aquilo que ele representa” (FOUCAULT, 1988, p. 20). Ao logo da análise, vamos identificar quem é a força dessa queda de braços simbólica que o jornal designa.

No processo discursivo, o *Estado de S. Paulo* nomeia Cuba como: “governo da ilha”, “Cuba”, “do lado cubano”, “representante de Cuba” e “governo cubano”. Os EUA, por sua vez, são nomeados a partir das seguintes designações: “autoridades dos EUA”, “autoridade americana”, “demanda americana”, “EUA querem” e “Washington”.

Esses termos e expressões são, aparentemente, sinônimos, um tipo de procedimento utilizado para construir textos, organizando a sequência das palavras. No entanto, não é “apenas” texto, algo como dominar o gênero reportagem, mas é a ideologia comparecendo, mesmo que não seja de modo explícito, uma vez que as palavras acima “governo da ilha”, “Cuba”, “do lado cubano”, “representante de Cuba”, “governo cubano”, e “autoridades dos EUA”, “autoridade americana”, “demanda americana”, “EUA querem”, “Washington” parecem sinônimos. Parecer sinônimo é o efeito de evidência, um mecanismo ideológico. Assim como escreveu Orlandi, “a ideologia não é X, mas o processo de produzir X” (1999).

A palavra “**autoridade**” diz que os Estados Unidos são a autoridade da reunião e Cuba é o “**outro lado**”. A reunião diplomática aconteceu em Havana, mas é Cuba quem é designada como o sujeito passivo das orações, pois os “**EUA querem**”. Vidal é enunciada como a “**representante de Cuba**”, enquanto Jacobson como a “**autoridade americana**”. Os lugares que essas duas mulheres ocupam no imaginário do jornal se revelam no modo como o jornalista e o jornal decidiram abordar o fato. Mas identificar isso não é uma tarefa fácil, uma vez que questionar o “visível”, aquilo que corresponde com a ideia que fazemos de algo, é negar a ideia de transparência do discurso.

Quando o leitor se depara com o texto, e o significa, ele o faz não porque as palavras tenham um sentido intrínseco ou porque as palavras tenham imagem, mas porque todo dizer é possível em razão da construção discursiva dos referentes. Entre a palavra e o processo de significação há efeitos produzidos, pelos quais o jornalista passa. O dizer é uma construção sócio-histórica.

Enquanto mecanismos que produzem sentidos, as palavras são discursos, afetadas pela MD, que se constitui pelo esquecimento e recai sobre o modo como formulamos nossos dizeres. Falar sobre os EUA na reportagem é falar antes sobre a memória que o jornalista e o jornal fazem dos EUA e, conseqüentemente, a memória sobre Cuba. Essa memória é atualizada pela discursividade. “Ao dizer, o sujeito se filia a redes de memória,

diz com sentidos já existentes” (ORLANDI, 2013, p. 51). São os efeitos do “já dito” e efeitos do esquecimento sobre os EUA e sobre Cuba que se atualizam.

A construção da narrativa do jornal coloca os EUA como ativo em suas ações, como se Cuba estivesse esperando as demandas dos EUA para, depois, se tiver espaço, abordar a sua. “**A queda de braço**” se revela com um personagem nessa construção discursiva.

Na reportagem, o jornal enfatiza as críticas dos EUA em relação a Cuba, mas silencia (esquece) as críticas de Cuba em relação aos EUA. Esse “esquecimento” constitui sentido, apesar de não ser transparente. A narrativa nos faz crer que só o governo americano fez reivindicações, colocando a Ilha, novamente, em uma posição sujeita ao governo estadunidense. Na reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, os EUA criticam a “situação dos direitos humanos” — *uma constante nos pronunciamentos de autoridades dos EUA* —, cujo sentido poderia ligar-se a um movimento político de não respeitar os direitos humanos. É na relação à crítica à “situação dos direitos humanos” que as palavras convocam o sentido do político e da liberdade.

Esse é mais um enunciado que explicita a relação do dizer com a imagem que se faz sobre algum lugar, pois o que se constrói nessa referência é de que Cuba é o lugar da *não liberdade*. Como quem diz são os EUA, a impressão, pela repetição, é de que esse é o lugar dos direitos humanos, possível por ser o lugar também da liberdade. “A repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples repetição do idêntico” (HENRY, 1992, p. 173). Mas o que são direitos humanos (não o que são os direitos humanos em si, mas o modo como *O Estado de S. Paulo* os significa)? O jornal dá espaço para os EUA em condições de produção específica, a primeira reunião diplomática após o reatamento das relações, fazendo com que esse dizer se desloque, funcionando como uma condição para a “queda de braços”.

A reportagem é, aparentemente, simples de conteúdo, parece ser “só” a descrição dos fatos, mas toda informação produz certo efeito de sentido, ao ponto que há escolhas subjetivas que identificam, pelas práticas discursivas, o sujeito (jornal e jornalista) em suas posições ideológicas. Nessa repetição, a (grande) imprensa brasileira “prova” que Cuba é mais fraca nessa correlação de força e também mais incapaz. Como ela faz isso? Pelo discurso, intensificando os EUA como um país rico, desenvolvido, que “decide”.

Cuba é o pobre, país “subdesenvolvido” que “aceita”. Além dos EUA serem os ricos, eles também são (pelo discurso) aqueles que estão certos.

No parágrafo em que a reportagem expõe as reivindicações dos dois lados, há um dado sobre o qual vale refletir. O jornal diz que a “demanda americana” pede indenização pelas expropriações que ocorreram depois da Revolução Cubana, dando cifras de 7 bilhões de reais. Mas diz que, para o “lado cubano”, o fim do “**embargo econômico**” é “essencial”. Falta simetria nessa fala, porque, se de um lado há bilhões, do outro há o quê? O “embargo” (e não bloqueio) soa inofensivo, abstrato demais. Esse é um efeito de sentido importante de ser observado. A fala neutra não se dá em discursos reais. Se o jornal não apresenta cifras ao falar sobre o embargo/bloqueio, essa política econômica, que é concreta, se veste com a roupa da invisibilidade.

Também vale destacar (sem querer fechar a questão), que, na reportagem, só aparece a foto de Jacobson, entre as duas bandeiras. Essa é uma imagem que significa no imaginário, pois reforça o lugar dos EUA nesse acontecimento complexo, que é a retomada das relações diplomáticas entre os dois países. A imagem empírica não foi nem pretende ser uma categoria de análise deste trabalho (não por falta de material empírico), mas permite que pensemos, brevemente, o linguístico não só na palavra, mas no objeto simbólico que produz sentido. A fotografia vai compondo a significação dos EUA como o lugar do poder (FOUCAULT, 1999). A imagem interage, repete e evidencia o que dito antes.

3.4.4 *Granma*: O diferente enquanto identidade e não exclusão

Mapeamos ao todo 25 publicações do jornal cubano no período estipulado, conforme mostra a próxima tabela. O gênero mais publicado foi a notícia (25), seguido da reportagem (6) e de um release do Partido Comunista Cubano para a imprensa. Todo o mapeamento foi realizado pela internet, por isso, não é possível precisar o número de unidades de notícias publicadas no jornal *Granma*. Esses dados são uma estimativa a partir do recorte temporal.

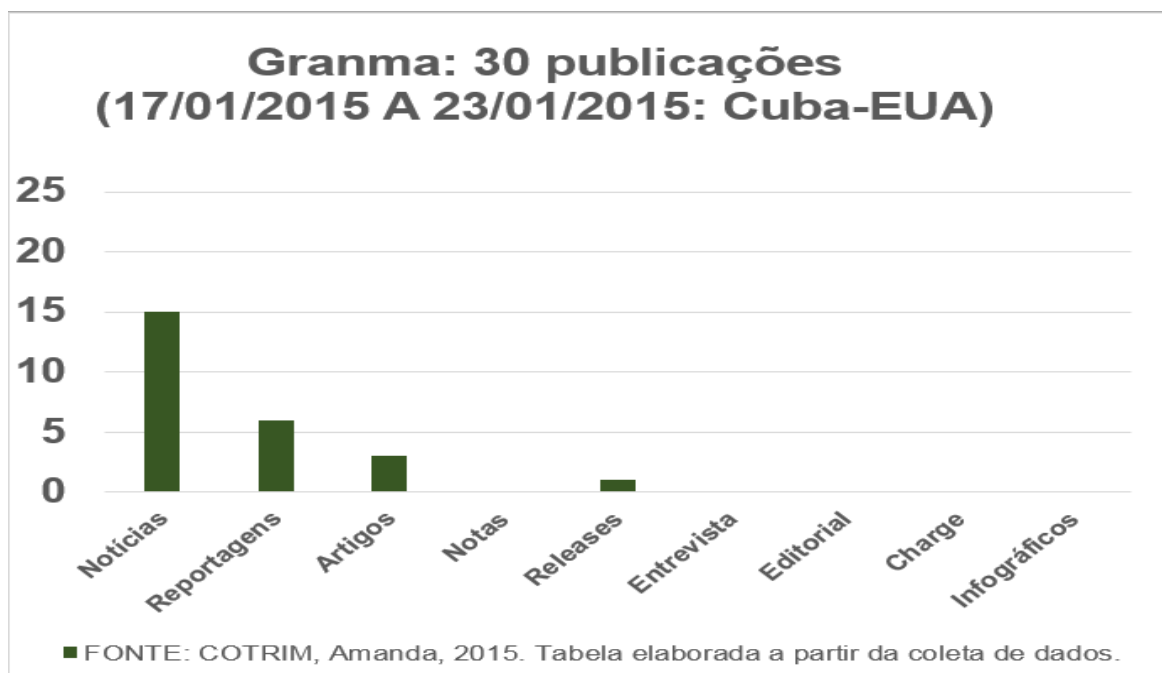


Gráfico 12 - Jornal *Granma*/Visita EUA a Cuba

MULTIMEDIA | BLOGS | EDICIÓN IMPRESA | SITIO WEB DE AÑOS ANTERIORES ENGLISH FRANÇAIS DEUTSCH PORTUGUÊS ITALIANO

Granma LA HABANA, 28 DE ENERO DE 2016
 ÓRGANO OFICIAL DEL COMITÉ CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

ÚLTIMA ACTUALIZACIÓN 10:13:24

f t g+ RSS

PORTADA CUBA MUNDO DEPORTES CULTURA OPINIÓN CIENCIA SALUD

Buscar 🔍

Cuba y Estados Unidos, el comienzo de un nuevo capítulo

El encuentro para abordar el restablecimiento de relaciones y otros temas de interés bilateral fue calificado de provechoso y productivo por ambas partes, pero evidenció que aún resta mucho por hacer. Expresa Cuba confianza en un futuro mejor para nuestras naciones

Autor: Claudia Fonseca Sosa | claudia@granma.cu
 Autor: Sergio Alejandro Gómez | internet@granma.cu
 23 de enero de 2015 02:01:01



Ronda de conversaciones que abordó este jueves en la mañana los pasos para el restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Cuba y Estados Unidos. Foto: Juvenal Balán

Tras más de medio siglo de estancamiento, Cuba y Estados Unidos sostuvieron este jueves en La Habana la reunión de más alto nivel en décadas para abrir el camino del restablecimiento de nexos diplomáticos y la apertura de embajadas, entre otros temas de interés bilateral.

La delegación norteamericana que participó en los diálogos en el Palacio de Convenciones de la capital estuvo encabezada por la secretaria asistente de Estado para los Asuntos del Hemisferio Occidental, Roberta Jacobson, la funcionaria de más alto rango que visita nuestro país desde finales de la década del 70 del siglo pasado. Entretanto, la parte cubana estuvo representada por la directora general de Estados Unidos del Ministerio de Relaciones Exteriores, Josefina Vidal Ferreiro.

Ambas partes coincidieron en que las conversaciones se dieron en un ambiente distendido. Vidal calificó el encuentro de “provechoso” y añadió que se produjo en un clima profesional y constructivo. Jacobson, por su parte, dijo que fue “productivo y positivo”.

“Discutimos en términos reales y concretos los pasos requeridos para el restablecimiento de relaciones y la apertura de embajadas en nuestros respectivos países, así como las expectativas respecto a cómo funcionará la Embajada de los Estados Unidos en La Habana”, dijo Jacobson.

La representante norteamericana informó que las embajadas se abrirán en el momento oportuno y que aún no podía precisar fechas, aunque “se está trabajando de forma rápida”.

La parte cubana enfatizó que los futuros nexos y las misiones diplomáticas deben basarse en los principios del derecho internacional refrendados en la Carta de las Naciones Unidas y las Convenciones

Figura 19 - Reportagem Granma/Visita EUA a Cuba

Fonte: Reprodução do jornal Granma, 23/1/2015, Editoria Cuba

A seguir, a reportagem na íntegra, com nossos grifos.

CUBA E ESTADOS UNIDOS, O INÍCIO DE UM NOVO CAPÍTULO

A reunião para abordar o restabelecimento dos laços e outras questões de interesse bilateral foi descrita como frutífera e produtiva para os dois lados, **mas** mostrou que **ainda há muito a ser feito**. Cuba expressa **confiança** em um **futuro melhor** para **nossas nações**

Depois de mais de meio século de **estagnação**, Cuba e os Estados Unidos realizaram na quinta-feira uma reunião em Havana no mais alto nível em décadas para pavimentar o caminho para restaurar os laços diplomáticos e **a abertura de embaixadas**, entre outras questões de interesse bilateral.

A delegação dos EUA para as negociações no Palácio de Convenções da capital foi liderada pela secretária de Estado adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental Roberta Jacobson, a oficial de maior patente que visita nosso país desde o fim da década 70 do século passado. Enquanto isso, a parte cubana foi representada pela diretora-gerente do Ministério das Relações Exteriores dos EUA, Josefina Vidal Ferreiro.

Ambos os lados coincidiram em negociações que tiveram um ambiente descontraído. Vidal descreveu a reunião como "frutífera", acrescentando que houve uma atmosfera profissional e construtiva. Jacobson, entretanto, disse que era "produtiva e positiva".

"Discutimos os passos reais e concretos necessários para restaurar as relações e a abertura de embaixadas em nossos respectivos países, bem como as expectativas sobre como funcionará a Embaixada dos EUA em Havana", disse Jacobson.

A representante dos EUA disse que as embaixadas serão abertas no momento certo e não poderia especificar datas, embora "se esteja trabalhando rapidamente". O lado cubano salientou que os laços futuros e missões diplomáticas devem se basear nos princípios do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas e as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares.

Jacobson confirmou que **ambos os lados** foram muito claros que essas **regras guiarão a restauração das relações**, da mesma forma que ocorre entre outros países.

Vidal explicou que há uma série de passos práticos que devem ser tomados em cada lado para enfrentar esse processo. "Vamos ter de rescindir o acordo que estabeleceu o escritório de interesses que estão sob a proteção de um governo estrangeiro, também notificar o governo da Suíça, que é o quem representa hoje os Estados Unidos em nossos escritórios em Washington, para citar um exemplo."

Josefina acrescentou que "no intercâmbio, expressamos que seria difícil explicar que se retomariam as relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos, enquanto o **nosso país** continua **injustamente** na lista de Estados **patrocinadores do terrorismo internacional**". Da mesma forma, a diplomata cubana explicou que a abertura de embaixadas vai exigir que se resolva a situação bancária da Seção de Interesse de Cuba em Washington, que leva cerca de um ano sem esses serviços.

Vidal estava convencida de que Cuba e os Estados Unidos poderiam estabelecer relações bilaterais civilizadas. As duas representantes detalharam que serão necessários novos encontros para continuar apontando os aspectos formais do processo, mas não definiram uma data para uma nova reunião.

A NORMALIZAÇÃO, UM PROCESSO LONGO E EXTENSO

Embora ambos os países não tivessem laços formais desde 1961, eles partiram para **mudar essa realidade, isso não significa** que eles estejam no limiar da **plena normalização**. A normalização é um **longo processo** que vai além do estabelecimento das relações diplomáticas e a abertura de embaixadas, disse Jacobson. "No caminho até a normalização continuaria sendo discutindo temas mais complexos que refletem as profundas diferenças entre os dois países", acrescentou.

"Este será um processo longo e complexo que vai exigir trabalho de **ambos os lados**, o que deve resolver as questões pendentes da agenda bilateral", disse por sua vez a chefe da delegação cubana. Ela disse que, para **o nosso país**, o levantamento do **bloqueio** é essencial para normalizar as relações, entre outras questões pendentes.

No entanto, **Vidal** reiterou a vontade do governo cubano para que continue sustentando com o governo dos EUA **diálogo respeitoso**, com base na **igualdade soberana** e na reciprocidade, "sem prejuízo da **independência nacional** e a autodeterminação de **nosso povo**."

Para Cuba, isso significa **respeito pelos sistemas políticos, econômicos e sociais de ambos** os Estados e evitar qualquer forma de **interferência** no mercado interno ou ameaça para os elementos políticos, econômicos e culturais de ambos os países, **Vidal** apontou. "Ninguém pode almejar que, para melhorar as relações, Cuba tenha que **desistir de seus princípios**", disse ela.

A chefe da delegação local também reconheceu a disposição do presidente dos EUA de realizar um debate sério e honesto com o Congresso para atingir o objetivo da **política imposta mais de meio século contra Cuba**.

Enquanto isso, Jacobson explicou os desafios em materializar a decisão anunciada pelos presidentes Barack Obama e Raúl Castro para tentar superar uma relação que há mais de 50 anos não tem sido baseada na confiança.

A esse respeito, ela disse que os novos regulamentos anunciados pelo Departamento do Tesouro e do Comércio na semana passada demonstram a amplitude e profundidade com que os Estados Unidos já implementaram o compromisso do Presidente de uma nova direção na política que os EUA afirmam em relação a Cuba.

Vidal, por sua vez, reafirmou o compromisso de Cuba para a melhoria do clima bilateral e a vontade de ir mais longe para normalizar as relações bilaterais.

Ela acrescentou que, como **vizinhos próximos**, Cuba e Estados Unidos deveriam identificar áreas de interesse comuns em que podem desenvolver a cooperação para o benefício de ambos os países, da região e do mundo.

Em resposta à pergunta sobre o tema dos **direitos humanos**, ela esclareceu que essa questão não foi discutida na reunião da manhã e disse que, no período da tarde, haveria um outro workshop para analisar questões bilaterais e de cooperação entre ambos os países. "Os **dois países** têm **diferenças profundas** e diferentes pontos de vista sobre assuntos diferentes, mas podem coexistir de forma civilizada e pacífica, reconhecendo e respeitando essas diferenças", disse ela.

NOVAS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO

Durante essa quinta-feira à tarde, as partes realizaram uma reunião sobre questões de interesse mútuo e cooperação. Cuba reiterou a proposta feita há um ano para manter um diálogo **respeitoso** e numa base de reciprocidade com os Estados Unidos para lidar com as posições sobre **os direitos humanos e a democracia**, a partir da qual **Cuba tem preocupações sobre o exercício dos direitos humanos nos**

Estados Unidos. “E, ao mesmo tempo, Cuba acredita que **temos experiências interessantes** para mostrar e compartilhar no que se refere ao **disfrute dos direitos humanos**, não só no nosso país, mas também a contribuição que temos feito também, muito modestamente, para a melhoria dos **direitos humanos em outros países** do mundo e as vidas de muitas pessoas ao redor do mundo”, disse **Josefina Vidal**.

Ela disse ainda, em uma conferência de imprensa, que as delegações analisaram o estado da cooperação em várias questões, tais como a segurança da aviação e resposta a vazamento de óleo. Também foram identificadas outras áreas onde há potencial para estabelecer ou expandir a cooperação bilateral, tais como o combate ao tráfico de drogas, ao terrorismo e às epidemias. “Quanto a este último, a parte cubana propôs a realização de uma reunião para definir as modalidades de cooperação para lidar de forma eficaz e eficiente com o vírus Ebola”.

A delegação de Cuba reiterou a prontidão das suas autoridades para desenvolver intercâmbios com os seus especialistas norte-americanos sobre a monitorização sísmica, áreas marinhas protegidas e hidrografia, e para participar de pesquisas conjuntas sobre espécies marinhas. Além disso, foi proposta a criação de colaboração científica em um grupo de áreas como a proteção do ambiente, a mitigação das mudanças climáticas e a prevenção de desastres naturais. Seguiram com a disposição em discutir a delimitação da Zona Oriental no Golfo do México e estavam interessados nos próximos passos para a implementação de um plano piloto para estabelecer o serviço postal entre os dois países.

Em relação às telecomunicações, Vidal assegurou que Cuba estabeleceu a disposição em receber empresas de telecomunicações dos EUA para explorar **oportunidades de negócios** neste campo que sejam **benéficas para ambas as partes**. Por outro lado, através de uma declaração escrita distribuída à imprensa, o secretário de Estado adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental manifestou a disponibilidade do seu país em continuar o diálogo bilateral sobre questões importantes, incluindo aquelas em que há **diferenças significativas**.

O texto também afirma que a sessão foi marcada pelo estabelecimento de um diálogo construtivo e encorajador. Neste sentido, uma das perguntas respondidas pela chefe da delegação cubana estava se referindo ao impacto das medidas e regulamentações anunciadas pelo governo dos EUA.

Vidal disse que a delegação dos EUA ofereceu uma visão geral das medidas que são conhecidas e os regulamentos emitidos em 16 de janeiro que explicam como se aplicarão as disposições. “As medidas estão indo em uma direção positiva ao modificar alguns aspectos do **bloqueio contra Cuba**”, disse ela. “Cuba espera que o presidente dos Estados Unidos, no exercício dos seus poderes executivos, continue modificando aspectos adicionais do **bloqueio** de forma significativa para que possa se esvaziar de conteúdo essa política que permanece”. Ela acrescentou que continua a estudar os regulamentos, que são complexos e são necessários os conselhos de advogados para ter compreensão de sua magnitude e alcance.

Diante de uma pergunta da agência norte-americana AP, **Josefina Vidal** apontou para um parágrafo específico do comunicado emitido pela **delegação norte-americana**, que diz: “Como um elemento central da nossa política, nós **pressionamos** o governo cubano a **melhorar as condições de direitos humanos** incluindo a **liberdade de expressão**.” “Afirmando que a palavra ‘pressão’ não é usada no encontro. Não é uma palavra que se usa nesse tipo de conversações”, disse Vidal. “Cuba tem demonstrado, ao longo de sua história, que nunca respondeu ou responderá por pressões de nenhuma parte das quais provenham”, assegurou ela.

Ela esclareceu que houve uma troca na qual cada parte alegou visões e concepções que dispusessem sobre o exercício dos direitos humanos. Cuba reafirmou a sua proposta para ter um diálogo específico em data a ser determinada a manter um diálogo respeitoso, numa base de reciprocidade, para resolver a abordar as nossas posições sobre direitos humanos e democracia, disse ela.

"O que eu espero é um futuro melhor para os nossos países. Há vizinhos, temos **profundas diferenças**, mas temos visto como os países do mundo com profundas diferenças podem conviver pacificamente, civilizadamente, em função de encontrar soluções para problemas comuns, e, assim, contribuir para um maior bem-estar para o resto do mundo", disse ela.

"Estou confiante de que, **independentemente das diferenças** que existem entre Cuba e os EUA — pois **elas existem e vão se manter**, porque temos **convicções** muito fortes, tanto por razões **históricas e culturais**, etc. —podemos encontrar uma convivência pacífica para discutir nossas **diferenças** com respeito e avançar na cooperação em áreas de interesse comum".

Ela disse que não tinha um aparelho para medir os níveis de confiança, mas ambos os governos carregam um intercâmbio sobre as possibilidades de trabalho conjunto em certas áreas.

O que permitiu a essas reuniões, concluiu ela, foi confirmar que estamos interessados em continuar a trabalhar nessas áreas e, por sua vez expandir a nossa cooperação para benefício mútuo. "Eu acho que é um bom começo."

Íntegra de reportagem 13 - Transcrição e tradução de reportagem Granma/Visita EUA a Cuba

Fonte: GRANMA. Cuba e Estados Unidos, o início de um novo capítulo. Disponível em:
<<http://www.granma.cu/cuba/2015-01-23/cuba-y-estados-unidos-el-comienzo-de-un-nuevo-capitulo>>. Acesso em jan. 2015.

Uma das noções fundamentais da AD materialista são as condições de produção, que nos remetem às relações de forças que constituem uma prática discursiva. A relação entre homens é desigual, assim como os lugares que ocupamos e os poderes que exercemos, seja do ponto de vista histórico ou do ponto de vista cotidiano. Essa assimetria está em jogo também nos discursos, seja ele num texto de um jornal ou num tratado internacional.

Essas desigualdades, no entanto, não são naturalmente produzidas nem são realidades inquestionáveis, mas são, sobretudo, práticas que se instauraram, produzindo um efeito evidente (ideológico). No entanto, assim como há práticas que mantêm certa coesão social, há rupturas. Essas rupturas são uma espécie de alteração sobre os sentidos instituídos (normalizados), algo que questionará a pretensa obviedade das relações humanas. A linguagem, pelo seu poder simbólico e concreto, materializa essa disputa pelos sentidos sobre a sociedade, registrando no discurso a assimetria do mundo. Quando

falamos em história, considerando o interdiscurso, é preciso ressaltar que há uma disputa sobre a memória, pois, como nos disse Marx (2013), o motor da história é a luta.

As condições de produção de um discurso trazem os lugares de onde Cuba é falada, revelando uma tomada de posição sobre o que se esse País representa (PÊCHEUX, 1997). As representatividades são práticas de linguagem, como elaborou Foucault (1999), as quais causam a impressão de serem a única maneira de um real existente. Como não há relação direta entre linguagem e mundo, a relação funciona por causa do imaginário (ORLANDI, 1994). Esse imaginário não tem uma concepção psicológica, mas concreta, dos ditos e não ditos, do que se deve dizer e do que se precisa dizer, em determinadas condições imediatas, sociais e históricas.

É a partir dessa prática de dizer Cuba como *o* lugar que o jornal *Granma*, participa do conflito social no interior do conflito político, e diz que os EUA devem “**respeitar**” o sistema político, econômico e social da Ilha, reiterando que Cuba não desistirá de seus “**princípios**” e não poderá retomar os laços até que o “**bloqueio**” seja destituído. Se para o jornal *O Estado de S. Paulo* o restabelecimento “**pleno**” das relações diplomáticas ocorrerá em seis meses, para o *Granma* esse é “**um novo capítulo**” da história entre os dois países. Desse modo, o jornal cubano “bagunça” a estabilidade narrativa dos jornais internacionais, produzindo efeitos (outros) sobre a retomada das relações diplomáticas com os EUA.

Se antes a palavra “bloqueio” se inseria em uma discursividade de memória do jornal cubano, para que seus danos não fossem esquecidos pelas práticas discursivas, agora a palavra também se insere em uma discursividade que reivindica ações concretas para o fim do bloqueio, porque o reatamento das relações diplomáticas é uma chance, material, para o fim das leis que formam uma “**política imposta mais de meio século contra Cuba**”.

Quando o jornal, por meio de Josefina Vidal, diz que a Ilha não abre mão de sua “**soberania**”, seu dizer se relaciona com outras imagens que reverberam no político, as quais incidem na memória e na produção dos sentidos sobre como Cuba quer se fazer ver. Entre esse modo de se querer mostrar está a imagem da Revolução. Ter o mundo olhando para a Ilha é uma condição para esse dizer, que o *Granma* quer intermediar; como uma

prática política, que fala no plural — **nosso país** — porque quer representar o todo, afirmando sua posição frente aos EUA.

Há algumas FD que estão em confronto na reportagem, o que nos faz refletir sobre o que isso significa como oposição ou como incompreensão do que é Cuba por parte dos EUA. A AD nos convida a compreender os sentidos produzidos pelos discursos; olhar para essa reportagem também é um exercício para entender o que é importante para os EUA e como o jornal diz isso. Na primeira reunião entre os dois países, o governo americano quis reafirmar a importância da reabertura das duas embaixadas como símbolo político do reatamento das relações diplomáticas. Quem pede isso, no texto, é Jacobson, representante dos EUA. Mas por que isso é importante para o governo estadunidense? É importante desestabilizarmos os sentidos evidentes no texto.

Jacobson fala de sua posição-sujeito que se filia à FD do governo dos EUA. Nessa posição, seu discurso deve ser produtivo para os próprios americanos. As embaixadas e, principalmente, as relações diplomáticas, que é o que em última instância está sendo dito, são objetos materiais muito importantes para o estado capitalismo. Ou melhor, são a própria materialidade discursiva do capitalismo.

Os objetos materiais que são importantes para os EUA não são os mesmos que importam para Cuba, como, por exemplo, a questão do bloqueio e a bacia de Guantánamo- que está sob domínio dos EUA desde o início do século XX, quando a ilha era uma neocolônia dos Estados Unidos (MÁO, 2007). Quando o governo americano não fala sobre Guantánamo, esse silêncio também é uma forma de dizer. O silêncio é uma forma de não entrar no outro.

Os EUA, numa campanha de democratizar Cuba, expõem os objetos e artefatos deles, ainda que apenas discursivamente. O *Granma*, ainda que dê maior destaque para Josefina Vidal, mostrando as demandas de Cuba, ou seja, seus objetos materiais-discursivos, media um conflito histórico que o país trava com os EUA. Nesse aspecto, a Revolução Cubana é reafirmada. A Ilha se posiciona em relação à sua soberania nacional e à sua independência.

A reportagem do jornal cubano deu maior destaque a Josefina Vidal do que a Roberta Jacobson, colocando a representante cubana sempre em primeiro plano na narrativa, mostrando as preferências e a hierarquização discursiva do jornal. O *Granma* se referiu à relação entre os dois países como “**estagnação**”, evitando expressões como “meio século de inimizade” ou “conflito”. “Estagnação” parece ser uma palavra mais neutra, mas os sentidos de confronto estão em jogo e eles migram para outras palavras, isto é, o jornal não se isenta de uma posição discursiva, como quando diz que as relações devem se concretizar “sem o prejuízo da **independência nacional** e da autodeterminação de nosso **povo**”. Dizer assim, e não de outro jeito, aciona uma filiação de memória sobre como o *Granma* e o sujeito político (Josefina Vidal), em uma FD da Revolução Cubana e em uma FD de soberania nacional, que se relacionam com as imagens que Cuba tem para essas formações. São dizeres que se inscrevem desde muito antes da Revolução Cubana, ainda no contexto da independência, com José Martí, quando a Ilha deixou de ser colônia da Espanha, mas se tornou uma *neocolônia* dos Estados Unidos (MÁO, 2007).

A FD, que estamos chamando de Soberania Nacional, se constitui uma rede de saberes que se atualizam a cada acontecimento, com permanências e rupturas sobre o que significa a independência nacional a partir da defesa da soberania, que poderia ser derivada da defesa da Revolução, uma vez que o jornal ressalta que é preciso “**respeito pelos sistemas políticos, econômicos e sociais**”. A defesa de sua *soberania* ora relembra uma a relação histórica com o próprio sentido de independência, ora é uma maneira de mobilizar seus saberes a partir de novas condições de produção desse discurso: um momento de reaproximação diplomática com um sistema político que produziu um “**bloqueio**” para Cuba. É a atualização da memória, no devir histórico (MAIA, 2014).

Esse discurso da soberania nacional se relaciona com o discurso da Revolução Cubana, ainda que não sejam a mesma coisa. A Revolução possibilitou a independência de Cuba em relação aos EUA e os sentidos de social, da união, que a Revolução Cubana trouxe aparecem nos enunciados quando o jornal, pelo discurso indireto, fala “nós”, “nosso povo”, “nosso país”. Esses enunciados constituem uma espécie de uniformidade sobre como o *Granma* se enxerga em sua posição social: como representante do Partido Comunista Cubano. E mais: como representante da população. Esse dizer no plural, ainda no discurso indireto, é uma espécie de apropriação das identidades dos cubanos que o *Granma* realiza para projetar o seu discurso.

O processo discursivo da reportagem produz sentidos para a relação entre Cuba e os EUA que se encontram nos seguintes enunciados: “mas ainda há muito a ser feito”, “estagnação”, regras guiarão a restauração”, “ambos os lados”, “diálogo respeitoso”, “vizinhos próximos”, “diferenças profundas”, “diferenças significativas”, “profundas diferenças”, “independente das diferenças”.

É o *diferente* sendo significado e produzindo sentidos (outros) a cada uso, deslizando entre uma tentativa de diálogo e um conflito permanente. As diferenças de Cuba em relação aos EUA, mobilizadas pelo *Granma*, produzem outros efeitos de sentidos se presarmos na apropriação do jornal *El País*, que direcionou para Cuba o significado do diferente em relação ao mundo, em um lugar inferior. O *diferente* que se configura no *Granma* produz uma identidade a Cuba em relação aos EUA, um lugar de autoridade, um lugar que decide e a que não está sujeito. Essa imagem é bem distinta do modo como também o jornal *O Estado de S. Paulo* construiu discursivamente o mesmo “fato”. Isso mostra que, quando falamos, assumimos posições, mesmo não querendo reconhecê-las. “Elas existem [as diferenças] e vão se manter”, diz o jornal cubano.

O *Granma* formula, no discurso indireto, que “**nosso país continua injustamente** na lista de Estados **patrocinadores do terrorismo internacional**”. Ele poderia dizer a mesma frase de outro modo? Se ele dissesse: “nosso país continua na lista de Estados patrocinadores do terrorismo internacional”, seu efeito seria o mesmo? Quando o enunciado “**injustamente**” se inscreve no texto do *Granma*, este se posiciona para um lugar de vítima, acionando a memória sobre o bloqueio, lembrando que, em 1996, o País foi adicionado à lista de países que praticavam o terrorismo, e que, em 2001, Cuba foi transferida para a lista de países que apoiam o terrorismo, uma ação política que desqualificou o País na política internacional. Por isso, para o jornal, “mudar essa realidade [o reatamento das relações] **não significa** que eles estão no limiar da **plena normalização**”. Essa frase é muito forte, porque mobiliza uma polêmica, desestabilizando qualquer ideia que direciona a interpretação sobre esse acontecimento como algo a ser resolvido “**plenamente**” em seis meses, como disse o *Estado de S. Paulo*. Reatar “plenamente” as relações, para o *Granma*, é improvável, porque ainda que os dois países reatem suas relações, as diferenças continuarão.

Quando o jornal cubano traz a questão dos direitos humanos, esse dizer se coloca em oposição ao que foi dito pelos EUA na mesma reunião. O *Granma*, desestabiliza o

sentido sobre os direitos humanos quando este formula que “ **Cuba tem preocupações sobre o exercício dos direitos humanos nos Estados Unidos**”. O jornal faz dessa maneira, porque “numa realidade histórica, em que se é obrigado a reconhecer que sempre se ocupam determinadas posições no conflito constitutivo das relações sociais, não se pode fazê-lo neutramente” (ORLANDI, 1987, p. 13). Ele realiza uma transferência em relação aos sentidos sobre o que seriam os direitos humanos e sobre o lugar social dos EUA, colocando em questão que as palavras não têm um significado intrasferível, mas que, ao contrário, os sentidos estão sempre à deriva.

O trecho da reportagem “**Cuba tem preocupações sobre o exercício dos direitos humanos nos EUA**” pode funcionar como uma ironia, que não é entendida como figura de linguagem, quando dizemos algo para dizer outra coisa. A ironia que estamos pensando para o enunciado do *Granma* é aquela que, ao dizer, propõe algo, considerando o contexto (tanto linguístico quanto histórico). É como se essa fala produzisse eco no processo de significação, gerando um dizer duplo, que convoca o Outro (os EUA), construindo uma tensão entre o que se diz e o que ficou por dizer, mas que só se sustenta por algo já foi dito (os pré-construídos).

Diante de um discurso hegemônico, que caracteriza Cuba por ser o lugar da *não liberdade* e da falta de direitos humanos, a fala do *Granma* é uma ruptura nesse sentido “estabilizado”. O discurso sobre a suposta falta de direitos humanos nos EUA não foi agenciado por nenhum dos jornais internacionais, apenas pelo jornal cubano. Todos eles falaram sobre o mesmo “fato”, mas o fizeram de modo diferente, mostrando que, na luta simbólica sobre a identidade de Cuba, o *Granma* reafirma sua luta linguística: “**temos experiências interessantes (disfrute dos direitos humanos)**”.

Capítulo IV: Como os cubanos se dizem

4.1 Os discursos dos cubanos

Determinados modos de produção do discurso fazem com que haja dominância de um dado sentido, que, muitas vezes, parece estar cristalizado no texto, provocando efeito de evidência. Como não há um sentido fixo, o espaço discursivo que existe está entre interlocutores (Pêcheux, 1993). Depois de analisar os discursos da mídia *sobre* Cuba, no contexto da atualização do modelo econômico da Ilha, este trabalho volta-se para examinar os discursos dos cubanos que vivem em Cuba.

Descrevo e analiso a narrativa de alguns cubanos entrevistados⁷³ para tentar compreender como percebem a *Revolução Cubana*. Entendo que esses dois olhares (os discursos *dos* jornais e os discursos *dos* cubanos *sobre*) oferecem um contraponto importante à pesquisa, com a oportunidade de analisar os discursos de quem olha de dentro de Cuba, mas que mesmo assim olha a partir de uma posição concreta e imaginária, atravessada pela memória de quem vive na Ilha. Para facilitar a leitura, exponho as entrevistas em E1, E2, E3 e assim sucessivamente. Os nomes dos entrevistados em detalhes aparecem na nota de rodapé.

Para esta dissertação, foi preciso olhar *para fora de* Cuba e olhar *de fora de* Cuba (LAGAZZI, 1998). A análise foi movida, sobretudo, como Lagazzi (1998), pela busca da visibilidade do igual, que, muitas vezes, se afirmava na ansiedade em desmistificar a ideia do “diferente”, uma ideia, geralmente, imbuída de estereótipos e preconceitos, já que é “a materialidade dos lugares que dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (outros lugares)” (ORLANDI, s/d, p. 2).

A pesquisa de campo foi realizada em dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Na medida em que as entrevistas foram realizadas em minhas viagens a Cuba, quando conversei com um grupo de cubanos (entre jornalistas, professores, artistas, políticos, comerciantes) assumo, a partir deste momento, a voz da primeira pessoa do singular.

⁷³ Foram utilizadas entrevistas com cubanos realizadas para reportagens no site da Revista Caros Amigos, em 2012, e entrevistas realizadas com cubanos em 2014-2015 (dezembro e janeiro), durante a pesquisa de campo do mestrado, em Cuba. O corpus divide-se em dois momentos, portanto: o material a que tive acesso como repórter e o material a que tive acesso como pesquisadora.

4.2 O lugar da pesquisa

Quando fui a Cuba pela primeira vez, em fevereiro de 2012, o primeiro sentido que me foi posto à prova quando pisei no aeroporto José Martí, em Havana, foi o olfato. Em seguida, a audição me provocou. Dentro do aeroporto, um silêncio. Logo me lembrei da recomendação dada por um colega: “Em Cuba, as pessoas falam baixo. Repare”. Saí do aeroporto e o cheiro persistiu. Insistiu. Perseguiu. Do lado de fora, a cidade “gritava”, mas não era o grito que se ouve em grandes capitais, como São Paulo, onde as pessoas parecem não se ouvir frente ao barulho das informações que nunca se encontram. Em Havana, a população estava na rua, na beira do mar ou em frente ao portão de casa. Corpos que iam de um lado para o outro. As casas, com portas e janelas sempre abertas, produziram outros sentidos sobre o *privado*.

A vida de onde eu vim exige pressa. A vida dos jornais mais ainda. É o real sendo atualizado na tela do computador de tempo em tempo. É o tempo da pressa. O tempo do mercado. Assim, os jornais de papel disputam leitores com os jornais da internet, com as redes sociais, com a televisão e com o rádio. Mas, de repente, me vi em uma cidade em que o discurso não é do tempo da pressa. É outro tempo, com sentidos outros.

O campo, como um espaço, não é algo que está dado, mas que vai ganhando corpo e aos poucos vestindo sua roupa a partir da relação entre o pesquisador e os pesquisados. Ir a campo requer contexto, sensibilidade e uma pitada de tranquilidade, compreendendo que o caminho é esse mesmo: uma descoberta por vez. Eu, jornalista, que sempre aprendi a dialogar individualmente com os meus entrevistados, sou agora também personagem desse estudo. Não é apenas observar, refletir, escrever, observar, refletir, escrever. Mas estabelecer novas relações.

4.3 Os sentidos de Havana

A cidade: espaços, situações e sujeitos. *Janelas, portas, ruas, carros, colônia, comunista, Revolução, moradores, participantes, passantes*. Começo essa parte da dissertação expondo algumas condições em que ela foi produzida.

Em meus primeiros passos por Havana (Cuba), confrontei-me com o desejo de compreender os sentidos trazidos pela cidade cubana. Quando falo em “sentido”, entendo que ele seja inscrito em um processo histórico, com base material na linguagem que Havana me traz (linguagem verbal e não verbal), o que permite que eu me confronte com uma complexidade que a própria linguagem demanda. Quais os sentidos *de* Havana?

Na capital, os semáforos avisavam quando o farol ficaria amarelo; o sinal verde pisca cinco vezes antes de “amarelar”. O trânsito é outra experiência: mais lento. Na verdade, não é lento. É lento para mim, jornalista/pesquisadora imersa na cultura da pressa. O sentido atribuído à lentidão muda em Havana, já não é o sentido *da* lentidão, mas é o sentido que essa cidade oferece.

Para entender o Tempo em Cuba, volto-me a Marx, o qual afirma que uma sociedade cujo modo de produção de vida material não condiciona o processo de vida social, política e até espiritual pode causar um olhar espantoso se os interesses meramente materiais não parecem ser os pontos fortes dessa sociedade (MARX, 2013).

Assim como o Tempo, os corpos e os espaços em Havana ganham novos sentidos. São tantos cubanos nas ruas de dia e de noite, que Havana não é, definitivamente, uma cidade silenciosa. Corpos infantis e corpos adultos ocupam o mesmo espaço. É o lugar dos corpos (múltiplos), que ofertam sentidos.

Um dos pontos mais importantes para analisar uma sociedade é a sua geografia. Euclides da Cunha nos disse isso quando escreveu o livro *Os Sertões* (1995) sobre o massacre em Canudos. No caso de Cuba, sua geografia -de ilha- também interfere na construção de um imaginário sobre seu isolamento político e social que fora construído discursivamente por diversas Formações Discursivas, uma vez que “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (outros lugares)” (ORLANDI, s/d, p 2).

O fator geográfico dialoga com outro fator, segundo o materialismo histórico, que tem interferência na vida dos homens: o modo de obtenção dos meios de vida necessários à existência. De acordo com Marx (2013), na produção os homens, fundamentalmente, agem uns sobre os outros. Logo, os meios de produção agem sobre as relações sociais (linguagem) e são essas relações que agem sobre o imaginário acerca da Ilha.

Com dois milhões de habitantes, Havana aparece como a materialidade simbólica de uma capital que, sim, é diferente de São Paulo, Buenos Aires, Santiago do Chile, etc., pelo que ela significa: uma cidade que experimenta um modo de produção político-econômico-social diverso ao capitalismo há mais de 50 anos.

De acordo com Althusser (1978), os sujeitos históricos são aqueles que atuam *em e sob* as determinações das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução (como o trabalho, a organização do trabalho, a luta de classes). Não me refiro à concepção jurídica de “igualdade e liberdade”, como se pudéssemos explicar a história a partir do sujeito em si. Nesse sentido, Althusser oferece uma leitura materialista de sujeito, aquele que é efeito das estruturas que atravessam esses sujeitos (agentes) históricos. Ou seja, se a rua em Havana é o lugar dos corpos (múltiplos), não é porque os homens fazem sua própria história a partir de elementos livremente escolhidos, “mas a fazem em circunstâncias que eles encontram imediatamente diante de si, dadas e herdadas do passado” (ALTHUSSER, 1978, p. 70).

Havana, na posição de capital, transforma os sentidos sobre o que é o urbano. Por exemplo: características como a privacidade, que é tão cara em uma cidade como São Paulo, ou qualquer cidade de qualquer país capitalista, em Havana é ressignificada, gerando outros sentidos. As calçadas são como parte da casa dos *habaneros*⁷⁴, uma espécie de extensão da sala de estar. Em torno das casas, na rua, se organizam as relações, os sentidos e os sujeitos. As portas e as janelas das casas estão sempre abertas; as pessoas conversam em frente ao portão do vizinho. E ao contrário do que sai nos jornais, Havana é atraente pelo poder simbólico que ela causa e por sua segurança social. A mídia, de modo geral, não investe nesse processo de significação.

Em seu livro “O que é ideologia” (2004), Marilena Chauí explica que costumamos dizer que o real é real porque esse real é uma coisa. No entanto, o fato dessa “coisa” possuir um nome, no caso uma montanha, por exemplo, indica que ela é pelo menos “uma coisa-para-nós”, ou seja, que possui um sentido em nossa experiência. Para os religiosos, a montanha é a morada de deus; para o empresário que comprou a montanha, ela é uma propriedade privada. “Portanto, a montanha não é coisa, mas a

⁷⁴ Pode ser traduzido como “havaneiros”, quem nasce em Havana (Cuba).

relação econômica e, portanto, relação social” (CHAUI, 2004, p. 7). A autora adverte, no entanto, que não se trata de supor que de um lado há a “coisa” e do outro lado a “ideia”:

não há de um lado a coisa em si e do outro a coisa para nós, mas, necessariamente, entrelaçamentos do físico-material e da significação, a unidade de um ser e de seu sentido fazendo com que aquilo que chamamos de “coisa” seja sempre um campo significativo (CHAUI, 2004, p. 7).

Isso não quer dizer que Havana é o que cada pessoa estabelece de relação com ela, como se cada um tivesse um ponto de vista sobre Cuba. Ao contrário, isso quer dizer que só há história à medida que há sentido; sendo assim, os sentidos estão à deriva, “esperando” para serem absorvidos pelas formações discursivas. Se o jornal diz que Cuba é “atrasada”, “comunista” e uma “ditadura”, ao olhar a cidade de Havana, o jornalista não vai refletir sobre a realidade na Ilha, pois o sentido que Havana terá para ele será o que já foi constituindo em seu imaginário antes. Esse processo funciona pela contradição em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e faz com que “todas as evidências, inclusive aquela que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado” (ORLANDI, 1999).

4.4 A fala do Sujeito político

Em Havana, conheci Roberto Velazco Infanti, 77 anos, secretário do Núcleo do Partido Comunista Cubano, da Circunscrição⁷⁵ 46 do município de Centro Havana (em Cuba, cidade ganha o *status* de bairro no Brasil). Viveu antes e depois do triunfo da Revolução Cubana. Mora em Centro Havana, bairro central e modesto da capital. Recebe a aposentadoria do Exército Revolucionário Cubano, que um dia integrou. Em seu discurso, como efeito de sentido entre locutores, a *resistência* e a *defesa* da Revolução aparecem logo no início de sua fala. Mas para compreendê-la é importante analisar a relação da linguagem com seu contexto (a exterioridade), como escreveu Orlandi (1994, p. 53).

⁷⁵ Circunscrição é uma divisão eleitoral do município. Dependendo do número de habitantes por área (município), pode-se ter até oito circunscrições. A entrevista foi realizada em 2012.

E1⁷⁶: A propaganda é uma **arma** importante para nos **isolar** politicamente. Não querem que **Cuba seja um exemplo. Falam mal da Revolução** porque essa é uma **Revolução para os humildes**. Não sei por que **os meios de comunicação internacionais e o governo americano** nos chamam de uma **ditadura política, temos eleições** a cada dois anos⁷⁷. Raúl foi eleito Presidente porque antes foi eleito como deputado, assim como Fidel, que sempre se elegeu pela província de Santiago de Cuba (...) **Vivemos uma Revolução**. Com Batista, que **era uma ditadura**, a juventude **não tinha direito a nada, havia discriminação racial e social e a imprensa não tinha liberdade** (grifos meus).

A exterioridade é constitutiva do Sujeito. Se os cubanos vivessem em um País não bloqueado pelos EUA, ou num mundo em que o modo produção não capitalista fosse o normal, o sentido sobre a *Revolução* poderia ser outro. Mas estamos falando de um caso concreto e Roberto, que também é constituído historicamente, tece outras relações entre ele e o Estado cubano.

A relação discursiva de Roberto com seu País é diferente da relação dos jornais *The New York Times*, *Granma*, *El País* e *O Estado de S. Paulo*. Tanto uma relação quanto a outra se estabelecem a partir de um imaginário social, mediada pela maneira como cada um desses sujeitos funcionam. É importante ressaltar que Roberto está na posição sujeito/ cubano/ secretário de uma divisão eleitoral, diante de mim (entrevistadora). Além dessa posição, Roberto tem outra, a de ex-militar no Exército Revolucionário de Cuba. Portanto, ele ocupa a posição *Sujeito-político*. É muito importante compreender sua posição de fala para poder analisar seu discurso. O que um sujeito político pode dizer e o que ele deve dizer em uma determinada conjuntura? Se pensarmos na entrevista, Roberto está diante de uma pesquisadora brasileira. É com essa imagem que ele se relaciona, não sendo algo automático, mecânico, mas que transita entre o consciente e o inconsciente.

Roberto enaltece e “briga” contra a imagem de um governo de ditadura, de opressão, que ele imagina que eu pense ou que ele gostaria que eu transmitisse em minha pesquisa. Ele faz crer que seu País destoa dos demais porque realizou uma “Revolução para os humildes”, acentuando que quem diz que Cuba é uma “ditadura política” são os “meios de comunicação internacionais e o governo americano”. Roberto faz um recorte

⁷⁶ E1: Roberto Belasco Infanti, secretário da Circunscrição da cidade de Centro Havana. Concedeu essa entrevista no bairro Centro Velho de Havana.

⁷⁷ Municipais e Provinciais.

social e político específico e diz que a propaganda é uma “arma” para “isolar” Cuba. Posiciona-se diante de mim, como se eu pudesse também projetar nele a ditadura de seu País.

Mas se, para a AD, os sentidos se produzem e circulam na relação sociedade e história (ORLANDI, 2004), como os sentidos sobre a Revolução se instalam como parte constitutiva do espaço Cuba? É como se Roberto se antecipasse em dizer que os cubanos já sabem que esse imaginário estrangeiro de ditadura existe, o que provaria que Cuba não é assim tão *isolada*. Para ele, os cubanos vivem *na Revolução* e não na *ditadura*. “Vivemos uma Revolução”, diz. No presente. O tempo aqui é político e é ele que explica porque para Roberto a ditadura foi vivida na época de Fugencio, quando houve *proibição de direitos*: não ter direitos, para ele, faz de algum lugar uma ditadura: “Com Batista, **que era uma ditadura**, a juventude **não tinha direito a nada, havia discriminação racial e social e a imprensa não tinha liberdade**”. Se em Cuba a Revolução proporcionou direitos, não faz *sentido* para ele dizer que os cubanos vivem uma ditadura.

A FD de onde Roberto se filia é a do Partido Comunista Cubano. É ela que definirá o que pode e o que não pode ser dito em determinada conjuntura (Fuchs, Pêcheux, 1975). Roberto é um sujeito histórico. Um sujeito de memória e de linguagem. E ele fala a partir dessa memória, da sua relação com o interdiscurso, com o Outro. “O que chamamos de interdiscurso é definido justamente como complexo de formações discursivas à dominante” (ORLANDI, 2008). O interdiscurso é uma espécie de domínio do saber, da memória dessa FD. É o interdiscurso que trabalha na fala de Roberto. Um atravessamento histórico, marcado pelas relações entre Cuba e os EUA, e Cuba e o mundo. Ter de explicar o tempo todo que Cuba não é uma ditadura poderia incomodá-lo, mas Roberto diz com certo prazer, como se ficasse satisfeito em poder dizer o contrário do que os jornais dizem. Claro que o Secretário da Circunscrição de Centro Havana não é um sujeito livre em seu dizer. Roberto, ao falar, aciona uma memória de guerra, uma memória vivida e experienciada do bloqueio, que está intrinsecamente relacionada à memória da Revolução Cubana, uma revolução possível diante do bloqueio. E mais: uma memória sobre a influência política dos EUA no mundo: “**os meios de comunicação internacionais e o governo americano** nos chamam de uma **ditadura política**”.

Roberto se significa em sua posição discursiva. E nela ele defende os seus sentidos. Se o interdiscurso é o domínio do dizer, nesse sentido, ele não *usa* as palavras

para defender a Revolução, mas se constitui nelas, uma vez que “a linguagem sempre é política porque o sentido sempre tem uma direção, é sempre dividido” (ORLANDI, 2008, p. 57). Ao dizer, Roberto torna-se sujeito político, cubano e revolucionário, retornando a forma do pré-construído, que foi construído em um processo histórico-político conflituoso: **“Falam mal da Revolução”**. Quem fala? Os meios de comunicação internacionais.

Ao defender a Revolução Cubana e o sistema político de seu país, **“que tem eleições”**, para mim, brasileira, ele se posiciona enquanto um sujeito do Partido Comunista Cubano, representante máximo da Revolução Cubana. “Eleição”s é um sentido vendido o tempo todo pelo discurso da democracia, que se sustenta pelo discurso do voto, o qual diz que numa democracia todos têm direito a ele. Essa ideia de democracia aparece na fala de Roberto, buscando certa identificação comigo, que sou estrangeira. Apesar de não ser um partido eleitoreiro, isto é, não é preciso ser do Partido Comunista Cubano para se candidatar nas eleições, esse é um lugar social que identifica a Revolução e não a afasta, discursivamente, da democracia. E Roberto, diante de mim, fala como um representante desse projeto⁷⁸.

É importante ressaltar que os jornais que significaram Cuba como uma “ditadura política”, como identificamos nas análises dos jornais internacionais, a exemplo do *The New York Times*, que referenciou Cuba como um sistema de partido único, nunca disseram *como* é o processo eleitoral em Cuba, não apresentaram argumentos para sustentar a premissa da ditadura. E isso não ocorreu porque ditadura já é uma evidência construída sobre Cuba.

Para Roberto, o sentido de Cuba *está* na Revolução, uma memória que resiste a outros interdiscursos sobre a Ilha, memória que também é feita de esquecimento e de silêncios. “Os sentidos se constroem com limites” (ORLANDI, 2002, p. 59). Defender a Revolução em sua fala é um ato de resistência.

Se eu não fosse pesquisadora, brasileira, seu discurso sobre Cuba provavelmente seria outro, por isso a importância do contexto, de onde ele fala e para quem ele fala.

⁷⁸ Saiba mais sobre o processo eleitoral em Cuba no link: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=182:o-sistema-politico-em-cuba-uma-democracia-autentica-&catid=18:artigos&Itemid=140

Imaginemos que fosse um pesquisador, cubano, a entrevistá-lo: seus dizeres seriam de outra ordem.

4.5 O isolamento e seus sentidos

Com o rompimento das relações diplomáticas dos EUA em relação a Cuba, em 1961, e com as sanções econômicas, financeiras, políticas e diplomáticas (WANDERSMANN, 2009), o efeito foi sintomático. A mídia também participou desse movimento. Significar Cuba como um lugar isolado produziu alguns efeitos de sentidos que ficaram conservados, como a ideia de que a Ilha foi punida. A concepção do isolamento contribui até hoje para a existência do discurso que diz que, em Cuba, as pessoas não sabem o que são redes sociais, que os cubanos não têm o que vestir. Uma imagem de um povo manipulável, pobre, que sofre.

A professora doutora em Ciência da Comunicação e Coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade de Comunicação de Havana, Maribel Acosta Damas, 45 anos, contou em entrevista⁷⁹ para este estudo que já esteve no Brasil em razão da carreira de pesquisadora e teve a oportunidade de encontrar professores de universidades brasileiras que se surpreenderam quando contou que acompanhava as notícias do Brasil e que tinha acesso à internet, Facebook etc. Essa situação foi motivo de piada, depois, entre os professores cubanos que estiveram no Brasil, pela imagem construída sobre o seu país.

E2⁸⁰: A maioria dos **grandes veículos de comunicação** internacionais tem uma ideia de uma realidade **estereotipada**, que ficou **estacionada**; a ideia de que Cuba é um país **monolítico**, que não tem **liberdade de pensamento**, que a tecnologia é **censurada**. **Sim, há problemas** de conexão, **mas não quer dizer** que não há tecnologia. **Nós sabemos o que é internet** (ri). Diziam para mim: Nossa, você tem Facebook (ri) (...) **Sim, há um partido único, mas isso não significa** que não há divergência de opinião, critérios e participação. **Nada é perfeito, mas também nada é terrível.** (grifos meus)

⁷⁹ A entrevista aconteceu em dezembro de 2014.

⁸⁰ Professora Doutora em Ciência da Comunicação e Coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade de Comunicação de Havana, Maribel Acosta Damas. Concedeu entrevista na Faculdade de Comunicação.

Enquanto os jornais internacionais dizem que Cuba é uma *ilha isolada*, para Maribel são os veículos de comunicação que *estacionaram* na ideia que fazem de Cuba, principalmente quando ela, ironicamente, afirma que os cubanos *sabem* o que é internet. A frase “Nós *sabemos* o que é internet” poderia ser outra? Ela poderia ter dito: “Nós temos acesso à internet”. Mas, ao dizer que os cubanos *sabem* o que é internet, o seu dizer gera outro efeito de sentido. Se pensarmos em uma Memória Discursiva segundo a qual em Cuba há censura, o sentido do *saber* na fala de Maribel é o de *não censura*, é o sentido do conhecer; como se ela reafirmasse sua posição de professora e de jornalista. Diferente de Roberto, para Maribel, ter de “contar” o seu país parece ser sinônimo de um riso pela metade, um riso de canto de boca, de quem riu, mas que, de tanto ter que lidar com essas imagens, não ri mais com tanto afinco. Roberto parece querer dizer. Maribel parece não querer ter de dizer o tempo todo. Roberto, como fala a partir da posição política de quem integra o Partido Comunista Cubano, se dispõe a explicar o que os meios internacionais não explicam. Maribel já recusa essa posição e se filia a uma que *ri pela metade*- do desconhecimento do mundo sobre seu país.

Dizer que os cubanos *sabem* o que é internet produz uma “fuga” de sentido (ORLANDI, 2014), noção que afirma que não há sujeito sem metáfora, que, em AD, não é figura de linguagem, como é na Literatura, mas funciona como um deslocamento de sentido. Para Maribel, dizer que os cubanos *sabem* o que é internet e que, mesmo com problemas de conexão, há tecnologia em Cuba, é uma maneira de se defender e defender os outros dos discursos que vêm de fora, os que alegam que os cubanos não sabem o que acontece no mundo e que sofrem censura. O sentido político e ideológico sobre a tecnologia aparece na fala da professora quando ela diz que em Cuba “há tecnologia, ainda que haja problemas de conexão”. Quando Maribel diz que os cubanos sabem o que é que é internet, ela não fala apenas do “produto” tecnologia, mas da sua forma política. É como se ela “tentasse”, conscientemente ou não, desestabilizar a dominância do sentido de que em Cuba há censura diferente do que fazem os jornais internacionais.

Maribel precisou desmistificar seu País a professores brasileiros e, nessa entrevista, estava diante de mim, brasileira. Além da CP imediata (a entrevista), é preciso analisar algo maior, que é o fato da internet em Cuba ser uma questão que suscita debate: **“Sim, há problemas de conexão, mas não quer dizer que não há tecnologia”**. A MD, como diz Pêcheux, produz seus efeitos: alguma coisa fala antes, em outro lugar (1975).

Em sua fala, Maribel traz a *contradição* o tempo todo, como se ela fizesse isso para se contrapor aos jornais, desconstruindo a imagem de que em Cuba haveria uma homogeneização dos sentidos: “Sim, há problemas de conexão, **mas não quer dizer** que não há tecnologia” (...) “Sim, **há um partido único, mas isso não significa** que não há divergência de opinião, critérios e participação”. O “sim” de sua fala, mais de uma vez, também é uma maneira que Maribel encontrou para demarcar seu discurso. Ela não nega as dificuldades, mas não diz que elas determinam o que Cuba é.

A Revolução Cubana é um acontecimento discursivo, um fato que desencadeou um processo de produção de sentido que se chocou com o processo do neoliberalismo. Mas a significação sobre a Revolução Cubana foi filtrado pelos jornais, o que produziu certa dominância do discurso sobre Cuba. Com a Revolução Cubana, a Ilha se abre para novas discursividades a cada FD, ora como o *não lugar*, como o *lugar exótico*, como o *sonho*, como o *que não deu certo*, como o *que deu certo*, produzindo efeitos que afetaram a sociedade, no campo da cultura, da política, da saúde, da educação, da moral. Os jornais também foram afetados e, como linguagem, produziram saberes sobre Cuba, participando, dessa forma, do modo como os sentidos sobre a Ilha circularam socialmente.

Pêcheux, recuperado por Orlandi (2002, p. 60), procura compreender a fragilidade do processo em que os acontecimentos se inscrevem “no espaço da memória que, segundo ele, joga em uma dupla forma: o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se e o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido”. Cuba transita por esses dois aspectos apontados por Pêcheux, a depender do lugar de onde a Ilha é falada. Maribel produz em sua fala certo peso por viver em um País que realizou uma Revolução, como se Cuba precisasse, aos olhos externos, provar o tempo todo que é melhor do que se imagina, do que se espera, do que se fala.

O enunciado “**partido único**” que aparece na fala de Maribel é diferente do sentido gerado pelo jornal *The New York Times*, na reportagem sobre a II CELAC, analisada no Capítulo III. As palavras e as expressões mudam de sentido dependendo da posição do sujeito no discurso e na situação de fala. Enquanto o jornal estadunidense mobiliza a ideia de que em Cuba há um único partido porque não há liberdade política, Maribel gera outro efeito de sentido para o mesmo “fato”: “**Sim, há um partido único, mas isso não significa que não há divergência de opinião, critérios e participação**”.

O efeito é de que o partido (Partido Comunista Cubano) não interfere no que as pessoas pensam e na forma como elas participam, diz Maribel. Essa participação de sua fala é uma participação política. Mas quem atribui um sentido contrário a Cuba? Eu? Os jornais? O imaginário de Maribel?

A fala “Sim, há um partido único, mas isso não significa que não há divergência de opinião, critérios e participação” é um fato linguístico, que contradiz (produz sentidos diferentes) os jornais internacionais, os quais reduzem Cuba a uma ditadura. São outros sentidos sobre Cuba que estão em disputa.

O próprio sentido sobre o que é o *Partido Comunista Cubano* produz efeitos, que os identifica como um espaço de debate, e não um espaço autoritário. **“Isso não significa que não há divergência de opinião, critérios e participação”**, enunciado que reafirma a posição da Revolução Cubana: a da participação. Democracia? O sentido de democracia sofre deriva. Dizer “participação” é não dizer “ditadura”.

Quando ela diz **“Nada é perfeito, mas também nada é terrível”**, não é a mesma coisa se dissesse “Nem tudo é perfeito”. Quando ela diz “nada é perfeito”, o sentido é outro, porque ela mobiliza a ideia de que a imperfeição do mundo é jogada em Cuba, como se, por ter feito uma Revolução, o país tivesse a obrigação de se realizar na perfeição, uma projeção imposta pelos países capitalistas, mas também pelas FD de esquerda, uma vez que Cuba é um campo de significação aberto entre os socialistas. Se o mundo capitalista não é capaz de ser perfeito, se projeta uma espécie de contra imagem a Cuba. Desse modo, o capitalismo sai fortalecido, como meio de produção da vida. Quando Maribel diz “nada é perfeito”, esse discurso abre para o mundo o sentido de perfeição. Se nada é perfeito, por que Cuba seria? Por que a ilha seria perfeita diante do capitalismo e por que ela deveria ser perfeita diante do ideal socialista?

Em última análise, Cuba revolucionária se confronta com todas essas FD's, que, de um modo ou de outro, querem designá-la.

4.6 O bloqueio não é fácil

E3⁸¹: Em Cuba há muitos problemas, como há em **qualquer lugar** do mundo. Mas nós estamos dando **um jeito de resolvê-los**. As **atualizações** econômicas firmadas no VI Congresso do Partido Comunista **são prova disso**. (pausa) **A Revolução é uma experimentação, Cuba não sabia como seria**, nós cubanos estamos vivenciando. **Algumas coisas deram certo e outras não**. Agora, a imprensa de outros países sempre fala mais ou menos mal de Cuba. O *The New York Times* é um **jornal um pouco mais progressista**, no sentido de ser menos conservador, mas o *The Washington Post* é um jornal **reacionário**; *El País* é um **jornal reacionário**, todos esses **falam mal de Cuba**. O *Le Monde* às vezes fala mal e às vezes fala bem, o que é saudável. No Brasil eu não conheço bem nenhum jornal, mas sei da existência da **TV Globo**, porque em **Cuba há muitas novelas brasileiras**. (...) **Venezuela, Equador, Bolívia estão próximos da realidade cubana e são países capitalistas. Não são inimigos. O problema em Cuba é econômico. Se pode ir em qualquer igreja que quiser**. Então eu tenho pra mim que a **ideologia está ligada a uma realidade econômica. Os países ricos não falam bem de Cuba. A economia é o centro de tudo**. Por exemplo, o **problema** da comunicação e da internet em Cuba é propriamente **econômico. Cuba não tem** acesso ao cabo que passa dos EUA a Porto Rico. Os satélites são muito caros e **com o bloqueio não é fácil. Não tem sentido** dizer que é um problema de **censura**. E as pessoas em Cuba, claro, tentam **desviar dos problemas econômicos**. Mas, saiba, Amanda, nada dos problemas de hoje se comparam ao Período Especial, que veio com o fim do campo socialista. **E mesmo assim** esse País se **manteve firme. Isso é incrível**.

A fala do escritor José Garcia Miranda, de 65 anos, que atualmente trabalha no Ministério da Cultura de Cuba, aponta para um lugar: minhas perguntas também são contaminadas por uma ideia de isolamento, como se eu tivesse buscando um jeito de saber se os cubanos se sentem em um isolamento midiático ou se esse isolamento faz parte do meu próprio imaginário do que do deles. **“Em Cuba há problemas, como há em qualquer lugar”**, não sendo Cuba perfeita e nem querendo ser. Os problemas trazidos por José Garcia Miranda são concretos, seus sentidos moram no aspecto econômico, uma vez que as *atualizações* econômicas são prova de que as coisas estão melhorando, ele me diz.

Vale à pena pensar o enunciado *“atualização”*. As palavras, pensam alguns, são só palavras. Não sabem que elas é que vão determinar vencedores e perdedores no campo discursivo. O enunciado poderia ser *“Mudança”*? *“Transformação”*? *“Evolução”*? *“Reforma”*? Certamente essas palavras produzem outros efeitos. Quando José Miranda diz *atualização*, filia-se à FD do Partido Comunista Cubano, que se utiliza dessa palavra

⁸¹ José Garcia Miranda, 65, jornalista. Atualmente trabalha no Ministério da Cultura de Cuba. Concedeu entrevista em sua casa, no bairro de Vedado, em Havana, em janeiro de 2015.

para designar os processos econômicos em Cuba, tal como o projeto de lineamentos, de 2011. *Atualização* é uma palavra que não foi utilizada pelos jornais internacionais analisados, que preferiram as palavras “mudança”, “reforma”. Quem *atualiza* torna atual, sem abandonar o que já existe. Esse mostra o efeito de sentido produzido pela fala de José, que reconhece os problemas de Cuba. No entanto, José não diz quais são esses “muitos problemas”, como há em qualquer lugar. O que seriam? Esse silêncio linguístico, material, também está significando em sua fala. Por que não dizer quais são os problemas? Ao mesmo tempo, esse não dizer, ou melhor, esse sentido silenciado, possibilita referências ao bloqueio econômico. José, ao dizer, esquece. Ao esquecer *os* “muitos problemas”, se lembra dos anos de 1990, onde “nada dos problemas de hoje se comparam ao Período Especial, que veio com o fim do campo socialista”. A atualização ganha sentidos outros se vinculada à memória dos anos 1990. *Atualizar* significa, para José, fortalecer a Revolução Cubana, que se manteve firme, mesmo com o fim do campo socialista.

Quando o escritor José Garcia Miranda afirma que países capitalistas são amigos de Cuba, dando nome a esses países, ressalta que, mesmo no capitalismo, Cuba é parceira de vários deles, mostrando que o problema não é Cuba ter um modo de produção diferente do capitalismo, mas a intolerância de alguns países capitalistas sobre Cuba. Ou seja, para Miranda, os países capitalistas apontados não são inimigos. Mas alguns países capitalistas gostam de produzir Cuba como o inimigo, porque, dessa forma, ele pode ser isolado, ou até mesmo aniquilado.

Logo em seguida, o escritor sugere o que seria o problema de Cuba: “**A economia é o centro de tudo.** Por exemplo, o **problema** da comunicação e da internet em Cuba é propriamente **econômico**”. Ao dizer que *o problema* é econômico, e em seguida dizer que um cubano pode ir à igreja que quiser, o efeito de sentido sobre o que seria o *problema* em Cuba não está na ordem da liberdade, do ir e vir, do optar por algo, da subjetividade, ou até mesmo da ideia de que em Cuba as pessoas não podem ter religião, mas da economia, quem em última instância, disciplina todas as outras instâncias da vida. Quando José, lembra a questão econômica, ele lembra propriamente do bloqueio. Não é a palavra ou a frase em si que causa sentido, mas o que está posto nela. São os sujeitos e os sentidos se constituindo.

Como se sabe, na AD, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e assim se considera que o sujeito se constitui no simbólico. “E é por estar sujeito à língua, ao simbólico, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de. (ORLANDI, s/d, p. 60). **“Com o bloqueio não é fácil”**. Essa fala de José Miranda funciona como a marca de um arquivo, de um depoimento, falado por alguém que vive o bloqueio de dentro e que convive com as consequências dele⁸².

Para a língua significar, ela precisa estar inscrita na história (na memória). Dessa forma, o sujeito cubano, pró-Revolução, corresponde a alguns dizeres, constituindo-se. “Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui” (ORLANDI, s/d, p. 61).

Não se trata de um sujeito de essência, ideal, mas de um sujeito constituído pela língua, pela história, pelo simbólico e pelo político. Os cubanos chamam de *bloqueio*⁸³, e não é à toa, pois o sentido gerado é o que sufoca todas as esferas sociais da vida: um bloqueio diplomático, político, midiático, financeiro, cultural e econômico. Cada palavra é um elemento que gera significação, por isso ela não tem um significado “natural” (MAIA, 2014). O termo “bloqueio” faz parte da FD de uma Cuba pró-Revolução. Não se trata de um termo que vem traduzir a mente daquele que diz, mas de uma prática discursiva.

Dizer uma coisa e não outra só é possível por certas condições. Enquanto o bloqueio dos EUA existir, não serão possíveis alguns dizeres. Como orientou Maia (2014), para escapar do relativismo, é preciso levar em consideração a influência dos eventos sociais na produção do conhecimento sobre algo. Mesmo com o bloqueio e com a desintegração da URSS, principal parceira econômica da Cuba, diz José, esse País **“se manteve firme”**. Quando ele diz que o País se manteve firme, não é qualquer país, é Cuba pós Revolução, então é a própria Revolução que se manteve firme. É a reafirmação

⁸² Em setembro de 2014, o jornal *Granma* divulgou um balanço sobre os danos provocados pelo embargo/bloqueio a Cuba, no relatório sobre a resolução 68/8 da Assembleia Geral da ONU (Organizações das Nações Unidas). Os 52 anos de bloqueio (1962-2014) têm provocado danos de 116,8 trilhões de dólares.

⁸³ Cuba não pode importar nem exportar do território norte-americano nem utilizar o dólar. Desde 2009 até 2 de junho de 2014, 36 entidades estadunidenses e estrangeiras pagaram cerca de US\$ 2,6 bilhões por manterem vínculos comerciais com Cuba.

desse projeto político que está resistindo. Quem se manteve firme, para José, foi a Revolução Cubana. É como se sua fala fosse uma espécie de prova, de testemunho, de arquivo, de que os cubanos querem a Revolução. Se nada se compara ao Período Especial, com a desintegração do bloco socialista do Leste da Europa, as dificuldades econômicas vividas hoje em Cuba, para José, têm outro significado. Não que seja um sentido menor, mas de fato, se na época a crise econômica não abalou a Revolução Cubana, o que abalaria interroga.

A crise da década de 1990 não foi capaz de impulsionar um movimento contrarrevolucionário, mas ninguém passa pela fome de maneira ilesa. Os efeitos econômicos da crise são colhidos até hoje: “E as pessoas em Cuba, claro, tentam **desviar dos problemas econômicos**”. Isso porque, sem a URSS, o projeto da *Revolução* precisou se *atualizar*. A atualização aparece novamente na fala de um cubano, como uma explicação para o que está acontecendo em Cuba do ponto de vista político, econômico e social. A população tenta desviar dos problemas econômicos, um efeito contraditório ao próprio projeto revolucionário, que José não nega, ao contrário. A *atualização* é uma forma que o escritor encontrou para dizer que a Revolução Cubana prosseguirá.

4.7 Cuba e as relações diplomáticas com os EUA

E4⁸⁴: “Obama já havia dito em campanha presidencial que queria outra relação com Cuba. O que temos que ver é **quais são as intenções reais** dos EUA. **Temos contas econômicas e históricas! Cuba não é ingênua.** Os EUA vão entrar em Cuba à medida que Cuba permitir e com o devido **respeito**, não vão entrar **livremente** como pensam alguns (...). A retomada das relações diplomáticas tem **uma importância histórica, porque os EUA perseguem Cuba há décadas**; trataram de **converter** Cuba a uma colônia, depois da independência. **Impôs** todos os bloqueios: econômico, financeiro, bancário, e o **bloqueio sobre a percepção mundial**. **Obama** reconheceu que essa política foi um fracasso. Temos que buscar um mecanismo de convivência. É um processo difícil, mas deu-se o primeiro passo. Depois de tanto tempo é **evidente que a retomada das relações diplomáticas é muito importante**. Ah, é **preciso que se diga que em Cuba há muito cinema americano (ri)**. O **bloqueio** é do outro lado”. (grifos meus)

⁸⁴ Entrevista com o jornalista Ariel Terrero, membro da Presidência da União dos Jornalistas Cubanos e Presidente do Instituto de Jornalismo José Martí. A entrevista foi realizada no Instituto José Martí, em Vedado, Havana, em dezembro de 2014, logo após o anúncio sobre o reatamento das relações Cuba e EUA.

A fala anterior do jornalista do Instituto de Jornalismo José Martí, Ariel Terrero foi proferida dia 21 de dezembro de 2014, quatro dias após a retomada das relações diplomáticas dos EUA com Cuba, no dia 17. O momento era de especulações, expectativas. Quando o jornalista diz que **“Cuba tem contas econômicas e históricas com os EUA”**, é preciso perguntar: em que situação uma frase como essa é aceitável? Pensando na relação política dos dois países, a resposta poderia ser: em uma relação de guerra, de combate, já que em uma situação de paz essa frase não caberia. O jornalista poderia ter dito que os dois países têm problemas ou pendências a serem resolvidos, mas disse que tinham **“contas econômicas e históricas”**.

Esse enunciado, nesse contexto, levando em consideração as Condições de Produção desse discurso, produz um sentido de testemunho e não só de um relato em uma entrevista. As contas são *econômicas* e são *históricas*, diz Ariel.

Para compreender sua fala, é preciso saber que os EUA e Cuba não estão em conflito desde a Revolução Cubana, mas, muito antes disso, desde a independência cubana, quando a Ilha se tornou uma *neocolônia* dos EUA, logo após ter ficado independente da Espanha (MÁO, 2007). Essa nova situação de Cuba gerou alguns efeitos políticos: um deles é que os EUA teriam legitimidade para interferir na Ilha politicamente, economicamente e militarmente (GALEANO, 2000). O que de fato ocorreu. Depois da Revolução, veio o bloqueio. É dessa memória que Ariel fala. É ela que ele mobiliza quando diz que os dois países têm **“contas econômicas e históricas”**.

As contas históricas são as contas do período *neocolonial*, em que o país ficou sujeito ao governo americano e teve suas riquezas exploradas. Aí, podemos encontrar os sentidos de soberania nacional, que borbulham das falas de alguns cubanos e, principalmente, do discurso visual da cidade de Havana, que carrega dizeres como “pátria”, “resistência” em seus vãos. As contas históricas são incontabilizáveis, o que é diferente das contas econômicas, as quais possuem cifras. Elas são simbólicas e políticas, talvez essa conta nunca feche. Mas antes é preciso dar espaço ao bloqueio, que surge quando Ariel se refere às contas econômicas.

Se **“Cuba não é ingênua”** é porque ela não está passiva. Aí já se contrapõe a ideia trazida pelos jornais de que os americanos promoveriam mudanças em Cuba. O efeito ideológico — de resistência — não nasce do nada, há um pré-construído formado no

confronto histórico e político entre os dois países. Esse confronto se materializa na fala de Ariel; está no discurso. Os cubanos não são manipuláveis, vão deixar os EUA irem até onde Cuba quiser, diz Ariel. Esse sentido produz outros efeitos, uma vez que se contrapõe ao discurso que os EUA querem passar, ou seja, a ideia de mudança, de ruptura, de reforma no modo de produção político e social da Ilha. Que outro discurso é esse de Cuba que não está no jornal?

Pela determinação histórica dos processos de produção de sentidos sobre Cuba, constitui-se a relação cubanos-EUA. Isso quer dizer que, mesmo após a Revolução Cubana, há uma marca de nascença do cubano que viveu com a memória do conflito entre os dois países, uma condição para que esse discurso de resistência retorne sempre que a memória sobre esses dois lugares é reivindicada.

A ideia de que Cuba é uma ilha isolada está nos jornais, mas não está no discurso do jornalista cubano. *“É preciso que se diga que em Cuba há muito cinema americano”*. O que ele está falando quando diz *“É preciso que se diga”*? Não se diz, normalmente? O que é preciso dizer? Que há cinema americano, o que mostra que o bloqueio é do outro lado, diz Ariel. Mais do que cinema americano, há cultura americana circulando em Cuba. Dizer isso mostra que há muito mais dos EUA na Ilha do que os jornais dizem.

Com essa frase, “o **bloqueio** é do outro lado”, o jornalista desloca a responsabilidade pelo bloqueio e seus efeitos para os EUA. O governo americano impor bloqueia Cuba, mas Cuba não bloqueia os EUA. E é este bloqueio que está sendo significado quando ele diz que os cubanos têm *contas econômicas* com os EUA. Quando Ariel diz que o bloqueio é do outro lado, ele não está só respondendo aos EUA, mas ao mundo.

A fala de Ariel não é um discurso de hoje, efeito da retomada das relações diplomáticas de Cuba com os EUA, mas vem de antes, liga-se ao interdiscurso, que se filia à FD da Revolução Cubana; são essas CP que farão com que algumas frases façam sentido em determinado discurso.

O dizer do jornalista é uma questão de memória, ou seja, o saber discursivo daquilo que se fala, que circula, que fazem com que as palavras façam sentido. O jornalista se constitui historicamente pelo que já foi dito sobre a Revolução Cubana em Cuba, o que possibilita o seu dizer. Possibilita a sua identidade. “A memória é a condição

do dizível” (ORLANDI, 2002, p. 66). Um discurso como o de Ariel, que rompe com o discurso da grande imprensa sobre Cuba, não consegue se significar onde muitos sentidos não podem fazer tanto sentido assim. Quando ele diz que os EUA não vão entrar (em Cuba) *livremente* como pensam alguns, ele se coloca dentro da expectativa do político, da soberania, do Lugar — com L maiúsculo.

Os jornais internacionais analisados, de modo geral, não colocam em pé de igualdade as “contas”, sejam históricas ou econômicas, desses dois países. Ao fazerem isso, os jornais silenciam o sentido de resistência que apareceu diversas vezes nas falas dos cubanos entrevistados nessa escrita-pesquisa. O sentido heroico de resistência é barrado pelos jornais, tornando-se inviável. Contudo, esse mesmo sentido evitado se atualiza a cada entrevista realizada para este trabalho.

A designação *Revolução Cubana* não é usada pelos dicionários dos jornais *The New York Times*, *O Estado de S. Paulo* e *El País*, que preferem os termos “regime”, “sistema”, “ditadura”. Esse silêncio material da palavra é como se fosse um efeito desmoralizante sobre o enunciado, uma palavra que foi posta para fora do discurso. Se os jornais não podem ressignificá-la, então eles a eliminam.

4.8 Discurso: um percurso histórico

E5⁸⁵: Os **Estados Unidos sempre agrediram** Cuba, com **atentados, mortes**. **Agora**, os americanos querem **investir** em Cuba **urgentemente**, e eles têm mais dinheiro que todos os espanhóis juntos...e Cuba precisa estar **atenta** porque o **turismo americano é diferente; o empresário americano é diferente, é muito mais perverso**. Então os cubanos estão atentos, porque não quer dizer que com uma **embaixada** em Cuba e com o turismo, os Estados Unidos vão deixar de nos **agredir**.

A fala do dono de uma pousada na cidade de Santa Clara, a três horas de Havana, é o político agindo na linguagem, um discurso cuja posição-sujeito se situa nas relações políticas entre o seu país e os EUA, nutrindo-se, entre outros, da memória de guerra, do bloqueio econômico e das tentativas dos EUA de destituir o governo revolucionário,

⁸⁵Entrevista com o cubano Francis, proprietário de uma pousada, na cidade de Santa Clara, em Cuba- janeiro de 2015.

produzindo efeitos de sentido que se sustentam na resistência, como modo de produção da Revolução Cubana.

Os sentidos do pré-construído funcionam na língua e fornecem subsídios para que o sujeito se aproprie e fale o seu discurso (HENRY, 1992). É o discurso daquele que não quer ser *recolonizado* que ecoa na fala de Francis. Trata-se de um discurso cujo argumento principal é de que Cuba precisa estar atenta, sentido mobilizado pela memória que se significa como um alerta frente a uma ordem discursiva da dominação, da tentativa de *recolonização* dos EUA. Essa aproximação diplomática reverbera muitas heranças discursivas, como quando ele diz que **“Cuba precisa estar atenta”**. Há um sentido político na sua fala que desconfia das intenções dos EUA. É um temor sobre o que pode ser da Revolução Cubana, porque o **“turismo americano é diferente; o empresário americano é diferente, é muito mais perverso”**.

Por outro lado, esse discurso está em aliança com o discurso de guerra (beneficiando-se dos enunciados “agressão”, “mortes”) e com um instrumento potente: a consciência política. É por essas construções do saber que se institucionalizam a noção do político, produzindo formas de significar.

A fala de Francis também revela que ele, filiado à Revolução Cubana, ainda está em confronto com os EUA. Se pensarmos para além dessa entrevista, poderemos compreender que a relação entre os dois, para Francis, se significa por uma guerra concreta (o bloqueio), mas também simbólica, porque ela faz sentido no discurso quanto está em contato com o político.

Em algumas condições determinadas, algumas frases podem fazer mais sentido que outras. *“O turismo americano é diferente”*. O imaginário que os cubanos criaram sobre o que são os EUA também aparece em seus discursos. A perversidade, o capitalismo selvagem, o bloqueio econômico, em suma, a relação entre os dois países afeta a MD de Francis. Não é apenas ele falando, mas tudo que se falou sobre os EUA, em Cuba. É a língua(gem) dando pistas do sentido que o sujeito “quer” dar. São sentidos pré-construídos que fazem eco na memória (interdiscurso).

Na fala de Francis, ocorre uma relação de sentido, ou seja, o sentido dos EUA no passado que faz lembrar o sentido dos EUA no presente, mostrando que o discurso não

funciona de modo isolado, mas está sempre ligado a outros discursos, como uma cocha de retalhos que se apresenta materialmente no mundo (HENRY, 1992). São discursos trabalhando no interior de sua fala, é a ideia do pré-construído. Ainda para Henry (1992), não existe discurso que funcione sem apelar a outros. Se os interesses dos EUA apontados no discurso de Francis são antagônicos aos de Cuba, percebemos que não há unanimidade; o que há é disputa.

Como estamos falando de uma superpotência política, econômica e, principalmente, bélica, não é absurdo dizer que o discurso que permeia a fala de Francis se entrelaça ao imaginário da dominação, o qual intensifica o papel “regulador” do governo americano nas relações internacionais. Com efeito, os jornais mundiais são atravessados por esse imaginário (de que os EUA são o país referência).

Ele ressaltou que o **empresário americano é diferente**. Francis também ocupa, agora, uma posição empresarial, sendo ela diversa da de um empresário dos EUA. Em Cuba, há cooperativas urbanas, em que os donos de restaurantes, pousadas ou um pequeno comércio, trabalham por meio de um modo de produção que, como diz Francis, não é perverso. O novo empreendedor em Cuba, lembra dos atentados e mortes, cujos sentidos mobilizam um responsável: o governo americano.

Tem se mostrado frequente um discurso que não apareceu nos jornais internacionais: que os cubanos estão atentos sobre as intenções dos EUA. As embaixadas-símbolo do capitalismo internacionalizado- serão abertas, o turismo- possibilidade concreta do capitalismo (o lazer monetarizado)- representam a aproximação material entre os dois países, o que demonstra que as agressões sobre Cuba podem mudar de tática. Isto é, a estratégia é a agressão, mas o modo como isso ocorrerá depende da tática. Nesse aspecto, Francis se posiciona de modo temeroso e consciente sobre os rumos políticos entre os dois países. Ao contrário do que diz os jornais, o discurso de Francis abre outras possibilidades, como a preocupação. Uma possibilidade que não fecha a questão que envolve o reatamento das relações diplomáticas. Ou seja, são dizeres que colocam um impasse sobre o acontecimento. Há uma diversidade de vozes, que se confrontam nas Formações Discursivas dominantes trazidas pelos jornais analisados.

4.9 Um discurso *de* defesa; *em* defesa

O discurso não se limita à língua propriamente dita, como se conhece, mas se materializa por meio dela. Por isso, “os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana” (FERNANDES, 2007 p.20). O autor afirma que “como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele”.

E6⁸⁶: “**Nós cubanos** estamos preparados para recebermos os americanos em **nosso país. Devemos ficar atentos**, como estamos, pois, ao dar um abraço em um amigo, **podemos ser feridos pelas costas**. Disso **Cuba está consciente. Não vamos retroceder**. Quem não vive em Cuba pensa que **nós temos um zíper na boca** (faz o gesto), mas **os cubanos são muito críticos**. Se critica o tempo todo. **Queremos** agora, depois do VI Congresso do Partido Comunista, **melhorar o nosso socialismo**”.

Em 2013, os EUA criaram uma espécie de Twitter cubano, conhecido como ZunZuneo, para monitorar a população e identificar quem estaria disposto a “desertar”⁸⁷. O programa monitorava quais eram os gostos dos cubanos, quais sites eles mais acessavam; e a partir daí realizava-se um “diagnóstico” político. Em abril de 2014, a imprensa divulgou que quem introduziu o “Twitter cubano” foi Joe Mcspedon, funcionário do governo dos EUA. Esse exemplo concreto e outros mostram as CP para um discurso de defesa, de resistência, como se estivessem sempre em suspenso. E de certa forma estão: foram mais de 600 atentados a Fidel Castro, que, por sua vez, acusa-nos ser a mando dos EUA (LORENZATO, 2011); leis do bloqueio econômico; bombas em hotéis e restaurantes turísticos na década de 1990 (MORAIS, 2011). Esses fatos criaram uma espécie de cultura de vigilância em Cuba. Quando o aposentado Luis Fernandes afirma que os cubanos podem ser feridos pelas costas, esse dizer está relacionado com uma Memória Discursiva de confronto. É uma memória acionada toda a vez que ele vai trabalhar. Luiz é guardador de banheiro de restaurante e hotel, profissão que surgiu por

⁸⁶ Entrevista com o cubano Luis Fernandes, aposentado pela Forças Revolucionárias. Atualmente é um guardador de banheiro, em Havana. A entrevista aconteceu em janeiro de 2015.

⁸⁷ Cuba e EUA trocam farpas durante evento de internet em São Paulo. Nesse dia, o governo cubano acusou os EUA de criar uma rede social clandestina em Cuba (MEDEIROS, 2014).

causa dos atentados com bomba nesses estabelecimentos, nos anos iniciais da Revolução Cubana (MORAIS, 2011).

É interessante notar que Luís se refere a Cuba na totalidade: **“Cuba está consciente”**. Seria realmente toda, ou alguém fica de fora nessa Cuba? Quando ele diz isso, mobiliza a ideia de unidade, de defesa, e, mais uma vez, de resistência. É o interdiscurso funcionando por meio da paráfrase e da polissemia, ou seja, o “mesmo”, a memória, o dizível, e o “outro” (ORLANDI, 1999).

As Condições de Produção da fala de Luís colocam uma questão que é inevitável e constitutiva: eu, pesquisadora. Luís fala como se fala com um estrangeiro: **“Quem não vive em Cuba pensa que nós temos um zíper na boca”**. Os jornais, o imaginário estrangeiro, o Outro pensa isso de Cuba, para Luís? Ele diria isso em outra situação? Há muitas formações discursivas circulando, mas quando ele diz *zíper na boca*, esse dizer remete ao interdiscurso que se filia a Formação Discursiva que significa Cuba como o lugar da censura, onde os cubanos seriam manipulados por um governo ditador, que não permite a controvérsia e a crítica. Que não permite o dizer. Luís contesta essa imagem, imaginando que eu pense isso de seu país. **“Os cubanos são muitos críticos”** e **“Se critica o tempo todo”** são enunciados arrolados em uma tentativa de dizer o que os jornais internacionais não dizem. A fala de Luís também reside no discurso político, que tem dimensões concretas e simbólicas. **“Melhorar o nosso socialismo”** é o sentido que ele atribui à atualização do sistema econômico do País. Melhor não é acabar. Não é mudar. Não para Luís, que reafirma os próprios sentidos que ele está querendo imprimir.

“Não vamos retroceder” é uma frase grávida de sentidos. Retroceder a o quê? O que é o retrocesso? A memória histórica da dominação dos EUA sobre a Ilha se significa na frase de Luís. O retrocesso seria o País se submeter política e economicamente aos EUA, como o fez no passado. Essa é uma fala que afirma sua posição na Formação Discursiva que defende a soberania nacional cubana, que é mais do que um discurso pró-revolução.

O guardador de banheiro produz para si e para Cuba uma representação de coragem. É o imaginário agindo. *“Estamos prontos”*, um dizer que lembra um soldado, como já foi Luís na Guerra de Angola, nos anos 1970, onde ele lutou em defesa da

independência angolana. *Estar pronto* indica que a Revolução está madura, que está pronta para restabelecer relações diplomáticas com os EUA. Poderia ter outro sentido? Poderia, se não soubéssemos que Luís quer melhorar seu socialismo. “*Não vamos retroceder*” é como se ele reafirmasse a posição da Revolução Cubana enquanto projeto de nação. O retrocesso é o que Cuba era antes de 1959, uma memória da qual Luís não quer se lembrar. Ele até se lembra, mas se lembra para esquecer. De vez enquanto essa memória ressurgue para ele lembrar sobre o que significa a Revolução Cubana.

4.10 Nós, primeira pessoa do plural

E2⁸⁸: Desde que caiu o União Soviética **tivemos que enfrentar** a miséria. Não se **sobrevive** se não estiver **forte** e se não tiver capacidade de **lutar**. **Nosso povo** é criativo e inteligente, com **sagacidade** política. **Todos somos** parte desse país e participamos de tudo.

E7⁸⁹: **Nós somos** críticos. É preciso melhorar os salários do **povo**. E **está melhorando**. Aos poucos, depois da crise da década de 1990, **estamos arrumando** as coisas em Cuba. **Pensamos** que a **atualização econômica é muito boa**, porque é um **projeto**, que teve **a participação de todos nós**. Nada do que foi decidido não foi discutido antes (...) Mas você quer saber por que os meios de comunicação no mundo não falam sobre isso? Porque se começam a falar bem de nós, o **mundo inteiro vai querer se tornar uma Cuba** (ri).

Na entrevista E7 quem fala é Raul, dono de uma pousada em Havana, aposentado pelo Exército Revolucionário de Cuba. Lutou na guerra de Angola, na década de 1970. Ele enuncia a partir da posição/sujeito que participou do projeto de *atualização* do modelo econômico de Cuba e de alguém que vivencia algumas dessas atualizações, por ter transformado sua casa em uma pousada turística, por exemplo.

O discurso não é uma coisa, não é o texto, não é fala, propriamente. O discurso é tudo aquilo que permite se estabelecer sentidos (HENRY, 1992). O que Raul diz

⁸⁸ Professora Doutora em Ciência da Comunicação e Coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade de Comunicação de Havana, Maribel Acosta Damas. Entrevista concedida em dezembro de 2014, na Faculdade de Comunicação.

⁸⁹ Entrevista com o aposentado Raul Hernandez, 65 anos, proprietário de uma pousada no Centro Velho de Havana. Raul lutou na guerra pela libertação de Angola, na década de 1970. A entrevista aconteceu em janeiro de 2015, em sua pousada.

demonstra que o discurso segundo o qual Cuba seria um paraíso não está na boca dos cubanos que vivem na Ilha. Raul, em uma posição-sujeito de alguém que foi do Exército Revolucionário, e hoje vivencia a atualização do modelo econômico, enuncia; e seu discurso ressoa em uma consistência política, que não idealiza sua Revolução. Ao contrário. “**É preciso melhorar os salários do povo**”. O discurso de Raul relaciona a Revolução à ideia de dialética, de contradição, de um país que vive suas conquistas, mas também suas limitações. “*É preciso melhorar os salários do povo*” é uma crítica a essa *atualização* que ainda não *melhorou os salários do povo*, e mais, é uma crítica à Revolução Cubana, enquanto projeto de bem-estar social. Esse dizer, de alguma forma, é um pouco diferente das falas dos cubanos que aparecem nos jornais internacionais analisados que apontam as questões econômicas em Cuba. “É preciso melhorar os salários do povo” é um dizer endereçado ao governo de Cuba, dito por alguém que tem autoridade, por ter participado e ainda participar desse projeto Revolução.

Pergunto se ele acompanha como os jornais internacionais representam Cuba. Nesse momento, Raul não pensa muito e responde: “Mas você quer saber por que os meios de comunicação no mundo não falam sobre isso? Porque se começam a falar bem de nós, o **mundo inteiro vai querer se tornar uma Cuba** (ri)”. Esse enunciado de Raul mostra que a questão das narrativas sobre Cuba é uma questão de linguagem, mas é também uma questão política, pois são os discursos que vão evidenciar o lugar que os sujeitos históricos vão ocupar na luta simbólica (e concreta) pelos sentidos.

Chamo a atenção para o verbo na primeira pessoa do plural, que constantemente apareceu na fala dos cubanos entrevistados. “nós”, “nosso país”, “não vamos”, “não queremos”, “estamos atentos”. O sujeito se liga ao outro e produz significado. Como escreveu Pêcheux (1990),

é porque há o outro nas sociedades e na história que aí pode haver ligação, identificação ou transferência... E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1990, s/p).

Há um ir e vir do discurso quando os entrevistados usam o “nós”. Não é um mero detalhe de narrativa, mas um fundamento da memória, porque, ao dizer, deixam escapar

o olhar, o silêncio, a enunciação de um passado que se fez conquistas, sofrimento, mas que se fez *união*. Os cubanos se uniram em sua Revolução, grafitaram o rosto de seus ídolos revolucionários nos muros de Havana, falam sobre suas conquistas e não escondem seus erros. Há uma noção do político muito latente nos dizeres desses cubanos, a qual contraria frontalmente o discurso dos jornais *The New York Times*, *O Estado de S. Paulo* e *El País*, que produzem uma imagem de um povo ora condicionado, ora confinado na Ilha.

Será que se Cuba fosse um sistema de ditadura, no sentido de opressão, de governo autoritário, iria manter esses cubanos em conjunto linguístico e político. Falar na primeira pessoa do plural não é a materialidade discursiva de que a Revolução está produzindo sentidos? Que laços são esses que mantêm essas pessoas?

Raul, Luis e José parecem não aceitar que Cuba está se movendo para o capitalismo, desestabilizam esse discurso, que se fez presente em todos os jornais internacionais que analisamos na pesquisa. “Estamos melhorando nosso socialismo”, dizem. É a memória carregada com o “peso” do exemplo frente às experiências socialistas que não sucumbiram no mundo, o “peso” do exemplo do único país na América Latina que ousou não se submeter aos EUA. Essa é uma memória de esperança, que quer que *a atualização* do modelo econômico, um *projeto* pensado por *todos*, dê certo, e possibilite melhores condições para sua *Revolução*, diz Raul.

Pensando nas condições de produção de existência da Revolução Cubana, o enunciado “**melhorar o socialismo**” ganha sentidos específicos:

- (1) Cuba não retornará ao capitalismo;
- (2) Melhorar o futuro;
- (3) O socialismo não é uma cartilha estática.

O discurso segundo o qual o socialismo em Cuba vai melhorar com a atualização do modelo econômico é produzido a partir de uma conjuntura política e econômica favorável, com governos mais ou menos de esquerda que ascenderam no cenário latino-americano, como o Equador, a Venezuela e a Bolívia (na primeira década dos anos 2000), criando uma Cúpula de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, uma forma de unir diplomaticamente a América Latina.

É importante destacar que os cubanos, ao contrário do imaginário construído pela mídia internacional, não se veem como um país comunista, mas socialista. A palavra “comunismo” não foi detectada em nenhuma das entrevistas realizadas, o que mostra que é no discurso que podemos entender o que Cuba é em sua representação.

Esse território (Cuba) no imaginário social global torna-se um objeto de disputa, de conflito, algumas vezes significando-se como *Revolução* pelos cubanos e *Ditadura* pelos jornais. As CP mostram como as diferentes denominações são uma importante pista sobre um lugar que nunca é só uma coisa, como a mídia faz crer. Cuba tem significado diferente para quem ali mora, e nós conseguimos identificar isso nos dizeres dos cubanos.

Assim como não se prevê o futuro, não se prevê uma Revolução: “algumas coisas deram certo e outras não”. Quando José Garcia Miranda (E3) diz que a “Revolução é uma experimentação”, o sentido é de que Cuba *está em* Revolução, no presente, o que é completamente diferente da ideia de Revolução como algo pontual, do passado. A noção de tempo é importante ser analisada, porque mobiliza a ideia de que a *atualização* do modelo econômico não é uma transformação de uma coisa para outra, mas a experimentação de uma mesma coisa de outras formas. A problemática não mudou, continua sendo uma revolução para os humildes, mas o modo para se conquistar isso se transformou. Cuba não é uma ilha (política). A Revolução está sendo vivida, experimentada, construída, como encontramos na fala de José Miranda (E3).

É no *lugar* que se constroem imagens dos sujeitos, das situações, do Outro. Esse lugar de Cuba é diferente do lugar trazido pelos jornais internacionais, que enquadra Cuba de um modo estereotipado, como uma espécie de “lembrete da memória” (COSTA, 2011, p. 39), com os quais os cubanos entrevistados não se identificam, diante de mim, pesquisadora.

E6⁹⁰: Não há obra humana que seja perfeita. A **nossa** não é perfeita; está sujeita constantemente à perfeição e é isso que **estamos fazendo**: aperfeiçoando **nosso** sistema social; um bem diferente do império. **Não queremos que eles sejam iguais a nós**. Queremos é que **nos deixem viver e nos deixem fazer nosso sistema e desenvolvê-lo como quisermos**.

Na perspectiva teórica da AD, os sentidos são produzidos socialmente, na história. O sentido se produz a partir da inscrição do sujeito em determinada FD. Luís, 65 anos, é um cubano, ex-combatente do Exército Revolucionário, aposentado, que lutou na guerra de libertação de Angola, na década de 1970. Viveu o antes e o depois da Revolução Cubana. Os sentidos de Revolução para ele se estabelecem como parte que constitui Cuba em sua memória, que condensa todos os dizeres anteriores, que estampam a memória da *Revolução*. Essa é uma memória que se constitui no passado, no presente e no ideário do futuro, não se tratando de uma repetição igual, como um processo de cópia, pois não é repetição do idêntico (HENRY, 1992), mas uma repetição que a identifica. A palavra significa e ecoa em sua trajetória. *Revolução* é uma palavra-discurso:

A palavra-discurso tem o funcionamento da alusão, mas alusão no sentido forte da palavra, isto é, no da sua força objetivante, que a ideologia faz funcionar: vira coisa, palavra como corpo. Corpo a corpo da palavra, sentido, sujeito. Mundo. O real da história. Resistindo em sua materialidade. Historicidade: interdiscurso (ORLANDI, 2013, p. 22).

Não se conhece uma sociedade à primeira vista. A cada ida a Cuba, a cada entrevista, a cada passo, vou tocando sobre os seus sentidos possíveis. É possível identificar um discurso de resistência que resiste. É de resistência, porque é contra um poder, o poder econômico e político que tenta homogeneizar o mundo, as pessoas. A resistência elaborada na forma material do dizer, um caminho discursivo que significa “aquilo que está na memória discursiva, mostrando que na linguagem, seja qual for, o sentido é linguístico-histórico” (DIAS, 2014, p. 92).

⁹⁰Entrevista concedida pelo ex-militar cubano, hoje aposentado e guardador de banheiro, Luís Fernandes, na versão on-line da Revista Caros Amigos (COTRIM, 2013). Luis concedeu-me essa entrevista em sua casa, em Havana, em fevereiro de 2012.

Os cubanos entrevistados parecem querer apenas fazer seu sistema e desenvolvê-lo. **“Não queremos que eles sejam iguais a nós”**. O “eles” são os EUA. Luis, mais uma vez, relembra a relação histórica entre os dois países. E lá se vão 56 anos, desde o triunfo da Revolução Cubana. Luís pede, como se tentasse alcançar os ouvidos do mundo: **“nos deixem fazer nosso sistema e desenvolvê-lo como quisermos”**. Como escreveu Dias (2014), retomando Pêcheux (2008, p. 43), a fala de Luís escapa ao que foi naturalizado, em uma espécie de consenso sobre Cuba, mostrando “que há um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também outro tipo de saber, que são se reduz à ordem das coisas-a-saber (DIAS, 2014, p.90).

Ao pedir que deixemos que os cubanos façam e desenvolvam seu sistema como quiserem, “o sentido está preso, como uma espécie de utopia de um mundo onde ele possa dizer livremente” (DIAS, 2014, p. 99).

Considerações finais

*A história é um trem riscando trilhos, abrindo novos espaços, acenando muitos braços, balançando nossos filhos*⁹¹.

As considerações finais não são propriamente o fim. Desejo, nessa parte do trabalho, elaborar uma apreciação sobre a análise da pesquisa. Aqui, procuro responder aos objetivos colocados no início do projeto e às questões elaboradas na fase da pesquisa, considerando todo o percurso trilhado nesses dois anos.

Na AD é importante que o dispositivo teórico seja praticado no dispositivo analítico para que seja possível a compreensão da teoria. As noções de ideologia, formação discursiva, memória, efeito de sentido, pré-construído são compreendidas em relação às matérias e aos depoimentos analisados. Desse modo, algumas considerações só foram possíveis a partir da investigação realizada.

O modo como Cuba é representada nos jornais analisados está relacionado diretamente a dois fatores: a memória e a ideologia. Os dizeres dos jornais internacionais e os dizeres do jornal cubano estão amparados pelas memórias dessas Formações Discursivas. Foi preciso recorrermos ao passado para compreendermos os discursos sobre Cuba no presente.

Antes de a Revolução Cubana triunfar, em 1º de janeiro de 1959, o jornal *The New York Times* (e as agências de notícias) e os jornais brasileiros viam com “bons olhos” o processo guerrilheiro que se desenvolvia em Cuba. Os jornais, de modo geral, acreditavam que a guerrilha estava disposta a destituir o ditador Fulgencio Batista. Não por acaso, os jornais brasileiros chegaram algumas vezes a chamar os guerrilheiros de “heróis”, ainda nos anos de 1957 e 1958 e apoiaram a Guerrilha Cubana.

Contudo, é no acontecimento *histórico e discursivo* da Guerrilha que podemos vislumbrar o modo como as narrativas sobre Cuba foram construídas pela mídia, consolidando-se como “verdades inquestionáveis”. Os jornais internacionais e brasileiros, e mais especificamente o *The New York Times*, produziram suas narrativas em cima da figura de Fidel Castro, o que contribuiu para que houvesse uma espécie de

⁹¹ BUARQUE, Chico. Canção pela união da América Latina. Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/85942/>>. Acesso em jan. 2016.

heroísmo sobre sua imagem no início do processo revolucionário. A imagem heroica não foi “aceita” apenas pelos jornais, as formações de esquerda também se reconhecem nesse discurso, se identificam. Nos jornais, a imagem heroica é substituída (esquecida) quando a Revolução começa a se “esquerdizar” para que outra imagem surja, a imagem de vilão. A partir do modo como Cuba é significada pelo governo dos EUA, os jornais passam a resistir em defender o novo governo de Cuba. Desse modo, é possível afirmar que a Revolução Cubana foi um *acontecimento discursivo e histórico*, que transformou as práticas discursivas dos jornais.

Desde antes da Revolução Cubana, ainda no processo de independência da Ilha, no final do século XIX, houve uma espécie de *norteamento* dos discursos dos jornais, que se pautaram a partir da política internacional dos EUA (SALIN, 2013). Nesse aspecto, o governo dos EUA exerceu um poder histórico sobre o imaginário dos jornais, afirmando o que Cuba era em sua representação. A linguagem jornalística, enquanto ação política que “recorta” Cuba, também é constituída por esses pilares pré-construídos, sendo o discurso uma produção história e uma prática social concreta (MAIA, 2004, p. 31). Por isso faz sentido para o jornal *The New York Times*, em sua lógica estruturante, capitalista, enunciar Cuba como *comunista*. Apesar de o jornal americano nunca ter usado a palavra “ditadura” para identificar Cuba, produziu sentidos de ditadura para a Ilha quando disse, em todas as reportagens analisadas, que o País *não* estava de acordo com os direitos humanos, a liberdade política e a liberdade de expressão.

Consideramos que o jornal *The New York Times* não se refere a Cuba como uma *ditadura* porque não houve ditadura nos EUA, não existindo essa marca em sua herança discursiva. No entanto, ele significa Cuba como *comunista*, relacionando o comunismo à pobreza, à falta de liberdade política e de expressão. Assim como o governo americano em seus documentos de Estado, os jornais internacionais produziram para Cuba o sentido da *não democracia*. Quando o jornal *The New York Times* produz Cuba como comunista, o jornal “lembra”, pelas práticas discursivas, que o comunismo sempre foi significado pelo governo americano como um mal à humanidade. Nesse sentido, o jornal está em acordo, discursivamente, com a política internacional dos EUA.

Mas, diferente dos EUA, o Brasil⁹² e a Espanha⁹³ viveram ditaduras. Quando os jornais *O Estado de S. Paulo* e *El País* identificam Cuba como ditadura, uma memória é acionada, reverberando heranças discursivas, que vão se relacionar com as imagens que esses jornais fazem sobre o que é uma ditadura e sobre o que é Cuba.

A palavra ditadura, quando aparece nos jornais internacionais, tem seus sentidos preenchidos pela memória discursiva dessa Formação Discursiva, porque os jornais não dizem, afinal, por que Cuba é uma ditadura e nem como é o sistema político e eleitoral na Ilha. Esse não dizer é quase uma não-necessidade, já que a ditadura é uma evidência de significação à Cuba.

O jornal brasileiro, para se opor à imagem do que seria uma ditadura, estabelece em seu dizer, silenciosamente, que a democracia está relacionada aos EUA, como se o sentido de democracia tivesse nascido em nós, esquecendo que há um pré-construído sobre a palavra, que cristaliza, pela ideologia, os sentidos que ela terá. Quando os jornais falam sobre Cuba, os sentidos sobre a democracia são esvaziados, preenchidos com seu oposto: a ditadura.

Os jornais internacionais analisados relacionam, de modo silencioso, os EUA à democracia, porque o país ocupa esse lugar da potência, por isso é “natural” (foi naturalizado) que a imprensa identifique nos EUA o representante que comandará o processo de restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, como foi possível identificar em todas as reportagens analisadas. Não é por acaso que, no material dos jornais *El País* e *O Estado de S. Paulo*, as “vozes” que falam na matéria são os cubanos contrários à Revolução Cubana, cubanos que querem migrar para os EUA, que estão esperançosos por dias melhores.

O discurso do governo americano preencheu todos os sentidos sobre o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Foi o discurso político do governo dos EUA que significou o processo de reatamento das relações diplomáticas, e os jornais internacionais tomaram esse discurso como evidência, naturalizando aquilo que estamos chamando de uma *recolonização discursiva* sobre Cuba, a partir do discurso do governo americano. Essa recolonização discursiva não é à toa; ela se realiza no pré-construído sobre Cuba; no passado, os jornais também se filiaram ao discurso institucional dos EUA, que

⁹² O Brasil viveu a ditadura Vargas de 1937 a 1945 e a Ditadura Civil Militar, que durou de 1964 a 1985 (BALESTRA, 2015).

⁹³ O país teve uma guerra civil 1936 a 1939. Em seguida, foi instaurada a ditadura do General Francisco Franco, conhecida como Franquismo, que durou até 1976.

produziu um domínio sobre os sentidos que a Ilha teve antes da Revolução, na época da neocolônia e fez o mesmo movimento político produzindo discursivamente o que Cuba é, pós 1959 e que ela deverá ser a partir de agora. Os jornais internacionais, em acordo com a política internacional dos EUA, promoveram um apagamento do real histórico, produzindo sentidos que enfraqueceram Cuba no campo do simbólico. Com a retomada das relações diplomáticas entre os dois países, os jornais internacionais, mais especialmente o *The New York Times*, mobilizou a ideia de que, com aproximação do governo dos EUA, a liberdade de expressão existira em Cuba. Esse discurso, como vimos, está alinhado ao discurso da Casa Branca.

Em sua primeira reportagem, após o restabelecimento das relações entre Cuba e EUA, no dia 18 de dezembro de 2015, o jornal *O Estado de S. Paulo* mobiliza imagetivamente (e discursivamente) os EUA como sujeitos ativos, que decidem. Como se Cuba estivesse sujeita ao governo americano. Nesse aspecto, o jornal brasileiro “prova” que Cuba é mais fraca nessa correlação de força, e também é mais incapaz. É no discurso da imprensa que podemos identificar quem ganha e quem perde no jogo político.

Para sustentar o argumento de que em Cuba não há liberdade, ao contrário, há escassez, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou uma reportagem, no dia 8 de fevereiro de 2014, após a II CELAC, destacando que em Cuba há “castas” (palavra do jornal), produzindo para a Ilha o sentido da desigualdade e do precário. O comunismo da Ilha, diz o jornal, é o responsável pelas *castas*.

Todos os jornais internacionais exerceram certa repetição de enunciados e regularização de sentidos, que provocam uma homogeneidade para a ilha e que determinam Cuba como um *não lugar*⁹⁴, ou um lugar subalterno, identificando o País como comunista, ditatorial, pobre, atrasado, sem liberdade política, sem liberdade de expressão, sem direitos humanos. Pelo discurso, os jornais dizem o que o mundo não deve ser ao negarem o que Cuba é.

Os discursos *sobre* Cuba produzem efeitos de sentido que funcionam como um produto determinado pelas CP, que são históricas, cotidianas e ideológicas (ORLANDI, 2008). Os dizeres desses jornais apontam a interpretação para a mesma direção: certo sentido para a exclusão dos cubanos dos jornais. A compaixão das reportagens faz parte da derrota da Revolução Cubana. A violência da exclusão (do silêncio) de outros sentidos

⁹⁴ O termo não-lugar é no sentido de negação desse lugar.

é sustentada pela punição, por Cuba ser uma “falha”, uma ruptura, um lugar estranho perante o mundo ocidental. Esse silêncio é estruturante, constituindo esse *não lugar* para Cuba e para os cubanos.

Contudo, os sentidos sobre Cuba mudam de acordo com as Formações Discursivas, as formações ideológicas do dizer. Para o *Granma*, a identidade de Cuba se perpetua na *Revolução*, o que mostra que o lugar de fala do sujeito (a FD) é que determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido estabelecem que todo discurso se relacione com outros. Por isso, para o *Granma*, o discurso de uma Cuba revolucionária se relaciona com o discurso de uma Cuba solidária, integradora. Esses sentidos não foram agenciados, da mesma forma, pelo *El País*, pelo *Estado de S. Paulo* e pelo *The New York Times*. Para esses jornais, o comunismo, identidade atribuída a Cuba, se relaciona com os sentidos de opressão e de pobreza. Esse sentido sobre o comunismo não é intrínseco, mas uma construção.

Ao falarem sobre Cuba e a denominarem como *comunista*, os jornais internacionais relacionaram a Ilha à URSS, a exemplo das reportagens feitas pelo jornal *El País* sobre o restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA e o *degelo* que isso provocaria. Essa relação de sentido não é nova. No passado, quando Cuba realizou sua revolução, essa relação de sentidos também foi feita pela imprensa, que se pautou, em grande medida, pelas agências americanas de notícias. Em 2014, o jornal “recupera” a palavra “degelo”, que significou um período de mudanças na história da URSS, para identificar Cuba em uma fase de mudanças nas relações diplomáticas com os EUA.

Identificamos uma disputa sobre a imagem de Cuba que desliza entre a imagem de um *não lugar* e a possibilidade de um lugar, caso o País se abra para o mercado capitalista e para os EUA. Após o anúncio do restabelecimento das relações diplomáticas, o discurso do jornal *The New York Times* era de que o modelo econômico cubano está mudando, tendo no comércio seu principal motor de transformação. Essa imagem de uma Cuba mais comercial, supostamente mais contemporânea, se choca e disputa lugar com a imagem de uma Cuba menos mercadológica, que o jornal não esquece, quando relaciona Cuba a países da antiga URSS, lembrando o “passado comunista”. O *The New York Times*, ao produzir sentidos sobre o comunismo, direciona determinadas interpretações (e não outras), como quando diz que o comunismo é avesso ao futuro e que o isolamento é uma punição para a Ilha. O jornal, sem apresentar controvérsias,

sustenta em seu discurso que os problemas econômicos de Cuba são consequência de seu “comunismo”, como se a Revolução Cubana não tivesse dado certo, produzindo sentidos sobre o comunismo e silenciando outros.

É o discurso neoliberal que se materializa no discurso do *The New York Times* e produz os EUA como o lugar do progresso, em contraste a Cuba, o lugar do atraso. O discurso é o de que uma economia moderna (capitalista, apesar de o jornal não usar essa palavra, porque toma esse sistema como evidência) salvará Cuba, mostrando a disputa de sentidos sobre a Ilha em seu novo contexto político.

Com a retomada das relações diplomáticas entre EUA e Cuba, as reportagens mobilizaram a ideia de que o passado (o anacrônico) poderia dar lugar para o futuro (o progresso). Essas imagens disputam espaço no imaginário dos jornalistas e dos jornais nas reportagens. O velho e o novo também são uma repetição no discurso da imprensa, como identificamos nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *El País*, uma condição para significar a Ilha como esse lugar do atraso, condição que Cuba precisa abandonar.

A linguagem materializa a ideologia, e com a imprensa isso não é diferente. Quando os jornais internacionais falam sobre Cuba, eles promovem um esvaziamento sobre o sentido do que seria um cidadão politizado em Cuba. Todos esses jornais enfraqueceram a ideia de que os cubanos são cultos e bem informados e produziram a imagem de que eles são condicionados. Essa característica é importante porque ela enfraquece o próprio sentido político sobre o que seria (ou deveria ser) uma Revolução, identificando que as mudanças em Cuba farão bem até para que a população possa se informar melhor e assim, implicitamente, possa pensar e, quem sabe, mudar o governo. Os jornais produzem uma imagem de derrota da Revolução Cubana quando constrói uma representação de cubanos sem senso político, desorientados com o possível restabelecimento das relações entre Cuba e os EUA.

A ideologia é constitutiva de falhas (PÊCHEUX, 1997). Essas falhas se materializam na linguagem, e a imprensa é um lugar para pensar o equívoco. Para a AD, o equívoco “mostra” a ideologia do sujeito que enuncia ao produzir uma falha material que foge ao seu controle. Nesse aspecto, a linguagem fala a verdade do sujeito, portanto, ela materializa sua ideologia, fazendo falhar a vontade de unidade e transparência de linguagem (MARIANI, 2006).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, principalmente, sem apresentar controvérsia, realizou todas as suas reportagens com “pessoas comuns”, que quase sempre direcionam

a interpretação dos leitores para um lado e não para outro. Esse fato linguístico desestabiliza a ideia de que o Jornalismo ocidental capitalista se preocupa com a pluralidade de opiniões. Ouvir os vários lados de uma história é premissa discursiva do Jornalismo, mas *O Estado de S. Paulo* esquece. Esquecer é uma condição para o discurso da imprensa, uma maneira para que alguns ditos permaneçam ditos e outros nunca cheguem a ser ditos.

Esta pesquisa-escrita mostra que, no caso dos jornais internacionais em seus dizeres sobre Cuba, esses “vários lados” são equalizados numa certa uniformidade, em um dizer que é estável. A terceira reportagem sobre a internet em Cuba, do *The New York Times*, é o maior exemplo encontrado na análise sobre como a imprensa, mesmo tentando evitar o equívoco, se contradiz. Na matéria, o discurso direto, com aspas, contradisse o discurso indireto, evidenciando que o processo de significação é longo e complexo.

Uma reportagem que mostrasse os aspectos positivos da Revolução Cubana não fez parte das reportagens desses jornais analisados. Então, é possível dizer, após essa análise, que os discursos sobre Cuba pelo jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo* falam que Cuba deve abandonar o seu sistema político, econômico e social, pois só assim a Ilha poderá ter a chance de proporcionar *liberdade* (palavra dos jornais) à população. Não identificamos diferenças nos dizeres desses jornais. Essa regularidade na representação de Cuba pela mídia ajuda a explicar a imagem da Ilha na imprensa.

Levando em consideração os espaços sociais desses jornais em seus contextos locais e internacionais, podemos pensar que aquilo que os jornais *The New York Times* e *El País* dizem reverberam nos dizeres de outros jornais mundiais, como o jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*. Desse modo, consideramos que, na correlação de forças, essas imagens produzidas por esses jornais é que referenciam dominam o imaginário da grande imprensa ocidental. O efeito disso pode explicar a luta política, que se registra no discurso, daqueles que querem uma Cuba mais moderna, comercial, mais capitalista.

O Jornalismo não inventou o capitalismo, mas isso não quer dizer que ele não jogue o jogo. Na pesquisa, é possível perceber que ainda hoje há uma submissão da imprensa (analisada) a uma agenda da Casa Branca e que o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA pode significar uma *recolonização discursiva* dos sentidos para Cuba a partir da FD do governo americano, que os jornais internacionais analisados tomam como evidência. Nesse aspecto, os jornais internacionais realizam uma filiação de sentidos com o discurso político do governo dos EUA, produzindo história,

“não como evolução ou cronologia, mas como filiação; não são as datas que interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 1994, p. 58).

5.1 Diferenças discursivas

Por outro lado, os dados coletados indicam que não há uma homogeneização dos sentidos sobre Cuba, porque, durante a análise, identificamos que existem diferenças entre os discursos desses jornais e os discursos do *Granma* e também dos cubanos entrevistados.

O *Granma*, como representante do Partido Comunista Cubano, produz um discurso de unidade latino-americana e de *soberania*. Diferentemente dos outros jornais, para o *Granma*, Cuba preenche um lugar importante na geopolítica da América Latina, sem deixar de destacar o conflito que há entre o modelo cubano de sociedade frente ao modelo de sociedade americana (neoliberal). O jornal se coloca em um enfrentamento político e linguístico, assumindo o seu lado nessa arena simbólica pelos sentidos sobre Cuba. O *Granma* toma a Revolução Cubana como evidência, por isso não faz parte do dicionário do jornal se referir a Cuba de outra maneira. A FD do *Granma* não permite alguns dizeres, porque a formação ideológica do jornal diz outra verdade, diferente da verdade dos jornais internacionais.

Quando o *Granma* realiza uma reportagem com a população cubana sobre a volta dos três cubanos que estavam presos nos EUA, o jornal representa os cubanos como sujeitos políticos e politizados, representação diferente da produzida pelos jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo*. Com o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, o jornal cubano gerou um significado sobre esse acontecimento, o qual se constitui na MD desse arquivo, que lembra, a todo o tempo, que EUA e Cuba duelam há anos. Pelo jornal, é possível identificar a relação de conflito entre os dois países (que o *Granma* não esquece) — que não começou, porque Cuba realizou a Revolução, mas se intensificou nesse período — comparece na língua, produzindo um sentido de resistência política, pelo jornal.

Para o *Granma*, Cuba foi quem protagonizou a primeira reunião diplomática entre os dois países, criando mais espaços para as demandas de Cuba, em relação às demandas dos EUA.

Se, por conta de Cuba ter feito uma Revolução e se “esquerdizado”, em um contexto de Guerra Fria e disputa entre EUA e URSS, o governo americano rompeu relações diplomáticas com a ilha, é importante para o *Granma* dizer que a retomada das relações não significa que Cuba estaria se “desesquerdizando”. Esse é um dizer que reafirma outros dizeres, como aquele que vem fortalecer a Revolução Cubana, assegurando que a Ilha não desistirá de seus “**princípios**”, não podendo retomar os laços totalmente até que o “**bloqueio**” seja destituído.

Se até o restabelecimento das relações diplomáticas com os EUA a palavra **bloqueio** se inseria em uma discursividade de memória do jornal cubano para que seus danos não fossem esquecidos pelas práticas discursivas, após a retomada das relações diplomáticas, a palavra também se insere em uma discursividade que reivindica ações concretas para o fim do bloqueio, porque o reatamento é uma chance, material, para o fim das leis que formam uma “**política imposta mais de meio século contra Cuba**”, diz o *Granma*.

5.2 Bloqueio x Embargo

Entre as muitas diferenças discursivas, simbólicas e políticas, ressaltamos as palavras “embargo” e “bloqueio”. Elas podem parecer sinônimos, mas são palavras distintas que carregam significados diferentes, principalmente se analisarmos as Formações Discursivas. Os jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo* falam “**embargo**”, enquanto o *Granma* e os cubanos dizem “**bloqueio**”. Os jornais internacionais, ao dizerem *embargo*, enfraqueceram o sentido sobre o *bloqueio*.

Enquanto o *Granma* significa o *bloqueio* como um fato que dinamiza toda a economia e os aspectos sociais do País, os outros jornais minimizam o sentido sobre o *embargo*. Dizer que um país é bloqueado ou que é embargado gera efeitos de sentidos diferentes. As reportagens dos jornais internacionais analisadas naturalizam em suas narrativas o significado do *embargo econômico*, não dando cifras e deixando de apontar

as consequências dessa política econômica, que afeta toda a política cultural, social da Ilha. Falar *embargo* ou *bloqueio*, como afirma Romão (2011), tem relação com o arquivo discursivo, e a palavra também funciona como um documento, que é aceitável ou não em determinada formação ideológica “à qual o arquivo se filia (...) por isso, precisam ser deixados de lado, deslocados para outro arquivo ou até mesmo eliminados” (ROMÃO, 2011, p. 106). Por outro lado, tanto o jornal *Granma* e os cubanos entrevistados falam *bloqueio*, dizer que os liga à FD da Revolução Cubana, porque seu sentido “mora” na luta política e diplomática entre Cuba e os EUA.

Os EUA “vendem” para o mundo o discurso dos direitos humanos, mas por que eles negam isso a Cuba? O bloqueio é um dos maiores desrespeitos aos direitos humanos. Claro que não negamos a importância desses direitos, mas cabe problematizar o discurso sobre eles desde o governo americano. A carta de direitos humanos materializa os direitos que foram formulados a partir de lutas, reivindicações políticas, posições muito concretas, mas que nós (América Latina) importamos. ORLANDI (s/d) traz essa reflexão quando diz que há uma diferença sobre o modo como a gente significa os direitos humanos: algo por leitura, por dever, por constituição. Mas a maneira como se chega a esses direitos evidencia a discrepância entre dizer e fazer. “O modo como esse saber [sobre os direitos humanos] institui uma memória na manutenção de certos sentidos e não de outros” (ORLANDI, s/d, p. 300).

A *recolonização discursiva* é um acontecimento discursivo quando os EUA tentam imprimir os direitos humanos para Cuba. Mas e o bloqueio? Por que os EUA não falam bloqueio, mas dizem embargo?

O embargo é econômico, o que está muito ligado a uma ideologia capitalista. O bloqueio, no entanto, desestabiliza esse sentido; ele é moralmente indesejável porque é um ataque. A questão esperada no reatamento das relações diplomáticas era acabar com o bloqueio e devolver Guantánamo, mas o que vimos foi o discurso sobre as embaixadas e sobre o turismo. Nada se falou sobre o bloqueio a partir da Formação Discursiva do governo americano. Desse modo, essa demanda permaneceu como *não dita*.

Ao dizer embargo, a FD do governo dos EUA enfraquece o sentido sobre os direitos humanos, silencia. Já dizer bloqueio- que só apareceu na fala dos cubanos e do *Granma*- é uma questão política e ética, porque atenta contra os direitos do homem. O

embargo continua sendo uma questão comercial e técnica. Já o bloqueio é uma questão ética e política.

Os dizeres do jornal *Granma*, como os dos cubanos entrevistados, também se filiam a uma FD *de soberania nacional*. Isso fica ainda mais claro quando, em suas falas, os cubanos assumem a primeira pessoa do plural e dizem “nós”, “nosso povo”. Esse jeito identitário de dizer constitui uma prática que oferece um sentido de unidade, de pertencimento político e cultural para os cubanos. Esse dizer no plural também foi identificado nos dizeres do *Granma*, uma espécie de apropriação das identidades dos cubanos que o jornal realiza e projeta em seu discurso. Apesar de os cubanos e o jornal *Granma* não serem iguais em suas posições sociais, eles se parecem em suas posições discursivas: a defesa da Revolução, o sentido de união, de protagonismo do cenário do reatamento das relações diplomáticas com os EUA.

Diferentemente dos jornais *El País* e *O Estado de S. Paulo*, para os cubanos entrevistados o significado de ditadura não mora na Revolução Cubana. Quando esses cubanos falam, diante de mim, pesquisadora, eles se constituem enquanto sujeitos políticos, retornando a forma de um cenário pré-construído sobre a história cubana, lembrando que defender a Revolução, para eles, também é defender a independência cubana contra uma suposta hegemonia estadunidense. Os sujeitos falam pela memória.

Para os cubanos entrevistados, os sentidos deslizam, ora como resistência frente a mim, pesquisadora brasileira, ora como vontade de dizer. É possível compreender esse deslizamento de sentido se recorremos à noção de pré-construído, que, na AD, tem relação com o interdiscurso (memória do dizer), isto é, o “sempre já-lá” da interpelação ideológica que produz a “realidade” e seu “sentido” como *evidentes* para o sujeito (PÊCHEUX, 1975). Identificamos que não há um discurso sobre a Ilha, mas discursos, que se diferenciam dependendo da FD.

Isso porque um discurso não fica parado no mesmo lugar. O próprio sentido de Revolução mudou para os cubanos, como percebemos no enunciado *atualização*, ou num “nós” que os cubanos dizem.

Nos depoimentos dos cubanos, é perceptível que eles contestam, a todo o tempo, a imagem que o olhar estrangeiro faz de seu país, mostrando que os sentidos não são estáticos. Ao contrário, estão em disputa. E é essa disputa discursiva que vai dizer quem

ganha e quem perde no âmbito político, social e ideológico. Por isso, os depoimentos dos cubanos são como uma possibilidade de outros dizeres, mas, por não serem agenciadas pelo poder midiático, não se fixam no imaginário. Desse modo, os sentidos sobre a Revolução Cubana permanecem presos.

5.3 Evidências

Nessa pesquisa, consideramos que o jornalista que vai a Cuba é tomado por uma experiência direta e imediata sobre a realidade; é o sujeito e a situação. Mas, antes de o profissional ir até a Ilha, Cuba já chegou como imagem, como significado. “Ao significar, o sujeito se significa” (ORLANDI, 1994, p. 55). O imaginário é construído por práticas discursivas, é a ideologia “vista como o imaginário que media a relação do sujeito com suas condições de existência” (*Idem, ibidem*). O jornalista, na sua posição sujeito, acredita ser dono de seu próprio dizer, não reconhecendo o atravessamento de outros discursos. Preso em sua ilusão de homem livre, acredita que “usa” as palavras para se “comunicar”, quando, defendemos nesta dissertação, que as palavras são efeitos de uma subjetividade que não é externa à ideologia, mas resultado dela.

Não existe verdade absoluta tão somente devido ao local de onde Cuba é falada (os jornais ou os cubanos), mas há uma construção simbólica sobre o que é a verdade, que se dá por repetição, por condições de produção, pela regularização dos sentidos sobre o objeto. A verdade é uma construção que se dá a partir do lugar de fala, uma construção hegemônica, no caso dos jornais *The New York Times*, *El País* e *O Estado de S. Paulo*, que se estabelece em um processo que é contínuo.

Esta dissertação também não é a verdade absoluta, mas outro lugar de fala, que, a partir de análise e critérios científicos, quis interrogar as evidências *sobre* Cuba, em uma tentativa de romper com o silêncio a partir do local de fala acadêmico, que permitiu que novas questões fossem analisadas. Uma imagem positiva ou negativa sobre algo conserva uma força das relações sociais, das posições discursivas, e é essa imagem “conservada” que nos dá a impressão de conhecermos determinado lugar, mesmo sem nunca termos ido a esse lugar além dos jornais. Isso acontece com os jornalistas e com os leitores.

Davallon (1999) sustenta a tese de que, para se ter lembranças, é preciso que a memória sobre um acontecimento seja produzida por noções comuns entre os membros

de dada comunidade, “assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social” (1999, p. 31).

No contexto político da Guerra Fria, os jornais ocidentais, e mais precisamente os jornais dos EUA e as agências de notícias, difundiram uma ampla escala contra o que seria o comunismo, produzindo o “anticomunismo”, contra o perigo vermelho. Uma luta ideológica foi estabelecida para evitar o desejo pelo comunismo. Cuba, que realizou uma Revolução, não esteve imune a isso. Os jornalistas, ao reportarem os acontecimentos, esquecem que tais acontecimentos já chegam a eles como linguagem, construindo sentidos, mediando a relação entre o “fato” e o leitor do jornal.

A representação dos cubanos nas reportagens analisadas é articulada pelo imaginário dos jornalistas, dos jornais e pelo imaginário que os jornalistas constroem sobre o leitor, deixando escapar, pela língua, pelas palavras, pelo texto, a percepção política e histórica desses jornais e jornalistas em relação a Cuba. Ao mesmo tempo, no processo de recepção, o referencial do leitor é “contaminado” pelos dizeres dos meios de comunicação. As palavras têm memória e, por isso, escorregam ao domínio do sujeito/jornalista; as palavras escapam.

Os jornais analisados, ao falarem sobre Cuba, se identificam pelas práticas discursivas, pelo momento e pelo lugar histórico de onde falam. São os (efeitos de) sentido já instituídos sobre Cuba que irão interagir com os sujeitos/jornalistas e sujeitos/leitores, apresentando para eles sua face simbólica e seu pertencimento ao mundo histórico (MAIA, 2014, p. 19).

Nos jornais analisados para este trabalho, a crença na imprensa dominante, no modo de dizer estabelecido, aparece como elemento indispensável na formação do imaginário social. Dizer no jornal já é um pressuposto de verdade, daí as causas históricas, sociais, cotidianas são apagadas, para que apenas as consequências delas sejam notadas. Isso acontece com Cuba nos jornais da grande imprensa selecionados para esta pesquisa. Dessa maneira, apaga-se o histórico como estratégia para manter a ordem (dominante) pré-estabelecida como natural.

Nesta escrita-pesquisa, constatou-se que a mídia internacional, de modo geral, e a brasileira de modo específico, relaciona-se com Cuba como ela se relaciona com as

periferias das grandes cidades no mundo. Se por um lado há construções de muros que separam condomínios de favelas, há também os muros simbólicos que separam igualmente regiões. Se nas grandes cidades existem os guetos, que marcam, geograficamente, a luta de classes, Cuba exhibe a luta de classes no mundo, produtiva nas relações de poder.

No processo no qual Cuba é enunciada pela mídia, há uma espécie de institucionalização dos sentidos, que existem entre o *The New York Times*, *Granma*, *O Estado de S. Paulo* e *El País*. São as FD (PÊCHEUX, 1975) que tornarão dominante algum sentido. Então, é possível considerar que cada vez que a linguagem é, um sentido que domina também prevalece, a depender das CP. Cuba se transforma a cada condição. Por isso, não é possível pensar Cuba sem pensar o processo de produção pelo qual a Ilha é constituída.

As imprecisões nas reportagens analisadas e a falta de controvérsia nos jornais analisados são efeito dessa evidência. Os jornais não explicam e contextualizam suas reportagens porque eles contam com o “já lá”.

5.4 O que pode o Jornalismo?

De modo geral, os estudos de mídia que se propõem pensar o Jornalismo não consideram o processo da enunciação. A linguagem aparece como um instrumento de “comunicação”, como se comunicação fosse apenas o que é falado. Mas Orlandi (2008) ensinou que o silêncio também é constitutivo da linguagem; portanto, a ideia de comunicação aqui se torna outra. Olhamos o Jornalismo pela AD, pois as condições de produção da notícia são condições para a própria análise. O Jornalismo, de praxe, lida com a linguagem como se ela fosse uma ferramenta de trabalho, não considerando que é ela que constrói o próprio Jornalismo. Então, a imprensa realiza a noção de conotação, que traz a ideia de um sentido original, verdadeiro, ignorando, por outro lado, a ideia de que a linguagem é polifônica, de que há sentidos (no plural) e de que eles são diferentes. Não é possível datar desde quando o Jornalismo lida com a linguagem dessa forma, pois, para isso, precisaríamos pensar quando ele não lidou dessa maneira. Por outro lado, muitas vezes os estudos de mídia tendem a continuarem presos às suas evidências, do que

é verossímil, visível, por não compreenderem os mecanismos e práticas da imprensa, as relações de trabalho, a estrutura de um jornal.

O que se diz (e o que não se diz) é crucial, pois serão os dizeres que farão com que a gente ocupe um lugar no discurso. Os jornais materializam essa disputa discursiva, que não é “só” uma questão de palavras, pois é essa disputa que vai definir vencedores e perdedores nas disputas sociais e ideológicas.

Apesar de este trabalho apontar para várias leituras, não é possível fechar a questão colocada no início dessa escrita-pesquisa — *quais são os discursos sobre Cuba e seus efeitos de sentido?* —, pois não é possível o fechamento nem do *corpus* nem da teoria. O trabalho de pesquisa é uma obra em constante mutação. Como escreveu Paul Henry (1993), a questão do sentido é, sobretudo, filosófica. Por isso, não colocamos um ponto final.

Fazer AD é entregar-se ao prazer da descoberta e da redescoberta permanente, a cada novo debruçar sobre o trabalho. A cada leitura (que não funciona por fluidez), as questões não se fecham; ao contrário, reaparecem.

A AD da vertente materialista adotada nesta escrita-pesquisa não pretendeu se instituir em especialista da interpretação, dominando *o* sentido das reportagens, mas construir procedimentos, expondo a estratégia e as táticas em que a linguagem está submetida. O grande bônus da AD, tanto enquanto disciplina como enquanto método, é demonstrar por que analisou de um jeito e não de outro, e como chegou até determinada interpretação.

Considero, então, a necessidade de uma teoria materialista, inspirada na Análise de Discurso francesa, para o Jornalismo. As teorias de comunicação, como a teoria do espelho e a agenda *setting*, por exemplo, a nosso ver, não dão conta da complexidade da linguagem jornalística. Com uma teoria materialista para o Jornalismo, tanto os cursos universitários quanto (quem sabe) as práticas profissionais poderiam ser transformadas, em um mundo que também teria de mudar. Incorporar tanto a noção de sujeito e de implícito (pré-construído) quanto a noção de silêncio trabalhada por Orlandi (2007) e, fundamentalmente, a noção de ideologia, proporcionaria outro modo de fazer, de dizer o Jornalismo.

Os estudos sobre ideologia são urgentes e o Jornalismo não pode se furtar a eles.

Uma teoria materialista poderia contribuir com a noção de práticas discursivas e de suas regularidades em uma formação social. O Jornalismo, dessa maneira, poderia abonar a problemática centrada no sujeito.

Esta escrita-pesquisa se encerra com uma vontade de saber (mais). Mas, como nenhuma história pode ser contada por completo, nos (in)conformamos. O ponto de chegada, aqui neste trabalho, na verdade, é também um novo ponto de partida. Um novo fio a ser desvelado.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACHARD, Pierre (Org). *Papel da Memória*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALTHUSSER, L. Marxismo, ciência e ideologia. In: DOMERGUE, R. *Marxismo segundo Althusser*, p. 10-55. Lisboa: Sinal, 1965.
- ALTHUSSER, L. Observações sobre uma categoria: processo sem sujeito e sem fim(s). In: *Posições-I*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- AYERBE, Luis Fernando. *De Clinton a Obama: Políticas dos Estados Unidos para a América*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- BALIBAR, Étienne. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Lire le capital II*. Paris: François Maspero, 1969.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BARBROOK, R. *Futuros Imaginários – das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- BRECHET, Bertold. *Antologia Poética*. Versão e Prefácio de Edmundo Moniz. Rio de Janeiro: Edil, 1997.
- BRUM, Eliane. *O Olho da Rua*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
- BUARQUE, Chico. *Canção pela unidade da América Latina*. Disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/85942/>>. Acesso em jan. 2014.
- CEIA, Carlos. E-dicionário de termos literários. Disponível em <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mttree&task=viewlink&link_id=755&Itemid=2> Acesso em jan. 2014.
- CÉSAR, Maria Auxiliadora. *Mulher e política social em Cuba: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista*. Brasília: Edições Alva, 2005
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto. 2006.

DIAS, Susana Oliveira. Papel, Vida e Acontecimento. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 11, n. 3, p. 649-664, set./dez. 2011.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: Reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Cubana: da guerrilha ao socialismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. Trad. Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALLO, Sílvio. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In: *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da pirâmide — para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. 5. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GONDIM e FISCHER, O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Revista do Centro interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social*. Bahia, v. 2, n. 1, 2009.

GUILHAUMAU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Coordenação, organização e tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio Cesar Montenegro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: lingual, sujeito e discurso*. Tradução Maria Fastua P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HENRY, Paul. A história não existe?. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

HERBERT, T. Remarque pour une théorie générale des idéologies. *Cahiers pour l'analyse*, n. 9, p. 74-92, 1968.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. 24. ed. São Paulo: 2003.

- KAFKA, Fraz. *O silêncio das sereias*. Banco de dados Folha de S. Paulo, 1984.
- LAGE, Nilson. *Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LORENZATO, Rodolfo. *Dossiê Fidel Castro*. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.
- MAIA, Carlos Alvarez. *História, Ciência e Linguagem*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2014.
- MARIUTI, Eduardo Barros. *A perspectiva do sistema mundo*. Adaptado de MARIUTTI, Eduardo Barros. Considerações sobre a perspectiva do Sistema-Mundo. IV Congresso Brasileiro da História Econômica (ABPHE), São Paulo, 2000.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MÁO JUNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Editora Ventos do Leste, 1975.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. 1859. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em jan. 2015.
- MEYER, Philip. *Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação*. Tradução Patrícia De Cia. São Paulo: Contexto, 2007.
- MISKULIN, Silvia Cezar. *Cultura Ilhada- a imprensa e a revolução cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã VM Editora, 2003
- MORAIS, Fernando. *Os últimos soldados da Guerra Fria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni. *As formas de silêncio*. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni. *A palavra dança e o mundo roda: Polícia!* In: GUIMARÃES, E. (Org) Cidade, Linguagem e Tecnologia. Campinas: Labeurb, 2013.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio — no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- ORLANDI, Eni. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. *Escritos*, Campinas, n. 4, 1999.
- ORLANDI, Eni (org.). *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ORLANDI, Eni. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, Eni. Exterioridade e Ideologia. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 30, 27-33, jan./jun. 1996.
- ORLANDI, Eni. Sentidos em Fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZA, F. SANTOS, M. e SILVA, T. D. (orgs). *Sujeito, Sociedade, Sentidos*. Campinas: RG, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi, Lourenço C. Jurado Filho, Manoel Luiz G. Corrêa, e Silvana Serrani. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. 1975. In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani [et al.] 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas. 1983. In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani [et al.] 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?*. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. Mimeo, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995/1988.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PÉREZ Jr., LOUIS A. Fear and Loathing of Fidel Castro: Sources of US Policy Toward Cuba. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, part 2, p. 227-254, may 2002.

POSSENTI, Sirio. *Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas*. São Paulo: Editora Cortez, s/d.

ROMÃO, L.M.S. ; LEANDRO-FERREIRA, M.C. ; DELA-SILVA, S. Arquivo. . In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. Discurso, arquivo e.... Rio de Janeiro-RJ: 7 Letras/FAPERJ, 2011. p. 11-21.

SADER, E.; JINKINGS, I.; MARTINS, C. E.; NOBILE, R. (coords.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. *Liberdade Hipotecada: o processo de independência cubana na imprensa brasileira (1895-1902)*. São áulo: Assis, 2013.

SZULC, Tad. *Fidel: Um retrato crítico*. São Paulo: Editora Best Seller, 1986.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.

TIBURI, Marcia. *O Olho de Vidro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WASSERMAN, Claudia (org). *Revolução Cubana. 50 anos de Imprensa e história no Brasil*. Porto Alegre: Est Edições, 2009.

PASSOS, Pâmella. O combate ao outro nas páginas do jornal: discurso midiático e a construção do “inimigo vermelho” no contexto brasileiro pré-1964. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. XII, p. 76-86, 2008.

Artigos e/ou matérias de jornal

ASSOCIAÇÃO JOSÉ MARTÍ. Síntese do caso dos 5 heróis cubanos presos injustamente nos EUA. 19 fev 2013. Disponível em: <http://www.sintsecubana.com.br/2013/02/sintese-do-caso-dos-5-herois-cubanos.html>. Acesso em jan. 2015

CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa. Folha de S. Paulo, 14 mar 1999. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm. Acesso em abr de 2014.

COTRIM, Amanda. O sujeito oculto nos jornais. Revista Caros Amigos, 4 nov 2015. Disponível em <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5579-o-sujeito-oculto-nos-jornais>. Acesso em nov. 2015

COTRIM, Amanda. Militar Cubano fala de bloqueio, Yaoni e mudanças. Revista Caros Amigos, 16 mar 2012.

CRESWELL, Julie. U.S. Companies Clamor to Do Business in New Cuban Market. The New York Times, 18 dez 2014. Disponível em http://www.nytimes.com/2014/12/19/business/us-businesses-assess-cuba.html&assetType=nyt_now&assetType=nyt_now. Acesso em fev 2015.

CUBADEBATE. Documento desclasificado señala a Posada Carriles como probable autor de acto terrorista contra avión cubano. 4 jun 2015. Disponível em <http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/06/04/documento-desclasificado-senala-a-posada-carriles-como-autor-de-acto-terrorista-contra-avion-cubano/#.VZKkWhVikp> Acesso em fev. 2015.

CUBADEBATE. Estados Unidos retira a Cuba de la lista de patrocinadores del terrorismo. 29 maio 2015. Disponível em <http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/05/29/estados-unidos-retira-a-cuba-de-la-lista-de-patrocinadores-del-terrorismo/#.VZKn3xtVikr> Acesso em jun. 2015.

GRANMA. O bloqueio tornou-se guerra financeira. Disponível em <http://www.granma.cu/idiomas/portugues/cuba-p/10septiembre-bloqueo.html>. Acesso em jan. 2016

FOLHA DE S. PAULO. Obama aperta mão de Raúl Castro antes de discurso no funeral de Mandela. São Paulo, 10 dez. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1383408-obama-aperta-mao-do-ditador-cubano-apos-discursar-no-funeral-de-mandela.shtml>. Acesso em dez. 2015.

FREITAS, Janio. *Cuba Ida e Volta*. Folha de S. Paulo Mais!. São Paulo, 23 jan. 2000, p. 6:13.

GRANMA. Quem somos. 3 out 1965. Disponível em <http://pt.granma.cu/quienes-somos>. Acesso em mar. 2015.

LEITE, Maria do Carmo Luiz Caldas. Praia Girón: o símbolo de meio século de luta anti-imperialista. 19 abr 2011. Disponível em http://fmauriciograbois.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=5454. Acesso 11 abr 2015.

MARIN, Bernardo. La Cumbre de la CELAC se cierra sin cuestionar los derechos humanos em Cuba. Jornal El País. 30 jan 2014. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2014/01/30/actualidad/1391036983_018365.html. Acesso em mar 2014

MEDEIROS, Henrique. Cuba e EUA trocam farpas durante evento de internet em SP. 23 abr. 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/cuba-e-eua-trocam-farpas-durante-evento-de-internet-em-sp,3d95460a9bf85410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> Acesso em abr. 2014.

OKRENT, Daniel. Em busca da objetividade. Observatório de Imprensa, São Paulo, 16 nov. 2004. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/voz-dos-ouvidores/em-busca-da-objetividade/> Acesso em jan. 2015.

ORTIZ, Delis. *Visita a Cuba leva turistas a uma viagem no tempo*. Jornal da Globo, 25 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/visita-a-cuba-leva-turista-a-uma-viagem-no-tempo/3855065/> Acesso em jan. 2015.

POSSENTI, Sírio. Texto e Discurso. Ciência hoje. 22 ago 2014. Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/texto-e-discurso>. Acesso em jan. 2015.

PRESTES, Anita. O sistema político em Cuba: uma democracia autêntica. 08 de abril de 2011. Disponível em http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=182:o-

[sistema-politico-em-cuba-uma-democracia-autentica-&catid=18:artigos&Itemid=140](#). Acesso em fevereiro de 2015.

PRIMERA, Maye. La habana recibe el deshielo com alegria y escepticismo. Jornal El País, 18 dez 2014. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2014/12/18/actualidad/1418938932_059988.html Acesso em mar 2015.

ROSA, Vera. Cambio duplo criou ‘castas da divisa’ entre os cubanos. Jornal O Estado de S. Paulo, 9 fev 2014, p. A11.

REUTERS. Exclusive: In Diplomatic Shift, Europe Seeks Improved Tiés with Cuba. Jornal The New York Times, 30 jan 2014. Disponível em http://www.nytimes.com/reuters/2014/01/30/world/europe/30reuters-eu-cuba.html?_r=2. Acesso em fev. 2014

SILVA, Vanessa Martina. Cuba prende quatro exilados de Miami suspeitos de planejar ataques contra a ilha. Portal Opera Mundi, 7 mai. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/35154/cuba+prende+quatro+exilados+de+miami+suspeitos+de+planejar+ataques+contra+a+ilha.shtml>> Acesso em nov. 2015.

TERRA, Portal. Em gesto histórico, Obama aperta mão de Raúl Castro no funeral de Mandela. 10 dez 2013. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/africa/nelson-mandela/em-gesto-historico-obama-aperta-mao-de-raul-castro-no-funeral-de-mandela,e578451db0cd2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acesso em 10 dez 2013.

SILVA, Vanessa Martina. Cuba prende quadro exilados de Miami suspeitos de planejar ataques contra a ilha. São Paulo, 7 mai. 2014.

Artigo e/ou matéria de revista, boletim, etc.

BALDINI, Lauro. Cinismo, Discurso e Ideologia (2009). Disponível em <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/LauroJoseSiqueiraBaldini.pdf>

BANDEIRANTES, BARBROOK, Richard e CAMERON, Andy. (1995) *Californian Ideology*. Disponível em: http://www.alamut.com/subj/ideologies/pessimism/califIdeo_I.html

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1955). Disponível em: <http://www.mariosantiago.net/Textos%20em%20PDF/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>

COSTA, Nelson Barros. Contribuições do Marxismo para uma teoria crítica da linguagem. Delta, vol. 16 n. 1, São Paulo, 2000. Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000100002

CUBA DEBATE. Estados Unidos retira a Cuba de la lista de patrocinadores del terrorismo. Cuba, 29 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/05/29/estados-unidos-retira-a-cuba-de-la-lista-de-patrocinadores-del-terrorismo/#.Vq67tLlrlX>> Acesso em nov. 2015.

DIAS, Cristiane. *O traço das relações sociais no desenho da cidade*. Revista Línguas e Instrumentos linguísticos, nº 34- jan-jun-2014.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. *Condições de Produção do Discurso e Formações Discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva*. Artigo publicado na Revista *Icarahy*. Edição n 04/outubro, 2010. Disponível em:
http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Rodrigo_Fonseca.pdf

MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

MARX, Karl. *Prefácio do livro Para a crítica da economia política*, 1859. Disponível em
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi*. Revista Teias, ano 7, nº 13-14, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

ORLANDI, Eni. Contextos Epistemológicos da análise de discurso. In: *Escritos. Laboratório de Estudos Urbanos- Nudcri*. Nº4, 1999.

ORLANDI, Eni. Discursos e Museus: da memória e do esquecimento. V.9, jul/2014, Revista Entremeios de estudos do discurso.- Pouso Alegre, MG, Brasil.

ORLANDI, Eni; No leva-e-traz da política científica : Uma interrogação sobre 'as relações sociais', 11/2014, *Rua (UNICAMP)*, Vol. Especial, pp.5-14, Campinas-SP, SP, Brasil, 2014

PÊCHEUX, Michel. Contextos Epistemológicos da análise de discurso. In: *Escritos. Laboratório de Estudos Urbanos- Nudcri*. Nº4, 1999.

RODRIGUES, Suzy Lagazzi. *A equivocidade na circulação do conhecimento científico*. Campinas, 2011. Disponível em
http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/818/757
 Acesso em 15 de janeiro de 2015.

VIANA, Bruno César Brito e LIMA, Maria Erica de Oliveira. *The New York Times: notícias que fazem história*. Revista Temática. Ano VII, n. 02 – Fevereiro/2011. Disponível em:
http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf

Bibliografia consultada

ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação da grande imprensa*, São Paulo: Editora Fundação, 2003.

CASTILHO, Carlos. *A polêmica do jornalismo em primeira pessoa*. Observatório de Imprensa. Disponível em:
http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_polêmica_do_jornalismo_na_primeira_pessoa . Acesso em nov. 2014

GUIMARÃES, Eduardo *Os limites do sentido: um estudo enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

KASHIURA, Celso Naoto. *O sujeito de direito e o capitalismo*. São Paulo: Outras palavras, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. 4. ed., São Paulo: Centauro, 2008;

STALIN, J.V. *Sobre materialismo dialético e materialismo histórico*, 1938. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>

WOLF, Eric. R. *Envisioning Power — Ideologies of dominance and crisis*. California: University of California Press, 1999.

WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

Dissertações e teses

BALESTRA, Juliana. O peso do passado: Currículos e narrativas no ensino de história das Ditaduras de Segurança Nacional em São Paulo e Buenos Aires. Tese (Doutorado na Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira Interpretada, Definida, Comentada e Exemplificada*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CARMO, Maria Leite. *Los Valientes: A formação de professores na Escola Secundária Básica em Cuba*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Santos, 2006.

COSTA, Greciely Cristina. *Discursos sobre a Milícia: nome, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem-Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FERREIRA, Marcos Alan Fagner dos Santos. *O impacto da política externa dos EUA nas relações entre Brasil e Cuba (1996-2004)*. Programa "San Tiago Dantas", convênio entre UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), UNICAMP (Universidade de Campinas) e PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). 2006.

MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário. Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

RODRIGUES, Suzy Lagazzi. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

Documentos

ACERVO, The New York Times. Disponível em: <http://query.nytimes.com/search/site/search/#/acervo/>. Acesso em dez. 2014.

BUSH, George W. *Presidente Bush anuncia iniciativa para uma nova Cuba*. 20 maio, 2002. Disponível em <http://2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm/10321.htm> Acesso em dez. 2014.

CASA BRANCA. *Fact Sheet: Charting a New Course on Cuba*. Dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/12/17/fact-sheet-charting-new-course-cuba>> Acesso em fev. 2015.

CUBA. Constitución de la República de Cuba (atualização em 2003). Havana, 2003.

IV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. Tesis y resoluciones. Disponível em: <http://www.pcc.cu/cong6.php>. Acesso em dez. 2014.

VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução*. 18 abr 2011. Acesso em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/1160711p.html> Acesso em dez. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Código de Conduta e Ética. Grupo Estado. 2013. Disponível em http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf Acesso em dez. 2014.

U.S.DEPARTMENT OF STATE. *Patterns of Global Terrorism*. 2001. Disponível em <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2001/pdf/index.htm> Acesso em dez. 2014.

U.S.DEPARTMENT OF STATE. Arquivo Central, 737,00/4-660. Segredo. Volume VI, Cuba, Documento 499. 6 abr 1960. Acesso em janeiro de 2015. <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v06/d499>

Palestras

ORLANDI, Eni. Brasil: um país de todos: o discurso da propaganda política. Palestra realizada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/Unicamp, 7 out. 2009.

ORLANDI, Eni. Sentidos em Fuga: efeito da polissemia e do silêncio. Palestra realizada no Auditório do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde FioCruz, 19 ago 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>. Acesso em dez. 2015.